Opção Preferencial pela Riqueza

J.O. de Meira Penna

OrdemLivre.org

OPÇÃO PREFERENCIAL
PELA RIQUEZA

JOSÉ OSVALDO DE MEIRA PENNA

OPÇÃO PREFERENCIAL PELA RIQUEZA

Revisão de originais

ILIS CARLOS MACHADO RONALDO DA SILVA LEGEY

Revisão tipográfica

ILIS CARLO MACHADO

Programação visual

EDUARDO MUNIZ DE CARVALHO

Versão digital produzida e revisada por

ELISA LUCENA MARTINS

APOIO DA SOCIEDADE TOCQUEVILLE

Copyright ©1991, José Osvaldo de Meira Penna

Direitos para esta edição reservados para:
INSTITUTO LIBERAL
Rua Professor Alfredo Gomes, 28
CEP 22251 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

ISBN 85-85054-24-7

Ficha Catalográf ica elaborada pela
Biblioteca Ludwig von Mises do Instituto Liberal

Penna, José Osvaldo de Meira
P414 Opção preferencial pela riqueza / José Osvaldo de Meira Penna.
-Rio de Janeiro : Instituto Liberal, 1991.

232 p.

ISBN 85-85054-24-7

1. Teologia. 2. Problemas sociais. 3. Pobreza. 4. Capital.
5. Liberalismo. 6. Marxismo. I. Instituto Liberal (Rio de Janeiro).
II. Título.

CDD-291.178 3
320.981

O **Instituto Liberal** é uma instituição sem fins lucrativos e não tem - nem pode ter, de acordo com seu estatuto, - qualquer vínculo político-partidário. Suas atividades são voltadas para a pesquisa, produção e divulgação de ideias, teorias e conceitos que revelam as vantagens de uma sociedade organizada com base em uma *ordem liberal*.

OrdemLivre.org é uma organização não-governamental sem qualquer vínculo partidário. Fundada sobre os princípios de liberdade individual, mercado livre, paz e governo limitado, OrdemLivre.org promove uma ordem econômica eficiente e uma filosofia política moral e inspiradora por meio de publicações e eventos.

A equipe OrdemLivre.org agradece ao Instituto Liberal pela publicação da presente obra em português e por ter generosamente autorizado sua edição online.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Og Leme, do Instituto Liberal do Rio de Janeiro, que me estimulou na ideia de publicar este livro sob os auspícios do Instituto, e nas conversas sobre o Liberalismo no decurso de interessantes seminários; a Alexandre Guasti, Secretário-geral do mesmo Instituto, sempre atento e cortês na assistência ao preparo do livro para publicação; ao professor Ricardo Vélez Rodrigues, por seus conselhos, e aos professores Antônio Paim, Paulo Mercadante e Ubiratan Borges de Macedo, todos de nossa Sociedade Tocqueville, que me instruíram sobre os mais recentes desenvolvimentos do pensamento liberal no Brasil; ao professor José Artur Rios, com quem muito tenho discutido o problema da infiltração marxista na Igreja católica brasileira; ao professor Darlan Chama, Presidente do Instituto Liberal de Brasília, por seu esforço no sentido de organizar o Instituto no ambiente hostil de Brasília; à Celeste Palhano Ricarte de Oliveira, sempre prestimosa e paciente secretária que digitou no computador o texto desta obra; e à minha mulher Dorothy, que tanto me ajudou na elaboração do argumento.

SUMÁRIO

PREFÁCIO 1

CAPÍTULO I: *A CIÊNCIA MEDONHA E A ÉTICA DO MERCADO* 5

1. Introdução 5
2. A falsificação histórica 11
3. A ética do mercado 27
4. A mão invisível 38
5. Será o liberalismo econômico materialista? 44
6. Sobre a concorrência 47

CAPÍTULO II: *RICOS E POBRES (O problema moral da pobreza)* 51

1. Ricos e pobres na história 56
2. O paradoxo da pobreza 62
3. A pobreza e a revolução industrial 70
4. Miséria rural e favelas (As duas nações) 78 (77)
5. As classes perigosas 82
6. O empobrecimento dos pobres e a prole dos proletários 88
7. O Brasil e a pobreza 97 (96)

CAPÍTULO III : *CAPITALISMO E RELIGIÃO - UMA BARRETADA A MAX WEBER* 103

1. Roberto Campos e a vocação para o desenvolvimento 104
2. A ética protestante de Weber 109
3. Psicologia do puritano 118
4. Sociologia do desenvolvimento numa perspectiva histórica 125
5. Troeltsch e o protestantismo 132
6. Democracia e protestantismo 136

CAPÍTULO IV : *OPÇÃO PREFERENCIAL PELOS RICOS* 141
1. O Evangelho da pobreza 141
2. A doutrina social da Igreja 146
3. Pobres e ricos nos Antigo e Novo Testamentos 151
4. Daniel Ludwig e a verdadeira opção pelos pobres 157
5. Mrs. Thatcher e os ventos loucos da primavera 161
6. As agruras agrárias 167
7. O voto da pobreza e a pobreza do voto 173
8. A crise brasileira segundo os social-democratas 176
9. Brasil - Sociedade heterogênea 184 (183)
10. Conclusões: liberalismo e opção pela riqueza 187 (186)

CAPÍTULO V : *REBUS SIC STANTIBUS (ECONOMIA E CATOLICISMO)* 193
1. Catolicismo e desenvolvimento 194
2. Fanfani e a ética econômica católica 197
3. Ética e tolerância. Probabilismo 208 (207)
4. O Evangelho segundo Marx revisitado 214
5. Conclusões finais 227

BIBLIOGRAFIA 230 (229)

Nenhuma sociedade certamente pode florescer e se tornar feliz se uma grande proporção de membros dessa sociedade for pobre e miserável.
ADAM SMITH (*Wealth of Nations*, Liv. I cap. VIII)

Enrichissez-vous!
(Enriquecei-vos!)
FRANCOIS GUIZOT (eminente estadista e historiador francês, 1874)

"Em todos os tempos, raros foram os amigos sinceros da liberdade, e os triunfos desta foram devidos a minorias que venceram associando-se a companhaneiros cujos objetivos, com frequência, diferiam dos seus"...
LORD ACTON (1902, citado por Hayek)

PREFÁCIO

Desejo chegar a uma resposta plausível para a questão que enche toda esta obra e domina o momento atual brasileiro: a chamada "questão social". Se reconhecemos, em nosso país, a existência de contrastes excessivos de renda, fortuna, educação, saúde e cultura - que fazer para corrigir essa situação? Insisto que a pergunta "que fazer?" encontra-se tanto no conservadorismo ético da razão prática de um Kant, quanto no título de um livro revolucionário de Lenin.

Pode-se, naturalmente, encolher os ombros diante da miséria. Podem-se aceitar as desigualdades. Pode-se mesmo enfatizá-las, glorificá-las nietzscheanamente, pretender que o darwinismo social selvagem constitua ideal de progresso: muita gente, hoje, exasperada com a retórica de esquerda, já aceitaria como legítima essa postura (é o caso do egoísmo heróico e "objetivista" da judia russa Ayn Rand, favorecida com um verdadeiro culto nos EUA!). No Brasil, esse tipo de reação é bastante comum - embora quase sempre silenciosa ou inconsciente. Há gente que pensa: negro é burro mesmo; o que se deve fazer é obrigá-lo a trabalhar (uma reação aliás mais encontradiça entre gente branca humilde do que na classe A...). Há também gente para a qual a questão social permanece, como antes de 1930, "uma questão de polícia"...

O reconhecimento do caráter excessivo, criticável e corrigível da miséria, da ignorância e da insalubridade da massa de nossa população constitui, no entanto, a postura oficial da parte mais esclarecida da elite brasileira. O protesto social pode ter sua origem em considerações políticas ou em cogitações religiosas. Pode ser uma reação simples mente patriótica: envergonhamo-nos dos baixos índices sociais do país, quando confrontados com o paradigma estrangeiro. O protesto é também fruto da compaixão. É certamente o resultado de uma educação cristã, sedimentada no que se chamaria o "inconsciente coletivo": consequência natural do imperativo de fraternidade humana, num sentimento talvez irracional, porém certamente efetivo e generalizado.

O problema social se reduziria, então, à escolha do método mais rápido ou

adequado para a superação de uma situação reconhecida como insatisfatória. O imperativo do "desenvolvimento" brasileiro se prende, talvez, não tanto ao desejo positivo de adquirir um padrão de vida compatível com o nível geral da sociedade ocidental, quanto ao desejo mais imediato de supressão daquelas mazelas do subdesenvolvimento. Segundo me parece, três escolas se enfrentam na oferta de modelos concorrentes para a solução da "questão social": 1) a escola liberal (ou mais propriamente "libertária") que argumenta com o capitalismo puro. Só este, no jogo livre da concorrência, no respeito absoluto à propriedade, na obediência às regras do mercado e na integração à economia mundial, com centro no Atlântico Norte, seria capaz de acelerar o desenvolvimento e vencer a barreira da miséria, ainda que à custa de uma etapa inicial de exacerbação das injustiças; 2) a escola social-estatizante, a mesma que foi adotada entre nós a partir da Revolução de 1930, com marcos de crescente dependência em relação ao paternalismo oficial no Estado Novo getuliano (1937-45), no ciclo juscelinista (1956-61), no regime militar, particularmente após 1969, e na chamada Nova República. Essa escola costumava ser acoimada de "direita" até a 2a. Guerra Mundial e se prendia a raízes contraditórias, como o positivismo castilhista da Primeira República, a doutrina social da Igreja dos católicos conservadores e dos integralistas, e o corporativismo fascista. Mas havia, naturalmente, o impacto mimético do modelo marxista vigorante na Europa. Hoje, as principais correntes social-estatizantes ou nacional-socialistas, como gosto de chamá-las[1], são de esquerda ou herdeiras do patrimonialismo "fisiológico" tradicional. O traço comum entre os seguidores dessa escola é que a "redenção do proletariado" só se poderá processar pela intervenção do Estado na economia e através de uma legislação social e previdenciária cada vez mais "avançada"; 3) a terceira escola parte de um pressuposto inteiramente diverso; eis que salienta o aspecto fundamentalmente *moral de* toda a questão. Seu postulado básico é que a superação da pobreza não depende tanto, objetivamente, do regime sócio-político ou da estrutura legal da propriedade quanto da existência e desenvolvimento de uma *ética econômica.* Em outras palavras, a pobreza e as alegadas "injustiças" não resultam desta ou daquela política, nem são corrigíveis por qualquer mudança estrutural básica. Elas dependem de fatores culturais e históricos, só a longo prazo transponíveis. Isso

1 Vide meu *Ideologia do Século XX.*

quer dizer que a progressiva homogeneização da estrutura social e cultural do país (para o estabelecimento de um módico equilíbrio de renda) deve partir da educação, no sentido mais profundo e mais amplo da palavra. A *paideia* nacional estará apta a criar as condições para que surja, no Brasil, uma sociedade mais harmônica, mais justa e mais eficiente. A ética econômica implica a exigência universal de três virtudes, infelizmente ainda pouco encontradiças em nosso meio social: a virtude de trabalho, a virtude de poupança e a virtude de honestidade. As três virtudes econômicas básicas resumem-se no recebimento gratuito do dom da eficiência, pois *trabalho, poupança e honestidade devem coincidir com a eficiência produtiva numa economia livre,* sem a qual nem o subdesenvolvimento, nem a má distribuição dos bens econômicos poderão ser vencidos.

Acentuando que os modelos aventados para o desenvolvimento brasileiro sempre partiram das opções acima oferecidas,e geralmente em combinações de receitas com ênfase nesta ou naquela opção, notamos que ninguém mais, em nosso país, sugere um capitalismo absolutamente puro, nem tampouco um social-estatismo totalitário, o qual já caiu de moda depois das "cinco modernizações" de Deng Xiaoping e da "perestroika" de Gorbachov. Hoje, até mesmo representantes oficiais do PCB falam em "privatização" da economia; o próprio guru socialista Fernando Henrique Cardoso sugere a substituição das empresas do Estado por "empresas públicas", sem se dar muito ao trabalho de definir do que se trata; e o "social-democrata" Covas prega um "choque capitalista"...

A questão seguinte diz, portanto, respeito à ética econômica. Como impô-la? Como persuadir a sociedade de sua necessidade? Como educar o povo na sua prática? Como estabelecer o imperativo categórico de honestidade, trabalho e poupança? Como alcançar a eficiência na *performance* e ser agraciado com o talento do *achievement* (MacClellan)? Essas são certamente as questões mais árduas. Aquelas que a sociologia moderna até agora só superficialmente abordou a nível teórico. Mas, por que não lembrar que esse papel da ética está implícito, desde o século XVIII, na obra de Locke, de Adam Smith, de Burke e, posteriormente, de Tocqueville, Stuart Mill e dos outros pró-homens do Liberalismo, como está, hoje em dia, mais explícito nos trabalhos de Mises, Hayek, Friedman e dos demais neo-liberais-conservadores. Na filosofia liberal, em suma, está a resposta à questão da superação da injustiça e da pobreza.

Nos ensaios que se seguem - alguns dos quais reproduzem textos

publicados em meu livro *Psicologia do Subdesenvolvimento,* hoje completamente esgotado - procuro abordar o problema de moral, levantado pela pobreza e o atraso, as atitudes contraditórias diante da riqueza de protestantes e católicos, e a questão mais imediata de nossa "vocação" para o desenvolvimento. Creio na oportunidade do tema: pela quarta vez nestes últimos 60 anos (depois das tentativas abortadas de Getúlio Vargas, de Juscelino Kubitschek e dos militares de 1964-79) estamos tentando dar nova partida ao processo de modernização. Talvez desta vez sejam melhores as perspectivas, pois o mundo todo sofre os contrachoques da Revolução neo-liberal que principiou na década passada, no Ocidente. Acima de tudo, inicio uma abordagem filosófica dos problemas da Ordem, da Justiça e da Liberdade, que espero poder tratar mais extensamente em outra ocasião.

Brasília, abril de 1991

I

A CIÊNCIA MEDONHA E A ÉTICA DO MERCADO[2]

1. Introdução

Friedrich A. von Hayek costuma criticar, com sarcasmo, a mania moderna de se acrescentar o adjetivo "social" às expressões relacionadas com a vida política e econômica da sociedade. Fala-se em "justiça social", em "política social", em "reforma social", em "tudo pelo social", em "consciência social", em "democracia social", em "liberalismo social". Mesmo a Igreja considerou necessário, nestes últimos cem anos, criar uma "doutrina social", embora se tenha cuidadosamente abstido de definir exatamente em que consiste tal doutrina, ou seja, em especificar se é ou não a favor da socialização dos meios de produção, ou de uma economia de mercado, ou do controle desses meios de produção pelo Estado e por sua burocracia. No Brasil, até os partidos mais conservadores, como o antigo PSD, acharam conveniente colocar o qualificativo "social", a fim de obscurecer suas verdadeiras origens oligárquicas. A ênfase no termo "social" está provavelmente relacionada com a notória ausência de uma "consciência social" em nossa sociologia, pois o "caráter nacional brasileiro" ainda é dominado pelos laços afetivos primários de solidariedade familiar e clientelista. A última novidade entre nós é o "liberalismo social". Ou também o "socialismo liberal" - uma contradição nos termos...

Observa Hayek que essa mania do uso do qualificativo "social" revela uma profunda ojeriza aos valores autênticos de liberdade, de iniciativa privada e de economia natural num mercado aberto. Os velhos termos "justiça" e "consciência moral" perderam seu sentido. Eles se sustentavam na noção de supremacia da Lei e no reconhecimento da responsabilidade da consciência individual. O próprio conceito de Justiça torna-se incompreensível e desprovido de significado se lhe é acrescentado esse qualificativo suspeito: a Justiça passa a ser considerada uma

2 Ensaio extraído de uma conferência na Confederação Nacional do Comércio em 5.11.1987.

questão de "estrutura" governamental.

O problema de que tratamos emergiu, pela primeira vez, no século XVIII, depois que Adam Smith propôs a tese do *laissez-faire* numa economia de mercado livre, graças à qual a revolução industrial capitalista desabrochou de modo estupendo. Hayek repetidamente acentua que não basta aceitar a ideia de um mercado competitivo para que a "mão invisível" de Smith tudo conduza ao melhor dos mundos possíveis. A "ordem espontânea" do mercado não é um simples mecanismo material, não é uma utopia. Ela possui um fundamento ético e uma estrutura legal. É o resultado da ação do homem, ou melhor, das ações de milhões de homens que se influenciam mutuamente, desde que estabeleçam regras de justiça orientadas por considerações de natureza moral. Na obra *Individualism and Economic Order,* Hayek insiste em que "as tradições morais constituem as bases indispensáveis de uma civilização livre". É sobre os aspectos éticos da economia de mercado capitalista que desenvolverei o argumento deste ensaio.

O termo *capitalismo* a tal ponto se deteriorou, depois de haver sido revestido de um conteúdo pejorativo por Marx, que hoje mal o podemos usar. É notável a tendência de alguns dos mais entusiásticos defensores do capitalismo a usar eufemismos do tipo "setor privado da economia", "economia de mercado" e "setor entregue à iniciativa empresarial". Sob o impacto de 150 anos de literatura esquerdista, o capitalismo é tido como pecaminoso pela esquerdigreja. O próprio papa João Paulo II, pouco amigo dessa igreja popular, condena em suas cartas e encíclicas o que qualifica de "capitalismo selvagem". A palavra "lucro" revela uma etimologia semelhante à de "logro". A concorrência é condenada como cruel, egoísta, brutal. O chamado "darwinismo social" é denunciado como expressão de uma indébita transladação para a sociedade humana das "leis da selva" *(laws ofthejungle),* propostas pelo grande biólogo inglês, Darwin, para explicar a evolução. O capitalismo, dito selvagem, seria isso mesmo: o animal faminto e sedento de sangue perseguindo a besta aterrorizada; o forte comendo o mais fraco; a natureza "rubra no dente e na garra" (*nature, red in tooth and claw*) dos famosos versos de Tennyson. Um odor hobbesiano repugnaria aos sentimentos suaves dos cristãos, ao contemplarem essa guerra de todos contra todos *(bellum omnium contra omnes)* em que se transforma a convivência econômica sob regime capitalista. Com essa repugnância surge imediatamente a dedução

implícita: somente a supressão da propriedade privada ou, pelo menos, o controle férreo da economia pelo Estado e a socialização de um grande setor produtivo podem corrigir os "excessos", como se diz, do capitalismo.

Em seu livrinho *A mentalidade anti-capitalista,* Ludwig von Mises escreve o seguinte (é verdade que num ano, 1972, que marcava o apogeu do esquerdismo mundial): "O povo dos Estados Unidos é mais próspero do que os habitantes de todos os outros países porque seu governo resistiu mais tempo, em relação aos governos de outras partes do mundo, a adotar uma política de obstrução dos negócios. Não obstante, muitas pessoas e, especialmente os intelectuais, repelem o capitalismo com veemência. Na sua maneira de ver, esta horrível forma de organização econômica da sociedade só trouxe desordem e miséria. Outrora, os homens eram felizes e prósperos, nos bons tempos que antecederam a Revolução Industrial. Hoje, sob o capitalismo, o que predomina são os pobres famintos, cruelmente explorados por grosseiros individualistas. Para estes patifes, a única coisa que conta é ganhar dinheiro. Não produzem coisas boas e realmente úteis, mas apenas o que proporciona altos lucros. Envenenam os corpos das pessoas com bebidas alcoólicas e fumo, suas almas e mentes, com histórias em quadrinhos, livros lascivos e filmes tolos. A "superestrutura ideológica" do capitalismo é a literatura da decadência e da degradação, o *show* burlesco e a arte do *strip-tease,* os filmes de Hollywood e as histórias de detetive. O preconceito e o fanatismo da opinião pública se manifestam com mais clareza pelo fato de ela vincular o adjetivo "capitalista" exclusivamente às coisas abomináveis, e nunca àquelas que todos aprovam. Como poderia o capitalismo gerar coisas boas? Tudo o que tem valor foi produzido apesar do capitalismo, mas as coisas ruins são excrescências do capitalismo".

Bem resume o trecho a situação, pelo menos a situação anterior a 1989, ano extraordinário que libertou metade da Europa das garras do socialismo marxista e enterrou definitivamente o cadáver pútrido de Marx.

Mises, que é considerado um dos pais do liberalismo moderno, opina em sua obra sobre o "socialismo", que data de 1951, no sentido de que: "nada é mais impopular hoje em dia do que a economia de mercado livre, isto é, o capitalismo. Tudo que é considerado pouco satisfatório nas condições atuais é posto à culpa do capitalismo. Os ateístas tornam o capitalismo responsável pela sobrevivência do cristianismo. Mas as encíclicas papais acusam o capitalismo pelo alastramento

da falta de religião e pelos pecados de nossos contemporâneos; por seu lado as igrejas e seitas protestantes não são menos rigorosas em sua acusação à cobiça capitalista. Os amigos da paz consideram nossas guerras como uma consequência do imperialismo capitalista. Mas os tenazes promotores de guerra da Alemanha e da Itália denunciaram o capitalismo pelo seu pacifismo 'burguês', contrário à natureza humana e às leis inexoráveis da história. Os pregadores de sermões acusam o capitalismo de desintegrar a família e incentivar a licenciosidade. Mas os 'progressistas' põem sobre o capitalismo a culpa pela preservação de alegadas regras obsoletas de repressão sexual. Quase todas as pessoas concordam que a pobreza é resultante do capitalismo. Mas, por outro lado, muitos deploram o fato de que o capitalismo, ao satisfazer prodigamente os desejos dos homens que desejam maiores amenidades e uma vida melhor, promove um materialismo grosseiro. Essas acusações contraditórias contra o capitalismo se anulam mutuamente. Mas permanece o fato de que restam poucas pessoas para não condenar absolutamente o capitalismo".

"O florescimento grandioso, mas também terrível, do capitalismo atual", sustenta Ernst Troeltsch, "com sua calculabilidade e sua ausência de alma, com sua exploração e falta de compaixão, com sua entrega à ganância pela ganância, com sua implacável competência, com sua necessidade agônica de vitória e triunfal alegria mundana pelo domínio do mercado, se desligou por completo de todo compromisso ético e se converteu num poder antagônico a todo autêntico calvinismo e protestantismo". A crítica é evidente. O filósofo e teólogo alemão protestante repete todos os preconceitos que se tornariam, nas décadas seguintes, o lugar comum da direita conservadora e da esquerda revolucionária. Troeltsch não foge, infelizmente, ao preconceito ideológico. Ele conclui que as teorias éticas que servem de base à ordem de vida capitalista acabaram caindo, diversamente, em mãos de um utilitarismo religiosamente indiferente.

Poucos anos antes de Adam Smith haver publicado o seu famoso *Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations,* onde propôs o "sistema óbvio e simples de liberdade natural" na economia, já Rousseau começara a denunciar os ricos, "*les méchants".* Principiara também a santificar os pobres e subdesenvolvidos e a propor o retorno à Natureza, conselho funesto que, se tivesse por todos sido seguido, teria certamente feito abortar a Revolução Industrial. A partir da "Conspiração dos Iguais" de Gracchus Babeuf, em 1795, no

crepúsculo da Revolução Francesa, a semente de uma ideia contrária à de Adam Smith começa a medrar. O ano de 1830 pode ser oferecido como o do nascimento da literatura socialista. O ano de 1848 é a data marcante do Manifesto Comunista de Marx e Engels. Doravante, e paralelamente ao sucesso fenomenal da Revolução Industrial capitalista - que, da Inglaterra em primeiro lugar, passa para a França e a Alemanha, depois para os Estados Unidos, para o resto da Europa e, finalmente, o resto do mundo - uma tendência crescente no desenvolvimento da civilização ocidental tem sido a de condenar o mercado, fazer intervir o Estado para corrigir desigualdades supostas ou reais, cercear os impulsos de empresa, suspeitar do lucro, taxar a renda com impostos progressivos e, de um modo geral, elaborar, em torno do conceito de uma burocracia encarregada de restabelecer a moral social, o aforismo da Primeira Epístola de São Paulo a Timóteo (6:10) "porque a raiz de todos os males é o amor ao dinheiro" - sentença que os romanos conheciam sob a forma *cupiditas radix malorum,* e o *auri sacra fames* ("ó, abominável cobiça do ouro") de Virgílio. Reemergia o velho rancor do Cristianismo primitivo quando São Jerônimo afirmara: "um homem rico é ladrão ou filho de ladrão"...

Inicialmente, a Igreja, conservadora, manteve-se neutra nesse debate que não afetava ainda os países católicos. Sem demonstrar simpatia alguma pelo Liberalismo - do qual a economia liberal capitalista é expressão - nem tampouco pela Revolução Industrial modernizante, a Igreja parecia manter-se em sua teimosa preferência pela escassez do passado medieval. Alguns clérigos, entretanto, como Lamennais na França, já anunciavam em seu suposto ímpeto "liberalizante" a tendência socializante coletivista de esquerda que, sob inspiração de Teilhard de Chardin e outros jesuítas, iria contaminar a Igreja depois do Concílio Vaticano II. As soluções radicais ao problema da desigualdade começavam a atormentar os pensadores católicos, em virtude do espetáculo óbvio do enriquecimento das classes empenhadas no desenvolvimento industrial. A partir das encíclicas sociais de Leão XIII e, não obstante sua oposição formal ao totalitarismo político, a Igreja passou de modo mais evidente a se colocar no campo oposto aos que encabeçavam o avanço da humanidade. A *Populorum Progressio* é, nesse sentido, profundamente ambígua, como supremamente incoerente foi o papa Paulo VI, que a promulgou. A encíclica Agravou a ojeriza ao desenvolvimento moderno, pelo fato de conscientizar para a associação do

espírito do capitalismo com a ética protestante individualista de trabalho e poupança. O capitalismo, nas nações formadas pela afirmação vital do puritanismo calvinista, emergia como fundamentalmente oposto ao ideal de pobreza evangélica de humildade e controle eclesiástico que persistia no mundo católico. A índole autoritária e comunitária do catolicismo não fora radicalmente rompida após o *aggiornamento do* Vaticano II, de modo que as portas se abriam à invasão da Igreja pelos agitados clérigos frustrados em seu voto de castidade e comprometidos com as ideologias coletivistas, revolucionárias, igualitárias e social-estatizantes. O alegado egoísmo utilitarista, materialista e interesseiro da atividade econômica, numa "economia naturalmente livre", conforme a fórmula admirável de Adam Smith, parecia se revelar essencialmente diabólico e pecaminoso. Sem acolher de modo algum o comunismo, a Igreja parecia considerar o capitalismo como contrário ao mandamento de amor e altruísmo implícito na ética cristã, luz de tais considerações seria mais fácil compreender o sucesso fenomenal que alcançou, entre nós, a pseudo-Teologia da Libertação nos meios da Esquerdigreja. Capitalismo versus cristianismo - eis a alternativa que se nos foi apresentada. Alternativa que envolve o problema mais vasto da compatibilidade entre um cristianismo de exigências absolutas e a própria Cultura, conforme foi debatido com a maior angústia pelos filósofos místicos russos do século passado e do atual. Se não devemos acumular bens neste mundo mas apenas aguardar aqueles que nos são reservados no mundo que há de vir, então certamente o capitalismo não tem vez numa sociedade cristã. Ele será excomungado do mesmo modo como foi o jovem rico a quem Jesus inutilmente convidou a converter-se. Durante dois mil anos, esporadicamente, seitas comunistas e milenaristas radicais desafiaram a ortodoxia. A opção preferencial pela pobreza é antiga. O fenômeno novamente se repete.

O socialismo se revelou assim, com clareza meridiana, não ser outra coisa senão uma espécie de heresia[3] ou, mais exatamente, uma secularização radical da ideia de fraternidade cristã. Isso foi genialmente intuído por Nietzsche há cem anos. Precisamente, à medida que triunfava o capitalismo no mundo pragmático do desenvolvimento industrial e do comércio internacional, promovendo o período mais estupendo de progresso material de que tenha havido exemplo na história da

3 Vide *O Fenômeno Totalitário,* de Roque Spencer Maciel de Barros.

humanidade, crescia o entusiasmo pela ideologia socialista, empobrecedora, como se por necessidade de contraponto dialético àquele triunfo. O Reino do Céu devia ser revolucionariamente trazido à terra. Mas esse reino celeste devia ser o dos pobres, dos oprimidos e dos contemplativos que já haviam sido bem-aventurados. Após a 2ª Guerra Mundial e até os anos 80, o Capitalismo foi ardentemente denunciado no Ocidente e no resto do mundo, tornando-se o objeto de repugnância odienta da *lumpen-intelectuária* - o que quer dizer, precisamente daqueles "clérigos" (escritores, jornalistas, professores, cientistas sociais, cineastas, artistas, bacharéis, candidatos a funcionário público) que substituíram, no mundo moderno, os dominicanos, franciscanos e jesuítas do passado como orientadores morais da humanidade ocidental.

2. A falsificação histórica

O questionamento moral e filosófico provocado pela industrializa-ção deu nascimento a uma série de mitos. Ronald Hartwell, professor em Oxford e na Universidade da Virgínia, no trabalho *"History and Ideology",* feito para o Institute of Humane Studies da George Mason University, escreve sobre o mais poderoso e detestável desses mitos: o de que o extraordinário crescimento econômico e tecnológico alcançado pelas economias capitalistas desde a 2ª Guerra Mundial foi obtido à custa das classes ditas trabalhadoras. O mito se estendeu para explicar todos os males da sociedade moderna. Incidentalmente, o termo "classes trabalhadoras" se deturpou, dando a entender que só os trabalhadores manuais na indústria e no campo *trabalham* realmente, como se os trabalhadores intelectuais fossem todos ociosos, parasitas e preguiçosos. As crenças que compõem o mito são, segundo Hartwell, as seguintes: "Em primeiro lugar, a crença de que a Revolução Industrial na Inglaterra resultou não somente da deterioração dos níveis de subsistência da massa dos trabalhadores durante mais de um século, mas também de uma deterioração permanente do modo de vida; e na medida em que a riqueza aumentou no período inicial, resultou apenas no crescimento da desigualdade, com os ricos se tornando mais ricos e os pobres mais pobres. Em segundo lugar, a crença de que a subsequente melhora, a longo prazo, das condições materiais da classe trabalhadora europeia e norte-americana - que os críticos do capitalismo têm dificuldade em negar - foi causada, não pela

industrialização e o crescimento econômico, mas pela redistribuição da renda graças às organizações industriais (sindicatos) que conseguiram retirar uma parte maior da renda dos capitalistas relutantes, e pelo desenvolvimento do Previdencialismo, o qual teria também sido resultado direto do poder político crescente da classe trabalhadora. Em terceiro lugar, a crença de que grande parte da riqueza das nações industriais da Europa, que se destinou principalmente aos capitalistas, veio de povos não-europeus; aumentando a riqueza europeia, inclusive a riqueza das massas, o fenômeno ocorreu em parte à custa das massas não-europeias e foi alcançado por um processo de exploração capitalista colonial, conhecido como imperialismo".

Todas essas crenças e mitos nos são, naturalmente, familiares. Nosso meio inculto e subdesenvolvido os acolheu com ardor incomparável. Aqui também sempre se atribuiu nosso atraso e miséria à exploração imperialista e à "dependência" em relação, primeiro, aos ingleses e, mais tarde, aos americanos. Aqui também sempre se insistiu, inclusive na boca de um Presidente militar à época do milagre econômico, que "os ricos se estão tornando mais ricos e os pobres mais pobres". Repete-se uma fórmula famosa e néscia da época do esplendor britânico no século XIX. Ela não é novidade.

Ora, o problema moral essencial que temos de enfrentar é o seguinte: a hipocrisia social sempre procurou esconder o caráter egoísta, agressivo, pecaminoso e imperfeito da alma humana, atingida, segundo pretendem as Escrituras, por uma espécie de Pecado Original. O homem acreditou que essas suas falhas não existem, ou são corrigíveis numa sociedade que se diz cristã e foi educada na ideia do amor, do altruísmo, da compaixão e da fraternidade. O mal do egoísmo, da agressividade, da inveja, da crueldade, da luxúria e da mentira certamente persiste, na sombra - mas pode ser perdoado pelo sacerdote, no confessionário, com um padre-nosso e três ave-marias e a promessas envergonhada de não repetir... Uma solução melhor encontrada, quando começou a definhar a fé religiosa, consubstanciou o Mal romântico, perversa enfermidade coletiva que se apossou da mente ocidental a partir de fins do século XVIII. O Mal romântico procura encontrar álibis para a brutalidade da condição humana. Ele projeta nossa consciência de culpa sobre os famosos "cabides de sombra" - que sempre são os de um *Outro* no contexto do Mal romântico. Surgiu o cristianismo *ersatz* que é o Socialismo. O homem é basicamente bom, quem o corrompe é a

sociedade capitalista. A culpa é das "estruturas" sociais. Nelas é que se penduram os cabides. Não há pecado individual, há pecado "social". Basta manipular adequadamente as estruturas e se alcançará a "justiça social". O papel salvífico da Igreja deve ser entregue ao Estado, com a assistência de figuras messiânicas, carismáticas e soteriológicas, proliferando em nosso século como cogumelos em floresta úmida. O socialismo é o altruísmo imposto pela polícia. Em nosso país, por exemplo, não seria a "Mão invisível" de Adam Smith que deve salvar a economia, mas a mão de ferro do delegado Romeu Tuma. Outros recursos milenaristas são sempre invocados para nos tirar do fundo do poço: uma Nova Constituição, eleições diretas e um novo Dom Sebastião.

Hobbes, Locke, Adam Smith, Burke, Malthus e os economistas liberais haviam proposto a tese de senso comum, a tese empírica, de que o "interesse egoísta" é uma motivação incontrastável da natureza humana. Há que admitir o egoísmo. O egoísmo pode ser utilizado para o Bem comum se racionalmente contido dentro de uma forte armação legai, em regime de liberdade democrática. Sabemos perfeitamente que o poder corrompe e que o homem sempre anseia por mais poder: devemos por isso desconfiar do poder concentrado nas mãos do Estado, estabelecer rigorosamente o império da Lei - e assim faremos o egoísmo individual trabalhar pelo Bem público. É isso a grande novidade teórica que espanta, escandaliza e acaba entusiasmando aqueles ingleses, americanos e amigos da Inglaterra que promovem a grande revolução industrial capitalista, graças à qual somos hoje o que somos.

O primeiro filósofo a propor a nova tese, de modo satírico, talvez mesmo cínico, foi um holandês de origem huguenote francesa, que viveu na Inglaterra, Bernard de Mandevilie (+1733). Personagem ainda pouco conhecido na história do pensamento ocidental, apresenta-se Bernard de Mandevilie como uma figura cuja importância no desenvolvimento da sociedade capitalista moderna se torna cada vez mais evidente. Nascido em Amsterdã, viveu Mandevilie grande parte da vida na Inglaterra, onde exerceu a profissão de médico e publicou sua obra principal, a Fábula das Abelhas, em 1714. Não obstante o *succès de scandale* que, com a fábula, provocou, era Mandevilie essencialmente um moralista, no estilo dos inúmeros autores - La Rochefoucauld por exemplo - que, sobre temas éticos, escreveram nos séculos XVII e XVIII. Mas o subtítulo da obra mestra, "Vícios privados, virtudes públicas", e as conclusões filosóficas de tom sarcástico, que

tirou de suas cogitações poéticas, fizeram furor, sendo por isso acusado de imoralidade, cinismo e ateísmo. Era certamente um cético e usou o sarcasmo para transmitir suas brilhantes intuições.

O socialista Tawney e todos os românticos de esquerda iriam considerar o médico holandês um imoral detestável por haver oferecido, como subtítulo de sua obra, a sentença "vícios privados, benefícios públicos". O fato é que Mandevilie aceitava a noção hobbesiana de um homem egoísta que é o lobo do homem e que persegue, até a morte, poder e mais poder. A sociedade não está baseada nas "qualidades amistosas e afeições carinhosas" da natureza humana, nem nas virtudes de razão e abstinência, mas antes naquilo que "chamamos o mal neste mundo, moral tanto quanto natural". O pecado social é não somente inevitável mas é o "grande princípio que nos torna sociáveis". O homem possui uma tendência irresistível ao prazer e à preguiça, e não há por que pensar que jamais trabalharia se a isso não fosse obrigado pela necessidade imediata de sobrevivência. A visão pessimista da existência manifestada por Mandevilie provocou uma tempestade de protestos hipócritas e desencadeou um clamor de indignação. Foi mesmo por um júri condenado como ofensivo à moral e aos bons costumes.

Fundamentalmente, porém, foi Mandevilie um dos primeiros pensadores a abordar uma problemática que nos parece hoje da maior relevância, na era pós-socialista em que estamos penetrando: como conciliar um sistema capitalista, sustentado no egoísmo, no cálculo frio e na procura do lucro e do lazer, com uma ordem moral que impeça abusos e aproveitamentos cínicos. Se pode o socialismo ser definido como o altruísmo imposto pela polícia, a questão crucial - particularmente em nosso país - passa a ser a seguinte: como agora aplicar Adam Smith sem ter que recorrer ao delegado de polícia? Mandevilie tentou, há quase 300 anos, a isso responder.

Entretanto, o holandês apenas exagerava com uma fábula fantasista a noção utilitarista, que se popularizava num ambiente trabalhado pela ética protestante em processo de secularização: a democracia consiste numa livre conciliação de interesses. A economia é a racionalização do conflito dos interesses privados para o bem de todos. A grande e genial contribuição de Adam Smith é que a própria concorrência de interesses egoístas, no mercado, colabora - se dentro de uma estrutura legal de tipo lockeano que assegura o respeito à

propriedade e aos direitos naturais do homem - para o progresso e o enriquecimento das nações.

Consideremos que a sociedade moderna se deve erguer sobre três pilares, iguais em importância e solidários: o político, que é o liberalismo num Estado de direito; o econômico, que consiste em uma economia de mercado; e, finalmente, o cultural-moral, que lhe proporciona uma estrutura de convivência ética. O pensador anglo-holandês se antecipou ao próprio Adam Smith ao procurar estabelecer uma "teoria dos sentimentos morais" aplicável à nova sociedade anunciada pela Idade das Luzes.

Pesquisas recentes de autores de língua inglesa descobrem o relacionamento de Mandevilie com o Jansenismo. Particularmente, com Pascal, Bayle e o teólogo Nicole. Ora, enquanto Mandevilie e Bayle eram protestantes, e Pascal e Nicole católicos, representou o Jansenismo a infusão de uma ética de índole protestante no catolicismo francês, ainda de extrema vitalidade em pleno século XVII. Com ênfase no elemento de introspecção moral e de angústia existencial, numa religião então dominada pelo probabilismo da *dévotion aisée,* a piedade fácil dos jesuítas, o Jansenismo aproximava-se das teses de Calvino, salientando o rigorismo ético contra os primeiros sinais do Romantismo pelagiano que iria desabrochar em Rousseau, e procurava reviver a emoção e espiritualidade de Santo Agostinho contra o intelectualismo escolástico estéril que veio a dominar a Igreja com a consagração definitiva de São Tomás. O ambiente jansenista que influenciou Mandevilie conduziu diretamente ao espírito do capitalismo nascente.

Acentua Hayek, em seus "Novos Estudos", que Mandevilie não foi um grande economista. Seu mérito principal consistiu em haver introduzido uma concepção evolucionista nas ciências sociais e descrito a "luta pela vida", graças à qual se elevou o homem acima dos animais, para formar as sociedades civis tais como agora existem. Hayek admite uma influência de Mandevilie sobre Hume, o qual, por sua vez, influenciou Darwin. E assinala Hayek, finalmente: "parece-me que sob muitos aspectos Darwin é a culminância de um desenvolvimento a que Mandevilie, mais do que qualquer outra pessoa, deu início" (op. cit. 265).

O tema importante que associa pensadores tão díspares no tempo, no interesse, nos métodos e nas crenças quanto Santo Agostinho, Pascal, Mandevilie, Adam Smith, Hume, Darwin e Hayek, é que o caráter luciferiano e

essencialmente egoísta do homem, num contexto de cultura, parece conduzir inevitavelmente ao progresso da sociedade civil. A palavra chave para esse entendimento é *amour propre.* Muito em voga naquela época, o termo procede da filosofia de Santo Agostinho que distinguiu o *amor sui,* orientador da cidade terrena, pragmática e real, do *amor Dei que* inspira a Cidade de Deus, espiritual, transcendente e paradigmática (Vide, de Gustavo Corção, "Dois Amores, duas Cidades"). É através da exegese do sentido exato do *amour propre,* em inglês traduzido como *príde,* que Laurence Dickey *(Criticai Review,* verão 1990) identifica a conexão, através de Mandevilie, "com o que subsequentemente se tornou a ideologia da sociedade comercial". Mandevilie intuiu o mecanismo pelo qual o amor próprio, o egoísmo, a hipocrisia, o orgulho e outros "vícios privados" inerentes à condição humana, conduzem, como se fora por uma mão invisível, à sociedade liberal capitalista moderna, em seu progresso, seu bem-estar e sua liberdade.

Franz Oppenheimer, sociólogo alemão, citado por Rothbard, avança uma hipótese excessiva, porém de fácil entendimento. Em sua obra *The State,* acentua Oppenheimer que "existem duas maneiras fundamentais e opostas através das quais o homem, necessitando do seu sustento, se sente impelido a obter os meios necessários para a satisfação de seus desejos. Essas são o trabalho e o roubo. O trabalho próprio, no primeiro caso, e a apropriação violenta do trabalho alheio no segundo". Oppenheimer chama de "meios econômicos" o trabalho próprio ou a troca equivalente do trabalho próprio pelo trabalho dos outros. Meios políticos seriam a apropriação forçada do trabalho dos outros. O sociólogo alemão levanta corretamente duas hipóteses sobre a origem da sociedade política e do Estado - uma que se distingue pelo comércio e a outra pela guerra. Mas a complexidade da realidade histórica não torna essa teoria, correta em princípio, facilmente aplicável na prática.

Estendendo esse exame da situação, poderíamos sustentar a tese que, ao examinarmos a ação dos fatores de ordenamento social, inclusive o conceito de *direito de propriedade,* três tipos de relacionamento humano são possíveis: o altruísta, o agressivo e o comercial.

O primeiro é aquele que se estabelece, por extensão do amor materno e paterno, e da solidariedade do grupo consaguíneo, entre familiares e amigos. Esse relacionamento é de base afetiva e altamente personalizado. No altruísmo, ou na

simpatia de que fala Adam Smith, ou no amor, no *ágape* dos gregos, na caridade cristã, *estamos dispostos a tudo dar sem nada receber em troca.* O exemplo supremo é o da mãe que sacrifica sua vida pelos filhos - sendo o paradigma dessa entrega suprema o que constitui o tipo mais íntimo e sublime de relacionamento entre os homens. No mito do cristianismo, o próprio Filho de Deus se entrega para a redenção da humanidade.

Diametralmente oposto ao precedente, temos o comportamento agressivo, violento, predatório, antagônico ou polêmico, quando o impulso é obter o máximo sem qualquer espécie de concessão em retorno. No "estado de natureza", segundo foi proposto pelos teóricos pessimistas da linhagem de Hobbes (e da linhagem agostiniana que enfatiza o dogma do Pecado Original), tenta o homem arrancar pela força aquilo que deseja, sofrendo simultaneamente o medo obsessivo do *summum malum que* é a morte. A vontade de poder, ou de querer possuir sempre mais *(pleonexia),* é corrigida pelo temor do poder do Outro, mais forte, mais audacioso e mais perigoso. O ato sexual é, também nesse caso, um estupro e não um ato de amor, pois seu objetivo imediato, na consciência do macho, não é a reprodução mas o orgasmo puro e simples. A mulher é abandonada após a satisfação da concupiscência. A forma animal, primitiva e selvagem de comportamento humano permaneceu até hoje sob os qualificativos de roubo, assalto, estupro, atividades de jagunço, latrocínio, pilhagem, banditismo, massacre, terrorismo e a guerra em todas as suas formas de aquisição pela violência e astúcia. Na teoria do *Lebensraum dos* nazistas temos uma elaborada racionalização teórica desse tipo de comportamento coletivo que poderíamos classificar como devorador. Nesse caso, *estamos dispostos a tudo tomar, sem nada oferecer em troca.*

Por mais belicoso, assaltante e agressivo que seja um povo, entretanto, nunca prescinde da utilização ocasional da troca comercial. Inversamente, mesmo os povos mais comerciantes recorrem, eventualmente, a meios violentos para se apropriar daquilo que desejam. Os Vikings, por exemplo, que eram piratas e conquistadores sanguinários e flagelaram a Europa ocidental nos séculos VIII e IX, foram também grandes comerciantes cujos barcos ligeiros levaram suas negociações a todo o Mediterrâneo e aos grandes rios da Rússia meridional, até a Sicília e Constantinopla: assim, juntamente com as ruínas que deixavam, concorriam para estender os benefícios do comércio e da civilização às terras por

onde incursionavam.

Normalmente, na "luta de todos contra todos", e temendo a morte, o indivíduo agredido reage: a história humana é de infinito conflito. Um dos fragmentos de Heráclito acentuava que "a guerra é o pai e rei de todas as coisas *(polemos panton mèn pater ésti, panton de basileus)* e a alguns revela como deuses, e a outros, como homens, e de alguns fez escravos e de outros, homens livres"... O Estado hobbesiano teria sido concebido para racionalizar e coibir o uso da violência, fazendo cessar a guerra de todos contra todos. O *amour-propre,* pensava Rousseau, é o grande vício da humanidade. A violência é gerada pelo egoísmo entranhado da natureza humana, egoísmo que representa darwinianamente o motor da seleção natural e da evolução. A dialética da violência e da maneira de suprimir a violência engendrou a concepção contratualista do Estado, na imaginação dos que filosofam em torno da problemática da política.

Nos dois casos anteriores, o relacionamento se desenvolve, normalmente, entre indivíduos ou grupos de âmbito limitado. Por isso comporta uma forte dose de emoção, com sinal positivo ou negativo, amor ou agressão. Em grande escala, é certo que na guerra, e sobretudo na guerra moderna, o conflito é coletivo e se processa quase que impessoalmente, sem que um combatente possa às vezes conhecer ou mirar seu adversário. Se a guerra representa a extensão a grandes coletividades do ímpeto egoísta e agressivo de caça, roubo e homicídio, configura a sociedade política num Estado de direito, por outro lado, uma extensão sempre imperfeita do comportamento altruísta entre membros solidários de um grupo. A simpatia de Adam Smith vigora entre os membros do grupo social. A etimologia das palavras *nação* e *pátria* ainda transmite a ideia primitiva de uma comunidade ou grande família de solidariedade genética.

Finalmente, no terceiro tipo, o relacionamento entre indivíduos é contratualista ou comercial: é o que ocorre, normalmente, entre desconhecidos na vida diária em grandes comunidades, tendo objetivos materiais de puro interesse mútuo. Tal relacionamento é, evidentemente, frio e despersonalizado. Não é de modo algum necessário proporcionar um tônus afetivo a uma simples transação rotineira: quando entramos num ônibus e depositamos uma moeda para pagamento da passagem; ou pagamos num supermercado a compra de mercadorias - a despersonalização se caracteriza sem qualquer espécie de

inconveniente, mas levando em conta os meros imperativos racionais de eficiência. Seria uma ilusão romântica imaginar que os milhares de transações econômicas que estamos, diária e permanentemente, realizando com indivíduos desconhecidos ou só superficialmente conhecidos, devam ser personalizadas e coloridas de qualquer afetividade ou "sentimento humano". Nesse tipo de comportamento, o indivíduo *oferece algo para receber outra coisa em troca.* Domina o frio e objetivo princípio *do ut des.* O relacionamento é econômico: originariamente pela troca pura e simples de mercadorias e favores; posteriormente, com a crescente complexidade e abstração da vida social, pela introdução de um veículo monetário de valor abstrato quando surge o mercado capitalista com suas leis de oferta e procura, e o estabelecimento de preços variáveis segundo o valor subjetivo da mercadoria.

A alternativa "altruísta" e racional no mercado consiste em desistir da violência, do engano e da mentira, aceitando as regras de *fair play.* O comércio, em sentido lato, obediente a essas regras de comportamento civil e *fair play,* configura uma troca de objetos, trabalho e serviços, um negócio entre propriedade e trabalho que se intensifica pelo processo global de divisão do trabalho, proporcionado com o progresso da civilização. Mesmo a relação entre homem e mulher, tendo em vista a reprodução e a educação da prole no lar, com a instituição da família, constitui basicamente um "comércio de amor". A expressão é, aliás, frequentemente usada nesse sentido, quando se reconhece o componente econômico na instituição básica da sociedade. Entre os primitivos o casamento é, amiúde, uma operação comercial entre famílias: o homem compra a mulher. Na África tribal, ainda hoje, a mulher é comprada em troca de um certo número de animais ou a responsabilidade que adquire o marido de sustento da mulher é compensada por um dote de animais. No período feudal, o casamento entre casas aristocráticas comportava uma operação territorial: a Casa de Habsburgo, por exemplo, tornou-se notória pela capacidade de aumentar seu patrimônio através de hábeis negociações matrimoniais. Dizia-se que, enquanto as outras nações se expandiam pela guerra, *tu, felix Austria, nube...* Por mais sublime que seja a relação amorosa entre marido e mulher, o substrato de contrato de troca de favores e obrigações nunca está ausente na instituição do casamento.

Durante séculos e milênios a ordem política, ao promover o tráfico dentro do grupo social e regular o comércio com os demais grupos concorrentes, ao

mesmo tempo em que reservava o uso da violência para a autoridade estabelecida na dominação legal e no relacionamento inter-tribal da paz e da guerra, essa ordem política, social e econômica foi mantida pela instância soberana concretizada no Estado monárquico ou aristocrático - o *Leviathan* de que falava Hobbes. Só muito esporadicamente no passado, em Israel por exemplo, nas cidades-estados da Grécia e em alguns burgos alemães e italianos da Idade-Média, processou-se uma descentralização do poder que facultou aos indivíduos o livre exercício de suas atividades. Prosperou então o comércio de ideias, de serviços, de influências, de trabalho e de coisas. Criou-se assim o mercado democrático. O mercado se foi progressivamente ampliando e sofisticando até alcançar, pela primeira vez, no século XVI, o âmbito ecumênico do planeta.

Devemos, a esta altura, insistir no ponto que John Locke, o maior pensador político inglês depois de Hobbes, era um filósofo e não um economista. Ao definir o papel precípuo do Estado como sendo a defesa da propriedade, ele acentuava que, em primeiro lugar, a sociedade civil ordenada e pacífica tem que ser estabelecida através do Contrato Social, antes que possa uma economia de mercado funcionar. Mesmo entre tribos selvagens, um acordo prévio implícito de relacionamento pacífico tem que ser negociado antes que o processo de troca possa vigorar. Por isso, temos que considerar Hobbes, Maquiavel, Locke, Montesquieu, Rousseau, Kant e Burke, antes de considerar Adam Smith, Malthus ou David Ricardo. O mercado depende de condições de paz. Hobbes, Maquiavel e Locke estudaram o processo pelo qual o relacionamento belicoso entre os homens é substituído pelo relacionamento comercial pacífico. A força do tigre e a astúcia da raposa que presidem maquiavelicamente ao trato político cedem, progressivamente, o terreno , como notou o próprio Maquiavel, à imposição da lei e de uma autoridade legítima para assegurá-la. Para que haja mercado é necessário, como assinalava Locke, que sejam respeitados os direitos de propriedade. Em suma, o Estado de direito *precede* o mercado, e os cientistas políticos *precedemos* economistas. A filosofia política é mais abrangente do que a economia. É essa situação que não é frequentemente compreendida entre nós, particularmente pelos pensadores liberais.

Das três formas de relacionamento entre os homens - a afetiva, a agressiva e a comercial ou econômica - podemos similarmente deduzir três formas de aquisição de propriedade.

Quando os pais dão ao filho um brinquedo e um quarto onde dormir, comida, uma casa e outros bens para sua sobrevivência e conforto - para esse filho estão transferindo o direito de propriedade sobre esses bens. Tal transação possui conteúdo afetivo, é informal, mas adquire legalidade pela herança. A transferência de propriedade de pais para filhos, de amigo a amigo ou na base de um relacionamento de natureza emocional no contexto do parentesco, simpatia ou impulso filantrópico, pode ser formalizada, constando de um documento escrito. A herança é o tipo de transferência do direito de propriedade num contexto altamente personalizado e em sua mais alta expressão humana. Ela ultrapassa o indivíduo e configura uma propriedade familiar. Os marxistas bem perceberam, aliás, a íntima relação existente entre propriedade e família, razão pela qual se esforçaram no sentido de enfraquecer a família ao se apossarem do poder, com a instalação de regimes comunistas. A relação entre propriedade de família é tão poderosa e natural que, em muitos casos, o livre controle que um indivíduo exerce sobre sua propriedade só pode ser alienado com o consentimento de outros membros do grupo familiar.

A segunda maneira de adquirir a propriedade de um objeto, um terreno ou território, ou mesmo de um bem abstrato ou de uma pessoa, é pela força ou violência. É dessa maneira que se alimentam os animais carnívoros, enquanto conservam o domínio do território onde encontram a matéria orgânica reservada à sua nutrição. Os etólogos falam no "imperativo territorial". É também essa a maneira de aquisição de propriedade original segundo a hipótese hobbesiana do *bellum omnium contra omnes.* Note-se que, nos grupos humanos primitivos, como por exemplo entre nossos índios, a aquisição e defesa de seus territórios de caça e pesca configura a forma primordial de uma consciência de propriedade. O conceito de propriedade entre os grupos sociais - tribos ou nações - corresponde ao "imperativo territorial" sobre a área do planeta onde podem exercer sua soberania e esta é sempre o resultado de um longo processo histórico de negociações, trocas, transferências patrimoniais, guerras e tratados de paz, e novos e intermináveis conflitos bélicos. O "direito" de propriedade sobre um território nacional é sempre, por conseguinte, o produto final de um desenvolvimento com plexo, condicionado pelo tempo: a história, em suma, é que "legaliza" as fronteiras.

É interessante, quanto a esse aspecto, insistir sobre as ideias de Robert

Nozick relativas aos "títulos históricos" que se adquire no processo de estabelecimento de um direito de propriedade, especialmente fundiária. Esse direito em áreas rurais do interior brasileiro, mormente em regiões como Norte, o Nordeste e o Mato Grosso, comporta um elemento indeterminado em que intervém amiúde a violência e a astúcia, ulteriormente obscurecidas pelo passar do tempo que acaba solidificando a posse. Os títulos iniciais duvidosos são aceitos no consenso geral. Um ladrão ou assaltante, um posseiro, inclusive de colarinho branco, acaba tendo sua propriedade reconhecida pelos outros por prescrição do crime. Do mesmo modo, as fronteiras conquistadas pelas nações ao longo dos séculos, mesmo se por métodos reconhecidamente ilegítimos, em lutas e expansões imperialistas, terminam pacificamente respeitadas pelas outras nações segundo as normas do Direito Internacional. Como acentuava Schiller, repetido por Hegel, *"die Weitgeschichte ist das Weltgerichf* - a história universal é o tribunal do mundo...

Em seu *Anarchy, State and Utopia,* Nozick insiste por isso em sua teoria dos títulos históricos (*entitlement theory).* Segundo o filósofo de Harvard, a aquisição de propriedade de conformidade com os títulos apresentados deve obedecer aos princípios de justiça e estes implicam então uma propriedade legítima. O que Nozick não diz é que tal método é válido entre os indivíduos, dentro de um Estado de direito, porém não em termos de coletividades em que tal Estado ainda se apresenta em condições embrionárias.

O terceiro tipo de aquisição de propriedade ocorre pela troca ou comércio. Nozick também desenvolve com primor as objeções levantadas contra a teoria de Marx sobre o valor-trabalho. Os objetos de propriedade possuem um valor subjetivo, independente do trabalho despendido para fabricá-los. Uma bela mulher pode adquirir um diamante, por exemplo, em troca de uma noite de prazer; e um garimpeiro pode descobrir um diamante bruto com alguma sorte, com pouco ou sem nenhum trabalho. Uma imensa propriedade em dinheiro pode ser ganha na loteria ou no jogo, de novo sem qualquer trabalho. Outras coisas são preciosas por sua raridade, digamos como as cartas de Napoleão ou uma antiguidade egípcia; ou por seu valor de estimação artística, como um quadro de Rembrandt, por exemplo. As propriedades também possuem valores diferentes segundo sua localização ou acessibilidade: uma propriedade no Mato Grosso não é a mesma coisa do que um terreno no Leblon. Nozick conclui que a teoria da mais-valia ou

da exploração do trabalho (a exploração do homem pelo homem) constitui a exploração marxista da incompreensão da economia por parte de pessoas que ainda acreditam em Marx.

O fato é que o trabalho produz um valor que pode ser trocado por uma propriedade. Um artesão ou um agricultor produz objetos ou frutos da terra que podem ser trocados por outras propriedades. Mas é evidente que o produto do trabalho varia de acordo com critérios que independem do esforço físico ou tempo despendido em sua produção. O trabalho manual de um modo geral vale menos do que o trabalho mental. Um quadro de van Gogh vale, não pelo trabalho gasto em pintá-lo pelo infeliz e genial artista, mas por suas qualidades de estimação subjetiva, o que permite sua venda em leilão por sessenta milhões de dólares.

Na criação do direito de propriedade supomos, por conseguinte, que três casos são possíveis:

1. o do trabalhador que vendeu seu trabalho ou o produto direto desse trabalho, nisso incluindo os artistas e profissionais liberais;

2. o do diretor, empresário, gerente, capataz, administrador, funcionário ou outra qualquer pessoa que controla o processo de produção em suas linhas gerais - em trabalho puramente ou principalmente mental - e por esse trabalho recebe salário, honorário, comissão, lucro ou qualquer outra forma de remuneração;

3. o daquele que possui título histórico à propriedade, ou seja, ao capital: a) por ser o primeiro a descobri-la ou dele se apossar; b) por herança, dádiva, sorte no jogo, etc. e, c) por acumulação, como no caso de aposentadoria, juros de capital, seguro pago ou outra forma de recebimento a longo prazo.

* * *

O que caracteriza a relação de comércio é a vontade dos parceiros de coibirem seus ímpetos agressivos, alcançando seu desejo pela negociação em vez de satisfazê-lo pela força. Basicamente, ao invés do embate agonístico, a ética do *fair-play.* Nesse sentido, a tese de Locke é mais sofisticada do que a de Hobbes ou, se quiserem, a tese correta é a de que o homem passa, historicamente, de um relacionamento hobbesiano (a guerra de todos contra todos) para um relacionamento lockeano, de respeito à propriedade. A nova fórmula alcançada pacificamente implica uma decisão que recalca o instinto de

morte, de luta, de agressão, de guerra e destruição, profundamente entranhado na natureza carnívora de nosso Inconsciente. Eis a fórmula do contrato social: "eu desisto de tomar pela força aquilo que quero, se V. também, do mesmo modo, desistir de me assaltar, ameaçar de morte e arrancar pela força aquilo que possuo". Os dois parceiros nessa transação "negociam" um ajuste de troca cujo veículo abstrato, nas sociedades mais avançadas, é o dinheiro. "Eu compro e vendo. V. vende e compra.

Eu pago e recebo a mercadoria. Ou recebo em troca uma soma em dinheiro". O mesmo ocorre com o trabalho que é vendido em troca de remuneração. É meu caso específico, por exemplo: como funcionário público, professor e escritor, vendo meu trabalho intelectual num negócio em que o parceiro é, respectivamente, o Estado, a Universidade, o jornal e a casa editora. Eu sou um trabalhador - sendo mister desde logo estabelecer enfática e claramente o conceito de uma divisão entre trabalho manual e trabalho intelectual, sem o que todo o arrazoado é deturpado e se perde em sofismas. Esse esquema parece simplista e óbvio. Mas dada a contaminação de todo o pensamento econômico por aberrações ideológicas de natureza romântica, irracionais e de má fé, convém, como aconselhava Adam Smith, voltar ao "fundamento das coisas". Voltar com bom senso e uma certa dose de observação empírica, desprovida de preconceitos.

Evidentemente, sendo o homem o que é, desigual em força, saúde, inteligência, astúcia e outras virtudes ou vícios, a transação comercial nunca é necessariamente celebrada com um senso de equidade. Eis o problema da Justiça: dar a cada um o que é seu, segundo um critério moralmente satisfatório. O instinto de domínio está inextricavelmente envolvido, mesmo na transação mais pacífica e aparentemente mais desprovida de qualquer dose de violência. Um leva sempre vantagem sobre o outro: eis a regra da luta pela vida. Hegel postulou, numa tese que se tornou célebre, a relação inevitável entre o senhor e o escravo, dependendo um do outro em processo dialético.

A negociação comercial, que constitui a essência da vida econômica, pode ser simples, racionalmente regulada e legalmente garantida por uma sólida estrutura jurídica de "liberdade dentro da lei" *(freedom under the law),* num Estado de direito. Ou pode ser complicada, polêmica e desigual, implicando o abuso injusto do poder. Os levantinos tornaram-se célebres por seu apreço ao

marchandage, ao *pazarlik,* à barulhenta, falsa, astuciosa e interminável discussão de bazar oriental quanto ao preço da mercadoria ou ao montante do salário justo. Entre povos subdesenvolvidos, o mercado também é subdesenvolvido: suas regras são imperfeitas; os abusos, privilégios, as manhas e artifícios frequentes; a incidência da lei reguladora precária; as coibições morais *[restraints)* raras. Aí campeia a desonestidade, a mentira, o assalto disfarçado, a "exploração do homem pelo homem". Cada um deseja, primariamente, enganar o parceiro. Essa exploração, ao contrário do que pensam os marxistas, não é uma consequência do *Spätkapitalismus* mas o acompanhamento normal de um mercado primitivo, em situação de subdesenvolvimento. Em outras palavras, um mercado honesto e justo é um mercado desenvolvido; e um mercado desenvolvido é um mercado sujeito a certas normas éticas de *fair-play.* O filósofo americano John Rawls define mesmo a Justiça como *fairness* - uma palavra que poderíamos traduzir como "retidão, lisura, equidade".

A grande revolução na compreensão desses fatos agrestes, mas de simplicidade meridiana coloca-se, no século XVIII - o século da Razão. Foi quando surgiu a ciência econômica, sem as características lúgubres, medonhas, horrendas ou maléficas que lhe seriam posteriormente atribuídas, sob o impacto do romantismo esquerdizante jacobino. A novidade causou tamanho choque aos contemporâneos que muitos recuaram espavoridos. Carlyle, que parecia divagar ainda no medievalismo, ia precisamente, em um de seus panfletos, chamá-la de *dismal science.* E Disraeli costumava afirmar que "a economia é uma ciência lúgubre", criticando a "gravidade" e o tom "quase sempre sombrio" dos que a praticavam. A descoberta da economia pelos fisiocratas franceses, pelos empiricistas ingleses e pelos economistas escoceses, a começar com Locke, Adam Smith e Malthus, coincidiu - provocou ou teria sido provocada? - com os primórdios da Revolução industrial. O ano de 1776 pode ser celebrado como um marco histórico: é o da independência americana e o da publicação do *"Wealth of Nations".* Os Estados Unidos seriam a nação que, justamente, confirmaria por seu progresso, riqueza e liberdade a justeza das ideias de Smith e de Locke, na mesma medida em que a Rússia demonstraria por seu atraso, tirania e agressividade, a perversidade das ideias de Rousseau, de Hegel e de Marx. A data de 1776 pode servir, simbolicamente, para o início da revolução industrial, o marco de uma nova ordem na história da humanidade, *novus ordo saeclorum.*

Outras datas têm sido sugeridas, 1769 por exemplo, ano em que Watts patenteou a máquina a vapor, mas nenhuma é tão momentosa quanto 1776.

O liberalismo político de Locke e o liberalismo econômico de Adam Smith associaram-se na solução procurada. Válida até hoje. Cem anos antes, um industrial francês, Legendre, exasperado, como ainda hoje ocorre, com as restrições absurdas impostas ao comércio por esse paradigma antecipado do burocrata moderno e padrão do intervencionismo estatal que foi Colbert, o grande Ministro de Luis XIV, gritara enraivecido: *"Monsieur, mais laissez-nous faire!..."* A expressão ficou: *laissez-faire!* Nascia a nova filosofia liberal. Baseada na ideia de mercado livre onde homens que produzem, negociam, trocam, vendem e compram suas mercadorias e seu trabalho, na concorrência de seus interesses, tendo o bem geral como resultado estimulante, inesperado e não-intencionado de suas ações conscientes.

Daniel Bell assinala que um dos impulsos originais do capitalismo era o espírito prudente, conservador, de cálculo e de contabilidade racional que normalmente associamos à personalidade do burguês tradicional. O outro impulso seria o ímpeto fáustico, inquieto, aventureiro, que se manifesta na economia e tecnologia modernas, à procura de uma "fronteira infinita" para a transformação completa da natureza. Nesse sentido de aventura do grande empresário audacioso - aquele que realmente faz fortuna rápida - surge uma mentalidade que lembra a de Dom Juan[4]. Bell acrescenta que o interrelacionamento entre as duas motivações deram forma à concepção moderna de racionalidade econômica, enquanto sua tensão mútua impõe as restrições morais à exibição suntuária que sempre caracterizou épocas anteriores de riqueza. A obra de Bell procura demonstrar que o elemento ascético, com a legitimação moral do comportamento capitalista (a *Innerweltliche Askese,* de que falava Weber), hoje virtualmente desapareceu. Permito-me neste ponto discordar das ideias de Bell. Acredito que o sucesso da iniciativa empresarial resulta de uma combinação ideal entre as duas formas de comportamento, ou os dois impulsos. A "mentalidade ascética burguesa" continua coexistindo com o "modernismo" revolucionário do "consumo conspícuo", criativo e desordenado. Um homem como o bilionário Daniel Ludwig ainda encarna, a meu ver, tanto as supinas características de poupança ascética

4 Vide meu livro *Utopia Brasileira* 1ª parte.

da burguesia clássica, quanto a criatividade ousada e intuitiva, na perseguição da dama Fortuna, volúvel e imprevisível como sempre, e capaz de tomar riscos inacreditáveis. A Suíça, os Países Baixos e os escandinavos, que se colocam entre os mais ricos do mundo, revelam amiúde os aspectos permanentemente ascéticos da ética protestante, calvinista ou pietista, os quais compreendem uma gama bastante larga de comportamentos que não se limitam à atividade econômica, mas incluem as formas mais evoluídas de democracia. O recato da democracia helvética é, nesse sentido, exemplar. O socialismo nórdico também poderia ser interpretado como uma expressão desse ascetismo inato, ao qual nada mais repugna do que o consumo supérfluo e suntuário. O que também se poderia afirmar é que a "opção preferencial pela pobreza", feita pelo socialismo à guisa de exigência igualitária, reflete contrachoques de tendências mais profundas de sobriedade, abstinência, temperança e parcimônia, como virtudes que acompanharam a Reforma protestante. Basta comparar um frio e sóbrio templo calvinista com uma igreja barroca, do suntuoso estilo jesuítico surgido à época da Contra-Reforma, para compreender o que se passou.

Aponta corretamente Hugh Trevor-Roper (em *"Religion - The Reformation and Social change")* para o fato de que as elites econômicas da Europa nórdica, os calvinistas, huguenotes e pietistas, mas também os judeus, escolheram o protestantismo ou se trasladaram para países em que vingava o protesto evangélico, precisamente porque nesses países (principalmente na Holanda e na Inglaterra, e depois na América do Norte) se desenvolvia uma cultura tolerante que incentivava a livre iniciativa, o empresariado comercial, bancário e industrial, a concorrência estimulante e o amor do desafio agonístico, criador de novas tecnologias materiais. Ora, era isso tudo que a Contra-Reforma católica considerava herético, "materialista", grosseiro e indigno de almas "aristocráticas"...

3. A ética do mercado

Na dialética entre social-estatizantes igualitaristas e centralizado-res, de um lado, e os promotores da livre iniciativa do outro - dialética que se prolonga há duzentos anos - chegamos assim ao nosso final do século XX com a renovação do pensamento liberal-conservador. Este, no terreno da economia política, exalta o nome do economista austríaco, naturalizado inglês, Friedrich von Hayek.

A essência do pensamento de Hayek é o princípio da liberdade individual. Hayek, cuja filosofia econômica e social é representada hoje no Brasil pelos Institutos Liberais, partiu da ideia de que o estado burocrático moderno, o que eu chamo o Dinossauro - estado ativista, intervencionista e agigantado - é responsável pelo controle crescente da produção de riquezas, dando como resultado a fiscalização e regulamentação da vida humana em suas múltiplas facetas. O paradoxo do qual só aos poucos a humanidade se tem dado conta é que, em nome do democratismo, a liberdade individual tem sido progressivamente reduzida a um nível que se pode comparar ao da Europa no tempo do Absolutismo inquisitorial. E, mesmo assim, conta-nos Toynbee que, quando da Guerra dos Sete anos, um cidadão inglês como o escritor Laurence Sterne podia viajar na França, país inimigo, sem carregar um passaporte e sem ser incomodado, coisa hoje impossível para o cidadão Hayek se, por exemplo, desejasse percorrer a Rússia, ou mesmo o Brasil.

O Estado nacional soberano manipula a democracia para seus próprios fins. Utiliza a democracia em proveito da classe burocrática e política dirigente, inspirada por ideologias estatizantes. Hayek e sua escola têm catalogado os resultados desse processo ominoso e fraudulento cujos primeiros analistas importantes foram, no século passado, Tocqueville, Acton, Burckhardt e Nietzsche. Os resultados da ideologia nacional-socialista são hoje a violência, a guerra, a inflação selvagem, o estrangulamento da iniciativa econômica pela atividade reguladora da administração, e a política de grupos organizados de interesses patrimonialistas hereditários. Se o século XX é o século da obsessão política, das lutas entre as pseudo-religiões civis e da violência em termos inéditos (duzentos milhões de mortos em guerras, guerrilhas, terror e revoluções), é porque, no século XX, a sociedade se politizou em torno da noção do Estado nacional soberano. Procedendo da economia, Hayek se juntou a outros pensadores que, vindos da filosofia, da psicologia e da sociologia, recolocaram em novos termos o problema da liberdade, tal como fora intuído no século XVIII: *a Libertas quae sera tamen...* dos versos de Virgílio e das esperanças de Tiradentes.

A eficácia de um planejamento macroeconômico como o que foi utilizado no Brasil para deslanchar a Revolução industrial e o *take-off* desenvolvimentista, ao tempo da Presidência Kubitschek, não é necessariamente desmentido pelo arrazoado hayekiano. O Plano de Metas de Juscelino, encabeçado pelo projeto de

construção de Brasília, estava dentro da competência do Estado - uma competência meramente orientadora e estimulante. Não obstante os percalços do sistema, os erros cometidos e os riscos tomados - como por exemplo os que comprometeram certos aspectos do Plano Piloto de Brasília e a ênfase excessiva posta no transporte rodoviário movido a petróleo, com a instalação da indústria automobilística, num país desprovido de grandes reservas óbvias de carburante - não se pode criticar radicalmente o Plano tal como foi então adotado. Lembremos que o Plano de Metas e os que se seguiram nas presidências militares haviam sido elaborados por uma comissão mista de brasileiros e americanos que não podem ser considerados socialistas. O problema não tem a ver, diretamente, com as benesses do regime de mercado tal como celebrado por Hayek. JK sem dúvida incentivou a instalação da indústria de automóveis e da indústria de construção naval, mas as entregou à iniciativa privada. O que devemos lamentar é que também outros empreendimentos na área da energia e das comunicações - como a PETROBRÁS, a ELETRONORTE e a EMBRATEL - não houvessem sido progressivamente privatizados. Devia-se ter aberto o terreno para a entrada de capitais particulares, brasileiros e estrangeiros, em caráter competitivo e eficiente. Uma maior eficiência teria sido avançada, com um desenvolvimento mais rápido.

* * *

Volto agora à difícil questão da ética da vida econômica. Salienta Gertrud Himmelfarb que, "como professor de Filosofia Moral da Universidade de Glasgow e autor célebre de *The Theory of Moral Sentiments,* Adam Smith não poderia de modo algum haver pensado que sua missão era presidir à dissolução da filosofia moral". Do mesmo modo não podemos supor que o liberalismo utilitarista e empiricista de Locke implicava a liquidação do cristianismo. Locke, ao contrário, sustentava toda sua doutrina no pressuposto de um alicerce de moralidade cristã na sociedade liberal que postulava. De fato, e nisso tem Weber toda razão em associar o espírito do capitalismo à ética calvinista - a transação comercial consubstancia o confronto agônico de indivíduos, concorrendo neste campo de batalha que é a vida sob a disciplina de regras estritas de natureza moral. Aqueles que possuem maior fortaleza de ânimo e maior disciplina interior, aqueles que se comportam com maior ascetismo no consumo e que mais trabalham, aqueles que

mais poupam e são capazes de procurarem *honestamente* a defesa de seus interesses, são também aqueles que vencem. O *fair-play da* competição egoísta exige um campo de ação determinado numa sociedade racional e legalmente estruturada. No confronto entre dois negociantes, entre dois capitalistas, entre dois empresários, entre dois trabalhadores ou entre um trabalhador e um industrial, o impulso natural de agressão e de cobiça deve ser coibido por restrições morais. Ambos reconhecem implicitamente a precariedade de sua postura. O problema central é dessa humildade e coibição moral *(moral restraint).* Ele não deve permitir a ultrapassagem do patamar da violência. Deve evitar que o campo de ação se transforme numa arena maquiavélica em que reine a força do tigre e a astúcia da raposa. *O Estado de direito deve estar aí para punir o transgressor.*

O problema filosófico da economia, há 200 anos, é o problema do confronto dialético entre a "ciência medonha" e a "filosofia moral". Mandevilie, Smith, Malthus e os propugnadores do *laissez-faire,* os darwinistas sociais, Spencer, os economistas liberais e, na nossa época, os autores da linhagem de Von Mises, homens como Friedman e Buchanan, e sobretudo o grande filósofo do neoliberalismo, Hayek, e mesmo personalidades singulares, utópicas e extremadas como Murray Rothbard e Ayn Rand - todos eles sustentam a ideia de que o capitalismo implica uma nova ética, revolucionária. Com risco de parecer temerário, eu diria que a "transformação de todos os valores" de Nietzsche escora, fiiosoficamente, essa nova maneira de pensar. A nova ética econômica num novo mundo liberal é irremissivelmente transformada pela ciência e a tecnologia, pela revolução industrial e pelo desenvolvimento em escala universal, transcendendo os limites do Estado-Nação soberano. Reconheçamos que, para os propugnadores da "ciência medonha", para Rousseau, Babeuf, os conservadores reacionários do retorno ao feudalismo medieval, os socialistas utópicos, os positivistas, os marxistas, os nacional-socialistas e social-democratas, os fabianos e trabalhistas, os padres da "doutrina social da Igreja" a partir de Leão XIII e da "opção preferencial pelos pobres" - a economia política liberal, isto é, o capitalismo des-moraliza a economia, des-socializa o homem, lançando-o às garras do individualismo egoísta e destruindo a civilização por seu materialismo agnóstico. A polêmica é essa. Considerai que, no Brasil, estamos em pleno debate sobre o tema que se estendeu ao âmago da Constituinte. Repete-se a alternativa:

Reforma ou Caos[5]. A controvérsia afeta a escolha do "modelo brasileiro de desenvolvimento", no momento em que mais dramática e intensamente sofremos os contrachoques da revolução industrial. Sob muitos aspectos estamos reproduzindo as discussões apaixonadas que atormentaram os ingleses, e em menor escala os franceses, alemães e americanos, no início da era industrial, conforme é pormenorizadamente estudado por Gertrud Himmelfarb em sua obra *The Idea of Poverty.*

A polêmica, de fato, exacerbou-se pela primeira vez na Inglaterra, na primeira metade do século XIX, em torno da obra de Malthus -Malthus o mais pessimista, objetivo e escandaloso dos que consideraram a questão da pobreza. Para o clérigo da Igreja anglicana, a vida é de fato uma luta cruel pela sobrevivência diante da escassez de alimentos e de outros recursos naturais. O homem enfrenta permanente e irremediavelmente a pobreza, a fome e a morte. Nosso estado normal é o de miséria e míngua. O problema primário da vida é o alimento, constantemente ameaçado pelos resultados involuntários desse outro terrível e tirânico instinto, a Libido sexual ou instinto de reprodução. A "luta pela vida" - conceito de que iria Darwin se servir para sua concepção biológica revolucionária - era para Malthus da essência do fenômeno econômico, pois, sempre exposto ao abismo da derrota e da moléstia, o homem combate numa loteria em que a morte é o castigo final da derrota e a vida o prêmio transitório da vitória. Hoje, no Brasil, poderíamos afirmar com o maior ardor que, com uma explosão demográfica ou crescimento populacional da ordem de 1,8% ao ano, a solução de nossas questões sociais não se encontra em Marx mas em Malthus.

Um discípulo de Malthus e, como ele, clérigo protestante, o Reverendo Thomas Chalmers, ao mesmo tempo em que se tornou conhecido pelas obras de filantropia em sua paróquia de Glasgow, elogiou Malthus precisamente por ser um "economista cristão". Dando o seu tributo a Deus, que tornou a virtude espiritual de contenção, inteligência, disciplina ou ascese no consumo uma virtude econômica (como na Parábola dos Talentos), Chalmers aconselhava os pobres a exercer a *restraint* que lhes permita a redenção material e espiritual. Exortava também os ricos a uma disciplina moral e intelectual que os induza a coibir o desejo de ter sempre mais, a cobiça *(pleonexia)* de riquezas excessivas num

5 Título de uma obra organizada por Hélio Jaguaribe.

mundo de escassez regido pelas leis do mercado.

* * *

O Mercado é o que postula Hayek essencialmente. A ideia de que os homens colaboram na sociedade por suas ações, sem desígnio certo, é demonstrada com toda clareza na formação do mercado. No mercado, centenas, milhares, milhões, bilhões de homens colaboram por suas iniciativas sem que nenhum deles perceba a extensão total da área que, infinitesimalmente, influencia. Os estudantes e os observadores do mercado podem notar tendências e o podem mesmo afetar sensivelmente. Não podem, porém, adivinhar a direção final para a qual ele se encaminhará. Mesmo os mercados "organizados", como as bolsas de valores, devem possuir regras e serem conscientes da existência de outros operadores e de suas ações, mas ninguém, por mais genial que seja, pode "dominar" o mercado. Ninguém, por mais rico que seja, nele pode exercer um poder comparável ao que, no terreno político, detém um Hitler, um Stálin, um Fidel Castro, um Deng Xiaoping, um Gorbachov. O mercado, na filosofia de Hayek, desempenha um papel quase místico, como o da vida sujeita ao princípio da seleção natural no mercado biológico da natureza, evoluindo pela sobrevivência do mais apto. Hayek, nesse sentido, está associado a Darwin como pensador evolucionista. O mercado livre é uma realidade que só se pode admitir se o ponto de partida é o indivíduo e não o Estado, o indivíduo e não a nação, o homem singular e não a coletividade de massas. Os que defendem o mercado na linha de Hayek contestam, pois, por necessidade lógica, a sociedade excessivamente coletivizada e organizada quando o Estado é centralizador, interventor e arregimentador. *Uma economia socialista não funciona precisamente porque nela não há concorrência de mercado e na medida exata em que não se curva às regras e leis do mercado.*

O raciocínio é simples. Tomemos uma sociedade como a brasileira - 155 milhões de pessoas. Cada uma dessas pessoas toma, diariamente, uma série de decisões que afetam o mercado. Em 24 horas, cada um de nós resolve comprar um pão, ir ao supermercado e adquirir provisões, encher o tanque do carro, empregar-se numa usina ou demitir-se de um escritório, fazer greve, pagar ou não um imposto, escolher esta roupa ou aquela, ir ou não ao cinema, trabalhar horas

extras ou ficar em casa na boa, cometer um assalto ou pagar honestamente a dívida, guardar o dinheiro na gaveta ou aplicá-lo numa caderneta de poupança, ir a pé ou tomar um ônibus, plantar feijão ou deixar descansar a terra - e assim por diante. Todas essas infinitas decisões têm efeitos monetários. Até mesmo uma criança recém-nascida afeta o mercado, caso aceite leite artificial em vez do materno, fique doente e requeira medicamentos, ou incentive seus pais a lhe comprar fraldas e um berço. Quem não chora não mama... Essas opções multiplicadas implicam bilhões de transações diárias entre os indivíduos que compõem a sociedade mercantil. Elas são influenciadas por informações, reclames, correntes de opinião, ondas de boatos, declarações governamentais e intervenções imprevisíveis de fatos externos à sociedade (clima, meteoros, acontecimentos externos e ações na área internacional). Bilhões de transações individuais quotidianas tornam absolutamente ridícula qualquer tentativa governamental centralizada de prever as tendências do mercado, determiná-lo e governá-lo. Arthur Koestler conta-nos que perguntaram um dia a uma centopeia como ela organizava a sua marcha. O pobre miriápode, que nunca tinha pensado nisso, começou a matutar, tentou proceder conscientemente à sua marcha, não conseguiu, ficou paralítico e morreu de fome. A economia que funciona por decreto, como um Plano Quinquenal ou como em nossos sucessivos funéreos e funarescos Planos Cruzados, sofre do mesmo problema: suprimam o natural, observam os franceses, *il revient au galop...* Por mais geniais que sejam o poeta Sarney, o messiânico e funesto Funaro, o brejeiro Bresser, o burocrata Mailson, assistidos pelos pichotes da Maria da Conceição Tavares, a turma da SUNAB, a zelosa Zélia, Eris, o Otomano, e a polícia do Sr. Romeu Tuma, com o apoio dos mais avançados computadores produzidos, nacionalmente, graças à reserva de mercado, ou mesmo os mais sofisticados, importados por contrabando da IBM - jamais essa constelação de super-homens e supermáquinas poderá reproduzir e calcular a infinidade de dados diários, sujeitos aos caprichos da Mão Invisível. É a mesma coisa que ocorre na meteorologia: não se pode prever o tempo que fará dentro de três dias. Na medida em que os homens são livres, convivem num mercado consumidor de homens mortais, de ideias cambiantes e de coisas perecíveis. Na medida em que são controlados pelo Estado, tornam-se escravos das ideias e das ordens que lhes são impostas pelos Donos do Poder, movidos pela pleonexia do domínio político.

O Mercado é rei. Ele pode ser analisado pela estatística. É aliás o reino predileto da estatística mas essa ciência matemática, segundo a admirável metáfora marota, é como um biquíni fio dental: muito revela da "gatinha" mas lhe esconde o essencial. O mercado evidentemente tem suas leis. Leis de grande elasticidade, a lei da oferta e da procura, por exemplo, que, certa vez, um ambicioso deputado brasileiro desejou revogar. É mesmo possível que a economia não seja uma ciência, apenas um método imperfeito de análise do mercado. De qualquer forma, é uma disciplina que ainda se encontra na idade da pedra lascada. Quem a ela se dedica está para o físico como o *homo erectus* está para o *homo sapiens.* A Mão Invisível configura, no mercado, uma espécie de "ordem espontânea", funcionando como um giroscópio, ou como um organismo vivo que se corrige e se equilibra através de misteriosos mecanismos internos. Se a Mão é invisível, repito, obviamente não conhecemos sua estrutura, não sabemos como funciona, não podemos prever suas reações. E quem pretenda imitá-la ou segurá-la será um burocrata boçal e à ruína conduzirá o país.

O Mercado se distingue da economia planejada. No sentido específico em que é usado o termo planejamento, na controvérsia contemporânea, - acentua Hayek -, isso necessariamente significa planejamento centralizado, planejamento burocrático, planejamento estatal, no gênero do Gosplan soviético. A concorrência econômica significa, ao contrário, se assim nos podemos exprimir, um tipo de planejamento inconsciente e descentralizado, intuitivamente elaborado por toda a população. Hayek procura demonstrar como a "divisão de conhecimento" numa sociedade livre é tal que o "conhecimento combinado" dos milhões de pessoas que tomam decisões é de uma ordem de grandeza que nenhuma mente dirigente seria capaz de abarcar. Hayek usa repetidamente esse argumento para demonstrar a incapacidade gerencial de um sistema de planejamento centralizado, no gênero do *Gosplan* soviético. "Fundamentalmente, escreve ele, só num sistema em que o conhecimento das partes relevantes está disperso entre muitas pessoas, podem os preços agir para coordenar as ações separadas de pessoas diferentes"... A demonstração empírica dessa tese se encontra no monumental fracasso da economia soviética.

É na base de tais considerações que devemos considerar perversa uma interpretação restritiva dos versículos 6 a 10 do capítulo sexto da Primeira Epístola de Timóteo, quando repete o *auri sacra fames* de Virgílio e o *radix malorum* de

outros romanos ("porque a raiz de todos os males é o amor ao dinheiro"...). Quem pode viver sem dinheiro, alhures do que numa ilha deserta?

Karl Polanyi (citado por Gertrud Himmelfarb, em *"The Idea of Poverty),* classifica a doutrina de Adam Smith, em sua obra *The Great Transformation,* como revolucionária porque o *laissez-faire* desmoralizou a economia. A verdade é que a imagem do *homo economlcus* desmoralizou o homem ideal de uma falsa teologia pelagiana e o homem romântico das ilusões rousseaunianas; e desmoralizou os pobres que se encontraram à mercê de forças do mercado sobre as quais não tinham qualquer controle. Sobre essas forças de mercado aliás, como acentua enfaticamente Hayek, *pessoa alguma tem controle.* Edward Thompson *(em Past and Present,* 1971) descreveu a obra de A. Smith como um "antimodelo": a negação deliberada da velha estrutura paternalista de uma economia controlada legalmente pelo Estado monárquico e, moralmente, pela Igreja, *Mater et Magistra* e igualmente monárquica. A nova economia política estava "desinfestada de imperativos morais intrusivos" - não porque Smith e seus colegas fossem imorais, mas porque "tal era a consequência objetiva de sua doutrina, qualquer que fossem suas intenções", luz dessas considerações brutais, podemos qualificar as tendências socialistas que principiaram a se fazer sentir logo depois do *"Wealth of Nations"* - o babouvismo, o proudhonismo, o socialismo dito utópico, o positivismo, o Marxismo, o nacional-socialismo, a "doutrina social" da Igreja e as formas modernas de totalitarismo terceiro-mundista, como de índole francamente reacionária. Tratava-se, na verdade, de voltar às condições "idílicas" do passado, essas mesmas que Marx elogiara em seu *Manifesto de* 1848. Tratava-se de conter a privatização da economia. Combater a livre iniciativa de cidadãos responsáveis. Conservar o regime mercantilista e patrimonialista que reserva para os "donos do poder" estatal o controle geral da fortuna coletiva (especialmente, reserva de riqueza como patrimônio do monarca tradicional, com seus amanuenses). Retornar ao paternalismo autoritário de um regime como o do Rei Sol em França: *l'État, c'est moi!* E coibir o ímpeto empresarial em nome de ideais mal compreendidos de justiça, igualdade e "opção preferencial pelos pobres".

Como observa ainda Gertrud Himmelfarb (op. cit.), Adam Smith era, afinal de contas, um grande otimista. Ele contrariava os economistas anteriores para os quais, na base do princípio da soma zero (*zero sum game),* só se poderia comprar uma mercadoria à custa de outra; só se poderia alcançar o interesse geral à custa

do interesse individual; só se poderia assegurar o poder do Estado à custa da liberdade dos cidadãos; só se poderia obter a produtividade do operário à custa de sua felicidade; o lucro do capitalista à custa da exploração do proletariado; e o proveito econômico de uma nação à custa do proveito de outra. O rico só enriqueceria à custa do pobre. Smith concebeu uma economia, num "sistema de liberdade natural", na qual *todos os* interesses eram compatíveis, *todos* cumulativos e recíprocos, assim permitindo o *enriquecimento geral da* população.

Explica ainda Himmelfarb que Platão considerava a divisão do trabalho o resultado das diferenças de natureza entre os homens. Essas diferenças seriam a *causa* da divisão do trabalho entre os guardiões da *polis,* os cidadãos dedicados à sua defesa militar, os camponeses trabalhando
na terra para alimentá-los, os artesãos, os comerciantes e os escravos. Para Adam Smith, ao contrário, um filósofo e um lixeiro eram iguais em direitos e funções: ambos revelavam a mesma propensão para negociarem e qualquer transação entre eles seria perfeitamente legítima e normal. A divisão do trabalho e a transação econômica que resulta da divisão do trabalho não afetam a natureza do homem. Kant, Marx ou Heidegger também têm que vender seus livros para poderem sobreviver, caso não recebam assistência de algum príncipe milionário (ou de um rico industrial como Engels)... Comerciar pode ser sujo, humilhante, desprezível. É, porém, necessário. A divisão do trabalho constitui um mecanismo a todos igualmente aberto e que para todos funciona, independentemente de seu valor intelectual e de sua aura espiritual. Nesse contexto, a transação econômica é essencialmente alienada de qualquer sentimento espiritual mais alto - exatamente do mesmo modo como um rei, um santo, um gênio, uma dama da mais alta sociedade, um carroceiro, um limpador de pratos e o mais rico bilionário americano são obrigados a cumprir as tarefas de sua higiene diária e igualmente forçados a se alimentarem e beber água, caso não desejem passar deste mundo a melhor. A transação econômica, resultante da divisão do trabalho, constitui uma operação puramente material. Não podemos dela exigir moralmente mais do que comporta. O comércio não possui nenhum sentido "espiritual", mas é utópico imaginar que dele possamos prescindir. Mesmo no âmago de uma família, existe divisão do trabalho e existe transação: o princípio "é dando que se recebe" também vigora entre parentes próximos, os pais dando aos filhos a sua vida, o sustento e educação, e deles recebendo obediência e amor, além do simples

prazer de sua presença. Uma quantidade fenomenal de especulação intelectual estéril e de resultante violência homicida afetou nosso século estúpido e infeliz, pelo simples desejo de negar essa constatação tão simples e tão banal, feita por Adam Smith há 200 anos.

Para Smith, em suma, a economia política não era um fim em si mesmo. Smith não era materialista. A economia é um instrumento para um fim superior, um fim, em última instância, moral. A economia existe para proporcionar riqueza e bem-estar aos homens, e é o conteúdo moral dos homens que determina como se servirão dessa riqueza e desse bem-estar para seus próprios fins - os quais, esses sim, podem ser materiais e egoístas ou podem ser espirituais e altruístas. Contrariando, portanto, o princípio do egoísmo absoluto de Voltaire - o princípio do *sauve qui peut* - Smith considerava a existência invariável de uma certa dose de simpatia em qualquer tipo de transação econômica, por maior que fosse a hostilidade despertada entre os parceiros dessa transação. Quando tomamos um táxi na rua, não conhecemos o motorista, nem ele nos conhece. Com ele não mantemos nenhum relacionamento afetivo. A transação, porém, é imediata e tacitamente estabelecida graças à modicidade de sentimento e crédito que um oferece ao outro: o motorista se compromete a conduzir o passageiro a seu destino, confiante no recebimento do preço da corrida; e nós esperamos que o táxi nos deixe com segurança à porta de nosso destino ao respeitarmos, ambos, o princípio *pacta sunt servanda.* Um ambiente de simpatia pode até mesmo ser criado nos vinte minutos de convívio transitório, a ponto de gerar um inconsequente bate-papo. Uma dona de casa que vai ao mercado, similarmente recebe a mercadoria de que necessita do dono do armazém ou do funcionário do supermercado, o qual confia no recebimento de um preço adequado pelo produto vendido. Por mais conflitantes que sejam os parceiros, a transação completada define o sucesso do relacionamento cortês entre as duas partes em confronto econômico. É isso, portanto, a transação numa economia de mercado capitalista.

Vamos concluir: se a vida econômica, que reflete um dos mais fundamentais instintos humanos - o de fome, proteção contra as intempéries, conforto e segurança familiar - é também o que conduz o homem a viver em sociedade, então o campo agônico do confronto entre indivíduos é o mercado. No mercado negociamos a nossa segurança, a nossa subsistência. Defendemos nossos interesses egoístas e os de nossa família, contra os dos outros e de suas

famílias. Na transação, sabemos também que o parceiro adversário não é necessariamente um inimigo (não jogamos bridge ou xadrez com inimigos, mas com amigos): "o cliente tem sempre razão". O nível moral da transação, segundo as leis de oferta e procura, será também tanto mais eficiente, racional e satisfatório quanto mais altos forem os padrões morais de transigência. A ética econômica implica uma competição em que, numa sociedade civilizada, se deve obedecer aos princípios de *fair-play.* As regras do marquês de Queensberry proíbem os golpes baixos. Quanto mais obediente a esses imperativos categóricos, mais rápido o progresso e maior o bem-estar a que podemos aspirar numa sociedade livre.

4. A mão invisível[6]

O conceito de Mão invisível pela primeira vez aparece, como se sabe, na obra de Adam Smith, com o propósito de esclarecer o misterioso efeito ordenador ou regulador do mercado no jogo econômico. Constituindo um elemento essencial na filosofia liberal de Adam Smith, a mão invisível surge na primeira obra do pensador escocês, *A Teoria dos Sentimentos Morais.* Trata-se, como nota Robert Heilbroner em sua análise dos escritos de Smith, de uma noção típica dos *philosophes* do iiuminismo racionalista do século XVIII para explicar, deisticamente, o que consideravam a intervenção indireta da divindade nos mecanismos da vida social - eis que apenas a razão humana não seria suficiente para proporcionar a harmonia da sociedade diante dos impulsos passionais contraditórios da natureza humana. Em *Teoria dos Sentimentos Morais,* Smith avança a tese sob a forma de uma parábola: o jovem que se deixa fascinar pela riqueza e trabalha, egoística e ardorosamente, para alcançá-la, está, no fundo, prestando um precioso serviço à sociedade, porque contribui para estimular o desenvolvimento que leva ao bem-estar geral. Escreve Smith: "Cada indivíduo apenas procura seu ganho próprio e nisso é ele conduzido, como em tantos outros casos, *por uma mão invisível que* promove um fim que não estaria de maneira alguma em sua intenção". Nunca tão claramente foi definida a tese que até hoje enche muitos intelectuais de perplexidade: a do extraordinário sucesso mundano

6 Conferência a 19.X.89 no Conselho Técnico da C.N.C.

dos povos capitalistas (o que é reconhecido pelo próprio Marx no *Manifesto Comunista),* em confronto com o monumental fracasso do socialismo, não obstante seus apelos raivosos e patéticos ao desenvolvimento, à racionalidade do planejamento macroeconômico, à noção de justiça social, à fraternidade dos povos e ao generoso ímpeto de assistência aos menos favorecidos. Conquanto empreendida por motivos privados, egoístas, a acumulação capitalista eventualmente acaba conduzindo a um resultado feliz em benefício da Res Publica.

A expressão *Mão Invisível* só é usada, literalmente, no cap. II, do Livro IV da *Riqueza das Nações,* na crítica ao sistema mercantilista -aquele que, sendo vigente ainda em nosso país, pretende controlar comercialmente a economia e usar restrições de importação a fim de criar uma "reserva de mercado" para os produtos locais. O gênio de Smith se revela, precisamente, nessa capacidade de haver previsto, com 200 anos de antecedência, os efeitos desastrosos das políticas restritivas e centralizadoras postas em prática por nações que sofrem do mal do século: o nacional-socialismo.

Antes de Adam Smith, Bernard de Mandevilie já havia escandalizado seus contemporâneos, como vimos, ao acentuar que *"o grande princípio que nos toma criaturas sociais, a base sólida, a vida e apoio de todo comércio e emprego sem exceção, é o mal".* Mandevilie pretendia também demonstrar que uma espécie de Mão Invisível transforma os "vícios particulares" em "virtudes públicas". Hayek dedica um capítulo inteiro a Mandevilie nos seus *Novos Estudos.* Ao intuir esse paradoxo que afeta a história, ordenando a luta pela vida e conduzindo o homem ao progresso e ao desenvolvimento material além da animalidade, é também Mandevilie um percursor de Darwin. Nesse sentido, projeta-se a ideia de Mandevilie e Adam Smith sobre a teoria da evolução natural das formas mais adaptadas, teoria que constitui hoje um ambíguo alicerce da biologia. Reconhece ainda Hayek que, aplicada à cooperação econômica entre os homens através da própria concorrência, no mercado natural, surge a intuição da existência de um misterioso fator de ordenação progressista cuja compreensão excede nosso poder de entendimento intelectual. A Mão Invisível poderia então ser descrita como um *padrão de ordem de natureza transcendente,* incapaz de ser observado e concretamente analisado. Na metáfora, fantasia ou alegoria do que se passa no relacionamento material entre os homens, a ideia de Mão Invisível representa a

primeira descrição científica de um processo natural de auto-ordenação, equilíbrio automático e *feed-back* que só hoje começa a ser metodicamente estudado. O físico prêmio Nobel Louis Alvarez, citado por Hayek, notou que a física é uma ciência matemática relativamente simples. A Relatividade de Einstein pode ser traduzida, por exemplo, numa única fórmula com os fatores energia, massa, tempo e velocidade da luz. Mas um sistema mais complicado, como por exemplo a população de um país em desenvolvimento (no caso, a índia), ninguém foi até hoje capaz de lhe mudar as condições de existência. Utilizemos essas observações de Hayek e Alvarez: se juntássemos todos os cientistas sociais, todos os físicos teóricos e práticos, todos os biólogos prêmios Nobel e todos os filósofos profissionais do mundo, não seriam capazes de analisar e traduzir em fórmulas matemáticas a crise em que se debate o Brasil. Essa crise é oriunda de fatores históricos, religiosos, culturais, sociais, políticos e econômicos inter-relacionados com uma complexidade tal que excede a possibilidade humana de propor uma receita exata para a cura. A intuição carismática do eleitor - na *imponderabilia* a que se referia Bismarck - seria o único caminho adequado para uma visão impressionista do problema.

Foi na obra do filósofo americano Robert Nozick *(Anarchy, State and Utopia)* que, pela primeira vez, encontrei a sugestão de que a ideia de Mão Invisível estabelece uma associação significativa entre as ciências biológicas e as ciências sociais. Ora, sabemos que Hayek também é um pensador evolucionista. Hayek percebeu a identidade dos processos que, na biologia, conduzem à evolução e, nas ciências sociais e econômicas, favorecem o progresso. Assim como bilhões de decisões diárias dos habitantes do planeta determinam, de modo invisível, o funcionamento do mercado econômico, num equilíbrio entre a oferta e a demanda - assim também, durante dois bilhões de anos, quatrilhões de seres vivos produziram, graças às mutações genéticas ao acaso e à seleção natural das formas mais bem adaptadas, a linhagem que chegou ao *homo sapiens.* O progresso da civilização resulta, do mesmo modo, da concorrência entre um número incalculável de ideias, hipóteses e teorias - essa a tese de Karl Popper - que, à procura da verdade, se selecionam umas às outras. Muitos outros autores já perceberam a relevância do Darwinismo para a compreensão da intuição de Adam Smith, e vice-versa. O mercado capitalista seria darwinista e o darwinismo seria o subproduto (uma super-estrutura conforme diriam os marxistas) do

capitalismo em expansão desde a época vitoriana.

Resta o problema da "explicação". Não creio que a Mão Invisível possa fornecer qualquer solução explicativa muito clara e precisa dos processos da evolução biológica e social. Se o pudesse, aliás, invisível não seria a Mão. Não a atribuiríamos à divindade (como a mão do Criador no teto da Capela Sistema de Miguelangelo). Não imputaríamos a Mão a uma instância transcendente, mas a um fator conhecido da natureza, matematicamente quantificável. Só intuitivamente podemos imaginar a ação da Mão Invisível. Contrariamente ao pensamento racional e lógico, a intuição é, como acentua Jung, uma função irracional que age através do Inconsciente e não se sustenta em evidência empírica. Apenas procura "compreender" (no sentido subjetivo da compreensão como no *verstehen de* Max Weber) os dados confusos dessa evidência empírica.

Na sociedade universal moderna, composta de centenas de milhões, ou bilhões de indivíduos, é o relacionamento comercial, à base de dinheiro, que melhor funciona. A ele chamamos capitalismo. O capitalismo é condenado como pecaminoso pelos clérigos da Esquerdigreja e pela intelectuária botocuda, entre os retomicturentes reacionários, porque parece exaltar o egoísmo do homem através do *nexus* monetário. A realidade é que tanto o capitalismo quanto o socialismo são meros *instrumentos* do homem. São *meios.* Meios para o alcance de seus fins materiais, sistemas moralmente neutros, despersonalizados, de relacionamento econômico entre grandes massas, em contatos que não afetam, de modo algum, nem o substrato fundamentalmente egoísta da humanidade, nem a presença de uma forte dose de simpatia em toda convivência social harmônica. Em toda transação, seja política, seja econômica, financeira ou comercial, seja mesmo cultural, encontramos um elemento de "simpatia" - conforme sugerido por Adam Smith em sua *Teoria dos Sentimentos Morais,* e até mesmo na *"máxima vil"* de Mandevilie que parece glorificar o egoísmo, descobrimos sempre alguma simpatia. Se o negociador não cultivar simpatia por seu parceiro, e não se comportar segundo certas regras habituais de cortesia, não negociará mas se retirará da operação ou procurará simplesmente eliminar o adversário; e, se não manifestar algum egoísmo, cobiça ou ganância, tampouco completará a transação, sendo simplesmente dela eliminado. Retornemos a nosso argumento sobre os três tipos de relacionamento: um homem absolutamente caridoso, altruísta e de espírito franciscano, obediente à máxima sublime "é melhor dar do

que receber" do *poverello di Assisi* - pagará a soma pedida pelo parceiro da transação, mas recusará receber a mercadoria. Num ato de pura caridade, dá-se alguma coisa e nada se aceita. No mínimo, presenteia-se algo ao parceiro, esperando receber a remuneração a um nível ultramundano: "Deus lhe pague", diz o mendigo ao aceitar a esmola. Um homem egoísta, forte, agressivo e que despreza as regras humanas de simples convivência - um bandido por exemplo - arrancará a mercadoria que deseja daquele que a possui, apontando-lhe o cano de uma pistola, sem lhe entregar qualquer dinheiro ou outro objeto em troca. É o que chama Adam Smith de "sistema de liberdade natural" que preside o mercado, a eficente alternativa a qualquer um desses excessos. A transação comercial, sustentada num módico sentimento de simpatia em relação ao parceiro ocasional, conforme acentuamos em seção anterior, sugere o rotineiro meio-termo - *do ut des* -dou alguma coisa para receber outra coisa em troca. É nesses termos que se processa todo comércio neste mundo: ofereço o valor do meu trabalho em troca do trabalho do outro.

Na transação econômica, em suma, conforme analisada por Adam Smith, cada qual defende racionalmente seu interesse egoísta. O egoísmo, o desejo de lucro, a vontade de ganhar, a defesa do interesse próprio - eis a questão que desperta um gigantesco debate de filosofia moral. A concepção de egoísmo horroriza uma mente formada pelo imperativo da caridade cristã. Na época moderna, uma das mais interessantes e surpreendentes defesas da ética do egoísmo foi feita por uma curiosa personalidade, uma mulher, Ayn Rand, judia russa naturalizada americana que criou uma espécie de escola filosófica de extremo individualismo e é hoje objeto de verdadeiro culto, em certos meios conservadores nos Estados Unidos. Rand parece-me reconstituir o argumento de Mandevilie em bases mais modernas. Mas sua insistência no valor supremo do princípio de liberdade e responsabilidade individual a coloca numa linhagem ilustre em que vamos encontrar os fundadores do existencialismo, Kierkegaard e Nietzsche, e a figura atual de Hayek. O fato, insistamos, é que, numa negociação comercial dois interesses egoístas se enfrentam. Claramente, conscientemente, francamente. Como num jogo de xadrez em que os dois parceiros sabem com clareza que o objetivo de cada um é ganhar a partida mas, ao mesmo tempo, se curvam humildemente às *regras do jogo.* A solução do confronto na transação é racional, não é violenta - eis a chave do problema. O jogador que perde a partida

não mata o adversário. Mandevilie e Smith têm razão: o que, na aparência, é um "vício" privado acaba redundando num benefício público. A ideia de que a vida econômica pode ser regulada por considerações de altruísmo e caridade é falsa e diabólica, além de ser primariamente hipócrita. Santo Agostinho sabia perfeitamente que a caridade e o amor se prendem à esfera do *amor Dei,* vigorante na Cidade de Deus, ao passo que a cidade terrena, aquela em que efetivamente vivemos todos os dias e comercializamos neste mundo obsceno, é regulada pelo *amor sui,* o egoísmo. Santo Agostinho não tinha ilusões. Santo Agostinho não era hipócrita - e a concepção que estamos discutindo se encaixa com perfeição no majestoso edifício das Duas Cidades agostinianas (vide a obra de Gustavo Corção a respeito).

Nessas circunstâncias cabulosas, o milagre da transação econômica segundo os princípios racionais de *fair-play,* o milagre do homem racional civilizado, é precisamente que o próprio egoísmo individual, incoercível e resultante da natureza humana em sua essência, biologicamente postulada por Darwin e teologicamente certificada pela doutrina ortodoxa do "pecado original", conduz ao progresso e ao bem-comum. Se na escala biológica, salvo os raros casos de simbiose encontrados nos reinos animal e vegetal, a luta pela vida determina uma seleção natural de que emergem, progressivamente, as formas mais bem adaptadas e mais avançadas, assim também, na ordem social, a "seleção natural" de coisas, de mercadorias, de ideias e de opções estimula o grande "bazar" que é a vida em sociedade, para um fim que transcende o impulso individual egoísta. Assim vem o progresso.

Das três grandes teorias contratualistas da formação da sociedade política, a de Locke é a que, empiricamente, corresponde mais de perto à realidade da sociedade moderna, movida por interesses reconhecidamente econômicos. Enquanto o Contrato Social de Hobbes representa o modo, pelo Leviatã, de superar a guerra de todos contra todos e o tenebroso princípio do *homo hominis lúpus;* e se o Contrato Social de Rousseau se sustenta na ideia utópica da fraternidade universal de "homens bons" - é Locke mais seguro na sua concepção de um contrato racional em que levam os homens em consideração seus interesses materiais: "O grande e principal propósito dos homens que se unem em repúblicas (Locke usa o termo inglês *commonwealth* "riqueza comum") e se colocam sob um governo é a preservação de sua propriedade; o que não

ocorre no estado de natureza". O governo civil é assim, para Locke, o resultado de um acordo racional e legal entre os indivíduos que constituem um grupo político, tendo como objetivo a defesa de seus interesses como proprietários. O poder político consiste, segundo Locke, no direito de fazer leis para a regulamentação e preservação da propriedade, empregando a força da comunidade na execução de tais leis e na defesa da *commonwealth* contra ataques externos, em benefício do bem comum. Em meados do século XIX, Herbert Spencer conceberia a evolução da sociedade de um tipo militar, belicoso e agressivo, para um tipo industrial: as sociedades mais evoluídas perceberiam que mais têm a ganhar pela indústria e o comércio, do que pela guerra. É fato que essa concepção evolucionista melhor se conforma com o tipo de sociedade democrática e liberal que se desenvolveu entre os povos anglo-saxônicos, a partir da Revolução Gloriosa de 1688, inspirada no pensamento de Locke - do que com o tipo de sociedade tradicional, aristocrática, belicista, absolutista, autoritária e, eventualmente, totalitária, que procura a satisfação dos interesses de seus cidadãos pela força, a agressão, a astúcia e a guerra. O mundo moderno está assistindo ao conflito entre esses dois modelos que correspondem, respectivamente, ao comportamento agressivo e egoísta no relacionamento humano e ao relacionamento de natureza racional, comercial ou econômico. Três grandes nações fizeram ou estão fazendo, neste século, a dura aprendizagem desse progresso cultural e ético: os alemães, os japoneses e os russos. O *anno mirabilis* de 1989 parece haver constituído um marco histórico memorável nessa pedagogia da Humanidade.

5. Será o liberalismo econômico materialista?

No livro seminal que, inicialmente, o tornou conhecido e polêmico, e que foi publicado em plena 2ª Guerra Mundial *(The Road to Serfdom,* 1944), Friedrich Hayek acentua que, "afora o caso patológico do avarento (...) os objetivos últimos da atividade de seres racionais nunca são econômicos". É uma noção errônea, continua Hayek, o ponto de vista de que existe uma distinção entre objetivos meramente econômicos e outros objetivos da existência. Rigorosamente falando, "não existe *interesse econômico,* mas apenas fatores que condicionam nossos esforços para alcançar outros fins". Aquilo que, na linguagem comum, se costuma definir, por equívoco, como *interesse econômico* significa apenas "o desejo de

oportunidade ou do poder de alcançar objetivos não especificados". Hayek tem toda razão. Sua opinião, porém, se levanta frontalmente contra o chamado "materialismo econômico" que pretende tudo apreciar, no comportamento humano, como oriundo de determinações econômicas do qual não chega o homem a ser consciente, salvo aquele que haja lido livros marxistas e se tenha inspirado com a nova revelação, tornando-se *ipso facto* imune àquela mesma determinação. O pensamento de Hayek, nesse ponto, é de suma importância porque a convicção generalizada, tanto nos meios de esquerda quanto nos círculos conservadores e católicos, é que a economia liberal ou o capitalismo são "materialistas" porque reduzem a atividade humana a objetivos meramente econômicos. Em sua passagem pelo Brasil, uma personalidade tão sábia e ilustre quanto o cardeal Ratzinger, ao responder a uma pergunta, numa entrevista de jornal, opinou no sentido de que, tanto o socialismo quanto o capitalismo são materialistas. Essa crença na "equivalência moral" dos dois sistemas é antiga. Em meus tempos de juventude no Integralismo, já ouvia falar nisso: o movimento conservador francês, que inspirou grande parte da ideologia de Plínio Salgado, combatia tenazmente a revolução industrial capitalista, como oriunda do mesmo ímpeto materialista do século XIX que gerou o Marxismo. O sentimento está embutido, como veremos em capítulo ulterior, numa vertente do pensamento cristão.

Hayek acerta quando afirma que só o avarento patológico aprecia o dinheiro pelo dinheiro, e se compraz no acúmulo de ouro, prata ou conta bancária. Uma pessoa normal, ao contrário, *gosta do dinheiro precisamente no momento em que dele se desfaz: quando o gasta* para adquirir um outro bem qualquer. Se a avareza é realmente um vício, o capitalismo consiste exatamente no oposto, pois seu propósito é aumentar a produção e o consumo. Aliás, o consumismo é a pecha que mais frequentemente contra o sistema lançam seus raivosos adversários, o que não impede que os povos submetidos durante mais tempo a um sistema organizado de escassez, como os europeus orientais, revelem claramente a ânsia obsessiva de consumo daquilo de que, durante décadas, se viram privados. O "objetivo econômico" na *perestroika* não é simplesmente obter dinheiro e capital, mas utilizar um instrumento econômico que já fez suas provas entre as nações que não optaram pelo socialismo.

De qualquer forma, o objetivo econômico de um pobre é "ganhar dinheiro" para adquirir o sustento de que carece: sua opção sempre é pela riqueza e não

pela miséria. Como declarou certa vez o admirável carnavalesco Joãozinho Trinta, em aforismo antológico frequentemente citado, "o pobre gosta de luxo; quem gosta de pobreza é o intelectual". O rico, por seu lado, ambiciona aumentar seus haveres monetários para custear a compra de um carro, ou uma viagem à Europa, ou um iate de recreio. O colecionador de arte objetiva a compra de um quadro e o empresário, a ampliação de sua empresa. O próprio "poder econômico" de um político não revela propósitos econômicos, mas puramente políticos: o poder econômico servirá para a compra do poder político, do mesmo modo como o poder político se poderá converter em poder econômico, a ser utilizado para novo incremento do poder político. Os homens, em suma, usam a economia para alcançar seus objetivos de conforto, beleza, estética, conquistas eróticas, domínio sobre seus semelhantes ou simples prazer de criação: o fim supremo é sempre o poder, o poder de fazer ou possuir algum bem, concreto ou abstrato. Nesse contexto, portanto, os *interesses* das pessoas é que podem ser materiais ou espirituais, primários ou sofisticados, simplesmente egoístas ou generosos. A economia - o capital, o dinheiro - é sempre um meio para alcançar um fim que o ser racional procura, além do trabalho que despendeu com aquele objetivo. "Se lutamos pelo dinheiro, escreve ainda Hayek na obra citada, é porque nos permite de forma mais ampla melhor desfrutar os resultados de nossos esforços".

A dificuldade do entendimento de uma noção tão simples quanto a que acabamos de expor, resulta do funcionamento rudimentar de uma mente que não consegue captar o valor abstrato ou simbólico do dinheiro como veículo de troca. O primitivo, efetivamente, só percebe o valor concreto da troca material, do *barter.* Na economia socialista, retorna-se de certo modo a essa postura original e é esse primitivismo, de natureza romântica, o que impede tanto os conservadores quanto a *Lumpenintelectuária* de esquerda de perceber o avanço na abstração, conquistado pela humanidade ao utilizar a moeda bancária, puramente escritural, na divisão universal do trabalho que configura a economia moderna. O "materialismo" da economia liberal, em suma, consiste simplesmente em permitir ao homem, livre e responsável, fixar suas próprias metas existenciais, sem se submeter aos planos da autoridade coletiva.

Podemos agora concluir esta parte de nosso argumento.

A noção, de impacto momentoso, relativa a uma conexão essencial entre capitalismo e uma ética específica de honestidade e *fair-play* no confronto

econômico, nunca foi universalmente aceita. Ora, ela se encontra precisamente na obra original de Locke e de Adam Smith. É ela de assimilação difícil, eis que, desde os primórdios da Revolução industrial na Inglaterra, em fins do século XVIII, foi combatida tanto do lado dos conservadores, entusiastas do medievalismo "idílico", quanto da esquerda jacobina e socialista, embrutecida pelo Mal romântico. A visão mais radical é de que um sistema econômico é, simplesmente, um sistema econômico, um sistema econômico, um sistema econômico. É um método prático de se alcançar, racionalmente, a prosperidade e a fortuna sem referência a qualquer estrutura pre-existente de moral. Nos Estados Unidos, onde a tese da associação íntima entre ótica e capitalismo é mais forte e antiga, ainda que, em geral, inconsciente, é também onde encontramos as mais tenazes críticas moralistas a ela dirigidas. Um homem como o Dr. Michael Novak depara-se hoje, na América, com mais ardorosas objeções à sua tentativa de definir o "espírito do capitalismo democrático" do que em outros continentes. Falando num simpósio promovido por Lewis Lepham (edit. do *Harper's Magazine),* Novak argumenta que a própria raiz do termo capitalismo é *caput,* a cabeça (donde a sinonímia com *capital,* no sentido de cidade principal de um país). *O capitalismo é uma criação da inteligência humana.* É uma criação natural, sem dúvida, mais do que artificial, profundamente "pensada", no entanto, pelos economistas e filósofos dos séculos XVIII e XIX, e novamente repensada na atualidade com a redescoberta das virtudes do sistema da Mão Invisível. É a observação pragmática, vencendo a névoa espessa da ideologia, cozinhada pela chamada *intelligentsia* - a qual mais adequadamente deveríamos denominar *burritzia* - que demonstra essa *virtù* no sentido de estimular o desenvolvimento, assegurar a liberdade, elevar o nível de vida dos pobres e criar o ambiente propício ao florescimento da cultura.

A Mão Invisível constitui um conceito pelo qual aceitamos dar um sentido transcendente à história. Como na noção de *Geistou* de Astúcia da Razão em Hegel, ou como na crença em uma Providência divina que dirige a história (o *Gott mit uns* dos alemães, o *gesta Dei per Francos* dos franceses, o *Dieu et mon droit* dos ingleses) - levantaríamos a hipótese de que uma Mão Invisível dirige nosso destino. No Brasil também muitos acreditam na nacionalidade brasileira da Divindade...

6. Sobre a concorrência

Todo o progresso da Humanidade nos últimos 200 anos, isto é, posteriormente ao início da revolução científica, tecnológica e industrial na Idade das Luzes, do Racionalismo e do Liberalismo, se estriba no princípio da concorrência. Na grande metáfora de Darwin de "luta pela vida", tomou a concorrência ares de postulado científico. A evolução pela seleção da mais apta entre as formas diversas de existência conquistou, em biologia, uma posição prestigiosa correspondente ao livre mercado que fora estudado, cem anos antes, por Adam Smith, no terreno da economia. A árdua lei da concorrência estimula o progresso na vida em geral e na vida econômica em particular, e justifica o liberalismo. Não se deve interferir com as leis naturais da concorrência. A liberdade implica, com efeito, a ausência de restrição à competição por produtos escassos, satisfazendo a vontade de poder de cada um, atendendo a seu interesse e mesmo a seu egoísmo. O liberalismo é, nesse sentido, pragmático. É realista.

O Ocidente, entretanto, também é cristão. Na visão cristã do mundo, a concorrência possui conotações luciferianas. O primeiro exemplo bíblico de competição, o de Caim e Abel (Gênesis, cap.IV), termina em homicídio. Embora tenha Jahvê preferido as oferendas de Abel às de Caim, o fato é que foi Caim, um animal "acuado", um "maldito", um "errante, fugitivo sobre a terra", aquele que deixou descendentes, pois somos seus netos. A grande obra dos teólogos calvinistas e de seus discípulos, os economistas liberais e os biólogos darwinistas, consiste na aceitação dessas condições existenciais agrestes e na proposição de que, precisamente em virtude dos vícios privados (Mandevilie), do jogo de interesses egoístas (Adam Smith) e dos pecados humanos, nascem as virtudes públicas e resulta progresso e bem geral. Essa tese parece receber, em final do século XX, uma confirmação estrondosa: são precisamente os países onde vigora, livre e francamente, a concorrência aqueles que progrediram e alcançaram a liderança política, econômica e cultural do planeta.

Uma outra linha de pensamento, porém, herdeira da filosofia de Platão e de Aristóteles, e da teologia de São Paulo e de Santo Tomás, seguiu seu curso conservador, primeiro nos países da Contra-Reforma e, depois, no movimento de secularização empreendido através das ideologias coletivistas, o solidarismo

romântico, o nacionalismo e o socialismo. A natureza absolutamente explosiva do marxismo resulta, precisamente, da combinação dialética de uma *praxis de* luta inexpiável entre as classes com a teoria esperançosa de cessação final de todo conflito, pela supressão da propriedade privada, a eliminação da concorrência capitalista e a imposição da "justiça social" através da "ditadura do proletariado" - na realidade uma ditadura totalitária dos clérigos ou intelectuais. O princípio da *homonoia em* Platão e Aristóteles implica o "mesmo pensamento", o "espírito uniforme", a dogmática de harmonia e paz na terra aos homens de boa vontade (o que também os nazistas pregavam como *Gleichshaltung).* Não há pluralismo nesse sistema. Não há concorrência. No socialismo é a religião civil que reúne (*re-liga-re)* os homens numa mesma comunidade harmônica, justa e de convicções uniformes. Ela é trazida à terra e torna-se totalitária.

Em virtude de nossa educação jesuítica, da tradição política autoritária, da estrutura social conservadora e da influência "romântica" sobre nossa cultura incipiente do pensamento dogmático de Santo Tomás, Rousseau, Comte e Marx, é a noção de comunidade harmônica, a *homonoia,* preferida à ideia de liberdade. Numa sociedade extremamente heterogênea e conflitiva como a nossa, talvez possa ser indicada a insistência no Bem Geral uniformizado. A tese possui a vantagem adicional, subliminar, de assegurar os privilégios perenes do poder patrimonialista e corporativista. Se nosso país já foi descrito como o do "homem cordial" (Cassiano Ricardo, Sérgio Buarque de Holanda) ou da "delicadeza" (Keyserling) ou do "povo da amizade" (Bernanos), é porque detestamos as manifestações violentas e flagrantes de concorrência no terreno político, social, racial ou econômico. Só aceitamos a competição no âmbito do lúdico: no futebol, nos concursos de beleza, na loteria ou na premiação das escolas de samba. Forte ainda é o catolicismo e seu ideal de Bem Comum. Nas duras condições da existência terrena, a concorrência tem que se exprimir com o "jeitinho bem brasileiro". Quem exibe com excessiva franqueza sua competitividade, eficiência ou capacidade de *performance* é visto como grosseiro, consumista e deselegante (sendo talvez essa a razão da frequente ojeriza aos americanos que fizeram da livre competição, *under the law,* o próprio fundamento constitucional de sua nacionalidade). Sobretudo a partir da República, tornou-se parte da tradição costumeira em nossa cultura, sob a tríplice e contraditória inspiração do catolicismo, do positivismo comteano, vigorante nas Forças Armadas, e do

socialismo marxista que contaminou a intelectualidade, condenar por todos os meios a concorrência. O Estado seria o grande instrumento da concórdia geral. Abominado é o herege, em qualquer tipo de escola. Perseguidos são os "opositores", quer à direita, quer à esquerda. Censura e patrulhamento tornam-se parte integrante do debate. Florescem na sociedade como um todo as corporações, as patotas, os conluios, os sindicatos, os oligopólios, os cartéis, os grupos de interesse exclusivo: a sociedade patrimonialista é ela própria, por natureza, oligárquica. O exclusivismo anticompetitivo constitui, no final das contas, uma característica de atraso, quer no tipo de centralismo autocrático de um Geisel, por exemplo, quer no de sem-vergonhice populista de um Darcy Ribeiro, que acha o liberalismo "uma bobagem". No Estado moderno, o Estado mínimo, ao Estado cabe apenas a obrigação precípua, e não outra, de criar as oportunidades iguais de educação e saúde, de modo a que todos os cidadãos possam competir na vida. A grande bobagem mesmo, creio eu, é pensar que pela estrutura rígida do coletivismo autoritário, no controle do pensamento e da atividade econômica, poderemos nos modernizar e abrir ao mundo ecumênico.

* * *

O Estado é a grande ficção através da qual cada um procura ganhar sua vida às expensas dos outros.

BASTIAT

//

RICOS E POBRES (O problema moral da pobreza)

O tema sobre o qual nos vamos agora debruçar é o da pobreza. A pobreza apreciada não em seu sentido meramente econômico, porém examinada sob um ângulo que procure considerá-la como centro de cogitações políticas, sociológicas e teológicas. É fácil constatar que o problema da pobreza está, hoje, no cerne dos reclamos políticos igualitários de justiça em nossa época, pois o que se pretende é reduzir, senão eliminar as diferenças de fortuna, o que quer dizer, os contrastes mais aberrantes entre o modo de vida dos ricos e dos pobres. Cresce a pobreza, igualmente, como eixo da problemática internacional, eis que o conflito de poder entre o Primeiro e o Segundo Mundo, isto é, entre a democracia ocidental liberal e o socialismo pode ser reduzido a um confronto ideológico entre os que acreditam nas virtudes do *laissez-faire* capitalista para vencer a miséria e alcançar a prosperidade - e os que reivindicam o modelo do Estado ditatorial, centralizador da economia e uniformizador, como meio mais adequado para atingir esse fim. O Terceiro Mundo, ao qual somos atraídos pela ideocracia que o marxismo condicionou, seria então composto por aqueles que atribuem nossa pobreza nacional à exploração organizada pelos países ricos. Finalmente, há que considerar a chamada "opção preferencial pelos pobres" que surge na crise da Igreja como tema de contenda teológica -dividindo os "progressistas" daqueles que são tidos como conservadores ou tradicionalistas. De tudo isso se pode deduzir que o conceito de pobreza se destaca como núcleo de uma problemática moral em torno da qual giram os grandes debates políticos do mundo moderno. E já que essa problemática determina a razão prática do comportamento individual e coletivo, não estaríamos longe da verdade se pretendêssemos colocar a pobreza - com as várias perspectivas contraditórias de alcançar a riqueza - como noção modular na filosofia político-social de nossa época. As questões da liberdade, da ameaça totalitária e da luta pelos direitos humanos constituem simples corolários da controvérsia em tomo da pobreza.

Foi o mérito de Hayek haver sido, em sua obra *The Road to Serfdom,* publicada em plena guerra (1944), um dos primeiro críticos modernos do

socialismo, em época em que era considerado de profundo mau gosto levantar qualquer dúvida em relação a "nossos valentes aliados russos". "Ainda que tenhamos sido prevenidos por alguns dos maiores pensadores políticos do século XIX, por Tocqueville e Lord Acton, que o socialismo significa a escravidão", escreveu Hayek, "movemo-nos persistentemente na direção do socialismo. E agora que contemplamos uma nova forma de escravidão surgir diante de nossos olhos, tão completamente esquecemos o aviso que quase não nos damos conta possam as duas coisas estar relacionadas. Tão profunda é a ruptura com o passado recente e com toda a evolução da civilização ocidental que se torna mais clara a tendência moderna para o socialismo se a consideramos não só ante o pano de fundo do século XIX, mas numa perspectiva mais distante. Estamos rapidamente abandonando não apenas os pontos de vista de Cobden e Bright, de Adam Smith e Hume, e mesmo de Locke e Milton, mas ainda uma das características salientes da civilização ocidental, da forma como se desenvolveu sobre os fundamentos estabelecidos pelo cristianismo e pelos gregos e romanos. Não meramente o liberalismo dos séculos XVIII e XIX está sendo progressivamente abandonado mas também o individualismo básico, herdado de Erasmo e Montaigne, de Cícero e Tácito, de Péricles e Tucídides".

A humanidade ocidental foi absolutamente possuída por esse incubo ideológico que a persuadiu dos méritos de uma solução *política* para suas misérias. Nietzsche tinha toda razão quando concebeu o socialismo como uma secularização barata do cristianismo em decadência. Diante da apostasia generalizada em relação a uma religião de salvação que prometia um "reino que não é deste mundo", a solução encontrada foi acreditar estupidamente nas promessas soteriológicas do profeta barbudo que anunciava, "por força das leis férreas da História", o advento do paraíso proletário neste nosso lastimável planeta. Se a realidade demonstrava ser a humanidade alienada e governada pelo "príncipe deste mundo", a expressão concreta da perversidade diabólica seria a exploração do homem pelo homem. Há 150 anos que essa doutrina tem crescido em popularidade. É a forma moderna e "científica" do gnosticismo maniqueísta: o capitalista é o homem mau, *"les méchants"* como nunca se cansava de denunciar Rousseau - enquanto o proletário é o homem bom, o bem-aventurado destinado ao reino celeste que se erguerá sobre a terra graças ao apostolado dos intelectuários de esquerda. De conformidade com o postulado da pseudo-ciência

econômica, o capitalismo constitui um sistema que brutaliza as massas trabalhadoras, satisfaz aos interesses egoístas da burguesia empresarial e funciona em proveito único dos ricos parasitas, vivendo de suas rendas, cujo egoísmo monumental e insaciável terminará por provocar uma revolução redentora final. O curioso é que esse preconceito contra o capitalismo (e quem hoje, no Brasil, ousa defender abertamente o regime econômico a que aspira a maioria da população, ou pelo menos 53% dessa população que se manifestou nas eleições presidenciais de dezembro de 1989?) - esse preconceito, dizia eu, não foi de maneira alguma abalado pela prova empírica. O pessoal é absolutamente cego. A experiência universal no ano decisivo de 1989 é a de um prodigioso fracasso do socialismo, na Europa oriental, e o de um sucesso ainda mais prodigioso do capitalismo no Ocidente. Mas não adianta: o pessoal é mesmo tapado. A esquerda socializante continua teimosamente a alegar, contra toda a experiência mundial, que a melhoria do nível de vida nas nações industrializadas resulta, não do capitalismo, mas das restrições que ao capitalismo foram criadas por força da ação dos sindicatos, da legislação social e previdenciária *(welfare)* e do mais alto nível de comportamento moral alcançado pelos empresários, coibidos inclusive como estão, em caso de transgressão, pela estrutura legal dos países onde não impera nem a impunidade, nem o bom-mocismo romântico e sem vergonha de nosso sistema.

Não discutamos se o ensino primário gratuito, a legislação social em benefício dos doentes, excepcionais e aposentados, e a repressão a alegados abusos monopolistas cometidos no princípio da revolução industrial (trabalho de mulheres e crianças nas minas de carvão por exemplo) devem ser ou não ser atribuídos aos protestos dos socialistas sindicalizados e politizados, ou, pelo contrário, ao resultado historicamente normal do desenvolvimento da consciência democrática em todo o mundo. A crítica histórica a esse respeito não é definitiva. Hayek e seus discípulos afirmam o que me parece de absoluto bom senso: se os camponeses que se transferiam livremente para as cidades, na Inglaterra de fins do século XVIII e princípios do XIX, encontravam, na indústria nascente, condições de vida superiores àquelas de miséria e fome, que sofriam no campo, e se a migração rural era voluntária - isso prova que as esperanças de melhora nas cidades eram superiores às que, durante séculos, haviam aturado sob o feudalismo "idílico". Consideremos, além disso, que a legislação trabalhista foi

introduzida na Inglaterra sob o regime altamente conservador da rainha Vitória; na Alemanha, por Bismarck, que não pode ser considerado um liberal, nem muito menos um socialista; e na França, que vivia então sob a ditadura militarista de Napoleão III. Consideremos ainda que países como a Suíça, o Canadá, o Japão e os próprios Estados Unidos nunca foram governados por partidos socialistas ou trabalhistas. Mas o principal argumento que posso trazer para alimentar a controvérsia é o de nosso próprio país: como poderíamos explicar o progresso "social" de São Paulo, onde a renda *per capita* alcança hoje uma média de cinco a seis mil dólares, em contraste com a miséria do Nordeste, onde ela cai às vezes abaixo dos 500 dólares anuais, na base da existência de legislação social, essa mesma legislação que *cobre todo o território nacional* e que existe desde 1930 por iniciativa dos ministros de Getúlio Vargas, Lindolfo Collor e Agamenon Magalhães? Se a aplicação dessa legisla-ção foi universal em todo o território brasileiro, por que uma parte do país progrediu e a outra continuou estagnada no subdesenvolvimento e no patrimonialismo selvagem? Mas há ainda um outro problema que não considero resolvido pela alegação do corretivo crítico do socialismo: São Paulo progrediu e progride com ou sem a presença erundizante de socialistas, enquanto a maior parte dos políticos que se proclamam de esquerda procedem, precisamente, dos locais mais retardatários da Nação. Surgem, para nos desgraçar, dos cafundós do Maranhão ou de Pernambuco. Podemos em conclusão apoiar a tese de Hayek de que o mito da exploração do homem pelo homem é um dos mais persistentes, tendenciosos e falsos da economia, representando uma corrente que nos conduz irremediavelmente no caminho da servidão.

Assinala George Reisman, professor de economia na Universidade Pepperdine, em Los Angeles, na Califórnia, em *The Political Economy of Freedom* que "a ironia final é que não somente o capitalismo não é um sistema de exploração do trabalho, mas o verdadeiro sistema de exploração do trabalho é o socialismo". O Estado socialista possui o monopólio universal do emprego e da produção, com a total impotência econômica dos cidadãos, tanto como trabalhadores quanto como consumidores. Nenhum fator político ou econômico força o Estado socialista a levar em consideração os desejos dos cidadãos. As greves não são permitidas. O poder econômico, juntamente com o poder político, se encontram centralizados nas mãos da *Nomenklatura* burocrática do PC ou PS

local que, arbitrariamente, fixa seus próprios salários assim como os salários de todos os trabalhadores. Além disso, acrescenta Reisman, o princípio moral e político diretor do socialismo é que o cidadão não constitui um fim em si mesmo, como ocorre no regime capitalista liberal, mas um meio para os fins da coletividade. Ora, esses fins são estabelecidos pelo capricho dos dirigentes ditatoriais da sociedade, cujos desejos são anunciados e impostos *politicamente* sobre toda a população. Consequentemente, os fins supostamente superiores da coletividade são aqueles que seus dirigentes determinam em seu próprio benefício. Na URSS, ao tempo de Stálin, um sistema de trabalhos forçados, sem precedentes na história da humanidade, foi montado para satisfazer os objetivos paranoicos do tirano: milhões de pessoas povoaram o arquipélago Gulag, literalmente reduzidas à categoria de escravos do Estado e vivendo em condições piores do que na época do Império romano decadente. Não se pode conceber sistema mais terrível de servidão e de exploração do homem pelo homem do que esse que, durante décadas, vigorou no maior país do mundo. Os dirigentes do Estado socialista podem decretar salários altos e esplêndidas mordomias para seus familiares e amigos, como aconteceu com a família do ditador romeno Ceausescu: seus parentes viviam à tripa forra em luxuosos palácios, escondidos da curiosidade popular pela violência da polícia secreta, a temível Securitate. Na URSS, também concede o Estado tratamento privilegiado aos membros do Politbureau, aos marechais do Exército, aos atletas que devem conquistar medalhas nas olimpíadas, às estrelas do balé Bolchoi, aos agentes do Comitê de Segurança do Estado (KGB), aos cientistas nucleares e técnicos em mísseis, e aos intelectuais que guarnecem os órgãos de propaganda do regime *(Pravda, Novosti, Tass, Literaturnaya Gazeta,* etc). A massa dos cidadãos, porém, não dispõe de privilégios como os das lojas especiais (*berioska),* onde se compram mercadorias pagas em dólar, nem de dachas ou vilas nos arredores de Moscou, nem de permissão para viajar para o exterior, nem de automóveis com motoristas. Os proletários ficariam satisfeitos se pudessem prover à própria subsistência mínima. Mises e Hayek demonstraram que a descoordenação econômica e o caos do socialismo são de tal monta que, na ausência de um mercado capitalista ocidental a cujo auxílio pode recorrer através de empréstimos e investimentos diretos e a importação de trigo ou soja subsidiados, o socialismo teria levado à destruição completa da divisão do trabalho e à reversão às condições primitivas da

Idade Média feudal. Alain Besançon analisou cuidadosamente essa auto destruição da economia socialista em sua obra *Anatomia de um Espectro.* Recorde-se que o próprio Brasil, pobre país subdesenvolvido em crise da longínqua América do Sul, contribuiu com empréstimos de mais de quatro bilhões de dólares, nunca pagos, para sustentar a economia falida de países como a Polônia, a Iugoslávia e a Romênia. Talvez a explicação dessa aberração se encontre no fato de que também nossa economia, estatizada ao grau de 65 a 70% do PIB, é conduzida por uma Nomenklatura de "marajás" que, em suas expectorações, usam muito o adjetivo "social" enquanto fixam seus próprios salários astronômicos, concedem-se a si próprios mordomias invejáveis, viajam para as Europas em trens da alegria, locupletam-se com comissões e percentagens ilícitas nos negócios concluídos em nome do Estado e obtêm todas as vantagens resultantes do monopólio conjunto - patrimonialista - do poder político e do poder econômico da nação. Francamente, exploração do homem pelo homem é, como assinala Hayek, a característica essencial não do capital, mas do sistema econômico produzido pelo *Das Kapital* de Karl Marx.

1. Ricos e pobres na história

Ricos e pobres. Desde sempre a distinção entre ricos e pobres afetou a História e, embora o conflito entre as duas classes de pessoas não configure a essência de *toda* a vida social, tal conflito tem sido suficientemente agudo em certas épocas para haver mal inspirado Marx a propor a tese de que a história das sociedades existentes, até hoje, é a história da luta de classes. Isso significa que nada mais haveria senão a história da luta entre ricos e pobres. Entretanto, sabemos hoje melhor que os conflitos entre grupos sociais podem ter origem em diferenças de raça, de crenças religiosas ou simplesmente, o que é ainda o mais comum, em rivalidades nacionais. O instinto econômico ou o desejo de possuir, possuir mais e melhor, é mera forma da vontade de poder. É uma forma derivada: o desejo de adquirir e acumular bens materiais. Existem outros aspectos dessa mesma pulsão humana, demasiadamente humana: a ambição de poder político, o instinto de mando e governo ou o que os clássicos denominavam a *libido dominandi.* Poder econômico e poder político não se confundem. Eles se misturam, pois embora seja evidente que o rico pode comprar o poder político,

enquanto o homem politicamente influente se apodera da riqueza no exercício de governo, devem os dois impulsos ser destacados para evitar mal-entendidos. A confusão foi verdadeiramente criada pelo marxismo, ao reduzir ao econômico toda a motivação humana e ao considerar o fator psicológico mera superestrutura da forma de produção.

Se os Santos Padres temiam o dinheiro e o consideravam pecaminoso, talvez, modernamente, mais razão tenha Lord Keynes quando, na sua *Teoria Geral,* observa que "perigosas tendências humanas podem ser canalizadas em direção a metas inofensivas pela existência de oportunidades de acumular dinheiro e fortuna privada, o que, se não puderem ser satisfeitas desse modo, são susceptíveis de encontrar satisfação na procura temerária do poder pessoal da autoridade... É melhor que um homem tiranize sua conta bancária do que seus concidadãos"... O homem sofre de fato de sua irreprimível Vontade de Poder. Sofre da *pleonexia* de que falavam os gregos: querer mais, sempre mais. O desejo de enriquecer é uma forma pacífica de realizá-la. Os regimes totalitários modernos bem demonstram o resultado da abolição dessa escapatória inofensiva, num desvio da pleonexia que abandona a indústria e se dedica à opressão e à guerra. Vale a pena?

Ricos e pobres já se digladiavam na Grécia do século V antes de Cristo. Os conflitos sociais entre aristocratas e democratas que ensanguentaram as *poleis* gregas, assim como provocaram enfrentamentos entre as poleis entre si, a rica e mercadora Atenas contra a ascética e guerreira Esparta, ao tempo de Sócrates e de Platão, resultavam de rivalidade de poder e de ressentimentos econômicos. Tais guerras civis contribuíram para a decadência da Hellas, entregando-a aos reis e diádocos da Macedônia. O mesmo tipo de conflito social entre ricos e pobres estraçalhou Roma na época final da República. A velha Roma era austera, viril e trabalhadora. Com a conquista do Império, aos poucos se corrompeu pela riqueza. As lutas sociais que marcaram o declínio da República e a fundação do regime imperial cesarista foram resultado de competição entre velhas famílias patrícias, com assento no Senado, e a plebe que crescia com a extensão progressiva da cidadania. Roma conheceu mesmo revoltas de escravos, como o episódio encabeçado por Spartacus. Marius, os Gracos e ambiciosos patrícios como Júlio César e Octaviano Augusto tornaram-se líderes da plebe, verdadeiros populistas, e derrubaram a República. Entre os plebeus e mesmo entre escravos libertos

havia muitos ricos, assim como pobres existiam entre os patrícios. Os ressentimentos e invejas criados pelas contradições de poder entre o prestígio do nome de família e o que é oriundo da posse de dinheiro serviu de motivo para inúmeras obras de literatura, mas não tem sido abordado de maneira sistemática pela sociologia oficial. As revoluções dos séculos XVIII, XIX e XX não são apenas confrontos entre pobres e ricos. São amiúde resultado de rivalidade entre aristocratas decadentes, que por tradição ainda detêm o poder político, e plebeus enriquecidos que reivindicam esse poder para si próprios. Os embates entre a aristocracia territorial, de origem feudal, e a burguesia comerciante e industrial em ascensão, manipulando fortuna em espécie, representam a trama principal de tais movimentos. No Brasil, é o caso da luta entre paulistas e nordestinos. Mais recentemente, a famosa revolução proletária anunciada pelos socialistas não constitui apenas uma rebelião de pobres contra ricos, mas o empenho da "Nova Classe" de intelectuais ressentidos e utópicos, desgostosos com sua pobreza, no sentido de organizar e encabeçar as massas proletárias para arrancar a fortuna da burguesia, alcançando o poder e se transformando em burocracia dirigente. O poder político seria, nesse caso também, utilizado para a aquisição do poder econômico.

Na Idade Média e até bem adiante, nos séculos XVII e XVIII, as guerras e conflitos civis na Europa não ocorreram entre classes mas entre membros da "classe dominante", cada qual querendo enriquecer e mandar à custa do outro. As famílias feudais lutavam entre si pela conquista de bens limitados, inclusive da terra cuja extensão era inelástica. As Cruzadas, a Reconquista da Península Ibérica sobre os mouros, a expansão para o leste da nobreza polonesa e da Ordem Teutônica foram os únicos casos em que a aristocracia guerreira encontrou possibilidade de aventura: um empreendimento enriquecedor para aqueles de seus filhos que nada possuíam a não ser um cavalo, uma espada e uma armadura. Com o início da expansão colonial, pela primeira vez, jovens plebeus ambiciosos e talentosos se permitiram almejar a elevação na escala social. Cortês e Pizarro são exemplos na América espanhola. A Revolução Industrial constituiu, entretanto, a maior oportunidade de movimento vertical de que se valeram todos os países do Novo Mundo. O critério econômico começou progressivamente a se impor sobre o critério hereditário (o nome da família), geralmente associado ao poder político. Foi quando se salientou, pela primeira vez, a distinção conflitiva

entre ricos e pobres. É a partir desse momento que o relacionamento de caráter comercial, expresso através do veículo monetário, se destaca sobre o relacionamento tradicional de clientelismo político entre famílias e amigos. Esse relacionamento torna-se abstrato, ao invés de continuar concreto, afetivo e pessoal. Carlyle inventará a frase famosa segundo a qual "o pagamento em dinheiro torna-se o único relacionamento" *(Cash payment sole nexus)...*

Enquanto limitados eram os recursos, como na Idade Média, não havia por que sofrer de inveja ou ressentimento com a riqueza dos superiores "naturais", na hierarquia feudal e eclesiástica. Somente poucos podiam verdadeiramente gozar de tais recursos. A expansão econômica, que se inicia com as Grandes Navegações, a colonização do Novo Mundo e finalmente explode com a Revolução Industrial, provoca a chamada Revolução das expectativas. Tocqueville foi um dos primeiros a salientar esse fator, que postulou como determinante no processo de derrubada do *Ancien Régime* pela Revolução Francesa.

Durante o episódio sangrento de 1789-1794 que subverte a França, o conflito não se constitui ainda, basicamente, em torno de rivalidades econômicas entre classes como pretende Marx. Os *sans-culottes* não são os pobres "descalços". São apenas aqueles que não usam *culottes,* tipo de indumentária masculina que cobre as pernas da cintura aos joelhos, usada pelos aristocratas de Versailles. Um homem rico que usasse calças compridas como as de hoje e não ostentasse um nome precedido da partícula aristocrática *de* era um simples burguês, não estando ameaçado pela multidão enfurecida dos *sans-culottes.* Entretanto, já no apogeu do terror jacobino e no momento da Conspiração dos Iguais de Gracchus Babeuf (1796), a conotação de ressentimento econômico e de ataque contra o princípio da propriedade privada está presente no movimento revolucionário. Tão forte e tenaz é o preconceito anti-capitalista (em curiosa e pacífica convivência com a aceitação prática do sistema capitalista, na vida diária, por aqueles mesmos que o combatem), que mesmo um "novo filósofo" francês que radicalmente repudiou o Marxismo, Bernard-Henry Levy, é levado a repetir este lugar-comum da esquerda em sua obra *"La Nouvelle Republique":* "O Capitalismo diz: os homens são meras coisas, abstratas e equivalentes, medidas por seu valor de troca, num mundo infernal que os priva e diminui"... São palavras que qualquer intelectual brasileiro da "Nova República" repetiria com ardor.

Um fator perturbador nessa maneira primária de apreciação do fenômeno

é a família - ou seja, o desejo natural de todo pai de transmitir ao filho, qualquer que seja seu mérito específico, os bens e o poder que possui. A riqueza e o poder político, sob a forma de prestígio hereditário do nome, tendem assim a permanecer circulando em torno da família. Esta pode crescer tanto quanto pode declinar em riqueza e prestígio, do mesmo modo como intercambiar essas formas de domínio. Os Habsburgos, por exemplo, chegaram a tentar sob Carlos V o domínio de toda a Europa, mas estão hoje reduzidos ao *status de* pequena família nobre da Áustria. O prestígio da ascendência genética caracteriza a aristocracia e vigora mesmo em regimes comunistas, como está sendo demonstrado na Coreia do Norte. Esse prestígio tradicional entra em conflito com a ganância dos *nouveaux-riches* da economia, assim como com a ambição irrefreável dos *arrivistas* da política e provoca uma renovação constante dos quadros da classe dominante. Os elementos afetivos que determinam o personalismo familiar criam o clientelismo na política e devem, portanto, também ser levados em consideração. Faço referência especial à família e aos grupos de clientela porque difícil é compreender a estrutura basicamente patrimonialista de nossa sociedade política se os fatores afetivos personalistas, de relacionamento imediato e concreto, não forem avaliados como devem. O sexo, a beleza sedutora das mulheres e a libido conquistadora dos homens são fatores que, associados aos laços afetivos familiares, complicam o emaranhado cujo jogo complexo constitui a própria tessitura da vida social. Há muitas pessoas que, no entanto, ou por fanatismo ideológico, ou por maquiavelismo demagógico, ou por incapacidade de abrangência intelectual são incapazes de compreender essa complexidade ou de aceitá-la. Preferem reduzir a problemática social ao mero conflito econômico entre ricos e pobres. É este o tema da presente seção.

Existem também grupos sociais, povos ou nações ricos e grupos sociais, povos ou nações pobres. Outras formas de conflitos, que se traduzem em confrontos sangrentos, são gerados pelas desigualdades coletivas. Os povos ricos não são necessariamente os mais fortes. O drama da história comporta o ritmo vulgar da tribo primitiva, rudemente treinada, sedenta de território mais fértil, que conquista poder, enriquece e posteriormente se deixa corromper pela fartura, e cede sua posição a outras tribos mais pobres e mais ambiciosas, e assim recomeça o ciclo. As invasões de bárbaros guerreiros que destroem ricas civilizações sedentárias, enfraquecidas pela boa vida, são episódios conspícuos

da história da humanidade. Milhares de anos nos hão permitido apreciar a repetição do ciclo[7]. Os germanos que destruíram o Império romano, por exemplo. O mundo contemporâneo nos oferece várias ilustrações: Alemanha, Japão e Itália se intitulavam "nações proletárias", nações *have-not que* ambicionavam conquistar mais espaço vital ou colônias, como as que possuíam russos, franceses e anglo-saxões. Franceses e anglo-saxões eram *have nations.* Os alemães tentaram se apoderar desses bens pela *blitz* e foram derrotados. Os ingleses, que haviam enriquecido nos séculos XVIII e XIX pela indústria e a expansão colonial, se deixaram seduzir pelo bem-estar da riqueza e do *welfare* socialista, perdendo o poder de sustentação de seu império, que entregaram a partir da década de 50. O Japão, a Alemanha e a Itália reconquistaram sua postura internacional pelo trabalho e são hoje mais ricos do que a Inglaterra - embora ainda não disponham nem do mesmo prestígio político internacional, nem do recurso militar representado pela posse do armamento atômico. A União Soviética, incapaz de enriquecer pela indústria e contrariando os princípios de Marx cuja memória venera, já foi ultrapassada pelo PIB do Japão e da Alemanha, mas procura alcançar um poder hegemônico mundial pela força militar - terreno em que possivelmente excede a dos EUA, a mais rica e poderosa nação da terra.

Em sua obra sobre a Revolução, Hannah Arendt notou que a noção de pobreza foi manipulada pela tradição hegeliana. O mal que a dialética do Senhor e do Escravo (na "Fenomenologia do Espírito" de Hegel) causou à Humanidade não teria suficente apreciação. Arendt acentua que "nada que possamos hoje dizer seria mais obsoleto do que tentar libertar a humanidade da pobreza por meios políticos, nada mais fútil e mais perigoso". A socióloga teuto-americana tinha em mente os resultados funestos da Revolução francesa com sua mórbida obsessão romântica com os *malheureux,* os *misérables* e os *sans-culottes.*

Mas recordemos a postura do Papa que, a meu ver, coloca o problema onde deve estar. Essa postura não é exatamente a dos "progressistas" escravocratas que, movidos por sua própria *libido dominandi,* fizeram opção preferencial pela pobreza. A opinião de João Paulo II se sustenta em teses mais serenas. Num discurso de 1979 *(Osservatore Romano* 12/2/79), Sua Santidade observou que "as leis econômicas e políticas não são mecânicas e deterministas,

7 O exemplo mais recente é o de Saddam Hussein.

são essencialmente éticas". "Não há regras econômicas capazes de mudarem por si mesmas esses mecanismos" da economia. "É necessário, na vida internacional, apelar para princípios éticos, os requisitos da justiça, o mandamento primordial que é o amor. Prioridade deve ser dada ao que é moral, ao que é espiritual, ao que surge da verdade inteira concernente ao homem". Nada teríamos que acrescentar a essas palavras diante da problemática da superação da pobreza pelo desenvolvimento, qualificando, porém, certas especulações anti-capitalistas de Sua Santidade.

2. O paradoxo da pobreza

O que é pobreza? Vejam a relatividade da noção. Quando um demagogo como Helder Câmara afirma que 10% da população brasileira é rica e vive às custas dos 90% restantes, que são pobres, está propondo uma tese desprovida de sentido lógico e de fundamento econômico mas que toca em cordas emocionais extremamente profundas do Inconsciente Coletivo. O que sabemos é que o conceito de pobreza é absolutamente relativo. Isso não é novidade. Adam Smith (no *Inquiry* já o sustentava quando escrevia que, "pelo conceito de necessidade, compreendo não somente as *commodities* que são indispensáveis à sustentação da vida, mas o que quer que seja que os costumes do país tornam indecente para as pessoas distintas *(creditable people),* mesmo das ordens inferiores (as classes humildes diríamos hoje), deixarem de possuir". No Brasil, qual será o limite da necessidade mínima? Um rádio, um aparelho de TV parecem uma "necessidade" numa favela, ao passo que a água corrente e o vaso sanitário não tanto. O automóvel é outro sinal de riqueza no Brasil, mas não nos EUA onde qualquer pé-rapado o pode comprar. Aqui, a propriedade de um automóvel distingue do pobre o membro da classe média. Não se pode então dizer que haja 90% de pobres: de um decil para outro há transição, de tal modo que um metalúrgico do ABC pode dispor de carro, sendo rico em relação a um operário pernambucano, e este em relação a um jagunço do agreste ou um seringueiro da Amazônia.

A relativização do conceito de pobreza é hoje inacreditável. Assim, por exemplo, um autor inglês recente, Peter Towsend (em *Poverty in the UK,* 1979) descreve como "indicador de pobreza" o fato de um indivíduo estar privado de um desjejum quente, de não comemorar o aniversário nem as festas anuais, e de não

cultivar o hábito de jantar em restaurantes. Nos EUA, o índice oficial de pobreza de uma família - a renda abaixo do limite anual de 6.000 dólares - seria, no Brasil, considerado um índice de abastança. O limite, aliás, é válido principalmente para certos setores da população negra e para os hispânicos recém-imigrados. O nível oficial da pobreza varia (em 1980) de uma renda anual de US$ 3.938 para a mulher que vive só, com mais de 65 anos de idade, até uma renda anual de US$ 13.986 para uma família de mais de sete pessoas.

"Os pobres nos países ricos", como muito bem escreve o professor Rubens Vaz da Costa, eminente economista, demógrafo e administrador, "são pessoas que foram ultrapassadas pelo progresso. Eles são os sem teto, os idosos, as mulheres e filhos de lares desfeitos, o viciado em drogas, os alcoólatras, os parentes repudiados, etc, gente para quem a tecnologia pouco ou nada tem a oferecer. Dizer isto não minimiza seu sofrimento, nem sua desdita. A propósito, essas pessoas merecem nossa solidariedade integral e achamos que a sociedade deveria fazer todo o possível para melhorar-lhes a condição". As estimativas do número de pobres variam com o tempo, informa ainda Rubens Vaz da Costa. "Nos Estados Unidos da América, por exemplo, os números oficiais de pessoas abaixo da linha da pobreza baixaram de 40 milhões em 1960 para 23 milhões em 1973 e aumentaram para 31,8 milhões em 1981. Por outro lado, o Banco Mundial estima que há um bilhão de pobres no mundo, 20% da população do planeta. O estudo da pobreza tem muitas facetas. O Banco Mundial classifica 34 países de "economia de baixa renda", no "Relatório Mundial de 1983". Tomados em conjunto esses países têm mais de 2,21 bilhões de habitantes (meados de 1981), a metade da população do globo. Quase 1,7 bilhões moram na China e na índia. A renda *per capita* era de míseros 270 dólares por ano. O índice de alfabetização era de 52% e a expectativa de vida, ao nascer, 58 anos".

Rubens Vaz da Costa insiste ainda, com a maior ênfase, na tecnologia dos anticoncepcionais: "Este é um dos mais importantes, se não o mais importante desafio à tecnologia na guerra contra a pobreza. O crescimento rápido da população é o principal fator determinante da pobreza nos países de baixa renda. Há uma necessidade gritante de anti-concepcionais seguros, universais, fáceis de usar, de efeito duradouro, baratos e sem efeitos colaterais".

Outra analista, Mary Douglas, refere-se ao pobre como aquele que "sofre restrições em sua escolha". Mas qual de nós, meu Deus, por mais rico que seja,

não sofre igual restrição a seus caprichos? Eu poderia gostar, por exemplo, de possuir um iate de recreio como o do Onassis; e publicar por minha conta edições de luxo de livros meus, ilustrados por artistas célebres, para distribuir entre os amigos; e viajar pela Europa em
um Rolls-Royce com um motorista fardado, hospedando-me invariavelmente em hotéis cinco estrelas. Estou, portanto, sofrendo restrições...

Para Adam Smith e a Inglaterra de seu tempo, o critério de pobreza dependia de "limites fixados pelos costumes do país". Mas quais são esses limites no Brasil? Foi Rousseau a alma danada que começou a confundir as coisas ao falar em "necessidades". Se todos nós estamos de acordo em que alimentação, roupa no inverno, tratamento na doença e abrigo à noite são necessidades essenciais do ser humano - onde determinar a transição entre "necessidade" e simples desejo ou capricho? Os Papas que escreveram encíclicas sociais não melhoraram as coisas ao falarem em "salário justo" e propor outros conceitos falaciosos do mesmo tipo. Tomemos um único exemplo: todos deveriam ter direitos iguais ao atendimento médico. Mas se fôssemos conceder a cada um dos cinco bilhões de habitantes do planeta o mesmo tratamento que foi dispensado ao general Franco ou ao Presidente Tancredo Neves, ao morrerem, nem mesmo se todos os recursos do planeta fossem dedicados, exclusivamente, à medicina seriam capazes de satisfazer à demanda. Se calculássemos, modestamente, em US$ 2,000 dólares os gastos médicos anuais com saúde e moléstias terminais de um indivíduo qualquer abastado, verificaremos que, multiplicando pela população do globo, excederá o produto bruto total da humanidade que já deve haver ultrapassado os vinte trilhões de dólares. O debate nesse terreno é fútil. As necessidades do homem são infinitas. Só os santos ocidentais e os sadhus da índia conseguem limitar, voluntariamente, suas necessidades. O resto é utopia...

* * *

O problema da pobreza, sob a vigência do chamado "capitalismo selvagem" ao início da Revolução Industrial, tem intrigado os historiadores e servido de pretexto para a catequese socialista de todos os matizes. O "escândalo" de crianças e mulheres trabalhando seminus em minas de carvão; da miséria dos *slums* de Londres, Manchester e Birmingham; da terrível mortalidade,

criminalidade, promiscuidade e decomposição moral em tais favelas, tudo isso alarmou a gente bem pensante de uma sociedade ainda fundamentalmente cristã - dando origem ao aparecimento de uma "consciência social". O fenômeno determinou, eventualmente, a criação do trabalhismo e a formação da "doutrina social" da Igreja. Criou-se um mito. Há 150 anos que **o** capitalismo é criticado e incriminado pelas perversões que teria gerado, primeiramente na Inglaterra, e, em seguida, em outros países da Europa, nos Estados Unidos, e, finalmente, no que hoje se chama o Terceiro Mundo. O mito transferiu-se para nossa terra e estamos atualmente vivendo, no Brasil, como resultado do desenvolvimento econômico desencadeado no pós-guerra e particularmente a partir da presidência Kubitschek, a mesma polêmica que acompanhou o fenômeno na Inglaterra vitoriana. Para a apreciação da questão vali-me de dois livros, *The Idea of Poverty,* de Gertrud Himmelfarb, em que essa conhecida historiadora das ideias analisa o que se passou na Inglaterra ao início da Idade Industrial, com um capítulo ainda na coleção de ensaios em honra de Lionel Trilling, *Art, Politics and Will;* e a obra editada por Hayek, com a colaboração de outros seguidores, sob o título *"Capitalism and the Historians".* Vali-me também de um pequeno e pouco conhecido ensaio de Tocqueville, um *"Mémoire"* sobre a pobreza, escrito após viagem que realizou à Inglaterra em 1833. Esses trabalhos me convenceram de que o alegado empobrecimento da população trabalhadora não ocorreu em consequência da evolução do capitalismo como tal, em termos absolutos, mas foi um efeito *relativo* dos grandes desequilíbrios provocados pela urbanização, na esteira da Revolução Industrial. Essa conclusão é reforçada pela observação de que desequilíbrios semelhantes, mais graves e às vezes acompanhados de extrema violência, se seguiram ao processo de industrialização em países sob regime comunista ou em que o Estado desempenhou um papel hegemônico na economia, como, por exemplo, na Alemanha de Bismarck e de Ludendorf, e no Japão entre as duas Guerras Mundiais. Na União Soviética tendemos a esquecer que a industrialização galopante, embora iniciada em princípios do século, antes da Revolução de 1917, coincidiu principalmente com **o** regime de Stálin. Os sessenta milhões de mortos causados pelo bolchevismo, a guerra civil e o Gulag podem também ser atribuídos ao esforço hercúleo de industrialização do país através do emprego do trabalho forçado. O comunismo russo constitui, de certa forma, um sistema de "trabalho forçado" - *forçado* pela revolução industrial.

Mesmo um país que, como a Polônia, passou de um modo de vida rural para uma economia industrializada no período posterior à 2ª Guerra Mundial - e, portanto, já sob imposição de um regime comunista - a Revolução Industrial só se desenvolveu através de uma poupança draconiana que, opressivamente, reduziu toda a população a um comum denominador de escassez. É igualmente o que se passa na Cuba fidelista.

A filosofia dessa escabrosa questão está toda contida no "paradoxo" com que Tocqueville inicia seu *Mémoire:* "Quando se atravessa os vários países da Europa", escreveu Tocqueville, "a gente fica espantada por um espetáculo bastante extraordinário e aparentemente inexplicável. Os países que parecem ser os mais pobres são aqueles que, na realidade, registam o menor número de indigentes e, entre os povos mais admirados por sua opulência, uma parte da população é obrigada a depender da caridade dos outros para sobreviver", (sobre esse paradoxo vide também de Drescher, *"Dilemmas of Democracy. Tocqueville and Modernizations").* O país "mais admirado pela sua opulência" era, naturalmente, a Inglaterra. A comparação poderia ser feita com Portugal. Portugal representava então, como ainda hoje permanece, o país mais pobre e atrasado da Europa ocidental. Gozava da menor renda *per capita* e possuía o campesinato mais mal vestido, mais ignorante, mais rude e mais mal alimentado do continente. No entanto, não havia mendigos em Portugal, nem muita gente que dependesse da caridade, geralmente proporcionada por instituições eclesiásticas. A existência de mendigos e indigentes, nota Tocqueville, "parecia estar na dependência da riqueza geral da população. Os pobres ingleses eram ricos quando comparados aos pobres franceses e mais ainda aos pobres espanhóis. Mas o *número de mendigos, indigentes e marginais inversamente proporcional à condição real dos pobres em cada um desses países".*

Se algum observador estrangeiro, com a lucidez, isenção e sabedoria de Tocqueville, viajasse pelo Brasil de hoje, poderia observar um fenômeno paralelo. Encontraria, por exemplo, no Piauí, Maranhão ou Sergipe, condições rurais de penúria, ignorância, analfabetismo, rudeza de costumes, endemias, baixa expectativa de vida, mortalidade infantil, reduzida renda *per capita* e constante ameaça de fome que colocam tais áreas, juntamente com a África do Sahel ou o Bangladesh, entre as mais pobres do mundo. Não toparia, porém, nem com mendigos, nem com favelados. Na opulenta São Paulo, onde a renda *per capita*

atinge 6.000 dólares, uma das mais altas da América Latina, e onde os índices sociais estão entre os mais invejáveis de nosso continente, se depararia com indigentes esmolando nas ruas, marginais fugindo da polícia, drogados e menores abandonados vagabundeando nas calçadas, e com o primitivismo escandaloso, a imundície e promiscuidade das favelas - tudo isso juntamente com um grande esforço público para socorrer esse Lumpen estraçalhado pela grande metrópole.

Tocqueville acentua, pois, o paradoxo. Ele observa que, "na Inglaterra, o nível de vida médio que pode o homem ter esperança de alcançar no decurso de sua vida é mais alto do que em qualquer outro país do mundo. *Isso favorece grandemente a extensão do pauperismo no reino"* (a ênfase é nossa). Himmelfarb explica como representava esse pauperismo o produto do avanço tanto moral, quanto material da civilização. Era precisamente a capacidade crescente, proporcionada pela revolução industrial, de conceder bens materiais e conforto o que determinava a compaixão para com aqueles que não podiam obter tais bens por si mesmos. Nessa época é que, por isso mesmo, surge a distinção enfatizada por Himmelfarb entre pobreza *(poverty)* e pauperismo, miséria ou indigência *(pauperism).* A miséria foi, em suma, o produto direto da Revolução Industrial em virtude da qual surgia, forçosamente, aberrando dos sentimentos de justiça da massa da população culta e abastada, o contraste relativo entre uma classe e outra. O problema é da maior relevância. Foi do escândalo provocado por esses contrastes que se alimentou o socialismo e, mais particularmente, o marxismo - eis que Marx viveu na Inglaterra vitoriana a maior parte de sua vida.

Os historiadores, acentua Bertrand de Jouvenel, na obra editada por Hayek, *"Capitalism and the Historian",* acima mencionada, "foram excepcionalmente imprudentes em sua interpretação dos fatos". "Tomaram como certeza a ideia de que um forte aumento de sensibilidade social e indignação com a miséria seria um índice claro e verdadeiro da miséria objetiva crescente. Em segundo lugar, não distinguiram o sofrimento inerente a toda migração, a qual não deve ser confundida com o sofrimento infligido pelo sistema de fábricas. Em terceiro lugar, descuraram da importância da revolução demográfica". Jouvenel critica com sarcasmos a tese de que foi o movimento socialista que trouxe para o operariado os frutos do progresso econômico. Seria uma tese como a de pretender que se obtenham frutas simplesmente sacudindo a árvore. O fato é que foi o capitalismo que produziu as frutas, ulteriormente colhidas no chão pelo

proletariado... A última crítica de Jouvenel se dirige aos historicistas que justificam os meios violentos, invocando os fins em todos os grandes atos da história, mas não aceitam essa postura em relação ao capitalismo.

Marx argumentou, conforme ainda observa Bertrand de Jouvenel, que os burgueses capitalistas encontraram uma classe de camponeses, explorados pela nobreza latifundiária que lhes havia expropriado as terras. Sem outra solução para sobrevivência, os boias-frias foram facilmente colhidos nas malhas horríveis da indústria nascente e assim se transformaram em proletários. A tese poderia ser considerada como inteiramente verdadeira se não tivesse sido desmentida pelo que aconteceu nos Estados Unidos, Canadá, Austrália, Argentina e Brasil, onde amplos territórios virgens sempre estiveram abertos à imigração da população rural da Europa, oprimida pela fome e a miséria. A dicotomia mitológica dos marxistas transformou os operários em "produtores" e os burgueses unicamente em "consumidores", estes explorando aqueles. O resultado paradoxal é que os "produtores" da União Soviética de hoje, que oficializou o marxismo, ganham muito menos pelo que produzem e pagam muito mais pelo que consomem do que nas indigitadas sociedades de burgueses capitalistas.

Gertrud Himmelfarb concluiu sua volumosa pesquisa com a constatação de que o que, subitamente, elevou a questão da pobreza na Inglaterra a um tão alto nível de urgência, não foi o temor da revolução social: o Estado possuía meios extraordinariamente poderosos de repressão. Foi um sentimento profundo de perplexidade moral diante do desequilíbrio social. *A pobreza era sempre vista como um problema moral.* Um trauma de consciência. Contrariando drasticamente os arrazoados de Marx e de Engels, não era a nova estrutura de produção que provocava um câmbio na superestrutura moral da sociedade, porém as emoções despertadas pelos livros e discursos dos intelectuais da época. Paine, Godwin, Malthus, Adam Smith, Ricardo, Bentham, StuartMill, Chadwyck, romancistas como Dickens, G. W. M. Reynolds, Elisabeth Gaskell, Edward Thompson, Harriet Martineau, Henry Mayhew, Thackeray, Wells, Shaw, poetas, economistas, ativistas, cientistas, políticos ambiciosos e cultos como Pitt e Disraeli, filósofos como Carlyle e Spencer, todos os pró-homens da época apreciaram indignadamente o problema como uma terrível mazela, uma vergonha nacional, a ser resolvida por força de considerações éticas. Isso quer contemplassem tais mazelas como uma fatalidade darwinista da natureza, quer como o sub-produto de

uma determinada instituição ou vício incorrigível de todo o sistema. Se os pobres haviam sido moralmente marginalizados, tratava-se de fazê-los reingressar na comunidade moral da nação. Só aos poucos foi a sociedade sendo contaminada pela versão, dita "científica", do socialismo, a qual propunha a correção do mal simplesmente pela supressão da propriedade privada e socialização dos meios de produção. Embora tenha o marxismo, como ideologia, se infiltrado entre os Fabianos e no Partido Trabalhista, jamais conheceu a Inglaterra um partido comunista de força ponderável. Henry Mayhew, que foi um jornalista, ativista e muitas outras coisas ao mesmo tempo, salientou o caráter "cultural" e "moral" de toda a problemática, ao assinalar que os pobres tinham hábitos "peculiares" em matéria de trabalho, sexo, divertimentos, família, propriedade, lei, religião, etc. Possuíam, em suma, uma "filosofia moral" peculiar. Constituíam uma espécie de nação, uma cultura da pobreza *sui generis* na "superestrutura", dentro da nação. As *duas nações se* sentiam mutuamente alienadas e desprovidas de conexão. Aos poucos, contudo, com o desenvolvimento industrial que ia colocar a Inglaterra na vanguarda das nações, até princípios deste século (quando foi superada pela Alemanha imperial e pelos Estados Unidos da América), as promessas de Adam Smith se foram realizando. Com o enriquecimento geral, o estigma da pobreza se dissipou e os pobres se transformaram nas "classes trabalhadoras" as quais, eventualmente, com MacDonald, Attlee, Wilson e o Labour Party, iam dirigir o império, já então decadente, apressando-lhe o declínio.

Na Inglaterra de hoje, como nos demais países da Europa ocidental - se pusermos de lado os milhões de imigrantes das antigas colônias e de outras áreas do Terceiro Mundo, e os *Gästarbeiter* ou "operários visitantes" de países mais pobres da própria Europa, todos sedentos de tirar algum proveito dos Trinta Anos Gloriosos de prosperidade inédita na história da humanidade - a pobreza desapareceu. A *Revolução Industrial permitiu, realmente, superar a pobreza.* Eliminá-la como foram eliminadas outras mazelas do passado da humanidade, a antropofagia, a escravidão, os sacrifícios humanos, o acompanhamento das viúvas, servos e familiares do príncipe na morte, a varíola e as epidemias de peste bubônica. Mas o debate com certeza prosseguirá. Permanece a dúvida: foi o capitalismo que, com sua extraordinária capacidade de estímulo à produção, abriu a cornucópia da modernidade, ou foi o socialismo que, pressionando sempre por uma melhor distribuição, acabou paradoxalmente desmentindo as previsões

"científicas" de Marx quanto à proletarização final das massas exploradas pela burguesia? A questão fica em aberto. Ela impregna toda a discussão em torno da qual gira o presente ensaio.

3. A pobreza e a revolução industrial

Em seu "Inquérito sobre a Riqueza das Nações", registou Adam Smith que, em sua época, a metade das crianças nascidas das classes mais pobres da população morria antes dos 6 ou 7 anos - enquanto as "mulheres de qualidade", como chama as de classe alta, raramente geravam mais de dois rebentos em suas vidas. Smith também notava que uma mulher praticamente faminta, nas montanhas da Escócia *(Highlands),* chegara a gerar vinte filhos. Pavorosa, porém, era a mortalidade infantil. A população, consequentemente, pouco crescia. Foi em virtude do aumento extraordinário da fortuna da Inglaterra com a Revolução Industrial que a população iniciou seu crescimento inédito. Lembremos que a Grã-Bretanha, já na época, era a nação mais rica da Europa. Smith se antecipa com algumas ideias que seriam desenvolvidas por Malthus. O importante, contudo, é sua demonstração das condições extremamente negativas da sorte da população pobre no período alegadamente "idílico", anterior à revolução capitalista.

As leis sobre a pobreza *(Poor Laws)* foram um dos principais temas de debate e polêmica na Inglaterra de meados do século XIX. A controvérsia se assemelha bastante à que hoje se desenvolve nos EUA a respeito da legislação previdencialista introduzida pela *Great Society* do presidente Johnson. Atribui-se a tal legislação um efeito desestimulante sobre a economia das famílias pobres (principalmente pretas e hispânicas), que se encontram nos níveis mais humildes da população. De um modo geral, a defesa dessa legislação era feita, com retórica sentimental, por autores românticos com poucos conhecimentos econômicos e insensíveis às provas empíricas que demonstravam ser ela contraproducente. No Brasil, também há décadas que ouvimos falar em auxílio ao Nordeste e tomamos iniciativas como a da Sudene, as quais não contribuem senão para glorificar o Senhor Celso Furtado e alimentar uma pletora de burocratas ociosos, mantendo a pachorra, o atraso e a "indústria da seca" daquela região do Brasil. O humanitarismo é associado aos "efeitos nefastos das boas intenções" - segundo o princípio de que o inferno está pavimentado de boas intenções. A polêmica que se

desenrolou na Inglaterra, há cento e tantos anos, devia ser estudada com cuidado para avaliar o mesmo fenômeno em nossa terra.

O principal pomo de discórdia concentrou-se em torno da instituição da *workhouse,* a "casa de trabalho". Iniciadas no século XVII no âmbito das paróquias, o paternalismo dessas casas onde se oferecia trabalho, alimento e residência aos pobres acabou se corrompendo pelo excesso. As "Casas de Trabalho" tornaram-se antros de vício, de violência, de prostituição e de abusos os mais variados até sua supressão final. Algo como aquilo que ocorre, entre nós, na Febem. Considerou-se que uma economia livre, a economia de mercado e o crescimento normal da riqueza geral graças à industrialização seriam a maneira de liquidar com esse paternalismo. O socialismo, entretanto, iria restabelecer a instituição: o que foram as nações comunistas da Europa oriental senão imensas "Casas de Trabalho", paternalistas, que se propuseram suprimir o problema mas acabaram se transformando em campos de trabalho forçado, como na Rússia do *Gulag?*

Em fins do século XVIII, reagindo contra a retórica dos jacobinos franceses, Burke é um dos primeiros a protestar contra a ambiguidade maliciosa, o "jargão demagógico" e politicamente tendencioso de ex-pressões tais como "pobres trabalhadores". Essa questão da distinção entre o conceito de trabalho e o conceito de pobreza está no âmago da problemática social. A esquerda socialista romântica conseguiu realmente o inacreditável sucesso de confundir a tal ponto as coisas que hoje, quase que inconscientemente, associamos o adjetivo *pobre* com o substantivo *trabalhador* - como se o rico fosse necessariamente ocioso e o pobre necessariamente trabalhador. Ora, como insistia Burke, na questão da pobreza há que definir, com absoluta precisão, aquela pobreza que é involuntária e causada pelas imposições de um destino ingrato, no nascimento, na falta de uma educação primária que teria cabido aos pais fornecer, e em circunstâncias fortuitas de saúde e de raça (surdez, cegueira, aleijão) - de um lado - e a injustiça que, essa sim, não existiria no caso de um indivíduo absolutamente capaz de trabalhar mas que prefere entregar-se à pura contemplação, ao divertimento, ao álcool e à preguiça. A palavra pobre, afirma Burke, devia ser reservada aos doentes, excepcionais, órfãos, menores abandonados e velhos decrépitos. Seriam esses propriamente os indigentes. No primeiro período em que foi levantada a problemática da pobreza, o conceito estava, portanto, estritamente limitado àqueles que não podiam trabalhar.

Só eles, os enfermos, anciãos, excepcionais, paralíticos, cegos, mentecaptos, etc, mereciam o auxílio caritativo da comunidade. Só eles eram pobres. Só eles são susceptíveis de fazerem jus à caridade pública e à intervenção do Estado. Os verdadeiros trabalhadores, esses, de nada mais necessitam do que do próprio progresso econômico, da expansão industrial, do desenvolvimento nacional em suma, para superarem sua inferioridade.

Os trabalhadores eram livres de se sustentar. Burke exprime fortemente esse ponto de vista quando assevera que o trabalhador deve depender unicamente de sua "indústria, frugalidade e sobriedade". Também sempre foi essa a postura americana até 1930: numa terra virgem, de pioneiros e imigrantes, cada um devia defender-se da melhor maneira possível, dentro da lei. *Cada um que se arranje* ou "ajuda-te e o Céu te ajudará" - eis o axioma da sociedade livre. Só aqueles excepcionais, notoriamente incapazes de concorrer na luta implacável pela vida, é que mereciam a assistência da filantropia a qual, na verdade, por força dos igualmente fortes sentimentos cristãos, se desenvolveu de um modo extraordinário.

A atitude dos *tories* radicais como Carlyle era às vezes que os pobres não passavam de simples ratos, a serem devidamente exterminados. Os pobres nada produziam. Eles apenas consumiam e parasitavam a sociedade. Para Carlyle, como para Marx, a suprema virtude era o trabalho. A pobreza, nessa perspectiva, era o resultado fatal do vício da preguiça. O culto dos heróis de Carlyle, entretanto, apenas representava um romantismo medievalista incoerente de "extrema-direita" -ainda que sem dogmatismo ideológico e sem lógica filosófica. Propugnador de uma ética feudal em que dinheiro e negócios eram desprezados, o pensamento romântico de Carlyle reaparece, curiosa e inesperadamente, no Manifesto Comunista de Marx. O seguinte trecho de Marx é puro Carlyle: "Onde quer que tenha dominado, a burguesia acabou com todas as *relações idílicas* feudais e patriarcais. Derrubou sem misericórdia todos os confusos laços feudais que prendiam o homem a seus *superiores naturais,* e não deixou qualquer outro vínculo entre um homem e outro senão o interesse egoísta e o brutal pagamento em dinheiro" (a ênfase é nossa).

A nostalgia das condições "idílicas" do passado pré-industrial é uma constante do século XIX que renasce, em nossos dias, nas fantasias de muitos ecologistas. Não só os conservadores declarados, aristocratas medievalistas, mas

supostos progressistas como Marx e Engels, revelam esse característico saudosismo. Em sua *Condições da Classe Trabalhadora na Inglaterra,* de 1844, evoca Engels a "vida pacífica e justa *(righteous)* dos camponeses em sua piedade e probidade: "Só ganhavam aquilo de que precisavam, trabalhando o que desejavam", "eram fortes, saudáveis(...) seus filhos cresciam em condições ideais, com ar puro, e podiam ajudar seus pais no trabalho"(...)"eram gente respeitável que tinha uma vida moral sem tentações para a imoralidade. Seus filhos eram educados com idílica simplicidade e(...)em obediência e temor de Deus". Engels parece ecoar as românticas divagações de Rousseau, Thoreau, Whitman (e nosso Darcy Ribeiro) sobre as benemerências da vida natural: a Utopia Selvagem. Ele condena a industrialização em si. É inacreditável que seja um "progressista" quando tantas saudades revela ter das bucólicas e éclogas de um passado ainda na memória de todos. "Tudo que provoca horror e indignação é de origem recente e pertence à época industrial", assevera ainda. É como se o horror e a miséria da diocese de Picos, no Piauí, fossem atribuídos à industrialização de São Paulo. Até mesmo o príncipe Charles, o atual Príncipe de Gales, se permite fazer visitas aos *slums* de Londres, onde vivem imigrantes do Bangladesh, confessando-se posteriormente "horrorizado" com uma situação que considera comparável às "favelas do Terceiro Mundo".

A repulsa arrepiante do primeiro confronto com a sociedade industrial em ascenção se revela na obra desse estranho poeta, pintor e místico da Inglaterra dos princípios do século XIX que foi William Blake. Brilha Blake por haver intuído as consequências mais graves da Revolução Industrial sobre a consciência cristã e nosso próprio equilíbrio mental[8]:

"Os Foles são o peito do animal
os Martelos, seu coração,
Os Fornos, o estômago para a digestão;
terrível sua fúria:
Como sete Céus em fogo,
espalhados do Sul ao Norte."

Os teares de Enitharnon, os Fornos de Los, as rodas satânicas da

8 Vide meu *Psicologia do Subdesenvolvimento,* APEC 1972, capítulo 12, Nosso Admirável Novo Mundo, pg.218 e 222/223.

Revolução Industrial, fulguram as imagens como alegorias diabólicas da máquina nesse mundo maléfico contra o qual se rebelava seu profundo sentimento de justiça - ao contemplar as devastações que as novas indústrias inglesas causavam na vida de família e na antiga organização social. Para Blake, as mais negras manifestações dessa Revolução - o trabalho de crianças e mulheres, o contraste entre a crescente miséria da classe proletária e a riqueza ostentatória dos novos ricos, os "marajás", os "tubarões", os Mestres dos Fornos, os novos Lordes do Ferro, os barões têxteis - se confundem em visão sombria e pouco lógica, numa simbologia curiosa que parece emanar diretamente do Inconsciente Coletivo. Sentiu as dores do parto do mundo industrial - o Admirável Novo Mundo em gestação. Seu ódio é romântico e místico. Donde também seu entusiasmo pela Revolução Francesa.

A poesia de Blake reflete assim a obsessão que os novos instrumentos do homem, suas novas armas técnicas, os monstros que anunciam a próxima escravização das massas à ferramenta que inventou:

The male is a Furnace of Beryl

The female is a golden Loom.

Ambos, macho e fêmea, estão condenados: o "trabalho é Morte eterna, com Moinhos e Fornos e Caldeirões".

O grito de protesto é, ao mesmo tempo, uma rebelião contra a concepção mecanicista do universo, uma réplica à Idade da Razão, a qual, ao reduzir a vida a um simples cálculo cartesiano, anuncia as grandes explosões irracionais da época atual. O protesto contra as Rodas Satânicas da Idade da Máquina e da Ciência atinge seus grandes pioneiros. Contra a maquinaria cósmica de Newton, enchendo "os vácuos abstratos entre as estrelas". Contra a democracia eletiva e mecanizada de Locke: "os teares de Locke cujas tramas açodam medonhamente". A intenção profunda dessa nova Idade da Razão industrial seria "transformar aquilo que é alma e vida em Moinho ou Roldana".

Em nosso país do mesmo modo, o Paraíso Perdido do passado colonial "idílico", o Éden da sociedade escravocrata na Casa Grande e nos sobrados românticos, com ecos de William Blake, são evocados em "Banguê" de Jorge de Lima. A revolução industrial e a integração na ordem econômica universal são vistas com a expressão horrorizada do aristocrata ocioso que não deseja abandonar a Arcádia de sua adolescência:

Cadê você meu país do Nordeste
que eu não vi nessa Usina Central Leão
de minha terra?
Ah! Usina, você engoliu os banguêzinhos do
país das Alagoas!
Você é grande, Usina Leão!
Você é forte, Usina Leão!
As suas turbinas têm o diabo no corpo!
Você uiva! Você geme! Você grita!
Mas eu estou dizendo que você é triste
como uma igreja sem sino,
que você é mesmo como um templo evangélico!
Onde é que está a alegria das bagaceiras?
O cheiro bom do mel borbulhando nas tachas?
A tropa dos pães de açúcar atraindo arapuás?
Onde é que cantam meus caboclos lambaceiros?
Onde é que dormem de papos para o ar os
bededores de resto de alambique?
E os senhores de espora?
E as sinhás-donas de cocó?
E os cambiteiros, purgadores, negros
queimados na fornalha?
Cadê a sua casa-grande, banguê,
com as suas Dondós,
com as suas Tetês,
com as suas Benbéns,
com as suas Donanas alcoviteiras?
com seus Totó e seus Pipius
corredores de navalhada?
E as suas molecas catadoras de piolho,
e as suas negras Calus, que sabiam
fazer munguzás
manuês,
cuscuz,

e suas sinhás dengosas amantes dos
banhos de rio
e de redes de franja larga!
Cadê os nomes de você, banguê?
...
Ah! Usina Leão, você engoliu
os banguêzinhos do país das Alagoas!

O ciclo do Açúcar de José Lins do Rego combina, similarmente, o "esquerdismo" progressista com o mais reacionário saudosismo das condições "idílicas" do passado colonial.

* * *

Carlyle também inventou a expressão *upper classes* e *lower classes,* classes altas e classes inferiores. O pensador inglês começa a se referir aos pobres como "classes trabalhadoras", expressão que terá um efeito perverso. Carlyle na verdade exaltava o trabalho tanto quanto Marx. Ele sabia distinguir o rico ocioso, vivendo de suas rendas hereditárias, do industrial ativo que dirigia a sua própria empresa. A distinção fundamental de Carlyle surgia entre o trabalho e o que chamava o Mammonismo, o culto ocioso do deus do dinheiro. Mas a exaltação do trabalho empresarial o distingue claramente de Marx, de Engels e dos socialistas, como salienta Gertrud Himmelfarb em seu ensaio *"Social History and the Moral imagination"* (contribuição à série *"Art, Politics and Will - Essays in honor of Lionel Trilling").* Steven Marcus, em seu livro sobre Marx e Engels fez uma "psicanálise" da obra de Engels, sugerindo uma distinção entre "pobre" e "trabalhador". A dicotomia masculino-feminino poderia mais corretamente oferecer uma base de diferenciação entre o intelectual, que se quer macho e orientador, e a massa proletária que é feminina. Gandhi também falava do amor pelos pobres como emanado de seu complexo materno.

Marx arruinaria a ciência econômica ao postular o falso princípio da mais-valia, arquitetado em sua obra máxima *Das Kapital.* O princípio segundo o qual só o proletário trabalha enquanto o empresário capitalista é um ocioso que vive apenas dos lucros ilícitos, produzidos pelo trabalho dos pobres operários, contamina toda a problemática da Justiça e abala nosso século. A tese - devemos

repetir - teve efeitos tão persistentes e maléficos que até hoje, quando mencionamos as "classes trabalhadoras", nos referimos àqueles que exercem trabalho *manual* em troca de salário, esquecendo que industriais, executivos, técnicos, profissionais liberais, fazendeiros e comerciantes também trabalham - às vezes trabalham muito. O *trabalho intelectual* do empresário de colarinho branco pode, inclusive, ser mais árduo, mais intenso e arriscado do que o do operário. Sobre esse tema lembramos a tese de Ives Gandra Martins de que as "classes ociosas", no Brasil, são constituídas, não por aqueles que sustentam a iniciativa privada, mas pelos políticos e burocratas que parasitam o Estado em nome da "Justiça Social".

A ideia que distingue o trabalhador, são e adulto, do miserável enfermo e excepcional, condenado ao pauperismo, levou a Inglaterra a desenvolver, no correr da Revolução Industrial, outras instituições, especificamente destinadas a combater a pobreza. Uma dessas era a *Public School.* Hoje, é-nos difícil imaginar qual tenha sido a origem do sistema de educação universal, gratuita e obrigatória: esse sistema surgiu precisamente na Inglaterra do início da Revolução Industrial, mas mantido, a princípio, pela iniciativa privada, por fundações coletivas ou pela comunidade local. Posteriormente, o sistema se estendeu a todo o mundo, salvo nos países onde depende estritamente do Estado. No continente europeu, a tendência cedo se caracterizou por essa subordinação ao Estado. As crianças pobres, que não podiam ser educadas por seus pais, tornaram-se assim objeto da primeira obrigação fundamental do Poder Público, fora da função tradicional e imemorial de defesa, justiça e polícia.

Foi isso de fato o que aconteceu nos países da Europa ocidental, após a 2ª Guerra Mundial, e não há razão alguma para que não aconteça nos demais países em desenvolvimento. Para Adam Smith, a expansão de uma economia livre e progressista deveria gerar muito naturalmente aquela "opulência geral que se estende às camadas mais baixas da população". O papel do Estado consistiria em conceder a maior liberdade para a ação dessa iniciativa privada operosa que, fatalmente, há de superar a pobreza. Ao estado apenas cabe o dever de proporcionar educação de primeiro grau, segurança legal para todos e a proteção dos indigentes realmente desvalidos. Eis a ideia de Smith, Burke, Tocqueville e de todos aqueles que, mais serenamente, se debruçaram sobre o ingrato problema. Walter Bagehot irá gritar: "educar, educar, educar!". Podemos nós também insistir

em que só há dois caminhos seguros para o desenvolvimento e a superação da pobreza: a educação de primeiro grau e o controle da natalidade[9].

4. Miséria rural e favelas (As duas nações)

Vejam um caso que anotei no *Jornal do Brasil* de 4.1.1987. Refere-se a uma pesquisa efetuada por um "Instituto Brasileiro de Análises Sociais", a respeito de índices de miséria na diocese de Picos, estado do Piauí, fronteira dos estados do Ceará e Pernambuco. Possui uma população de quase trezentas mil pessoas. Os dados pavorosos são os seguintes: metade da população é analfabeta. A renda *per capita* é da ordem de US$ 400.00 anuais. Mais da metade das mulheres engravida antes dos 20 anos; 54% das crianças são desnutridas e 11% dos trabalhadores têm menos de 13 anos; 37 das mães já tiveram uma criança que nasceu morta. Aos 15 anos, 6% das meninas já são mães. O aborto e a ligadura de trompas estão sendo utilizadas mas parece que a atividade reprodutora continua sendo a única indústria local de grande e admirável prosperidade, como acontece aliás na maior parte do Brasil, nossa "sociedade erótica". E não se diga que a estrutura latifundiária da região, que engloba 18 municípios, seja responsável pela situação pois, sendo a atividade agrícola a principal da área (85% da população), 66% trabalham em terras próprias ou da família e só 17% dependem de um patrão.

A cidade maranhense de Pinheiro, terra natal do presidente Sarney, a 360 quilômetros de São Luiz, é uma das comunidades mais miseráveis e atrasadas do país - conforme reportagem levada a efeito pelo *Estado de São Paulo,* em 23/10/1988. Com 85.000 habitantes, o esgoto corre livre em todas as ruas da cidadezinha, contamina a água do poço do Hospital e Maternidade, serve de alimento a animais domésticos e pode ser a origem das feridas e doenças como esquistossomose, exibidas pelos bandos de crianças, muitas abandonadas, que correm atrás dos candidatos e seus carros com alto-falantes, durante as eleições. Os candidatos, naturalmente, prometem muito mas nada fazem depois de eleitos, inclusive quando atingem os mais altos cargos da República. A renda do vilarejo é consumida pela sua própria Prefeitura, administração e Câmara de Vereadores.

---

9 Vide, de Eduardo Giannetti da Fonseca**,** *Liberalismo e Reforma Social no Brasil,* USP, 1990.

Os índices sociais - analfabetismo, mortalidade infantil, baixa expectativa de vida, maternidade excessiva, irrisória renda *per capita,* etc - são comparáveis aos mais lamentáveis da diocese de Picos, ou do Bangladesh, ou de qualquer república africana. Poderíamos por ventura denunciar o capitalismo por essa situação que, obviamente, se prende ao regime de patrimonialismo arcaico, oriundo da época colonial?

Não obstante, um padre coordenador da Pastoral da Diocese repete a vulgata marxista: "a Igreja não pode adotar posição contemplativa (grita ele), aceitando submissa e cúmplice as injustiças sociais geradas por um modelo econômico e político igualmente injusto e desumano". O calhorda, evidentemente, não explica qual o modelo alternativo, político e econômico, que sugere: talvez seja o da ex-Nicarágua sandinista... Mas, para a população em geral os apelos são sempre dirigidos a duas entidades abstratas, o governo e Deus - ambos talvez responsáveis da miséria por omissão...

Que se pode fazer com um tipo de "estrutura" como o dessa região, uma das mais pobres do Brasil? Que solução, além de proporcionar educação primária e informação sobre controle de natalidade; reduzir o peso da máquina administrativa ociosa de centenas de deputados, prefeitos, vereadores e milhares de funcionários públicos que consomem toda a renda proveniente das atividades produtoras locais; expulsar os padres políticos estrangeiros que se atrevam a dizer bobagem; e facilitar a transferência dos mais jovens e inteligentes para o Sul do país onde se poderão empregar na indústria em crescimento? O bispo local, Dom Augusto Alves da Rocha, não pensa assim. Declara ele: "Praza aos céus... saia a vontade política de resolver os problemas nordestinos, antes que o fogo do desespero e da desesperança faça arder o grande barril de pólvora que é o Nordeste, com suas tensões provocadas pela injustiça social"... Com essa retórica apocalíptica ele apenas contribui para a manutenção da estrutura patrimonialista, criada pelo Estado com o apoio da Igreja na época colonial, a qual estrutura não constitui nenhum barril de pólvora (gente faminta não se revolta), nem cria vontade política alguma de resolver os problemas da miséria, mas apenas mantém na estagnação uma economia pré-capitalista e continua a produzir milhões de molequinhos e analfabetos no ventre de mães inconscientes, nos gametos de pais irresponsáveis, no egoísmo de políticos parasitários e na boca de padres alienados.

Os mais saudáveis e ousados entre esses molequinhos se transferirão um dia para São Paulo onde, num primeiro estágio, viverão em favelas. Costumamos com um ente falar na iminência da "descida das favelas". Há décadas que ouço avisos alarmados sobre essa terrível ameaça. Lá para 1951 ou 52 lembro-me da palestra de um homem de grande talento que se tornaria eminente deputado da UDN, Adauto Lúcio Cardoso. Ele nos prevenia em cores tétricas do que poderia ocorrer de revolução social sangrenta, caso não enfrentássemos oportunamente o problema, brandido como uma espada de Dâmocles pela retórica socialista. Também na época vitoriana, anunciava Engels a revolução social, despertava o pavor das hordas de miseráveis e outros membros das "classes perigosas", que deixariam os antros onde moravam, nos subúrbios, para atacar e queimar os palacetes dos ricos nos bairros mais elegantes de Londres.

Há que se levar em conta, ainda, a problemática da escravidão. Adam Smith, em seu famoso "Inquérito sobre... a Riqueza das Nações", notou, pela análise das condições de trabalho na América do Norte, que ainda não se tornara independente, que o trabalho dos homens livres acabava sendo muito mais barato do que o dos escravos. A experiência de Boston e Nova York, acentua Smith, demonstrava essa verdade, quando a situação econômica nessas colônias era posta em confronto com a vigente nas colônias do Sul e no Caribe, onde a escravidão predominava. A observação de Smith é importante porque me parece que os prejuízos sociais e econômicos da escravidão, em nossa terra, não foram ainda suficientemente enfatizados pelos que se debruçaram sobre essa problemática que compromete nossas origens históricas.

O curioso é lembrar o que aconteceu entre nós: recordo como, ainda garoto, lá para os anos trinta e poucos, meu pai, pela primeira vez, me mostrou o morro da Favela, no Rio, explicando que fora habitado pelos soldados desmobilizados de Moreira Cézar e do marechal Bittencourt, que haviam retornado de Canudos, à época do Presidente Prudente de Morais. A área lhes fora concedida para moradia. A favela era, justamente, uma reminiscência do morro do mesmo nome, onde haviam acampado as tropas federais, antes de atacarem o reduto de Antônio Conselheiro. O morro adquirira aquele nome por causa da planta da família das Euforbiáceas, encontradiça naquelas paragens do agreste baiano. Não havia na época, no Rio e muito menos em São Paulo, "favelas" no sentido moderno da expressão. Os casebres miseráveis de pau-a-

pique, taipa, telhado de sapê ou de zinco, só eram visíveis no campo da Baixada Fluminense ou nos grandes sertões do país. Eram considerados excrecências naturais da vida rural. A indigência absoluta, o analfabetismo total, a expectativa de vida inferior aos 45 anos, a presença constante da fome constituíam o apanágio normal dos 70 ou 80% da população de jecas-Tatus que morava "na roça". Vale lembrar que a população brasileira daquela época aumentava a um ritmo de menos de 1,5% ao ano. Morria cedo, vitimada pela abstinência e as doenças: mortalidade infantil, febre amarela, tuberculose, sífilis, malária e as inúmeras outras endemias rurais, aliás até hoje não superadas. Calcula-se que, em 1877, metade da população do Ceará morreu de fome, morreu *mesmo, literalmente,* carregada pelo flagelo da seca. Diante do espetáculo de pobreza de hoje, é difícil imaginar que muito mais terríveis eram, há cinquenta ou cem anos, as condições de vida da população sertaneja. Na cidade, entretanto, a absoluta indigência não era comum. Machado de Assis, por exemplo, mal se refere ao fenômeno.

Ouvem-se, frequentemente, intelectuais de países subdesenvolvidos, partidários de correntes ecológicas de esquerda, fazerem amiúde observações críticas sobre a falta de aparelhos sanitários, água corrente, esgoto e outras amenidades no momento da Revolução Industrial. Essas amenidades, contudo, começaram a ser gozadas pelas classes trabalhadoras na Inglaterra do século XIX, mas eram ainda inexistentes para os milhões de residentes das áreas rurais dos países europeus, da época, como ainda para bilhões de nativos das áreas subdesenvolvidas da Ásia, África e América Latina. Os que ficam indignados com as condições sanitárias do século XIX, quando se morria como mosca de epidemias de cólera, varíola e outras moléstias, porque os esgotos se misturavam com a água que era bebida, esquecem que os encanamentos de ferro, destinados a evitar tais flagelos, foram um produto típico da própria Revolução Industrial e dos conhecimentos proporcionados pelos avanços da ciência, da medicina e da tecnologia. John Wilkinson (+1808), um dos primeiros grandes empresários ingleses, dono de fundições, foi, por exemplo, quem principiou a instalar o abastecimento de água corrente em Paris. Incidentalmente, a cólera e outras epidemias causadas pela imundície e pelo desconhecimento das exigências mais elementares de higiene atingiam tanto os pobres quanto os ricos. A família de Luís XIV foi quase inteiramente carregada pela varíola, de tal modo que, quando

morreu em 1715, só teve o Rei-Sol um bisneto para sucedê-lo, o futuro Luís XV. Hegel morreu de cólera numa epidemia que flagelou Berlim. Os europeus, ao contrário dos gregos e dos romanos da Antiguidade, e dos japoneses, não tinham ideia do valor sanitário do banho: o ascetismo cristão os impedia de considerar a limpeza corporal como um mandamento.

O historiador T. A. Ashton cita Sombart: "os fatos são como as pérolas *(beads),* necessitam de um fio para mantê-los juntos..." - mas lamenta que Sombart se tenha baseado em Marx para sustentar suas teorias ao arrepio dos fatos. Sombart foi culpado de uma extensão injustificável do termo capitalismo, lançado por Marx. Nenhum dos grandes economistas da época, nem Adam Smith, nem Marx, nem o próprio Sombart, teve a mínima intuição da natureza da nova tecnologia e extensão da Revolução Industrial e de sua associação com a expansão do capitalismo. Basta ver que o termo Revolução Industrial foi inicialmente referido por economistas franceses de fins do século XVIII mas só aparece, pela primeira vez, numa obra de Arnold Toynbee, o Velho (+1833) - o qual não deve ser confundido com o Arnold Joseph Toynbee, o historiador mais conhecido, de nosso século.

5. As classes perigosas

No manifesto Comunista de 1848, chama Marx de classe perigosa (em inglês *dangerous class)* o que, na versão alemã, é denominado *Lumpenproletariat.* Para Marx, o Lumpen é a "ralé, a massa apodrecendo passivamente, expulsa pelas camadas mais baixas da velha sociedade. Ela pode aqui e acolá ser carregada no movimento em favor da revolução proletária; suas condições de vida, porém, preparam-na muito mais para o papel de um instrumento subornado *(bribed)* da intriga reacionária". Com essa descrição "generosa", Marx considera o *Lumpen* como o esfarrapado que se transforma no herói predestinado da filosofia anarquista. Max Stirner, o qual mereceu de Marx e Engels uma violenta crítica na obra *A Ideologia Alemã,* é quem assim glorifica o *Lumpen.*

Hannah Arendt notou, em sua obra sobre a Revolução, que a noção de pobreza foi manipulada pela tradição hegeliana. O mal que a dialética do Senhor e do Escravo na *Fenomenologia do Espírito* de Hegel causou à humanidade não teria suficente apreciação. Arendt acentua que "nada do que possamos hoje dizer

seria mais obsoleto que tentar libertar a humanidade da pobreza por meios políticos, nada seria mais fútil e mais perigoso". A socióloga teuto-americana tinha em mente os resultados funestos da Revolução francesa com sua mórbida obsessão romântica pelos *malheureux.* Creio que era Robespierre quem gritava: *"Il me faut des malheureux pour en faire des heureux"* (Preciso de infelizes para fazer homens felizes...)

Em 1870, ao descrever as guerras camponesas na Alemanha da Reforma, seria Marx ainda mais maldoso nas suas referências aos "miseráveis esfarrapados": O *Lumpen,* escreve ele, "essa ralé dos elementos desmoralizados de todas as classes, que estabelece seu quartel em todas as grandes cidades, é o pior de todos os aliados possíveis. Essa gentalha é absolutamente venal e absolutamente cínica *(brazen)".* A reação de Marx assemelha-se à de qualquer burguês carioca ou paulista, imediatamente após ser assaltado por um bandido da favela. Um político burguês reacionário da França, como Monsieur Thiers, o mesmo inflexível republicano que suprimiu a revolta dos *Communards em* 1871 e mandou fuzilar seus líderes diante do muro do Père Lachaise, também gostava de se referir ao "populacho vil" e à "multidão de vagabundos"... Os autores românticos do século XIX, entretanto, se entusiasmaram morbidamente com o tema do vagabundo. Podemos lembrar o historiador Louis Chevalier que distinguiu *"classes laborieuses et classes dangereuses";* Honoré Frégier que também mencionou as *"classes dangereuses de la population";* Flora Tristan que descreveu o problema em sua *Promenades dans Londres;* Victor Hugo que redigiu o monumental romance *Les Miserábles;* e os *Mystères de Paris* de Eugène Sue. Balzac e Dickens seguiram no mesmo caminho. No prólogo de *Mysteries of London,* Reynolds descreve os contrastes aberrantes do modo de vida entre ricos e pobres que muito lembram os protestos semelhantes, ouvidos atualmente em nossa própria terra. "A mais ilimitada riqueza", diz ele, "é vizinha da mais hodienda pobreza; a mais soberba pompa é salientada pela mais deplorável penúria; o luxo mais sedutor só está por um muro estreito separado da mais espantosa miséria". Londres é descrita como uma cidade de contrastes e luxúria. As descrições dos "antros de horror" são feitas para arrepiar os cabelos e, piores do que qualquer filme ou novela de TV brasileira, podem lembrar nossos mocambos, com sua pornografia de violência entre os pobres e sexo entre os ricos. Reynolds também fala de "gente que morre de fome nas ruas" e "mães que matam os filhos antes

que estes morram de fome": trata-se evidentemente de um exagero retórico. Na realidade, era nos campos da Irlanda onde, concretamente, morriam de fome aqueles que não podiam emigrar para os Estados Unidos. Segundo Reynolds, a lei não é mais um instrumento de justiça mas de opressão dos fracos pelos fortes. Sem o conteúdo social da obra de Engels, Reynolds representa um típico intelectual esquerdizante, obcecado com ímpetos radicais, altamente emocionais, de revolta que colorem um insípido humanitarismo retórico, às vezes de hipocrisia transparente.

Em Dickens, é um aspecto curioso de sua literatura novelesca a importância que desempenham os empregados domésticos. Em 1850, de uma população inglesa total de 18 milhões, um milhão eram criados. Constituíam o maior grupo social depois dos camponeses. Variavam entre o mordomo, o *gentleman's gentleman,* e a pobre cozinheira de uma família modesta da pequena classe média suburbana. Nisso de novo a Inglaterra do século XIX se parece com o Brasil do século XX.

O que me faz lembrar o argumento que registei de um antigo colega, em Nova York, ministro-conselheiro da missão brasileira junto à ONU, que se proclamava muito nacionalista e se dizia de esquerda, não gostando nem um pouco da vida americana. Certa vez, num bate-papo depois do jantar e como estivéssemos discutindo o alto padrão de vida vigente naquela cidade, a mais rica do mundo, alegou ele que a classe média brasileira gozava de um nível superior ao da americana. Como fosse essa declaração acolhida com surpresa e fortes objeções, retrucou já zangado: "No Brasil, um homem da classe média, como eu, se pode permitir dispor de dois criados. O mesmo não se pode dizer de uma família abastada americana"... Em seu cálculo estatístico da estrutura econômica da classe média é evidente que um criado não entrava no cômputo: um empregado doméstico não é um ser humano que figure numa estatística demográfica. Era-lhe impossível compreender que o que caracteriza a sociedade abastada dos países modernos e plenamente desenvolvidos é, precisamente, a ausência de empregados domésticos. Também na Inglaterra de Dickens, vivia a burguesia obcecada com o "problema da criadagem" que começava a aparecer em nossas grandes capitais: era o assunto principal das conversas femininas crici...

Contudo, a violência política na Inglaterra, provocada por embates entre

ricos e pobres, era insignificante quando comparada com a da França - com o Terror e os massacres de 1793/94, o genocídio na Vendée, as barricadas de 1830 e 1848 (dois mil mortos em junho daquele ano!) e os novos massacres da Commune de 1871, com o fuzilamento de reféns, a guerra civil dentro das ruas de Paris e a repressão implacável determinada por Monsieur Thiers. Na Inglaterra, em duzentos anos de Revolução Industrial, foi mantida a paz social, por mais perigosa que houvesse sido o *Lumpen.*

Um outro *tory* e futuro primeiro ministro de Sua Majestade a Rainha Vitória, Benjamin Disraeli, inventou outra expressão que se tornaria célebre: as *"Duas Nações".* A dicotomia entre ricos e pobres caracterizava-se como opondo dois grupos sociais distintos que Marx e os socialistas metamorfoseariam em duas classes inimigas. Himmelfarb assevera que Disraeli transformou a expressão "duas nações" em ideia familiar, dramatizando e popularizando o conceito que Engels elaboraria filosoficamente. Ela estava, por assim dizer, "no ar"... Os pobres constituíam, para os ricos vitorianos, um "país desconhecido". Os *slums* eram uma área exótica, algo como as distantes colônias asiáticas e africanas, um terreno que iam ocupar, cheio de miasmas, de eflúvios fétidos, de exalações venenosas, de figuras patibulares, de violências inéditas. Como acentua Himmelfarb, eram realmente duas nações que se enfrentavam, uma tão diversa da outra quanto um inglês na Índia de um hindu do Gudjerat. No romance *Sybil,* que possui um conteúdo social tão característico na obra do jovem judeu ambicioso que seria um dia Lord Beaconsfield, um dos heróis da estória assim descreve as duas nações: "OS RICOS E OS POBRES: duas nações entre as quais não existe intercâmbio, nem simpatia; que são tão ignorantes dos hábitos, pensamentos e costumes uma da outra como se fossem residentes de diferentes planetas; e são formadas como que por diferente educação *(breeding),* alimentadas por comida diferente, ordenadas por costumes diversos e não governadas pelas mesmas leis". Foi também Disraeli que usou, pela primeira vez, os termos "os pobres" e "o povo" como sinônimos. O hábito permanece até hoje na linguagem da demagogia. Getúlio Vargas também se intitulava "o pai dos pobres" e se arvorava por isso em "líder do povo brasileiro". Os pobres são tidos como *o povo* porque, nos países pobres, constituem a maioria; mas a Inglaterra era, na época, o país mais rico do mundo.

O radicalismo paradoxal de Disraeli não é, contudo, tão surpreendente

quanto possa parecer à primeira vista. Em seus romances também o grande conservador, que proclamaria o Império britânico, defendeu a tese de uma elite esclarecida, uma aristocracia "intelectual" a quem caberia instituir a previdência social *(welfare)* e transpor o abismo que se criava entre as "duas nações", divergentes dentro do mesmo país. O desejo de romper essa perigosa dicotomia entre ricos e pobres provocou, nos países anglo-saxões, o esforço por favorecer a eclosão de urna "classe média" - ponto de junção, graças à mobilidade vertical, entre os dois extremos de riqueza e miséria. *A classe média eliminaria o abismo.* E na verdade, na Inglaterra, grande parte das reformas democráticas que permitiriam aos "inferiores" e humildes conquistar o direito ao voto e, com ele, o poder político para implementar os princípios de igualdade, constituíram iniciativas de governos conservadores. No continente europeu, as ideias inglesas sofreriam sérias distorções. Na Alemanha, por exemplo, a aristocracia dos *junkers* prussianos conservaria o monopólio da oficialidade do exército e das alavancas da burocracia, embora abandonasse a plebeus a iniciativa na área industrial e comercial. Os judeus se valeram de tais oportunidades e enriqueceram, mas alimentaram com isso, na população inferior, uma dose maléfica de ressentimento que explodiria no anti-semitismo do final do século passado, fonte longínqua do holocausto de 1940-45. Na França, ricos e pobres se dividiram claramente entre *droite* e *gauche.*

A tentativa de superar o abismo entre as classes extremas, assegurando à classe média um poder ditatorial e fundindo todos os antagonismos de classe dentro da comunidade nacional, sob liderança carismática, seria a origem do movimento fascista que empolgou a Europa nas décadas de vinte e trinta. A 2ª Guerra Mundial foi desencadeada por essa falsa solução, nacional-socialista.

Na América do Norte o problema não se colocou, precisamente porque a ausência inicial de distinções hereditárias, ao tempo das Treze Colônias, o conceito de igualdade de todos perante a lei e a igualdade de oportunidades proporcionada pela ênfase na educação primária universal para todos os imigrantes abriram, livremente, as portas da iniciativa privada: o progresso dos Estados Unidos gira em torno do mito dos heróis de Horatio Alger (+1899), um dos autores mais populares do país. Alger se celebrizou pelas estórias de jovens de origem humilde que, pelo talento e o trabalho, acabam enriquecendo e galgando as maiores posições da República.

Na maior parte da América espanhola, particularmente no México e nos países andinos, a distinção entre ricos e pobres possui fortes conotações étnicas, uma vez que ainda se sustenta na hierarquia colonial dos descendentes de espanhóis, donos de suas *encomiendas,* e dos descendentes de índios, praticamente reduzidos à escravidão. No Brasil, a mesma difícil mobilidade vertical ocorre no Nordeste e Centro Leste. No Sul do país, porém, assim como também na Argentina e Uruguai, a imigração europeia dominante criou condições de mobilidade social que permitiram a formação de forte classe média, rompendo com a perversa dicotomia. Quando descrevemos nosso país como uma Belíndia, uma parte que se compara à Bélgica, e a outra à Índia, estamos de fato transferindo para aqui a noção de Duas Nações.

O professor L. M. Hacker, discípulo de Hayek e membro da Sociedade do Mont Pèlerin, afirma ardorosamente que devemos defender a citadela do capitalismo de todos os detritos que, em torno dela, se acumularam desde o tempo de Marx, Engels e Sombart. Como no caso das escavações de Troia, só a paciência e a devoção nos permitirão triunfar ao final, "removendo o lixo da revolução dialética, do espírito de cobiça e toda a distorção, a fúria e o espírito desencaminhado que atingem o assunto há cem anos".

Assinala Hacker que, nos EUA, o preconceito *(bias)* anticapitalista não sofreu influência marxista, senão muito recentemente. O *Imperialismo* de Lenine foi uma das primeiras obras marxistas que tiveram sucesso e seu argumento é ridículo, é mesmo absurdo. A Charles A. Beard (+1948) e sua monumental *The Rise of American Civilization* poderiam ser atribuídos os primeiros preconceitos dos "liberais" de esquerda contra o capitalismo, especialmente contra o *Big Business.* Hacker acusa o historiador americano de preconceitos ruralistas românticos, oriundos de sua adolescência no campo. Do mesmo modo, Gustavus Myers, com sua *History of the Great American Fortunes* (1909), e o discípulo de Myers, Matthew Josephson, com seu ataque aos *Robber Barons,* os grandes barões da indústria nascente e construção das estradas de ferro, seguiram na mesma linha de denúncias rancorosas que prosperaram, curiosamente, na Costa Leste, a parte mais rica do país. O anticapitalismo americano sempre conservou uma certa tonalidade romântica, poética e ecológica, de amor à vida simples e ao contato com a natureza, presente na obra de autores como Emerson, Thoreau, Whitman e outros. As tendências igualitaristas oriundas da Revolução Francesa e

presentes, como semente, no jeffersonismo e em Paine, se estenderam com o populismo de Jackson, com o papel que os *farmers* desempenharam politicamente, durante todo o século XIX, e com o *New Deal* de Roosevelt e a *Great Society* de Johnson.

6. O empobrecimento dos pobres[10] e a prole dos proletários

Chegamos agora a outra questão polêmica: estarão os pobres ficando cada vez mais pobres e os ricos cada vez mais ricos? A tese é antiga. Ela se tomou um "dogma científico" no *Das Kapital de* Marx e foi geralmente encampada em nosso país pelos teólogos da libertação, pela *lumpen* intelectuária "progressista" e, pasmem todos, pelo próprio general Mediei em malfadado reflexo populista.

Também antiga é a contradição a essa tese. Ela surge pela primeira vez na obra "revisionista" de Edouard Bernstein (+1932), um dos heróis da social-democracia alemã. O filósofo polonês Leszek Kolakowski salienta que Bernstein acreditava ser a tragédia da teoria marxista sua geração na dialética hegeliana, caracterizada por seus esquemas teoréticos insensíveis à prova factual. E também de haver sido influenciada pela crença na criatividade da violência política, inspirada em Blanqui e no culto da força do próprio prussianismo de Hegel. Bernstein insistia na constatação de que os operários europeus de sua época não se estavam de modo algum tornando mais pobres, porém mais ricos. O seu revisionismo tornou-se por isso detestado e condenado por todos aqueles socialistas que se consideram fiéis discípulos da Vulgata de Marx e Lenin. A tese sobre o *imperialismo* de Lenin visou demonstrar, na base de considerações do economista esquerdizante inglês J. A. Hobson, que eram os pobres "trabalhadores" das colônias e das nações semi-coloniais que se estavam empobrecendo para permitir o progresso econômico do proletariado europeu. É essa polêmica inicial dos princípios deste século que se tornou a base do arrazoado "terceiro-mundista", transformando-se inclusive no dogma ortodoxo de nossa diplomacia: a tese cretina de que é o Brasil "pobre" porque "explorado"

---

10 Conferência pronunciada no Conselho Técnico da CNC a 29.3 84. *Carta mensal* n.350. maio de 1984. Artigo no J.T. 19.12.83.

pelos países ricos do Ocidente. Tratando-se de uma crença que se transformou num dos componentes básicos da religião civil nacional-socialista, é praticamente inútil contra ela argumentar: no terreno das ideias combate-se com a razão e não com a emoção...

O problema, repito, é que o conceito da pobreza é profundamente relativo. Será sempre possível denunciar a pobreza de muitos *em comparação* com o bem-estar de poucos. Uma família que possui uma renda inferior a 7.000 dólares é oficialmente classificada como pobre nos Estados Unidos, ao passo que seus recursos seriam considerados de classe média em nosso país. Os pobres, na época de minha infância, andavam de pé descalço, moravam em barracos de pau-a-pique, eram analfabetos e morriam em média aos 30 anos. O acaso de seus protestos era reprimido como mera questão de polícia. Hoje, usam pelo menos sandálias, fizeram alguns anos de escola primária, possuem provavelmente um rádio ou mesmo uma TV, moram em barracos de madeira, recebem algum tratamento em dispensários do Estado e morrem aos 55 anos. O progresso é submergido no contraste com o bem-estar conquistado pela classe média emergente, a partir da década dos 50. A revolução das expectativas se alimenta dessa mais poderosa das emoções coletivas: a inveja e o ressentimento.

O teólogo e sociólogo protestante francês Jacques Ellul, em livro traduzido para o inglês *The Betrayal of the West,* aponta para o fato de que o conceito preciso de pobreza tem sido eminentemente seletivo. Os pobres tornam-se, frequentemente, os que se conformam às exigências teóricas da ideologia. A mancha da miséria é então usada como um instrumento eficiente para se alcançar um determinado tipo de sociedade totalitária. No Brasil, por exemplo, o que pretendem os clérigos da Teratologia da Libertação é introduzir uma espécie de Igreja Popular, de estilo nicaraguense, que se pareça surpreendentemente, como versão moderna, com as Missões jesuíticas do Paraguai, do século XVII.

Os historiadores modernos da Revolução Industrial desfizeram os mitos que a cercam na Inglaterra do século XIX. Demonstraram que a industrialização antes aliviou do que agravou a pobreza anterior, a fome, o trabalho das crianças, etc. Leiam a esse propósito o que escreveu R. H. Hartwell em *The Industrial Revolution and economic growth.* O que ocorreu, na realidade, foi o seguinte: levas de camponeses da agricultura, que empregava menos mão-de-obra, transferiram-se para as grandes cidades onde a industrialização rápida requeria

mais trabalhadores. As condições nas cidades, por mais horríveis que fossem, eram melhores do que as do campo: na cidade havia trabalho e não havia fome, e sempre algum divertimento. A urbanização acelerada naturalmente causou tremendos desequilíbrios, mas a crença no empobrecimento surgiu da consciência da burguesia urbana que não possuía ideia alguma das condições reais em que vivia o campesinato.

Hayek e seus amigos, entre os quais Bertrand de Jouvenel, procuram provar com dados concretos e documentados, na pequena coleção de ensaios já citada, *Capitalism and the Historians,* que o sistema industrial capitalista na Inglaterra da primeira metade do século XIX, não obstante as longas horas de trabalho nas usinas e outras durezas da vida proletária, proporcionaram aos trabalhadores melhores condições de existência, mais oportunidades de avanço social e uma vida melhor do que nas agruras do setor agrário, anterior à Revolução industrial. Eles alegam, em suma, que os historiadores da época ofereceram um quadro altamente distorcido das consequências do sistema capitalista. Afirmam que *ninguém foi forçado a deixar o campo e se empregar na indústria.* Ninguém foi *forçado,* a não ser pela fome e a miséria imemorial que atingiam aqueles que permaneciam na roça. Seria realmente menosprezar a capacidade de julgamento de homens broncos, porém conscientes de sua sorte, se imaginássemos que eles se transferiam para as cidades e se empregavam nas novas fábricas, minas e usinas que por toda parte pipocavam, sem considerar que, apesar de tudo, era melhor ali viver do que na terrível e melancólica rotina da zona rural, sob condições medievais.

Hayek se pergunta, pessimistamente, se, sendo o homem incapaz de aprender algo na História, será também incapaz de aprender a verdade. Falando de uma "interpretação socialista da história" que teria governado o pensamento político nas últimas gerações, ele acentua esse notável pormenor: "os fatos que todo mundo conhece" não são fatos de modo algum, embora continuem a orientar universalmente aqueles que não conhecem a realidade histórica. Um desses "pseudofatos" é precisamente a ideia do "empobrecimento dos trabalhadores". Teria tal empobrecimento realmente se processado no início da expansão capitalista, quando os pé-rapados abandonaram a roça no grande movimento de urbanização que desde então se registou, para se empregarem na indústria nascente? Como exemplos do folclore e da mitologia que se criou em torno desse

tema, sob efeito da "lavagem de crânio" promovida pelos autores socialistas, cita Hayek os seguintes: os efeitos benéficos do movimento sindicalista, o alegado crescimento dos monopólios (o qual nunca ocorreu), a destruição dos estoques excessivos de bens por força da competição (quando, na verdade, só acontece como resultado de uma política errada do Estado para monopolizar a produção, como no caso da crise do café no Brasil de 1930-1935); a supressão conspiratorial de invenções úteis pelos empresários poderosos, crime que, se tivesse realmente acontecido, teria impedido o fantástico progresso tecnológico de nossos dias; as causas e efeitos do "imperialismo"; o papel dos capitalistas na indústria de armamentos e como causadores de guerra *(warmongers),* com o mito do "complexo industrial-militar" que continua até hoje a inspirar a propaganda esquerdista, iludindo todos os inocentes úteis; e assim por diante. Mises também denunciou esses mitos e desacreditou essas lendas populares, muitas vezes criadas e difundidas por pessoas bem intencionadas, porém ingênuas, presas fáceis da propaganda totalitária. Lendas políticas deliberadamente concebidas por pessoas empenhadas em sustentar a qualquer custo seu arrazoado estatizante, igualitarista e revolucionário.

Para Hayek, contudo, o maior de todos os mitos destinados a combater o sistema econômico ao qual deve o mundo a sua civilização moderna e os benefícios materiais extraordinários do desenvolvimento econômico contemporâneo é, precisamente, a lenda da deterioração da posição das classes trabalhadoras em consequência do crescimento do capitalismo. A observação empírica, objetiva e desprovida de preconceitos demonstra, à saciedade, que os trabalhadores industriais da Europa ocidental, Estados Unidos e Japão gozam de uma renda e de condições de *welfare* infinitamente superiores às que foram postas à disposição dos trabalhadores da Europa oriental: o mito entretanto persiste.

Oferece Hayek como exemplo supino dos malentendidos, lendas e falsificações causadas por intelectuais ressentidos, na apreciação correta do que se passou, o seguinte trecho da obra *The Impact of Science on Society,* de Bertrand Russell. Afirmou então o conhecido e popular filósofo inglês: "a revolução industrial causou indizível miséria tanto na Inglaterra quanto na América. Não creio que qualquer estudante de história econômica possa duvidar que a felicidade média, na Inglaterra dos princípios do século XIX, era inferior ao que havia sido

cem anos antes, e isso devido quase inteiramente à técnica científica". Se um Bertrand Russell era capaz de acreditar numa tolice como essa, não podemos nos surpreender, observa Hayek, que essa versão da história econômica tenha sido difundida como mito por centenas de milhares de livros. Hayek conta ainda que, na verdade, os efeitos benéficos do progresso industrial que passaram a ser finalmente notados ao final do século XIX, com o crescimento rápido da riqueza, foram provavelmente o resultado *(byproduct)* quase acidental das limitações que a revolução do século XVII (1688) impôs aos poderes do governo. Só quando esses efeitos benéficos principiaram a ser geralmente observados, começaram os economistas a explicar o relacionamento e argumentarem a favor da liquidação das barreiras remanescentes à liberdade comercial. Em outras palavras, a teoria do *laissez-faire* econômico teria sido elaborada pelos economistas quando verificaram, com surpresa, os resultados imprevistos da redução do poder governamental após a *Revolução Gloriosa* de Locke. O termo "capitalismo" não se aplicaria exatamente a esse processo. As conotações modernas pejorativas da palavra são uma criação nojenta da interpretação marxista da história econômica.

Salienta Hayek uma outra verdade histórica que também temos tendência a esquecer. As famosas "condições idílicas" do período medieval, a que se refere o próprio Marx no Manifesto Comunista, não eram absolutamente tais. O número de pessoas que, até o século XVII, podiam manter-se ao trabalhar para outros, era limitado a uma pequena proporção da população. O campesinato sobrevivia de modo precário. A extensão da terra cultivada e as ferramentas de trabalho que eram transmitidas de uma geração para outra igualmente parcas. Sem ferramentas, morria o camponês ou, pelo menos, não podia procriar. Os índices demográficos e a expectativa média de vida confirmam esse argumento. Se por acaso algum episódio infeliz afetasse a economia como um todo, os resultados podiam ser catastróficos. O reinado de Luís XIV, por exemplo, foi o mais glorioso da França. As derrotas militares durante a guerra de Sucessão de Espanha provocaram, entretanto, no inverno de 1709, a fome e a miséria generalizadas. Calcula-se que a população francesa tenha então caído de 19 para 17 milhões de habitantes, uma redução de quase 10%. Dois milhões de mendigos percorriam o país e batiam às portas de Versalhes onde os próprios empregados domésticos não tinham o que comer. Para se defender, o velho monarca apelou para a tropa - isso no país que era então o mais poderoso, mais rico e mais populoso da Europa.

Jacqueries ocorriam na Bretanha onde milhares foram mortos pela tropa. Madame de Sevigné, em sua célebre correspondência, se refere ao flagelo. Quando se fala aí de fome fala-se de gente que morre mesmo, de fato, por falta de alimento, e não, como se usa o termo indiscriminadamente no Brasil, quando falamos de "fome no Nordeste" onde a população continua a crescer ao ritmo de 3% ao ano!

A miséria, a fome e a catástrofe demográfica ocorreram também na Irlanda, em 1846-47, depois de vários episódios semelhantes no século XVIII, alguns dos quais provocando reações de humor negro por parte de Jonathan Swift. Foi em 1729, diante das calamidades sofridas por sua terra natal, que Swift, o célebre autor das *Viagens de Gulliver,* ofereceu sua *"Modest Proposal for preventing the children of poor people from being a burthen to their parents or country, and for making them beneficiai to the Publick'.* O pequeno ensaio satírico sugeria, como solução ao problema malthusiano de aumento da população e da fome generalizada, a utilização das crianças recém-nascidas como alimento para seus pais. Era uma pilhéria. Mas a verdade é que os camponeses da China, sempre ameaçados pelo flagelo da fome - outrora e quiçá, ocasionalmente, até hoje - davam de comer aos porcos crianças recém-nascidas do sexo feminino. Os porcos serviam posteriormente de alimento para os pais...

Em 1851, a população da Irlanda era de 6.500.000, um declínio catastrófico em relação aos 8.500.000 com que contava antes do episódio. Ora, a ilha vivia ainda em condições absolutamente feudais e não fora de modo algum atingida pela revolução industrial. É evidente que pior desgraça do que a fome não pode acontecer a uma comunidade, e a esse tipo de cataclisma demográfico os pobres da Inglaterra, que se industrializava, não estavam sujeitos. A Irlanda, incidentalmente, continua sendo um país que, na Europa, deve ser considerado subdesenvolvido. Sua renda *per capita,* hoje de US$ 6.000,00, é uma das mais baixas do continente, ou apenas superior a de países francamente atrasados como Portugal, a Albânia, a Bulgária, a Romênia e a própria Rússia soviética em suas dependências asiáticas.

Hayek acentua que as estatísticas de aumento da população oferecem uma comprovação vivida dos resultados do crescimento da indústria moderna. Esse aumento demográfico contradiz, frontalmente, a crença "socialista" quanto aos efeitos perversos do sistema "capitalista". O crescimento da população inglesa em relação à francesa, confirma a tese. Ela, a população inglesa, passou de um

terço, no século XVIII (seis contra 18 milhões), para um total sensivelmente igual à francesa no século XX (hoje 55 contra 56 milhões). Isso, não obstante a intensa emigração para a América do Norte, Austrália e outras regiões do império. O primeiro recenseamento na Inglaterra, em 1801, revelava nove milhões. Essa população havia crescido para 18 milhões em 1851, duplicando em 50 anos, com um crescimento anual de 1,7% ao ano entre 1811 e 1821, excepcionalíssimo na época. Mais dramático ainda foi o fenômeno de urbanização que passou de 1.500.000 e 2.350.000, em 1851, para mais de seis milhões. Paris contava apenas com um milhão numa população francesa total de 35 milhões, pouco mais da metade do que é hoje. Londres tornou-se então a maior cidade do mundo, posição que manteve até o período entre as duas Guerras Mundiais. Hayek salienta que tal esplêndido desenvolvimento foi o resultado da Revolução Industrial capitalista - e sua comprovação pode ser observada no Brasil de hoje onde todavia acrescentaríamos, à explosão demográfica que entre nós se regista, o efeito de fatores antropológicos e culturais peculiares ao trópico "erótico" onde vivemos.

O proletariado, explica Hayek, não é uma parte da população que, inexistente antes da Revolução Industrial, teria sido "criada" pelo capitalismo com a degradação dos trabalhadores a um nível inferior de subsistência. Muito pelo contrário. O proletariado é uma população *adicional à* qual foi permitido o crescimento pelas novas oportunidades de emprego, alimento e bem-estar, proporcionadas pela produção capitalista. Antes da Revolução Industrial burguesa, a população não crescia, ou crescia lentamente. Sabemos que a curva demográfica variou em ritmo lento e só nos últimos duzentos anos se tem acelerado, de modo absolutamente inédito na história da humanidade. Depois dessa revolução, passou a crescer tão depressa que alcançou o índice espantoso de 3% e mais, no Brasil da década 1950-1960 - criando assim um excedente "proletário" que se urbanizou, afavelizou e proporcionou a mão-de-obra barata para a indústria.

Não se pode negar que o aumento da população *não é resultante do aumento da natalidade, mas da queda da mortalidade,* especialmente da mortalidade infantil, com o incremento geral na expectativa de vida. Graças a esse incremento da longevidade média, o número de pessoas que atingem as condições e idade de reprodução aumenta proporcionalmente. Que se recorde a origem do termo *proletário.* A etimologia latina é *proles,* a prole de uma família

numerosa - o que imediatamente associa à demografia o fenômeno econômico examinado. As famílias dos proletários em Roma eram aquelas que tinham uma prole imensa, sendo seus filhos varões adolescentes a única contribuição que podiam oferecer aos interesses da República, mobilizáveis que eram para as legiões do império em expansão. Essa prole numerosa sobreviveu, a partir da Revolução Industrial, à mortalidade infantil e adulta, graças aos progressos da medicina, às facilidades de transporte e ao aumento da produtividade agrícola. Acentua Hayek, enfaticamente, que o sofrimento econômico passou a ser mais conspícuo e parecer menos justificável porque a riqueza estava crescendo rapidamente e porque os pobres da roça se estavam transferindo para as cidades. Escreve o grande economista austríaco (op. cit, p. 18): "Enquanto há evidência de que grande miséria existia, não há prova de que era maior ou mesmo tão grande quanto antes. Os conjuntos de grande número de casas baratas dos trabalhadores industriais eram provavelmente muito mais feios do que as vilas dos trabalhadores agrícolas ou domésticos; e certamente pareciam mais alarmantes para o proprietário de terra ou o patrício das cidades do que tinham sido os pobres, dispersados pelo campo. Mas para aqueles que se haviam transferido da zona rural para a cidade, significava uma melhora de condições".

A indignação com as condições de afavelamento em Manchester e Birmingham, em meados do século XIX, se registava não entre empresários dos Midlands e do Norte do arquipélago, mas entre os intelectuais, políticos e burocratas de Londres, e membros das classes nobres latifundiárias que reconheciam nos industriais "arrivistas" seus rivais e competidores. A *intelligentsia* londrina se recrutava nesses meios. A indignação "social" dos londrinos com as condições de miséria, fome e degradação moral era sempre manifestada por pessoas que nunca haviam visitado os bairros pobres das cidades industriais. De modo semelhante no Brasil: lembro-me da surpresa manifestada por um político "liberal" de esquerda americano, Robert Kennedy, que nos visitou em 1965, quando descobriu que nenhum dos estudantes, que lhe denunciavam as pavorosas condições vigentes nas favelas do Rio, haviam jamais posto um pé nessas favelas. Quando certa vez também pedi a um padre amigo meu, de tendências "progressistas", que me levasse a uma favela, refugou a ideia que considerou um capricho perigoso.

Ora, cabe insistir que não nega Hayek em momento algum, nem podemos

nós negar a realidade de miséria, violência e sofrimento que resultam do vendaval desfeito da Revolução Industrial: "O reconhecimento de que as classes trabalhadoras como um todo se beneficiaram com o crescimento da indústria moderna é, obviamente, compatível inteiramente com o fato de que alguns indivíduos ou grupos sociais, nessas como em outras classes, possam haver sofrido por força de seus resultados. A nova ordem que significava uma mudança rápida e o aumento acelerado da riqueza foi, em grande parte, o resultado da velocidade maior de adaptação à mudança que lhe tornou possível"... Muito do que se culpa o sistema capitalista, continua Hayek, "é de fato atribuível aos remanescentes ou renovações de aspectos pré-capitalistas: aos elementos monopolísticos... e às tendências que impediam seu mecanismo básico (de concorrência) de funcionar livremente".

Os sociólogos falam num *cultural lag,* num atraso ou discronia ou defasagem que ocorre frequentemente. O efeito da Grande Depressão, por exemplo. Ele permaneceu por décadas na memória dos pobres, dos fazendeiros que haviam falido e dos intelectuais que a tinham experimentado. Criou-se uma "mentalidade de Depressão". Até hoje continuam, incessantemente, a aparecer Cassandras que anunciam um novo *crash* da bolsa como o de 1929. Do mesmo modo os que sofreram numa Recessão continuam a nela pensar, mesmo quando está a economia em expansão. Um economista de origem indiana escreveu um livro que se tornou um *best seller* nos EUA, anunciando um crash em 1989, que liquidaria com a economia ocidental. Continua a publicar novos livros sobre o mesmo assunto. Contra esse tipo de profetismo derrotista poder-se-ia argumentar que, se uma quebra catastrófica da bolsa pudesse ser demonstrada e anunciada com precisão, é claro que os investidores retirariam oportunamente suas ações de tal modo que, ou o *crash* não aconteceria, ou se daria antes do que o previsto. Em outubro de 1987 houve uma queda em Wall Street que, em termos absolutos, foi mais considerável que a de 1929, e isso porque o mercado como um todo se encontrava excessivamente inflacionado pela especulação. Dizem que as perdas totalizaram quase um trilhão de dólares. Em princípios de 1989 a bolsa já havia recuperado o que perdera com aquele pseudocataclisma. O gosto pelo Apocalipse também se manifesta entre aqueles que especulam na bolsa ou aqueles que a detestam por ser uma expressão do sistema capitalista. Estes últimos não perdem a oportunidade de anunciar, como o fazem há 150 anos ou desde os tempos do

Manifesto Comunista, o inevitável colapso do regime. Não nos alarmemos! Faz parte do contexto do mito do empobrecimento dos pobres...

7. O Brasil e a pobreza

Em nosso país as fantasias e falsidades acima apontadas tomaram uma forma peculiar, particularmente perversa. Pretendeu-se que, como resultado do chamado "milagre econômico" dos anos 1968-1980, "os ricos ficaram mais ricos e os pobres mais pobres". Recordemos novamente que o próprio presidente da república, general Médici, o homem sob cujo governo o Brasil conheceu o mais estupendo surto de progresso em sua história, foi mal inspirado a declarar que "o Brasil vai bem mas o povo vai mal" - assim avalisando de certo modo o mito. "A aversão generalizada ao capitalismo", acentua Hayek, "está intimamente associada à crença de que o crescimento indiscutível da riqueza foi comprado ao preço da depressão do nível de vida dos elementos mais fracos da sociedade". No Brasil, foi o problema dessa má interpretação agravado pelo fato de o "milagre" se haver realizado em período de regime militar e de repressão à guerrilha e ao terrorismo, repressão que, ocasionalmente, tomou formas detestáveis. A aliança dos malfadados capitalistas com os ditadores militares, indigitados como "guarda pretoriana dos ricos", foi realmente o que insuflou aqui o mito além de qualquer proporção de bom-senso. Durante anos li em livros e ensaios de autores brasileiros, assim como em artigos da imprensa estrangeira e nos trabalhos dos mais notáveis "brazilianistas" da América e da Europa, o argumento do "empobrecimento dos pobres". Para "provar" o fato, um truque muito fino e muito hábil foi utilizado, e quase ninguém o percebeu. Comparavam-se os dados do recenseamento de 1960 com os do recenseamento de 1970. Com o cotejo entre os dois resultados demonstrava-se que os decis mais pobres não haviam melhorado de renda. Evidentemente, a esperteza consistia em esconder a circunstância que, entre 1961 e 1967, inclusive, atravessou o Brasil a grande crise da inflação, desordem e recessão do período Goulart, assim como o período de aperto de cintos e reestruturação da economia, empreendido durante o benemérito governo Castello Branco. É evidente que os dois últimos anos da década, já no governo Costa e Silva, o qual também foi abalado por agitação política dentro das próprias hostes militares, não podiam haver provocado a

reversão das tendências para o declínio dos sete anos anteriores. Os dados mais corretos e menos tendenciosos e uma análise da economia brasileira entre o período de expansão, iniciado em 1968, e o que se encerrou com a segunda crise do petróleo em 1978, revelam dez anos de um desenvolvimento industrial na verdade excepcional, *o qual favoreceu tanto os ricos quanto os pobres.* O que o confronto dos dados do recenseamento de 1970 com os de 1980 revelam é que, paradoxalmente, foi a classe média aquela que relativamente menos lucrou.

Em 1978, o Banco Mundial divulgou um relatório em que afirmava, escandalosamente, que o número de famílias pobres no Brasil, relativamente à sua população, não era maior do que a mesma proporção em países desenvolvidos. "Os salários reais cresceram a taxas significativas, principalmente a partir de 1968, e o fato mais espantoso é o aumento marcante no salário real médio dos boias-frias a partir de 1970". Em memorável conferência pronunciada no Conselho Técnico da CNC (Carta Mensal de junho de 1983), o sociólogo José Artur Rios afirmava que "a pobreza não é uma fatalidade social, mas um fenômeno de complexa composição. Não é produto do capitalismo industrial, como tantos afirmam ao arrepio dos dados e abundantes evidências, nem se deixa definir exclusivamente pelo conceito do *Lumpenproletariat,* mas deve se interpretar à luz da mobilidade, processo básico definidor do mundo moderno que foge, cada vez mais, à rígida estratificação das sociedades tradicionais de classe". De fato, os dados estatísticos resultantes da comparação entre os recenseamentos de 1960, 1970 e 1980 demonstram que, se por ventura ocorreu um distanciamento maior entre as classes mais abastadas e mais desprovidas - *toda a população brasileira se beneficiou com a duplicação do PIB registada no decênio do boom industrial* (1968-1978).

A renda real dos brasileiros praticamente dobrou na década 1970-1980. A conclusão pertence a um estudo econométrico realizado com base no Censo Demográfico do IBGE de 1980, sob os auspícios do Banco Mundial. Os autores são William Tyler, um economista do banco, e David Denslow, seu consultor. Tyler lecionou na Universidade da Flórida e, de 1979 a 1981, trabalhou para o *Ipea,* no Rio de Janeiro. Nas suas conclusões, os autores afirmam que houve substancial melhora no padrão de vida da população economicamente ativa, nos anos 70, e que a renda média real cresceu substancialmente até mesmo para os 40% mais pobres.

Distribuição de Renda por grupo. População Economicamente Ativa 1970/1980

Decil	Percentagem da Renda		Renda Média		Mudança
	1970	1980	1970	1980	
1	1,16	1,18	CrS 694	Cr$ 1.404	102%
2	2,05	2,03	1,228	2.422	97
3	3,00	2,95	1,797	3,519	96
4	3,81	3,57	2,280	4,260	87
5	5,02	4,41	3,004	5,264	75
6	6,17	5,58	3,690	6,658	80
7	7,21	7,17	4,314	8,555	98
8	9,95	9,88	5,955	11,794	98
9	15,15	15,36	9,061	18,337	102
10	46,47	47,89	27,802	57,183	106

Além disso, convém notar que, quando se afirma que uma determinada altíssima proporção da população brasileira não possui renda alguma, não se deve perder de vista que 50% dessa população não possui renda não porque é miserável, *mas porque é menor de idade e vive às custas dos pais.* Eu também nunca tive renda até os 21 anos, quando me empreguei no serviço público.

Vale a pena registar o seguinte: mesmo na chamada "década perdida" de 1980-89, em que fomos brindados com essa dose cavalar de incompetência que foram as administrações Figueiredo e Sarney, o Brasil conseguiu progredir

substancialmente. O crescimento de 25% no decênio significa um aumento médio de 2,5% do PIB, o que pouco ultrapassa a expansão demográfica. Mas, por outro lado, cabe atentar para a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (Panad) realizada pelo IBGE e referida em editorial de *O Globo,* de 19 de novembro de 1990, e que revela o seguinte: "A taxa de analfabetismo, por exemplo, diminuiu, entre 1981 e 1989, em quase cinco pontos percentuais, passando a ser de 20% (e na Região Sudeste, a mais rica do País, de 12%). O problema continua sendo calamitoso na zona rural do Nordeste, onde 59% dos maiores de sete anos continuam analfabetos. Subiu também a proporção de alunos que conseguem ultrapassar as primeiras séries da escola, o que alivia um pouco a preocupação com a evasão escolar. A grande maioria dos lares urbanos dispõe hoje de rádio, aparelho de TV e geladeira. Tem também energia elétrica, água e coleta de lixo. Quase 70% das famílias vivem em casa própria e só 20% recorrem ao aluguel (os demais domicílios são cedidos). E mesmo com a notória favelização das cidades, diminuiu o percentual de casas rústicas sobre o total de domicílios. Infere-se então que, mesmo nas favelas, barracos e casebres tenham sido substituídos por construções de alvenaria, dotadas dos serviços comuns aos demais imóveis.".

Na Europa, em conclusão, era a situação no século XIX semelhante à que hora vigora no Brasil. A existência numa favela do Rio, de São Paulo ou de Brasília pode nos parecer escandalosamente detestável. Para um nordestino ou um mineiro, porém, que migraram para essas grandes metrópoles do Sul por livre e espontânea vontade, houve um progresso relativo. A migração interna é espontânea como espontânea a emigração de milhões de árabes, turcos, paquistaneses e africanos para a Europa ocidental; de milhões de "hispânicos" para os Estados Unidos e de milhões de chineses para Shanghai ou Hong-Kong. Por pior que seja o nível de vida desses pobres, em meio à fartura das grandes cidades das nações industrializadas, ainda é superior àquela vigente nas miseráveis aldeias de seus países subdesenvolvidos. O desequilíbrio social - insistamos nisso! - é resultante de uma tentativa natural e livre dos pobres de melhorar seu padrão econômico. Essa espontaneidade da migração rural que acompanha invariavelmente a Revolução Industrial, tanto no âmbito interno das nações em desenvolvimento quanto no âmbito externo de um mundo ecumênico, constitui um fator que, surpreendentemente, Marx foi incapaz de perceber - ou, se percebeu, o fez de modo aberrante. As taxas históricas de crescimento econômico

do Brasil, não obstante as interrupções conjunturais de 1961-67, 1979-83 e 85-90, estão na média elevadíssima de 5% a 7% ao ano, o que ultrapassa de muito o ritmo registado pelo Ocidente nos últimos 200 anos de revolução industrial (média de 2 a 3%). Embora não se orgulhando de resultados tão impressionantes quanto os nossos, o mundo subdesenvolvido em geral não confirma os preconceitos cepalinos pessimistas cuja expressão erudita levou o nosso renomado Celso Furtado, o grande planejador do polígono das secas, à crista da popularidade. Malhar as "injustiças sociais" e propor soluções políticas socializantes para o problema da pobreza é certamente mais simpático à opinião pública, ideologicamente condicionada, do que apreciar objetivamente os métodos susceptíveis de corrigir a situação intratável.

No capítulo a seguir, e antes de penetrar mais a fundo na questão do relacionamento entre desenvolvimento e religião, do ponto de vista sobretudo do catolicismo brasileiro, me atrevo a reproduzir com algumas modificações algo que publiquei em livro já esgotado, de 1972 -*Psicologia do Subdesenvolvimento.* O objetivo é discutir até que ponto fez a Igreja brasileira, contaminada pela chamada Teologia da Libertação, uma opção deliberada pela pobreza - tornando-se, nesse sentido, *uma força adversária de nossos objetivos de progresso, modernização e superação da tara social da pobreza.*

"O *estadista que, porventura, tentar*
dizer às pessoas como empregar seu
capital, estaria sobrecarregando-se
com atenção absolutamente desnecessária
e, também, assumiria uma autoridade
que, com toda certeza, não se pode

atribuir a qualquer pessoa, nem tampouco
a qualquer conselho ou senado; e tal
autoridade, em qualquer lugar que for,
seria tão perigosa quanto se estivesse
nas mãos de um homem, com um grau de
loucura e de presunção suficientes para
se considerar capaz de exercer essa
autoridade.

ADAM SMITH
Riqueza das Nações IV-2

III

CAPITALISMO E RELIGIÃO -UMA BARRETADA A MAX WEBER[11]

Aristóteles reduzia a economia (*oiko-nomia),* isto é, a ciência da gerência do lar, a uma disciplina que se enquadrava na virtude de Prudência. Economia continua sendo, no fundo, Prudência, pois economia sem prudência é inflação, desordem e caos.

Como ciência não suscetível de ser reduzida a fórmulas exatas e matemáticas, do tipo das que satisfazem os cientistas físicos, refere-se a economia a uma atividade humana onde intervém o inexato, o inesperado, o emocional, o complexo, o psíquico. Nesse sentido ainda deve a economia, como as demais ciências políticas, ser objeto de estudos somente por parte de "homens maduros". O que Aristóteles chamava de *spoudaios* é o "homem sério", o "homem ponderado" em contraste com o *homo ludens,* o homem que brinca, "jovem" incapaz de debate ético. Só o *spoudaios* está moralmente habilitado a descobrir a verdade, por julgamentos de valor e não apenas por raciocínio objetivo. Isso, graças à sua própria formação de caráter, numa sociedade altamente desenvolvida em termos de cultura e de educação.

Em série de conferências, artigos de jornais e debates, alguns já reproduzidos em livros de sua autoria, tem o embaixador, autor, economista, senador, deputado e ex-ministro do planejamento Roberto Campos externado opiniões sobre a economia brasileira e facetas diversas de nosso desenvolvimento que tocam, frequentemente, nos aspectos de base do problema que nos seduz: a psicologia do subdesenvolvimento.

Mais do que um economista, é talvez Roberto Campos um psicólogo. É um *spoudaios* carrancudamente armado dos conhecimentos e do julgamento crítico adequados para ferir esse magno problema de nossa atualidade.

Não posso julgar dos méritos de Roberto Campos (não sendo eu próprio economista) em matéria de ciência econômica. Apenas reconheço o valor e a boa

---

11 Este capítulo é parte, revista e aumentada de meu livro *Psicologia do Subdesenvolvimento.*

intenção de seus esforços, como titular do Planejamento e verdadeiro primeiro-ministro na que foi uma das mais difíceis e talvez a maior de todas as presidências de nossa República.

No terreno da psicologia, entretanto, nele descubro aquela prudência da qual depende o trato aristotelicamente *exato* da coisa econômica. O nosso "gerente do lar" tocou, embora apenas ocasional e superficialmente, em muitos pontos que são, a meu ver, essenciais para a apreciação dos obstáculos que se erguem no lento sobrepujar de nosso subdesenvolvimento. Pontos de caráter psicológico. É à definição das "imprudências" do brasileiro em relação às coisas da administração, das finanças públicas, da agricultura, comércio e indústria que está subordinado um justo conceito do que seja subdesenvolvimento.

* * *

1. Roberto Campos e a vocação para o desenvolvimento

Em conferência pronunciada em 1957 e publicada no livro *Ensaios de história econômica e sociologia,* assevera Roberto Campos que, no Brasil, o problema da eficácia é mais sério do que o da compatibilidade. Pois não haveria em nossa terra incompatibilidades psicológicas fundamentais com as exigências do desenvolvimento. Podemos sem dúvida sustentar esse ponto de vista, à luz de nossas próprias cogitações psicanalíticas. Não sofre o Brasil, efetivamente, de sérios *handicaps* religiosos e sociais do tipo daqueles que prejudicam, por exemplo, a Índia em sua adaptação à civilização industrial. Não possuímos castas. Não acreditamos na inexorabilidade do *karma* em que nascemos. Não desvalorizamos a realidade objetiva a ponto de considerá-la um véu de ilusões *(maya)* que nos separa do verdadeiro e autêntico Ser (um Ser anti-econômico e tão despido quanto um *sadhú* dos Himalaias). Não são sagradas as vacas brasileiras...

A nossa sociedade, como acentua o autor, cultiva a aquisitividade. E embora reconheça que tal sociedade possui "uma razoável propensão ao lazer", acredita que "sua capacidade de esforço em resposta ao estímulo econômico é considerável". A parte bolsões de subdesenvolvimento onde "o curto horizonte de

consumo provoca inelasticidade do esforço, a nossa curva de oferta de trabalho, ante a perspectiva de renda maior, é bem comportada e ortodoxa". Pois os brasileiros em geral gostam do lucro, embora não tanto apreciem o trabalho exigido para obtê-lo: "acreditam nessa coisa deliciosa que seria a possibilidade de se apressar o momento da recompensa, encurtando-se o momento do esforço".

As principais dificuldades que surgem para o desenvolvimento colocam-se, ao que parece, do lado da poupança e da acumulação. As raças latinas em geral tendem a demonstrar com notável consistência o gosto do luxo, da vida de ócio suntuoso, aquilo que nosso autor qualifica de "vezo hedonístico" e que também chamamos de "Espírito do Mediterrâneo": a *dolce vita* romana e o *dolce far niente* napolitano. Essa observação confirma a análise da sociedade brasileira como uma sociedade lúdica. Precisamente em consequência de seu "vezo hedonístico" inato, não age com o ascetismo mundano que já Max Weber considerava essencial à formação do "espírito do capitalismo".

É aqui que se coloca um importante problema no lento caminhar de nossa curiosidade. Detenhamo-nos um instante. No conceito de subdesenvolvimento que foi elaborado e se tem vulgarizado nos círculos onusianos, não se faz distinção quanto ao nível cultural das nações interessadas. Essa indiferença com a cultura é aliás característica do incoercível materialismo de nossa época. Põe-se num mesmo saco o Brasil, o Haiti, o Egito, o Congo e o reino do Kabaka do Burundi. Tal julgamento classificador em termos econômicos, sem qualquer consideração para com os fatores culturais pertinentes, representa uma afronta inaceitável de grosseiros filisteus.

O sul da Itália e a Sicília, que oferecemos como ponto para nosso argumento, representam uma das áreas mais longamente civilizadas do planeta. Foi a Magna Grécia um dos mais ativos centros da cultura clássica e, quando ainda dormia o resto do continente seu grande sono medieval, registrou-se ali o esplendor do pré-Renascimento no século XIII. A contribuição das Duas Sicílias para a civilização ocidental é admirável sob todos os pontos de vista. Entretanto, em plena prosperidade europeia, constitui ainda hoje o *mezzogiorno um* exemplo típico de área excepcionalmente subdesenvolvida. Ora, esse estágio do *mezzogiorno* configura um fenômeno evidentemente diverso do subdesenvolvimento de um país da África equatorial. Ou o da Nova Guiné. Ou o da nossa Amazônia. A África equatorial, a Nova Guiné e a Amazônia não são,

como o Egito e a Itália meridional, veneráveis áreas de cultura que se atrasaram economicamente, terras de antiga glória e fama que a história deixou para trás em sua marcha de cruel indiferença - áreas que "perderam o bonde" da revolução industrial. A pobreza de um felá egípcio nada tem de comum com a de um índio mato-grossense, nem esta com a de um franciscano alemão ou de um *hippie* californiano. São problemas diversos em suas causas e em seus efeitos.

A relevância desta série de cogitações é o esclarecimento que trazem quanto às condições do subdesenvolvimento brasileiro. Encontramos, por um lado, no Nordeste e na Bahia, mas também no vale do Paraíba e no Sul de Minas, traços de verdadeira "decadência" histórico-cultural que se assemelham às da Europa meridional, Índia e Egito. E encontramos por outro lado, na Amazônia, no interior de Goiás e em Mato Grosso, imensos territórios virgens semelhantes aos do Congo e da Nova Guiné, reservas do homem futuro - *subdesenvolvidos simplesmente porque a tecnologia moderna ainda não teve tempo de lá chegar.*

Seria um erro confundir as duas situações. A importância da distinção é grande, pois, no primeiro caso, o que se exige é o rompimento de certas barreiras culturais ou psicossociais, às vezes de fundo religioso e outras vezes institucionalizadas, as quais podem ser tidas como responsáveis pelo atraso - ao passo que, no segundo caso, não há propriamente problemas psicossociais a resolver, mas uma natureza a vencer. Na Amazônia e em Mato Grosso estendem-se cinco milhões de quilômetros quadrados sem qualquer "estrutura obsoleta" a derrubar...

* * *

Roberto Campos considera que o problema da eficácia é dominante para a análise de nossa vocação econômica e se apresenta como mais grave do que o vezo hedonístico. "A circunstância cultural brasileira é ineficiente como clima de desenvolvimento", acentua ele. "A realização dessa situação existencial não tem, no entanto, a fatalidade da Moira do lado clássico. É suscetível de superação. Mas a superação exige um projeto consciente, baseado na análise do nosso repertório de possibilidades culturais". Enumera então, numa lista que não difere das que têm sido arroladas por outros autores, as nossas deficiências. São muitas e graves: a debilidade da herança tecnológica, o beletrismo e o bacharelismo, a

dose insuficiente de racionalidade para o domínio da ciência pura (inclusive da ciência econômica), a opção pela estética em detrimento da eficiência, a ausência de audácia social - o que conduz ao Estado cartorial patrimonialista - a vocação parasitária e o aventureirismo mercantil marginal.

Diríamos que o problema da racionalidade e eficácia econômica se situa plenamente no campo histórico-cultural de uma sociedade tal qual a brasileira, que definimos como "erótica"[12]. Essa sociedade herdou da cultura mediterrânica e católica certas características de temperamento, um certo tipo de mentalidade, uma atitude especial perante as necessidades coletivas que se traduzem por admirável inapetência em relação aos fatos econômicos. Nota-se entre nós uma ineficácia essencial no manuseio coletivo das Coisas. O brasileiro é um animal irracional, o que quer dizer economicamente imprudente. O Espírito do Mediterrâneo não inspira um trabalho organizado para a indústria e a técnica. O *homo ludens* está em conflito natural com o *homo faber e* o *homo sapiens,* os quais movimentam a vida econômica. Estes são *spoudaioi no* sentido aristotélico, homens sérios, enquanto é a sociedade erótica, justamente por não ser uma sociedade lógica ou de homens sérios, uma coletividade economicamente subdesenvolvida.

Entretanto, vale não perder de vista que o próprio conceito de subdesenvolvimento é um preconceito lógico tendencioso do *homo faber,* farisaicamente empenhado em promover os seus próprios critérios empíricos de virtude. Se outras normas menos parciais de julgamento fossem adotadas, verificaríamos que os resultados obtidos não nos deixariam assim tão mal. No campo das artes, especialmente musical e arquitetônica; no campo lúdico ou dos jogos e festividades coletivas; no campo do frenesi dionisíaco - são excepcionais as nossas demonstrações de tarimba e eficácia. Basta notar que, se é modesto o índice de produtividade de nossas fábricas e fazendas, batemos de longe qualquer nação europeia, a Rússia e até a China, no que diz respeito à fertilidade de nossas mulheres. O subdesenvolvimento seria, à luz desse critério, uma ilusão, pois em matéria sexual, erótica ou estética nos colocamos entre os mais ativos países do mundo.

De outro lado, por força mesmo do conflito inevitável entre nosso tipo

---

12 Em meu livro *Em Berço Esplêndido.*

natural de sociedade e o tipo lógico-industrial americano que domina, como padrão ideal ou exemplar, a civilização moderna - registramos uma grande capacidade de imitar formas de consumo "sem igual capacidade de imitar formas de produção". Os hábitos suntuários da sociedade erótica estão relacionados com os privilégios das minorias aristocráticas, determinando uma preferência marcada pelo gozo imediato, imprudente e perdulário, em detrimento da tendência ao trabalho produtivo, seguido de poupança, que proporciona acréscimo de poder.

Esse problema, contudo, não se situa exclusivamente dentro da categoria da *Sombra,* mas na da Persona - em sentido junguiano.

No correr de seus discursos, artigos, seminários e conferências, tem o nosso economista repetidamente batido na tecla do irracionalismo brasileiro; de nossa tendência a imitar padrões sociais estrangeiros luxuosos, sem imitação correspondente do coeficiente de esforço e trabalho organizado; da destinação que damos ao lucro, não como reserva de capitalização, mas como consumo ostentatório e exibição de nível de vida em grande disparidade com a realidade geral de miséria, provocando assim injustiças sociais que criam escândalo; e em outros aspectos de nossa psicologia coletiva, tal como apreciados na perspectiva da economia política.

Em todos esses reparos, nota-se a insistência do autor sobre o problema básico da *racionalidade do* comportamento econômico. Essa, sua preocupação essencial. Como profeta clamando no deserto, tem o economista pregado a austera e fria lógica ao homem cordial, membro emotivo de uma sociedade excitada pelo ambiente dionisíaco do carnaval inflacionário. Roberto Campos é discípulo, ainda que fortemente crítico, de Max Weber. Gostaria de espantar os fantasmas, expurgar os íncubos, desfazer os mitos, denunciar as falácias e, como Weber, liquidar a magia como técnica apropriada à solução das questões econômicas ou dos grandes problemas da nacionalidade. Seu propósito último é realizar aquele processo de "racionalização", "desmistificação" ou *Entzauberung der Welt que* o sociólogo alemão considera sinônimo de progresso cultural. Bravo!

A nossa pesquisa em torno da psicologia do subdesenvolvimento nos conduz assim ao exame das teses de Max Weber. Essas levantam toda a problemática da influência dos fatores religiosos sobre a compatibilidade social para o desenvolvimento, segundo o "projeto" capitalista. Tais fatores religiosos, por sua vez, estão intimamente ligados às características do temperamento e

peculiaridades mentais da raça. Religião e Economia. Religião e Psicologia.

Vejamos.

2. A ética protestante de Weber

A grande obra de Max Weber tem chamado a atenção de nossos estudiosos, interessados em descobrir explicações para o subdesenvolvimento do Brasil. Viana Moog, por exemplo, baseia o argumento dos paralelos e contrastes que investiga entre Bandeirantes e Pioneiros, respectivamente do Brasil e dos Estados Unidos, nos postulados de Weber. É em "A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo" que o nosso escritor gaúcho procurou fortalecer a tese segundo a qual, no passado religioso calvinista dos americanos, devemos procurar o advento triunfal do capitalismo - assim como na mentalidade gerada pelo catolicismo medieval encontraríamos as "causas" de nosso atraso. Contesta Moog enfaticamente "o direito de afirmar que os fatores religiosos não entram verdadeiramente em linha de conta nas concausas que provocaram dois ritmos históricos diferentes" para os dois países. Roberto Campos, por outro lado, em trabalho publicado em 1952 na *revista brasileira de economia,* empreende uma "interpretação institucional das leis medievais da usura" com o propósito indisfarçado de desmentir as conclusões, por ventura pessimistas para o Brasil, implícitas nas teorias do sociólogo alemão. Mesmo José Honório Rodrigues admite que se possa, com a tese de Weber, compreender que as "insuficiências espirituais ibéricas tenham impedido ou dificultado a formação do espírito do capitalismo". "São indispensáveis certas *suficiências psicossociais* para o desenvolvimento econômico", conclui nosso ilustre historiador, num comentário que parece elogioso ao "espírito do capitalismo".

Não nos cabe o atrevimento de também entrar na arena da controvérsia desencadeada pela gigantesca obra weberiana. Quaisquer que sejam as restrições, legítimas ou não, à teoria de que as seitas protestantes foram responsáveis pela gênese do capitalismo, permanece o fato de haver Max Weber contribuído decisivamente para a ciência sociológica contemporânea. Todos os historiadores da economia, como observa W. Rostow, devem agora "prestar homenagens" ao problema da ética protestante, mesmo se não se interessem em absoluto pelas momentosas questões que fascinaram o espírito do grande

sociólogo germânico. Que a barretada também seja nossa! Não nos furtemos.

Assim como criou Marx um impacto irreversível sobre as ciências sociais ao chamar a atenção para o fato econômico, no contexto histórico, assim também é Weber importante por levantar o problema do fato religioso no contexto econômico. Weber restaurou o homem com suas crenças, sua ética e sua psique no quadro das explicações sociológicas. Eis o seu mérito. A fecundidade das ideias naquele livro não resulta de haver substituído uma explicação "materialista" por outra "idealista". Nem foi esse seu propósito. A intenção de Weber não era contra-atacar o Marxismo na ênfase deste sobre as circunstâncias materiais do processo histórico. Mesmo "A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo" foi por ele considerado como um "ensaio" de seu novel método de interpretação histórico-sociológico, método que se queria simplesmente universal ou integral, em contraposição ao unilateralismo e reducionismo das escolas materialistas, positivistas ou behavioristas então em moda. Weber acentua claramente que qualquer interpretação, quer seja materialista, quer seja espiritualista, realizará pouco no inte-resse da verdade histórica se é tomada como uma conclusão, e não apenas como uma preparação para a pesquisa. Considera que *a interpretação unilateral deve ser deixada "ao tipo de diletante que acredita na unidade da mentalidade de grupo e na sua redutibilidade a uma única fórmula'.*

Toda explicação sociológica é necessariamente aproximativa, interpretativa. Trata-se de encontrar as "afinidades eletivas" entre fenômenos históricos aparentemente autônomos. O debate gira, na questão weberiana, em torno do valor relativo do fator ético aventado pelo sociólogo: a laboriosidade, a poupança, a disciplina mundana. A Reforma é, nesse sentido, uma libertação da consciência individual.

Sem dúvida atribui Weber uma significação causal, em nível primário, ao fator de "orientação religiosa" no processo de desenvolvimento das sociedades humanas. Mas esse fator não é considerado nem único, nem independente de outros fatores, inclusive materiais. O resultado, segundo ele, é sempre constituído por uma interação de soluções para problemas de significação, de interesse e de circunstâncias. É, portanto, num sentido "anti-redutivista", integral e geralmente "humanista" que devemos apreciar a relevância das elucubrações do sociólogo germânico no contexto de nossa pesquisa psicológica.

Tanto Tawney quanto Weber também salientam, além disso, que os

protestantes não tencionavam deliberadamente criar o sistema capitalista. Tendo isto em vista, pode-se aplicar a todo o protestantismo primitivo o que Tawney afirma do inglês: "Se a Reforma descobriu forças que atuaram como dissolventes da atitude tradicional do pensamento religioso sobre as manifestações sociais e econômicas, fê-lo sem propósito deliberado e contra a intenção dos reformadores". "Por conseguinte, devemos convencer-nos - também escreve Weber - de que os efeitos produzidos pela Reforma sobre a civilização foram em grande parte consequências imprevistas e, por isso, não desejadas pela obra dos reformadores, e com frequência divergentes ou opostas a tudo o que sonhavam como ideal".

A base do argumento de Weber é empírica e incontestável. Eis o fato: em todos os países de composição religiosa mista, os líderes dos negócios e donos de capital, assim como o pessoal mais altamente treinado, técnica e comercialmente, são em sua grande maioria protestantes. Isso é verdade na Inglaterra, na Alemanha, na Suíça, na Holanda, no Canadá. É até hoje verdadeiro, sob certos aspectos, nos Estados Unidos da América, cujo poder político e econômico continua, de modo preponderante, enfeixado nas mãos dos chamados WASPS *(White Anglo-Saxon Protestants).* Os Wasps controlam o sistema bancário, a indústria do aço, a indústria automobilística e a do petróleo, as grandes corporações, como a General Motors, a General Eletric, a IBM, a Ford, a Dupont - isto não obstante o sucesso, em certos outros setores, de prósperas minorias de judeus, irlandeses, italianos, japoneses e outros.

É também fato empírico que as nações que encabeçaram a revolução industrial e que ostentam, ainda hoje, os mais elevados índices de renda *per capita* no mundo - os Países Baixos, a Suíça, os Escandinavos e, de um modo geral, os países de língua inglesa - são protestantes.

Outros fatores que não a ética protestante, com sua noção de predestinação e o conceito de "vocação" profissional *(Beruf),* podem ter contribuído para a emergência do capitalismo, independentemente da Reforma de Calvino e de Zwingli. Sombart, Brentano, Pirenne, Fanfani, Troeltsch, Tawney, H. M. Robertson e outros chamam a atenção para esses fatores diferentes. Roberto Campos - procurando naturalmente puxar a brasa para o nosso lado, pois é consciente da influência da Igreja Católica sobre nosso desenvolvimento histórico-cultural - intenta contrariar a tese weberiana, no que diz respeito aos

ensinamentos eclesiásticos relativos à usura. Se é verdade que a condenação da usura foi uma das inibições tradicionais contra as quais teve que se rebelar o Capitalismo nascituro, então caberia demonstrar, como faz ele, que esta condenação não teve nem a extensão, nem a importância que se lhe quer atribuir. Não seria desse lado que devemos descobrir o handicap estorvando nosso desenvolvimento.

É verdade que, quando eclodiu a Reforma, já havia a Europa experimentado pelo menos um século de intensa atividade comercial. Como notam Tawney e Fanfani, havia espírito capitalista em Veneza, Gênova e Florença. Havia capitalismo no sul da Alemanha e em Flandres. Os Fugger e Hochstetter na Alemanha, os Medici na Itália concentraram em suas mãos imensa soma de poder e influência. Sobretudo os Medici transformaram-se de banqueiros e comerciantes riquíssimos em família dinástica que, por casamento, proporcionou duas rainhas à França. Mas, mesmo na Idade Média, foram banqueiros os cavaleiros da ordem militar-monástica dos Templários. Tawney também salienta o poder econômico do Papado. E quanto aos judeus, sobre seu imenso papel grandemente insiste Wemer Sombart, ainda que com notórios exageros e impropriedades.

Ora, o que é relevante, na tese de Weber, é a observação que *só nos países onde triunfou o calvinismo,* frutificou o verdadeiro espírito racional do capitalismo - a ponto de provocar o desencadeamento da revolução industrial. Para os propósitos específicos de nossa pesquisa, o que brilha na elegante concepção weberiana é sua ênfase naquelas condições morais e psicológicas do puritano calvinista, as quais teriam favorecido o progresso econômico de tais países. Por contraste - mais facilmente poderemos avaliar o de que, como católicos, carecemos e o *porquê* de nosso atraso. O nosso argumento é aqui, em suma, o seguinte: se o sistema brasileiro de valoração ética, religiosa e social nada tem de verdadeiramente incompatível com as exigências do desenvolvimento, é também verdade, à luz da tese de Weber, que esse sistema não produziu incentivos tão poderosos e entusiásticos quanto os dos calvinistas para a arrancada desenvolvimentista.

* * *

O mais conhecido rival de Weber nesse debate foi Wemer Sombart.

Prejudicado por sua conversão tardia ao nazismo, Sombart, originariamente socialista, atribuiu o capitalismo principalmente aos judeus e argumentou com a decadência da península ibérica e com a emergência da Inglaterra e dos Países Baixos nos séculos XVII e XVIII. Esta, afirmou, se deveu principalmente à expulsão dos Marranos e seu traslado para Londres e Amsterdam. A argumentação de Sombart, em *Der Bourgeois,* também parece tendenciosa. O economista alemão propõe ali como tipos fundamentais de *empresários capitalistas* profissionais que, hoje, de maneira alguma classificaríamos como tal. Os piratas e corsários do século XVI poderiam, porventura, serem descritos como verdadeiros capitalistas? Seria antes a caricatura do capitalismo, em virtude de sua total ausência de ética. Na concepção ocidental contemporânea considera-se que, para funcionar a contento, o empresário capitalista deve ser estritamente submetido a normas de comportamento e a uma legislação precisa, destinadas a coibir os abusos, dissolver os monopólios e velar pelo Bem Comum. Uma justiça imparcial e independente é parte integrante do sistema, como prova a experiência anglo-americana. Sombart acrescenta em sua classificação dos capitalistas os grandes latifundiários *(Landlords).* Estes, de fato, na Grã-Bretanha e na França dos séculos XVIII e XIX, se transformaram em capitães de indústria, *maîtres de forges* e banqueiros. O mesmo ocorreu no Japão contemporâneo - em que famílias de antigos samurais se metamorfosearam em donas de grandes indústrias. Enquanto se mantiveram como latifundiários, porém, os senhores de terra não eram capitalistas mas aristocratas feudais, com uma mentalidade patrimonialista muito característica. É o que ocorre no Brasil: a maior parte dos ricos fazendeiros do Nordeste não contribuem para o progresso industrial de sua área mas para a *"indústria da seca",* usando a política para o atraso e a estagnação. Os grandes nomes da indústria de São Paulo e do Sul do Brasil não foram fazendeiros: sua origem é, em geral, imigrante, e sua fortuna não foi feita pela especulação imobiliária ou a agricultura, mas diretamente na indústria e no comércio. Estaria certo Sombart ao incluir o Comerciante (*Trader, Handelsman)* e o Artesão *(Fabricant)* na lista dos empresários capitalistas originais. Os inventores geniais que comercializaram suas ideias tecnológicas são ainda, na América, os principais fazedores de fortunas colossais. Pelo menos aqueles que *"inventam"* novas tecnologias de produção como foi o caso de Henry Ford ou o inventor da Polaroid. Os Especuladores são acrescentados por Sombart, com evidentes

intenções críticas, como uma outra classe empresarial. Seu anti-semitismo se revela na insinuação de que os judeus foram especialmente especuladores, agiotas e usurários como o vilão de *O Mercador de Veneza* - Shylock, uma figura talvez inspirada na personalidade de um judeu português, Rodrigo Lopes. Atualmente, uma das maiores fortunas do mundo é a dos irmãos Hunt, do Texas, que especulam na prata e outras *commodities* - mas uma fortuna originada no petróleo deve sempre, porventura, ser interpretada como especulativa? Onde classificar os xeques do petróleo árabes: serão latifundiários, patrimonialistas, comerciantes ou simplesmente especuladores? Provavelmente as quatro coisas juntas. O que, a meu juizo, é francamente inadmissível na tese de Sombart é a colocação como capitalistas dos Empregados Públicos que promovem suas empresas estatais. Terá sido Colbert um capitalista? Ao contrário, considero-o o primeiro grande burocrata moderno, mercantilista e monopolista estatal. Por maiores que sejam os méritos de homens como - digamos - o general Macedo Soares e Silva, o Sr. Osires Silva ou o Sr. Eliezer Batista, extraordinários administradores, não se os pode considerar como havendo agido no contexto de uma economia de mercado e de livre iniciativa: nunca tiveram que competir no terreno econômico, sempre competiram no âmbito da política. A concepção relativa a um *Capitalismo de Estado* é profundamente falaciosa: ela objetiva desviar o debate. Trata-se de um recurso por parte de *socialistas* e marxistas, obrigados a reconhecer que o controle da economia pelo Estado, na escala monumental em que ocorre em nosso país com suas sequelas de ineficiência e corrupção, dificilmente se coaduna com a definição exata de capitalismo como sistema de economia individual, propriedade privada e concorrência de preços e salários.

Daniel Bell acentua, em sua obra *The Cultural Contradictions of Capitalism,* que dois impulsos, o de ascetismo (poupança) e o de cobiça *(acquisitiveness)* se juntaram na formação da mentalidade do empresário capitalista. Deveríamos acrescentar uma terceira motivação essencial no sistema capitalista: a agonística. Uma definição do mesmo consistiria na transferência para a ordem de atividade comercial e industrial da ética de luta e competição que caracterizava a nobreza feudal. A distinção fundamental entre economia centralizada e economia de mercado é que, na primeira, a competição se exerce *politicamente* entre indivíduos que ambicionam galgar os degraus da hierarquia,

ao passo que, na segunda, a concorrência é *econômica,* entre empresários ou empresas que almejam maiores lucros. O capitalismo é a própria economia de mercado e quem fala em mercado fala em lucro, concorrência e competição. O socialismo, do mesmo modo como o híbrido *Capitalismo de Estado* vigorante entre nós, não são capitalistas precisamente porque são monopolizadores, centralizadores e levados a detestar a ação competitiva da lei de oferta e procura, a ela preferindo a violência e a astúcia maquiavélica do embate político. A livre iniciativa comporta a luta monetária, a concorrência, o risco, a imprevisibilidade -e é, por força desse comportamento agonístico e lúdico de perde ou ganha (o comportamento precisamente que escandaliza, horroriza e enche o clérigo socialista de piedosa revolta contra as "injustiças sociais"), que a economia de mercado é eficiente e estimula o progresso econômico. O capitalismo, em suma, transfere para o terreno da atividade material e econômica a filosofia evolucionista de seleção natural, na luta pela vida, que Darwin postulou na biologia.

Calvino perguntara: "Que razão há para que a renda dos negócios não seja maior do que a renda imobiliária?". Sua resposta era positiva: "De onde vêm os lucros do comerciante, se não de sua própria diligência e indústria?". Genebra prepara o terreno teológico para a combinação de um extraordinário acúmen nos negócios com formas intensas de piedade, penetrando e dominando a vida das pessoas. Foi nesse crisol de fé, prudência e seriedade que se desenvolveu o capitalismo. A moral calvinista nos negócios traduziu-se pelo princípio "a honestidade é a melhor política" (*honesty is the best policy),* ingênuo princípio contrário à malandragem, ao "golpe", ao "jeito" e à "picaretagem", princípio que favorece a confiança recíproca e, como poderoso fator de segurança social, estimula o crédito, tão importante numa economia de mercado. A honestidade dos huguenotes ia tornar-se proverbial já no século XVII. Mesmo no Brasil, gozam hoje os batistas de igual reputação.

John Wesley (+1791), o fundador do Metodismo - igreja inicialmente dependente da anglicana - resumiu os seus conselhos evangélicos metódicos com as seguintes "regras de conduta":

Façam todo o bem que puderem,
Por todos os meios que puderem,...
Em todo o tempo que puderem...
A todas as pessoas que puderem...

Façam tanto dinheiro quanto puderem,
Poupem tanto dinheiro quanto puderem,
Deem tanto dinheiro quanto puderem

Quando Montesquieu escreveu, no L'*Esprit des Lois,* que os ingleses "progrediram mais do que quaisquer outros povos no mundo em três coisas importantes: na piedade, no comércio e na liberdade" -estava associando três elementos cuja combinação efetivamente criou um ambiente favorável ao desenvolvimento econômico, como aliás ao próprio sistema democrático representativo. Weber, sustentado por Tawney, salienta constantemente a importância do *ethos* protestante. Não é tanto a permissão da usura ou o talento para fazer dinheiro ou a audácia nos negócios que constituem os motivos relevantes no caso. Portugueses e espanhóis certamente revelaram, na conquista das Índias e do Peru, um tipo exacerbado de cobiça do ouro - pelo ganho, pela riqueza. Em tal cobiça, porém, não havia ética, havia demonismo. Weber constata muito corretamente que a universal falta de escrúpulos, na perseguição de interesses egoístas através do dinheiro, tem sido uma característica específica precisamente daqueles povos cujo desenvolvimento capitalista burguês, medido pelos padrões ocidentais, permaneceu atrasado. Exemplo que oferece são os orientais e os italianos meridionais. A observação é válida no que diz respeito ao espírito dos Conquistadores espanhóis e de nossos Bandeirantes, falta de escrúpulos dos Bandeirantes, àquela cupidez e aquisitividade cegas que denunciou Paulo Prado, poderíamos mesmo atribuir o limitado sucesso econômico produzido por essa extraordinária epopeia de nossa história colonial. No Brasil inflacionário das últimas décadas também existia a convicção de que mais vale ser esperto e especular no *open* do que trabalhar e poupar - e o resultado foi economicamente contraproducente.

Em contraste, observamos o utilitarismo de um Benjamin Franklin, verdadeiro protótipo do espírito ianque! Ao que assistimos na América do Norte é a procura do lucro e do resultado material de *maneira sistemática e racional,* com o beneplácito de uma ética geral santificadora do sucesso. O melhor exemplo é o dos conselhos, verdadeiras prédicas utilitaristas (e, no caso, totalmente desprovidas de consagração religiosa) de escritos de Franklin, particularmente as "Sugestões Necessárias para Aqueles que Desejam Enriquecer" (*Necessary Hints to Those that Would be Rich).*

A moral é uma moral burguesa. O Calvinismo associou-se por isso à classe média burguesa em ascensão, ciosa de sua liberdade e de seus interesses, classe que criou a democracia de tipo parlamentarista ou liberal-capitalista. Os modelos democráticos foram, em primeiro lugar, fornecidos pelos Países Baixos, a Confederação Helvética, a Inglaterra. Locke, para justificar a democracia, fazia da preservação da propriedade o principal objetivo do Estado. Nesse sentido, a evolução política dos países calvinistas foi muito diversa da dos países católicos latinos e mesmo daqueles em que, como a Alemanha, finalmente predominou o Luteranismo.

Mas não é apenas o Metodismo ou o Racionalismo como tal - pois este existiu em França desde o século de Descartes, de Voltaire e dos Enciclopedistas - é o racionalismo aplicado à "profissão" que consubstancia o *ethos* calvinista. A profissão é uma *profissão de fé,* tanto quanto uma atividade econômica específica. O processo de santificação da vida, diz Weber, quase toma o caráter de uma empresa comercial. A aceitação absoluta das coisas, tais como elas são, da realidade, tal como se apresenta, a aceitação da Necessidade terrena *(Anankê)* - é identificada com a obediência absoluta à vontade transcendente de Deus, sendo todas as perguntas metafísicas sobre os paradoxos dessa vontade onipotente, no campo da justiça, desde logo desqualificadas como improcedentes ou mesmo blasfematórias. O Deus dos puritanos é absolutamente inexplicável. Ele é frio, remoto, afastado de qualquer critério sentimental, nem é suscetível de inquérito ou prece quanto a Seus motivos secretos.

Elimina-se, assim, todo conflito interior. Suprime-se sobretudo o mais angustiante que é o conflito inerente ao problema da teodiceia, o da justificação do Mal. Afastam-se todas as questões relativas ao destino e ao sentido último da vida e do mundo. É a certeza da salvação, *certitudo salutis,* que vem a caracterizar literalmente o Puritano na sua coragem tranquila, no seu individualismo solitário, no seu isolacionismo orgulhoso e, finalmente, no seu farisaísmo típico: a *self-righteousness* anglo-saxônica. Segundo Paul Tillich, em todas as formas protestantes o elemento de eternidade deve ser expresso em relação **à** *situação presente.* O protestantismo possui uma relação especial com o secularismo, com a realidade atual dessacralizada. Receia a imaginação. Se é verdade que certas formas protestantes extremadas, sobretudo durante o período revolucionário da Reforma, descambaram para um Utopianismo violento e "comunista" (basta

lembrar os anabatistas, Thomaz Münzer, os *Levellers* ingleses e, entre nós, os Muckers), o Calvinismo, este, é essencialmente antiutópico. O que quer dizer é realista, "quadrado".

Donde também a supressão do místico, do mágico e do ritual. Donde a eliminação dos sacramentos no caminho da Salvação e o enfraquecimento irremediável da Igreja como instituição transcendente, a qual, no processo de secularização, passa a confundir-se cada vez mais com a sociedade civil. Donde a repressão de toda a face emocional da religião, o lado inspirado, extático, dionisíaco - tão importante no catolicismo. A fé huguenote é reforçada por um pensamento religioso lógico e profundo, o Puritano é um teólogo prático permanente. Ou melhor, um constante professor de moral positiva, constantemente crítico da moralidade alheia e com uma propensão decidida para o empiricismo racionalizado numa base matemática. Tillich concorda com o fato de que a consequência secular dessa atitude aparece na sociedade burguesa moderna, pela valorização das ciências naturais e a transformação tecnológica do mundo. Weber vê nessas tendências um favorecimento das ciências físicas e matemáticas, e suas aplicações. Calvinismo e tecnologia.

O tipo psicológico pragmático anglo-saxônico preocupa-se com as Coisas mais do que com as Pessoas. Pensando nos puritanos calvinistas, dirá Tawney que, "em nossa sociedade, os homens são dominados pelas coisas". Efetivamente, a preocupação com as Coisas será típica do ianque e daí o desenvolvimento da economia como o da ciência aplicada. Assim como é o cristão conhecido pelos frutos de sua fé, assim também só pode o conhecimento de Deus e de seus misteriosos desígnios ser alcançado pelo descobrimento de suas obras - não pela especulação intuitiva, nem pelos dogmas impostos das autoridades eclesiásticas, mas pela compreensão das leis da natureza. Pela ciência chega-se à essência do mundo. Essa atitude do ascetismo protestante é decisiva para o progresso da educação, especialmente da educação técnica e, nesse sentido, importante para o desenvolvimento da ciência e da economia industrial. Em ciência, diria Madame Curie "devemos interessar-nos pelas coisas, não pelas pessoas"...

3. Psicologia do puritano

A repressão do lado emocional da religião corresponde a uma atitude em que toda relação pessoal de caráter afetivo se torna suspeita. O protestantismo é essencialmente antierótico. Tillich refere-se ao "puritanismo sem amor", ao amor sacrificado à justiça, ao fato de que a fé e não o amor ocupou o centro do pensamento protestante. Confessa o grande teólogo alemão que Zwingli e Calvino, "em virtude de sua ênfase humanística e biblicista na função da lei, foram impedidos de desenvolver uma doutrina do amor".

Assim, também, calvinismo implica introversão e controle de si próprio. O *gentleman* nunca deve revelar seus sentimentos e suas emoções. Seria uma falta de gosto. O homem verdadeiro é impassível, frio e fleumático. Sua fisionomia, imperturbável. Toda relação pessoal que não for motivada, racional e logicamente, pode ser julgada erótica e, portanto, pecaminosa. Uma citação de Richard Baxter, famoso escritor de ética puritana e contemporâneo de Cromwell, é significativa quando declara, a certa altura, ser "um ato irracional e pouco próprio de uma criatura racional *amar alguém além daquilo que nos permite a razão".*

A adaptação e reinterpretação do *cogito ergo sum* cartesiano para a consecução de um completo autocontrole e domínio sobre a natureza, através da ação moral sempre pensada e amadurecida para os fins da própria salvação, leva a um metodismo existencial sem precedente ou equivalente em outras sociedades, a qualquer outro momento histórico. Essa racionalização do amor, da amizade, das relações pessoais (a "companhia" interpretada como uma mera associação comercial), é típica do *ethos* puritano. Define, também, a meu ver, aquela que, em contraste com a nossa *sociedade erótica,* podemos chamar de *sociedade lógica.*

O importante, porém, como virtude socialmente útil e de tremendo impacto político, é o ascetismo do comportamento diário. Calvino daria à disciplina quotidiana o papel que Lutero reservara para a fé e São Paulo para o amor - de nervo da religião. São as chamadas virtudes burguesas: a rígida condenação da perda de tempo, da impontualidade, da frivolidade, da ociosidade, da sociabilidade cordial e mundana, da tagarelice e bate-papo meramente lúdico. O que Weber chama de "ascetismo mundano" (*innerweltliche Askese)* gera um severíssimo *spoudaios.* Não um *homo ludens,* mas essencialmente um cidadão maduro,

macambúzio, compenetrado da noção do dever e da responsabilidade. Como dizia um contemporâneo, "eram homens pensativos, sóbrios e pacientes, e tais que acreditam ser o trabalho e a indústria seu dever para com Deus". Introvertidos, um tanto ou quanto meditabundos e rebarbativos, eram eminentemente ativos, enérgicos e eficientes. Tawney observa que, tendo derrubado o monasticismo, Calvino transformou o mundo secularizado em um gigantesco mosteiro, no qual a obra mundana se tornou uma espécie de sacramento diário.

A noção de que "tempo é dinheiro" - tão diametralmente oposta ao nosso confortável conceito ibérico do *mañana* - induz à atividade constante, à operosidade e ao trabalho produtivo ("Aqueles que são pródigos de seu tempo desprezam sua própria alma", declarava um pensador da época), de tal forma que podemos oferecer estas duas noções como simbólicas das duas atitudes, a lúdica e a séria, perante a existência. Consequentemente, tornou-se a pontualidade uma virtude protestante. E não seria o *stress* moderno também uma doença protestante? O tempo é pontualizado pelo relógio que se tornou ao mesmo tempo um símbolo do mecanismo cosmológico newtoniano, do racionalismo filosófico cartesiano e do metodismo religioso calvinista.

Mas se o puritanismo criou uma raça "completamente morta para tudo que seja espontâneo e intuitivo", conforme se queixava D. H. Lawrence, - repelindo o impulso meramente aventureiro, o gozo contemplativo da vida e o exibicionismo amoroso - também lhe repugnava a simples contemplação estética do mundo e da divindade. A ética puritana era antiestética. Abominava o nu. A fúria iconoclástica da Reforma destruiu os vitrais, as imagens, as ricas vestes sacerdotais. Acabou com a música, o jogo, a bebida, o teatro, que foram julgados divertimentos satânicos. O fanático William Prynne considerava "luxúria" qualquer espécie de abraço ou sinal de afeto, e condenava a dança como "lascívia". As mulheres deixaram de usar cosméticos. A condenação das atividades lúdicas e da ociosidade completava-se com uma condenação, igualmente importante do ponto de vista econômico, da ostentação e do luxo supérfluo. O calvinismo pregava a severidade de aparência no traje, na moradia, na atitude, na atividade social em geral. Os *round-heads* de Cromwell vestiam-se de preto e foram os primeiros a cortar os cabelos rentes (donde seu nome e talvez a razão pela qual os jovens rebeldes cabeludos de 1968/69 deixaram crescer os seus e vestiram-se com cores berrantes, em sinal de protesto contra o puritanismo de seus avós). A crítica a

todas as atividade supérfluas e ao espírito irracional do jogo, bem como à postura lúdica perante a vida em geral, não incluía, porém, a supressão do agônico ou desportivo. O *sport* era considerado um treinamento físico necessário à saúde mental do asceta mundano.

Cabe notar também a observação de Weber segundo a qual o controle de si próprio e a regra coletiva que uma tal fé necessariamente impõe, transformaram os puritanos nos pais da disciplina militar moderna. O sociólogo cita Cromwell e Maurício de Nassau (que não deve ser confundido com o nosso João Maurício, o pernambucano) como os primeiros generais a impor uma tal ordem unida, obtendo brilhantíssimos resultados em combate. Os *Ironsides* de Cromwell derrotariam facilmente, em Marston Moor e Naseby, os alegres e indisciplinados *Cavaliers* do rei Carlos Stuart.

O ideal da classe média burguesa e a tendência para a arregimentação e uniformização da vida têm seu fundamento na valorização da Coisa e no repúdio à idolatria da carne. Eis o motivo por que alguns povos calvinistas, como os holandeses e os suíços, se esmeram exemplarmente em manter suas casas, suas ruas e cidades imaculadamente limpas - embora possam descurar de tomar banho...

Weber também chama a atenção sobre o valor da tendência para a estandardização da vida cotidiana na moderna sociedade industrial de produção em massa, não obstante a extrema pluralidade de atitudes e opiniões. A estandardização da vida burguesa, a valorização da Coisa, o pequeno ideal de conforto material da classe média e o regime industrial de produção em massa são fenômenos interligados que confirmam a relação entre religião e economia, proposta por Weber.

O austero ascetismo que estimula o trabalho e deprecia o luxo supérfluo favorece, evidentemente, as atividades produtivas. "Entre as coisas desta vida", orava Calvino, "o trabalho é o que mais assemelha o homem a Deus". A proibição de observar feriados estabelecidos desde os tempos pagãos ou santificados pela Igreja Católica teve como efeito de adicionar cinquenta dias úteis ao calendário. Para o puritano eminentemente verdadeira era a fórmula: *laborare est orare, orare est laborare. É f*ácil de conceber a importância de tais características para o desenvolvimento econômico: "Quando a limitação do consumo combina-se com essa libertação da atividade aquisitiva", escreve Weber, "o resultado prático

inevitável é óbvio: a acumulação de capital através da compulsão ascética para a poupança".

E não se diga que essas tendências à poupança ascética desapareceram na sociedade moderna de consumo. Sem dúvida nos Estados Unidos, que atravessaram nos anos 60 e 70 uma verdadeira crise revolucionária dionisíaca e antipuritana, após um crescimento descomunal em poder e riqueza, e que foram formados por muito elementos raciais sobrepostos à classe original dos *Pilgrims,* não se pode mais falar, senão com muita reserva, em "poupança ascética". Na Suíça e na Holanda, porém, e nos países da comunidade britânica, no Canadá, na Austrália, bem como na África do Sul, tais características ainda são hoje bastante visíveis. Elas certamente explicam as condições sociais, favoráveis ao intenso desenvolvimento capitalista dessas nações que se colocam entre as mais prósperas do mundo. Milton afirmava que só a classe média podia ser virtuosa - por estar igualmente afastada da Necessidade e do Luxo. Virtuosas ou não, as nações calvinistas ainda são hoje nações de classe média, paradigmas do desenvolvimento onde não há luxo e não há miséria, nações que realizaram praticamente a Justiça Social e uma igualdade ideal de condições econômicas, sem necessidade de violência revolucionária e sem recurso ao marxismo ou ao socialismo.

Referindo-se à "ordenação racional sistemática da vida moral como um todo", distingue Weber, em sua *Sociologia da religião, o* "ascetismo mundano" calvinista do ascetismo que rejeita o mundo de certas seitas orientais e das ordens monásticas católicas. Weber percebe contudo os inconvenientes naturais da *Askese* de tipo mundano, quando levada ao extremo. Do ponto de vista dos valores básicos dos ascetas, o mundo passa a ser uma *massa perditionis,* do qual o grupo fechado de puritanos terá tendência a isolar-se.

Criam-se assim as condições psicológicas para o aparecimento posterior das discriminações raciais, do pendor para o isolacionismo diplomático (britânico e norte-americano) e da *apartheid* (sul-africana). Esses fenômenos políticos e sociais contemporâneos seriam secularizações determinadas pelo isolacionismo puritano.

O mundo apresenta-se simultaneamente, ao virtuoso da razão prática, como de sua inteira responsabilidade. Donde, escreve o sociólogo, "a ordem do mundo no qual está o asceta situado, como campo providencial para sua certificação ativa,

torna-se para ele uma vocação que deve cumprir racionalmente. Como consequência e ainda que ao asceta seja proibido o gozo da fortuna, torna-se vocação sua o empenhar-se em atividades econômicas condizentes com requisitos éticos racionalizados e conformes com a legalidade estrita. Se sobrevém o sucesso para favorecer uma tal atividade aquisitiva, será considerado como uma manifestação da benção de Deus sobre o trabalho do homem piedoso e da satisfação divina com seu padrão de vida econômico".

O resultado natural desse *ethos* é que surge uma fé otimista no sucesso. É o *happy end* inevitável da luta entre o Eleito e o Danado, entre o herói do caráter (o mocinho) e o vilão. Deus, Ele próprio, abençoa aquele que *escolheu* com Sua Graça, abençoa pelo êxito evidente nos empreendimentos mundanos. A Providência divina trabalha através dos Eleitos que estão em tal estado de perfeição moral, dando-lhes Seus sinais particulares de Eleição - sob forma de lucros, sucesso, sorte, dinheiro e capital - contanto que, por esses sinais, esperem com paciência e moderação, e deliberem com prudência tranquila.

No calvinismo, o homem virtuoso de certo modo *compra neste mundo* a sua salvação ultramundana. A riqueza e o sucesso tornam-se sinais carismáticos. Riqueza e poder são resultados da virtude: o homem rico é rico porque é virtuoso. A pobreza, ao invés de ser admirada como disposição evangélica, levanta a suspeita de pecaminosa ociosidade. O mendigo, o vagabundo, o boêmio, o jogador, o *bum* são apontados à indignação moral do burguês que se torna inflacionado pela sua "boa consciência".

O Deus transcendente terá tido suas razões boas e suficientes para distribuir desigualmente a fortuna: ouro para cá, andrajos para lá. O que seria uma aparente injustiça na predestinação de alguns para a Salvação (e a riqueza) e de muitos para a Danação (e a pobreza) corresponderia à natureza essencial da Predestinação inescrutável. Pois se é verdade que uns nascem ricos, educados e virtuosos, e outros nascem pobres, preguiçosos e pecadores, quem somos nós, pobres mortais, para levantar tais questões indiscretas quanto à misteriosa vontade e aos desígnios supremos da Divindade?

O ideal eudemonístico que consiste em experimentar a realidade material do presente neste mundo como plenamente satisfatória, sem necessidade de procurar reparações utópicas no "mundo que há de vir" - transcreve-se, finalmente, no "direito à procura da felicidade" que coroa o preâmbulo da

Declaração de Independência americana. Esse ideal explica o otimismo do sucesso e da eficiência, tão característico da mentalidade ianque - também tão diferente do nosso próprio temperamento sempre malicioso, cético, destruidor - e do caráter suspeito ou pecaminoso que costumamos dar ao dinheiro, de nossa idealização do fracasso, do nosso pessimismo às vezes casmurrento e machadiano. Aí está em germe o conflito moral que daria nascimento ao marxismo. Também o litígio contemporâneo entre países industrializados e subdesenvolvidos. Entre os *Have e* os *Have not,* entre a Formiga e a Cigarra, entre Marta e Maria, entre Sancho Pança e Dom Quixote, entre os Fariseus e os Utopistas...

* * *

A exposição, um tanto ou quanto longa, que das teorias de Weber aqui fizemos e os comentários em torno de suas deduções visavam a demonstrar até que ponto a influência que atribuiu às concepções religiosas, no desenvolvimento do sistema econômico das grandes nações modernas, se baseia numa psicologia dos povos.

Por desconfiança para com as ideias de Lamprecht, fez Weber duras reservas à discussão do aspecto psicológico desses fenômenos (no que chama "sentido técnico" da palavra psicologia). Lamprecht havia proposto uma "psicologia coletiva" da nação e da humanidade. Aceitava a "mecânica psíquica" de Wundt, acreditando que seria possível transferir tal mecânica dos processos individuais para o estudo dos coletivos. A "mentalidade social" era a causa fundamental dos fenômenos históricos. "A história nada mais é do que a psicologia aplicada", escrevia, "e assim se torna claro que a psicologia teórica deve ser a chave para a sua perfeita compreensão". Lamprecht combatia o Marxismo, no sentido que acreditava ser possível entender as relações econômicas através do "espírito do momento" *(Zeitgeist)* e não vice-versa. Restringir-se às únicas motivações econômicas só poderia resultar em abstrações áridas, pois nesse caso se perderia de vista o caráter eminentemente psicológico da história humana.

Entretanto, a ênfase de Lamprecht sobre a "essência orgânica" da nacionalidade, o *Volksgeist* e a natureza social da personalidade o coloca na linha suspeita dos grandes filósofos românticos alemães -Herder, Fichte, Schlegel,

Schelling, Hegel. Era uma posição que, justificadamente, não agradava a Weber.

Juntamente com tal desconfiança em relação à psicologia coletiva de Lamprecht e seu sentido spengleriano e "nacional-socialista" *avant la lettre* - os resultados firmemente estabelecidos da psicologia, inclusive da psiquiatria, não pareciam ainda suficientemente avançados, na época em que escreveu Weber, para que pudessem ser utilizados sem perigo, segundo os propósitos de uma investigação histórica desses problemas. Além disso, vale lembrar que os julgamentos de Weber são históricos. Weber foi um historiador e um sociólogo, não foi um psicólogo. Mas o que é importante, finalmente, em suas ideias, é seu conteúdo psicológico.

Esse conteúdo justifica, a meu ver, a relevância da tese aqui exposta no âmbito do problema de nosso subdesenvolvimento. Se talvez não possamos, por enquanto, saber por que somos subdesenvolvidos, podemos pelo menos compreender por que outros povos se desenvolveram. O calvinismo? Talvez. Certamente o *ethos do* trabalho, da disciplina, da moralidade coletiva, do ascetismo mundano, da austeridade e poupança, da prudência e da racionalidade.

4. Sociologia do desenvolvimento na perspectiva histórica

Do ponto de vista histórico seria possível demonstrar (coisa que, entretanto, fugiria ao âmbito do presente trabalho) que a momentosa escolha feita no correr dos séculos XVI e XVII pelos povos, as classes e as famílias da Europa - entre a Reforma e a Contra-Reforma - se deve não apenas a circunstâncias de caráter político, que são afinal de contas fortuitas, mas sobretudo a aptidões, vocações e predisposições mentais.

O princípio *cujus regio ejus religio,* as peripécias das guerras de religião, certos interesses comerciais oportunísticos, intrigas políticas, maquinações diplomáticas, o poder de decisão das grandes personalidades - tudo isto pôde, indiscutivelmente, determinar opções históricas no sentido da Igreja romana ou contra ela. Assim como no sentido desta ou daquela seita protestante mais ou menos radical. É o mesmo que aconteceu, em nosso século, com a opção entre o comunismo e a democracia ocidental. Se poloneses e húngaros, por exemplo, permaneceram católicos, ao passo que os tchecos se tornaram em sua maioria protestantes; se os príncipes alemães do Reno e da Baviera optaram pelos

Habsburgos, ao passo que o Eleitor do Brandenburgo preferiu Lutero; se Henrique VIII Tudor rompeu com Sua Santidade por motivos matrimoniais, enquanto Henrique IV Bourbon considerou bem valer Paris uma missa; se Richelieu tolerantemente concedeu aos huguenotes o dito de Nantes e Luís XIV o revogou, liquidando com a influência protestante em França; se a Grande Armada de Felipe II se espatifou pela tormenta diante das costas escocesas; se Gustavo Adolfo pereceu em Lützen e Inácio de Loyola escapou, ferido, no sítio de Pamplona; se Calvino recebeu abrigo em Genebra e Zwingli encontrou a morte em Kappel - tudo isto são episódios históricos ocasionais e aleatórios que determinam, em seu tempo, decisões, lealdades, traições, conversões, abjurações e compromissos de tolerância. Nas zonas de atrito, como, por exemplo, na Alemanha, Países Baixos e Ilhas Britânicas, a escolha foi às vezes feita ao acaso das lutas nacionais e de classe. Na Confederação Helvética, certos cantões optaram pelo protestantismo, embora de língua francesa, como Genebra e Vaud; outros, pelo catolicismo, embora de língua alemã, como Uri, Schwyz e Zug. *Grosso modo,* porém, o fator decisivo representado pelo ambiente psicossocial, inspirado por traços de temperamento racionalista, utilitário e político de Zwingli, agradou aos sólidos mercadores de Zurique, os quais se indignavam com a avareza, o luxo e a iniquidade da Igreja italiana, e se escandalizavam com a venda de Indulgências. E uma vez que essas ideias se firmavam na cidade, certamente iriam contribuir para fazer dela, quatrocentos anos depois, um dos maiores centros bancários do mundo. A doutrina de Calvino, reinterpretada por John Knox e os puritanos da Inglaterra, igualmente atraiu as simpatias dos burgueses industriosos da Escócia e da City de Londres. A atmosfera religiosa propícia acolhia a nova fé. Esta, por sua vez, impunha critérios e disciplinas que iriam educar os conversos e formar novas gerações de crentes, mais rígidos do que seus pais. Mesmo dentro de um país como a Inglaterra, é natural que a opção da austera e ativa classe média londrina se tenha feito pela Reforma - e mesmo pelas seitas mais radicais do protestantismo predestinarista - ao passo que os *gay Cavaliers* da *merrie Old England* se pronunciavam, se não pelo Catolicismo de Jaime II, pelo menos pela High Church de seu pai, Carlos I.

Além disso, há que se insistir sobre o incentivo da tolerância. Petty e Sir William Temple notaram que a tolerância religiosa em relação às seitas consideradas heréticas ou aos judeus, por exemplo, foi um dos fundamentos da

prosperidade econômica. Os Países Baixos e a Inglaterra muito se valeram da imigração de judeus sefarditas procedentes da Espanha e Portugal, após as pressões exercidas pela Inquisição na época dos Reis Católicos. Mais tarde, a Prússia e de novo a Inglaterra e Países Baixos aproveitar-se-iam da presença dos huguenotes, expulsos da França na época da Revogação do dito de Nantes, sob Luís XIV. A tolerância conduz ao comércio de ideias e de coisas, de pessoas e de mercadorias, aliviando as tensões políticas e substituindo a guerra e outras formas de violência pela atividade industrial profícua a todos.

A psicologia é inseparável do ambiente cultural. Este, das noções e práticas religiosas. A economia e a propensão para o desenvolvimento igualmente inseparáveis daqueles. Eis a tese fundamental que nos atrevemos a aceitar após ler a obra de Weber.

E assim, à pergunta sobre se a atitude econômica dos Reformadores foi causa ou efeito do espírito capitalista, talvez possamos responder sem susto: nem uma coisa, nem outra. Foi uma evolução paralela, na base de um substrato psicológico ou de uma predisposição mental comum.

O que se pode adiantar, em benefício de nosso estudo, é que, se uma afinidade natural atraiu certos povos teutônicos e saxões para a Reforma, outros povos, especialmente nós, os latino-meridionais - em vista de nosso temperamento mais afetivo e emocional e porque somos mais amantes do ritual e suscetíveis à magia dos sacramentos, mais poéticos e imaginativos, menos racionais e sistemáticos, menos prosaicos e austeros na valorização das formas e do corpo - preferimos continuar afagados no seio daquela que é *Mater et Magistra.*

Nós, católicos, ao optarmos pela Igreja, abrimos mão do rígido instrumento pedagógico que nos teria proporcionado, como prêmio, uma formidável expansão econômica. O arquétipo da Grande Mãe prolífica mais ativo no Inconsciente coletivo fez, entre nós, pender a balança para o lado do Eros, em detrimento do poder material e do progresso tecnológico.

A tradição de condenação à usura, a pecha vergonhosa que sempre acompanhou a aquisição excessiva de dinheiro e o lucro, *turpe lucrum,* salvo quando herdado ou provindo de renda imobiliária (o que o torna aristocrático), o desprezo pelo comércio e pela atividade de negociante, considerados indignos de um espírito nobre, o esteticismo e a tendência à ostentação que prejudicam a poupança e favorecem o luxo e o desperdício, a dignidade (de novo considerada

virtude aristocrática) que cerca o ócio, em contraste com o caráter punitivo com que é o trabalho considerado (nos termos da história do castigo de Adão: "no suor de teu rosto comerás o teu pão...", conforme o Gênese 3:19), a prioridade dada à contemplação, no misticismo religioso, sobre as obras e a atividade produtiva, a inclinação de uma população, geralmente pouco instruída e intelectualmente preguiçosa, em aceitar o monopólio do pensamento religioso, assim como da interpretação da lei moral e do direito de dirigir os "exames de consciência", por uma pequena classe especializada de sacerdotes (precisamente os "clérigos", no sentido de gente familiarizada com os livros, a pena, o papel e a lei) - todos esses traços incontestavelmente contribuíram para determinar a nossa pouca vocação desenvolvimentista. Dificultaram ou atrasaram a revolução industrial ou, pelo menos, não fertilizaram um solo propicio à eclosão do capitalismo moderno. Não estimularam a poupança e a capitalização. Não incentivaram o trabalho produtivo. Tiveram, porém, *outros* méritos...

No que diz respeito especialmente à questão do contraste entre a valorização relativa da atitude contemplativa (estética) e da atitude produtiva (ética), é verdade que, não obstante os pronunciamentos muito claros de Jesus em favor de Maria de Betânia, no incidente relatado por São Lucas (10:38 a 42), os protestantes continuaram seguindo a opinião do grande místico alemão do século XIV, Meister Eckhart, que acabou colocando Marta acima de Maria. A ênfase foi no sentido de atribuir importância superior à conduta e à demonstração da Graça através do comportamento ativo - do que à pura emoção contemplativa e amorosa. Vale lembrar aqui as considerações interessantes que tece Viana Moog a esse propósito em seu *Bandeirantes e Pioneiros.* Como pensa o nosso autor, "a idealização da vida à maneira de Marta, e não de Maria, com a nota dominante no trabalho e não no misticismo, estava muito mais de acordo com a concepção que acalentavam (os protestantes)".

O fator moral e religioso seria fundamental no processo de transformação da economia medieval para a economia capitalista que desencadeou o desenvolvimento industrial. Isso não quer dizer, porém, que só o *calvinismo* foi propício ao desenvolvimento. Não precisamos *protestar* para nos desenvolver. É nesse ponto que a grande controvérsia prossegue em outro campo. E abandonamos Weber...

Num único ponto, com efeito, podemos ousar contrariar as premissas do

sociólogo sobre o papel preponderante do ascetismo e da racionalidade metódica no sucesso da empresa capitalista. É no que diz respeito ao exato valor do espírito de iniciativa e aventura, a cobiça em suma , como condição do desenvolvimento.

Se é verdade que, como pensava J. Maynard Keynes, a máquina que move a empresa não é a frugalidade (*thrift*) mas o lucro; se é também verdade que, no dizer de J. Schumpeter, a figura do intuitivo é essencial aos empreendimentos arriscados, mas produtivos - então estaríamos nós, brasileiros, bem colocados para o desenvolvimento, pois o desejo irracional de lucro, a vontade de enriquecimento rápido pelo jogo e "o grande golpe" são lídimas características nacionais. Desde Paulo Prado que sabemos disso[1].

Foi Marx que transformou a ideia de lucro em sinônimo de exploração. No Brasil ressurgiu, como se fora, a etimologia da palavra em *logro.* Economistas e historiadores como Caio Prado e Nelson Werneck Sodré são responsáveis pela perpetuação da calúnia. Nos EUA, entretanto, o lucro sempre foi considerado como legítimo. A palavra inglesa é**,** aliás, *profit,* que não possui conotações pejorativas: o *profit* é o proveito legítimo que se obtém de qualquer trabalho e qualquer transação.

Não foi a condenação divina da usura, nem a impossibilidade de passar um camelo pelo fundo da agulha, nos termos do Evangelho segundo São Mateus, que teriam demovido nossos empresários de enriquecerem. O que sempre os inspirou nos negócios foi, sem dúvida, a sedução do tesouro fácil. Essa foi a dinâmica econômica. O professor americano Lynn-Smith diz que somos mais inclinados à poesia do que à economia e oferece, como exemplos de nossa "atitude de lucros rápidos" (*quick-profits attitude),* a ópera de Manaus e a especulação imobiliária no Rio e São Paulo na década de 40. Exemplo mais recente é o do ano hiperinflacionário de 1989. Em outras palavras, não foi Platão, mas Pluto; não foi Cristo, mas Mamon (do aramaico: *mamona* = riquezas) que incutiram o espírito do nosso capitalismo. A psicologia da atitude brasileira perante o fato econômico resulta assim de uma postura ambivalente perante o problema religioso, postura em que a consciência moral pode ser negativa, ao passo que, pela intuição, surge do Inconsciente o demônio da ambição aurífera, transfigurando a visão mitológica

---

1 Em meu livro *A Utopia Brasileira* analiso o caráter intuitivo extravertido do espirito bandeirante, aventureiro e domjuanesco.

do Eldorado.

Assim, para uma apreciação mais equilibrada do assunto, temos que admitir que os impulsos cúpidos e aventureiros podem ser incentivadores de empresa capitalista. É esse fator menosprezado por Max Weber, esse fator irracional que deve ser lembrado. Como acentua Roberto Campos, "só uma minoria é capaz de reagir satisfatoriamente, em termos de esforço produzido, a estímulos éticos e burocráticos de natureza um pouco abstrata. A mola propulsora mais eficiente do esforço econômico - é o estímulo monetário e, direta ou indiretamente, o poder que dele deriva". Não obstante, o estímulo monetário para o empreendimento só é bem sucedido quando sustentado por uma intuição empresarial efetiva - e essa bênção só uma minoria dela goza positivamente. O fato não é comprovado somente no Brasil, mas alhures.

Tomemos como exemplo a Grã-Bretanha. Verificamos que ela produziu, em todas as épocas e em todas as áreas onde exerceu sua iniciativa, homens de tremenda avidez e larga intuição empresarial: temos um Walter Raleigh na América do século XVII; um Clive e um Warren Hastings na Índia do século XVIII; um Cecil Rhodes na África do século XIX. Tipos dessa têmpera não podem ser considerados puritanos no modelo ascético elogiado por Weber. Eles nenhuma virtude possuíam das que notabilizaram calvinistas, metodistas e Quakers. No entanto, sem eles não se teria a Inglaterra alçado aos píncaros de grande potência econômica que chegou a dominar os mares. O instinto vital desses homens não agia racionalmente, mas por efeito de uma inspiração súbita que os atirava à aventura, exatamente como a de nossos mais rebeldes Bandeirantes.

Similarmente, nos Estados Unidos, verificamos que não foram apenas os *Pilgrim Fathers* e seus austeros descendentes da Nova Inglaterra que construíram a grandeza econômica do país. A conquista do Oeste longínquo nos famosos *rushes* que permitiram atravessar as Rochosas e ocupar o Novo México, a Califórnia, o Alasca; a abertura do continente pelas ferrovias, graças à iniciativa de monstros da empresa privada, como um Vanderbilt e um Astor; até mesmo os grandes cometimentos industriais de tipos severos, porém imaginativos, como um John D. Rockefeller e um Henry Ford - todas estas proezas econômicas da história americana não teriam sido possíveis se um elemento de intuição criadora e pioneira não se manifestasse, elemento que de modo algum se coaduna com o paradigma do calvinista ríspido, sóbrio, fervoroso, frugal e temente a Deus.

Cobiça, intuição, desvairada aventura. O desenvolvimento, é certo, não se faz apenas com parcimônia, disciplina, frugalidade, prudência no consumo, empenho racional em calcular os riscos e manipular os valores pragmáticos da realidade imediata. Estaremos então diante de um impasse? De uma contradição que derruba todo o arrazoado tão carinhosamente conduzido no correr de nossas caminhadas pelos campos bem tratados de Max Weber, Tawney, Fanfani, Viana Moog e Roberto Campos? Não. A nossa conclusão empírica, final e definitiva é simplesmente mediana: a aptidão para o desenvolvimento parece depender de dois fatores, um dos quais seria a frugalidade e a disciplina racional com espírito de poupança *(economia,* no sentido vulgar da
expressão "fazer economia"...); e outro, o desejo de lucro aventureiro -dois fatores não necessariamente correlatos, porém solidários na obtenção do progresso. O arquétipo econômico seria, em suma, ambivalente: economia ou prudente poupança que resguarda o capital acumulado para ulterior emprego; e avidez que arrisca esse capital em temerária empresa para obter maior lucro ulterior. Tais seriam as duas alavancas da empresa capitalista, em torno das quais se ergue o sucesso.

* * *

Concluiríamos assim a nossa psicologia do desenvolvimento, acentuando que um equilíbrio ou tensão criadora entre o "empreiteiro alegre" e o "contador macambúzio" representariam, ao nível da economia privada e das finanças públicas, uma condição essencial para o desenvolvimento consistente do país: uma dupla ideal como aquela que realizou a República Velha nas Presidências sucessivas de Campos Salles e Rodrigues Alves. Um equilíbrio também como aquele de que já são capazes alguns empresários esclarecidos de nossa indústria privada, em São Paulo e alhures.

Sem ambição de lucro e empreendimentos do extravertido perdulário, a economia se estiola. Sem a austera, laboriosa e pugnaz disciplina do poupador introvertido, a economia se dissipa na extravagância. Um e outro, bem associados em feliz comércio, fazem a riqueza do país.

Se aplicarmos a tese ao caso brasileiro, verificamos então que, na intuição soberba do espírito bandeirante, temos um dos ingredientes mais preciosos da

aventura desenvolvimentista. Um apenas. O Bandeirante foi o Dom Juan das Terras, o explorador do sertão, o homem que desafiou e desafia sempre o Inferno Verde, o empreiteiro alegre e audaz de nossa economia. Perdulário, hedonista, ostentatório, cruel, cúpido sem dúvida, foi ele que abriu as clareiras, repeliu os índios e importou africanos; foi ele que introduziu a cultura do açúcar, depois a do café; foi ele que empreendeu a conquista das Minas e iniciou o grande ciclo da mineração, no apogeu barroco; como também foi ele que, embriagado pela fumaça da hévea, se embrenhou pela mata amazônica para enriquecer ou morrer. Hoje é o tipo do Bandeirante que se personifica no grande fazedor de indústria paulista, no *maître des forges,* no tubarão das empreitadas oficiais, no abridor de estradas na selva de Goiás e Mato Grosso, nos empresários e gerentes audaciosos que estimulam o processo de desenvolvimento sem medir os custos - imigrantes ou filhos de imigrantes, muitos deles.

5. Troeltsch e o protestantismo

Ernst Troeltsch abordou uma problemática paralela à de Weber, referindo-se à influência do protestantismo sobre o mundo moderno *(Die Bedeutung des Protestantismus für die Entstehung der Moderner Welt).* O grande pensador e teólogo alemão inicia sua disquisição, acentuando que a diferença entre a cultura anterior à Reforma, eclesiástica, e a cultura moderna, é que a primeira era autoritária em grau máximo, ao passo que a segunda comporta, necessariamente, um individualismo liberal crescente das convicções, teorias e fins práticos. Na obra, procura Troeltsch associar o protestantismo, a Idade Moderna e a conquista da liberdade individual. Na Idade Média, só uma vinculação supraindividual permitia à Igreja sustentar sua autoridade na base da crença em uma Revelação divina, sobrenatural e direta, intermediada porém, para o comum dos mortais, por ela própria em seus sacramentos. A segunda característica da Idade Moderna seria sua orientação existencial intramundana. Uma terceira, seria o otimismo, cheio de confiança no progresso indefinido da Humanidade. Essa fé no progresso, aliás, refletiria uma secularização da promessa cristã de um Reino que há de vir - exprimindo uma noção de tempo irreversível, do ponto Alpha na Criação ao ponto Omega no Apocalipse, que constitui o produto direto do pensamento filosófico de Santo Agostinho. Essas três características propostas por Troeltsch não podem,

na realidade, ser atribuídas apenas à Reforma protestante e a sua influência sobre o moderno: pareceriam, mais claramente, oriundas do Renascimento e este foi mais pronunciado em países católicos como a Itália, do que em países protestantes. Mas para os alemães como Hegel, Treitschke e Ritschl, configura o protestantismo a nova ética da imanência, a nova concepção não-sacralizada do Estado, e o sentido moderno da profissão ou "ofício" *(Beruf).* Basicamente, o novo sentimento religioso na "Devoção moderna", originado no terreno onde prosperou o protestantismo, abstrai o velho instituto hierárquico sacerdotal da Igreja como veículo exclusivo da Salvação, remetendo o homem a uma relação pessoal com Deus, através da fé *(sola Fide)* graças à qual podem os pecados ser perdoados e a reconciliação final atingida.

O que configura essencialmente a estrutura sócio-política do Medievo no Ocidente é a existência de uma institucionalização bipolar ou bicéfala. Ela é formada pela Igreja e pela monarquia, ambas hierarquizadas através dos dois "estados" ou classes "dominantes": o clero e a aristocracia feudal. A configuração é estável, conservadora e ideologicamente totalitária. A totalidade é o *Corpus Christianum.* Dentro desse corpo, o exclusivismo é quase total: a sociedade cristã é fechada. Os incrédulos, hereges, pagãos ou membros de outras religiões monoteístas (judeus ou muçulmanos, todos filhos de Abraão) são desclassificados jurídica e politicamente. Pode haver, ocasional e localmente, tolerância para com esses corpos estranhos e coexistência, como com os judeus e muçulmanos sobretudo na Ibéria, mas de um modo geral são excluídos de qualquer participação na vida da comunidade. No dualismo da estrutura política, o imperador do Santo Império opõe-se ao papa, os reis também à Santa Sé ou aos bispos locais, e uma interminável Querela das Investiduras atormenta durante séculos a cristandade, causando cismas e conflitos da maior gravidade. Os dois poderes vivem em estado de permanente tensão, às vezes em conflito aberto. O papa excomunga imperadores e reis, o imperador e os reis forçam a eleição de papas que lhes sejam favoráveis ou geram Antipapas. Os dois poderes são os dois braços da soberania, o temporal e o espiritual, o secular e o eclesiástico. Os nobres adquirem imunidade em relação aos ditames eclesiásticos e, vice-versa, o clero é parcialmente autônomo em relação à autoridade estatal. Mas o dogma intolerante, a infalibilidade e soberania absoluta caracterizam o sistema em sua estabilidade e permanência. Estado e Igreja, pai e mãe do povo cristão, eis o

modelo da cristandade cujos traços gerais teriam sido esboçados pelos Santos Padres dos primeiros séculos, especialmente por Santo Agostinho em sua *Civitas Dei.* Pode acontecer, porém, que o papa usurpe o poder temporal, como o fez na Itália, ao passo que, na área ortodoxa-grega, o césaro-papismo triunfa em Bizâncio. O Basileus constantinopolitano é não apenas soberano político mas chefe da Igreja, e a águia símbolo do Império do Oriente é precisamente bicéfala.

A tensão bipolar no Ocidente cristão cria, porém, a possibilidade final de libertação, libertação que começa a ocorrer a partir do Renascimento e da Reforma protestante. Ora, nos países católicos a Contra-Reforma mantém o dualismo, não obstante o progressivo crescimento do poder monárquico que vai corroendo a interferência da instância espiritual de Roma. Desse modo, o processo revolucionário que se desenvolve nos países latinos e na área do Império habsburgueano, a partir da Revolução Francesa, comporta não apenas uma luta revolucionária contra o absolutismo monárquico, mas um anticlericalismo implícito. Eventualmente, a secularização atinge e compromete a própria Igreja.

Na área católica, a intermediação da Igreja, revigorada e inflexibilizada pela Contra-Reforma, impede o relacionamento direto com a divindade. Alguns místicos excepcionais pretendem estabelecer esse vínculo direto com Deus, mas não são facilmente tolerados pela Igreja. Na área protestante, ao contrário, o sacerdócio se estende a todos os fiéis. O Purgatório, como instância transitória, é eliminado. A alternativa clara para os crentes é ou o Céu, ou o Inferno, resultado de uma escolha clara e simples entre o Bem e o Mal, com eliminação do termo médio. O protestantismo, como pensa Troeltsch, reforçou o augustinianismo com sua ênfase no Pecado Original e na corrupção das expressões do poder natural. Algo do maniqueísmo original do bispo de Hipona se introduziu na inflexibilidade ética da religião reformada. A Queda é ineludível e só a Fé *(sola Fide)* na Graça Divina (gratuita e distribuída aleatoriamente) pode, no sentido paulino, redimir o homem do pecado. A teologia tomista do catolicismo é mais flexível, intelectualizada e elaborada, porém ambígua e inconsequente: ela se exprime, eventualmente, no Possibilismo e compromisso da *"dévotion aisée"* dos jesuítas. Troeltsch salienta que o absolutismo do protestantismo de cunho agostiniano afasta o cunho monacal do clero e o monasticismo em geral, porque os considera uma facilitação externa ilícita dos requisitos absolutos da fé. O ascetismo individualista intramundano de que fala Weber deduz-se dessa atitude que

considera o mundo como um dado natural da criação, comprometida pelo pecado, transformada em um vale de lágrimas mas na qual, entretanto, deve o cristão agir como em batalha campal para sua própria Salvação. "Humildade, obediência e confiança em Deus", declara Troeltsch, "eis aí a atitude ante o mundo (do protestante) que se adota com toda a paixão, como castigo de nossos pecados e como ordenação de Deus, e cujas raras alegrias nada mais são do que reflexos fugazes da bondade original da Criação". Enquanto, no catolicismo, torna-se o ascetismo um requisito reservado à ordem privilegiada do clero (padres seculares, monges e freiras), ele constitui, no protestantismo calvinista, uma disciplina generalizada imposta à massa cristã. O ascetismo de Lutero ainda é, conforme pensa Troeltsch, "idealista", "sem regra nem coação, sem plano nem lei, abandonado à consciência de cada um" - mas o de Calvino é racionalizado e disciplinado, ativo e agressivo, plasmando o mundo para a glória de Deus, agindo como lei interior inflexível, reprovando toda complascência e tolerância moral. É um ascetismo metódico, com sentido ético-social. Concede liberdade externa mas impõe um draconiano autocontrole, introvertido, para os fins da ação sobre os outros e sobre o mundo. Enquanto o catolicismo e o luteranismo toleram o mundo e podem considerar a vida como cruz, dor e martírio, a Igreja está presente como instância maternal para consolar e assistir o sofredor, e reforçá-lo com os meios mágicos da liturgia sacramentai. As seitas calvinistas, ao contrário, inculcam como método de salvação e recurso único contra a angústia da dor e do pecado, o trabalho sem tréguas, a luta moral e a ação redentora para a transformação do mundo. Assim, se contemplativa é a atitude do católico, e se a Igreja apenas procura abrandar emocionalmente os excessos naturais da paixão desarvorada e dos instintos de domínio e concupiscência, o calvinismo é moralmente ativo, rigorista e implacável.

Em sua forma finalmente secularizada, tal como se manifestou a partir do Século das Luzes, o calvinismo irá conduzir tanto ao socialismo quanto ao capitalismo. Não esqueçamos o elemento vétero-testamentário na Reforma protestante. Os pais de Marx eram judeus convertidos. O "espírito" do Marxismo também funda raízes na ética protestante intramundana, glorificadora do trabalho, proclamadora da vida como cenário de uma batalha campal pela virtude e o sucesso, e obcecada com as exigências da justiça. Tanto Weber quanto Sombart sustentaram a forte afinidade entre a mentalidade judaica e a calvinista. Ambas

aparentam uma mesma reação silenciosa em face da teodiceia. Evita-se a angústia diante do problema da coexistência do mal com a omnipotência divina. Considera-se que o sucesso na vida mundana constitui sinal secreto de virtude e favorecimento divino.

O catolicismo, como assinala Troeltsch, se dirige preferencialmente aos olhos, à imaginação e às emoções dos fiéis. Ele enfatiza o suprassensível, enquanto o protestantismo coloca o sensível e pragmático a serviço da Salvação. O culto católico é mágico, teatral, apelando para o estético. O culto protestante é frio e intelectualizado; é prédica, doutrina e pedagogia moral, é liturgia da palavra, e nada mais.

Troeltsch, em suma, parece admitir a forte distinção entre a doutrina e a autoridade de Calvino, que incentivou os pendores mercantis, capitalistas, dos ricos burgueses de Genebra - da doutrina e autoridade de Lutero que tendeu para o fortalecimento do poder dos príncipes e seu domínio territorial; e, indiretamente, para o mercantilismo dos séculos XVII e XVIII. Talvez por causa disso Suíça, Países Baixos, Grã-Bretanha e demais países da comunidade de língua inglesa criaram, antes de quaisquer outros, instituições democráticas e desenvolveram seu poder econômico. A Alemanha, ao contrário, atrasou-se na Revolução Industrial e até meados deste século manteve regimes fortemente autoritários e até totalitários. E, finalmente, acentua Troeltsch o relacionamento do protestantismo com a ciência, campo em que, mais do que em qualquer outro, se lhe deve considerar como vanguarda do mundo moderno. O fato real é que a ciência moderna se iria principalmente desenvolver nos países saxões - em que pese a importante contribuição dos franceses e italianos.

6. Democracia e protestantismo

Abordamos neste capítulo a velha tese de uma correlação entre desenvolvimento econômico, democracia e protestantismo, hoje geralmente admitida. É verdade, como notamos, que muitos tentam refugá-la, mas por motivos que me parecem de prestígio nacional. Não houve ainda argumento suficientemente poderoso para desmenti-la depois que foi elaborada por Weber e Troeltsch, na Alemanha. A base indiscutível da teoria é que os países protestantes e, de preferência, os calvinistas, tomaram uma enorme dianteira no

desenvolvimento industrial e na organização democrática em relação aos países europeus de origem católica ou ortodoxa. Curiosamente, essa constante parece ser mesmo independente da ideologia e do sistema político e social reinante, eis que a antiga "República Democrática Alemã" e a Tchecoslováquia, com os regimes comunistas que sofriam, possuíam mais alta renda *per capita* do que a Polônia e a Hungria, igualmente comunistas, porém católicas. Se formularmos um quadro das Etapas de Crescimento segundo W. Rostow, verificaremos facilmente o avanço dos países de extração puritana como os Estados Unidos, a Inglaterra, a Suíça e os Países Baixos; ou de extração luterana, como a Alemanha e a Escandinávia. As exceções que foram apresentadas para desmentir a tese não são consideráveis: a Bélgica, que constitui a parte meridional dos Países Baixos, sofreu o poderoso influxo da Reforma mas permaneceu católica por força de fatores externos, entre os quais se salienta a *reconquista* da Contra-Reforma sob a espécie dos terços espanhóis do duque de Alba. A ética protestante teria agido, nesse caso, por osmose - tal como ocorreu nos cantões católicos da Suíça e nos estados católicos da Alemanha meridional. A outra exceção é a França. Sabemos, porém, que a França representa uma espécie de zona de transição entre a Latinidade mediterrânica e o Germanismo nórdico. O influxo da Reforma em França foi considerável, desde o final da dinastia dos Valois até Luís XIV, com sua revogação do Édito de Nantes. Durante algum tempo, a opção final francesa esteve em jogo e, após longa luta civil, a decisão foi tomada por Henrique IV quando observou que "Paris bem vale uma missa"... Em pleno reino absolutista de Luís XIV, o fenômeno do jansenismo, procedente da Bélgica, revela o impacto da ética protestante rigorista e pietista sobre o próprio catolicismo francês.

É evidente que, quando equacionamos protestantismo e desenvolvimento democrático, não desejamos de modo algum estabelecer uma relação de causa e efeito. Nem foi essa a intenção de Weber. Para usar a própria expressão do grande sociólogo, haveria apenas uma como que "afinidade eletiva" entre a ética protestante e o espírito do capitalismo. Diríamos que foram fatores culturais ponderáveis que agiram para favorecer a opção protestante na Europa atormentada do século XVI. Numa fórmula simples, consideraríamos a superioridade da educação sobre a superstição, da Bíblia sobre o *Index Librorum Prohibitorum,* da leitura sobre o analfabetismo, da informação sobre a ideologia, do pensamento sobre o dogma, da ética sobre o erotismo, da responsabilidade

sobre o espírito lúdico, do sacerdócio universal sobre um clero monopolizador do saber, e, de um modo geral, *em termos estritos de desenvolvimento econômico democrático,* da sociedade lógica sobre a sociedade erótica.

Desenvolvendo essa fórmula, diríamos que foram certas características mentais dos povos nórdicos que favoreceram a opção protestante, durante a grande crise de consciência provocada pela Reforma, e que essa opção reforçou e estimulou a prática de virtudes em consequência das quais foram criadas as condições propícias ao desenvolvimento econômico e à solução política democrática. Em meu livro "Psicologia do subdesenvolvimento", discuto a aplicação dessas ideias ao Brasil. Chamo também a atenção para os dois casos que poderiam ser invocados em desmentido à tese weberiana: o dos judeus e o dos japoneses - levando além disso em conta que judeus e japoneses são importantes elementos contribuidores ao progresso de São Paulo. Se apreciarmos que a ética do trabalho, o pragmatismo, a disciplina mental, o ascetismo intramundano, o hábito de poupança e a capacidade de esforço conjunto (*team-work)* são traços encontradiços tanto entre os judeus como entre os japoneses, em notável paralelismo com o com-plexo de virtudes agregadas na expressão "ética protestante" - melhor compreenderemos o sentido da tese. Pesquisas cuidadosas empreendidas na Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos, para confirmarem a hipótese weberiana, salientaram a realidade da prosperidade dos grupos de origem luterana, calvinista ou dos *dissenters,* em relação aos grupos católicos ou anglicanos majoritários. Na América Latina e na Península Ibérica tentou-se também a demonstração da tese. Não conheço, contudo, pesquisas no Brasil. O que se poderia destacar em nosso país é a prosperidade geral, mormente em São Paulo, dos indivíduos de procedência imigrante europeia e asiática. Mas caberiam estudos mais estritos, em termos quantitativos, para permitir ressaltar a superioridade econômica relativa de indivíduos dessa ou daquela religião ou etnia.

De um modo geral, o protestantismo está associado a um ambiente cultural de natureza mais intelectual e ético do que o catolicismo. Este privilegia o contemplativo, o estético e um tipo de relacionamento de caráter afetivo. O cristianismo protestante com sua preocupação pela excelência de caráter, segundo a fórmula luterana do *semper peccator, semper justus, semper penitens,* incentiva o realismo prático e a atividade mundana, assim como o pensamento abstrato. Todos os estudiosos do problema têm concordado com esse ponto,

embora possam divergir em sua posição crítica em relação à civilização criada pelos protestantes. Se a Família é o centro da vida católica, a comunhão fraternal que vigora entre os povos protestantes favorece o desenvolvimento de uma estrutura política e econômica comunitária que é essencial ao progresso industrial nos países democráticos. Os fatores de mediação cultural como o Livro possuem um enorme efeito estimulante sobre a atividade de pensamento abstrato - e é esse fator que coloco no centro da superioridade dos povos nórdicos (um pequeno exercício consistiria em comparar o número de Prêmios Nobel de um lado e do outro). Há uma correlação evidente entre leitura, alfabetização, protestantismo, democracia e desenvolvimento econômico - correlação que data dos primórdios do século XVI quando foi a imprensa inventada e se alastrou na Europa ocidental nórdica, juntamente com a ênfase luterano-calvinista sobre as Escrituras como fundamento da Fé. Na Península Ibérica - onde então eram a Espanha e Portugal grandes potências - os *dados conhecidos indicam uma inferioridade flagrante em número de impressoras e livros editados.* Em conclusão, podemos associar essas condições culturais com a Fé religiosa, para tentar uma explicação da superioridade alcançada pelas nações de origem protestante sobre as de origem católica, em termos de progresso e organização política.

Procedemos a uma análise crítica do relacionamento entre a economia e religião, à luz das ideias seminais de Max Weber, complementadas pelas considerações de Troeltsch, Sombart e Tawney. Assinalamos os aspectos psicológicos relevantes da influência religiosa sobre a mentalidade e a formação de uma ética econômica, contrapondo o protestantismo, sobretudo em sua versão calvinista, e o catolicismo. Acreditamos estar agora melhor habilitados para sondar, em profundidade, o filão teológico da problemática da riqueza e da pobreza.

IV

OPÇÃO PREFERENCIAL PELOS RICOS[14]

1. O Evangelho da Pobreza

O cristianismo prosperou sob o signo da contradição, sob o signo do absurdo e do inaceitável. Seu declínio, a partir da Idade das Luzes, ocorreu por força das tendências racionalistas que secularizaram seus ensinamentos, submeteram-no a uma lógica da ação, tentaram provar que Deus existe ou provar que não existe, e transformaram a teologia em escolástica ideológica. A psicologia moderna, especialmente a psicologia analítica de Jung, nos ensina que a contradição e o conflito dos opostos são da própria essência da vida espiritual. Se por uma lógica da práxis social, científica e metodologicamente concebida, queremos impor a conciliação da realidade social com os princípios transcendentes de amor, de caridade e de altruísmo, chegamos forçosamente aos absurdos práticos do socialismo. O resultado lógico do altruísmo e da fraternidade impostos pela polícia não é apenas a estagnação econômica. É também a tirania das massas, a ditadura do Partido e o Gulag, vícios de que nosso século nos tem dado tantos e tão abomináveis exemplos. A psicologia das profundezas aplicada à sociologia política indica a necessária e inexorável persistência da contradição dos opostos. Nos séculos ditos cristãos da Idade Média, essa contradição foi flagrante na coexistência da fé mais exaltada e da crueldade mais aguda. A concorrência sangrenta e maliciosa entre as casas da nobreza feudal ajeitava-se à profundidade e sinceridade das emoções religiosas. O guerreiro cristão enfrentava, na luta armada, os mistérios da perversidade terrena. O misticismo se recolhia aos mosteiros. O anacoreta que desejasse se aproximar de Deus era obrigado a fugir para o silêncio e a solidão das montanhas. Na agudeza do conflito universal de todos contra todos, a violência se conciliava com Cristo e sua compaixão, na sinceridade do convívio afetivo no seio da Santa Madre Igreja. O diabo efetivamente agia. Nele todos acreditavam, embora pudessem cultuar a Virgem

---

14 Conferência pronunciada a 27/10/1988 no Conselho Técnico da Confederação Nacional do Comércio.

Mãe e sua Sagrada Família. O pecado triunfava na medida exata em que era a Redenção procurada pelos homens de fé. Mas guerreiros, homens ricos e até reis conquistadores e belicosos podiam ser santificados, como o foram Santo Olavo da Noruega e São Luís de França.

* * *

A recusa em aceitar o mundo constitui um dos componentes da atitude cristã. É uma atitude que, se fosse levada ao pé da letra, arruinaria toda cultura, toda economia, toda sobrevivência material neste mundo. Como conceber, por exemplo, uma sociedade civilizada moderna se nos conformássemos, *integralmente,* com as seguintes palavras da Primeira Epístola de Timóteo (6:6 a 10): "Nada trouxemos para o mundo, nem coisa alguma dele podemos levar. Se pois temos alimento e vestuário, contentemo-nos com isso. Ora, os que se querem enriquecer caem em tentação e cilada e em muitos desejos insensatos e perniciosos, que mergulham os homens na ruína e na perdição"? Timóteo argumenta com o axioma famoso da *cupiditas radix malorum:* "Porque a raiz de todos os males é o amor ao dinheiro por cujo desenfreado desejo alguns se afastaram da fé e a si mesmos se afligem com múltiplos tormentos".

Mas para aceitar a injunção evangélica radical é necessária uma recusa deliberada da vida em sociedade, o retiro a um mosteiro de carmelitas descalços ou a existência solitária de eremitas nas montanhas, como a de um *sadhú* dos Himalaias. Só assim poderíamos obedecer às condições impostas por São João em sua Primeira Epístola (2:15): "Não ameis o mundo, nem o que há no mundo. Se alguém ama o mundo, não está nele o amor do Pai"... A com inação de absoluta recusa do mundo é insofismável mas, repito, se aceita ao pé da letra - nada mais há para discutir em termos de política ou economia ou mesmo de moral prática.

Em seu estudo sobre a *Variedade de experiência religiosa,* William James oferece uma série de exemplos extraordinários de ascetismo e recusa do mundo. É possível a um Santo Antônio do Egito, a um São Simeão Estilita e a um São Pacômio se retirarem da vida em sociedade e viverem monasticamente no topo de uma colina no deserto da Tebaida - mas uma tal inacreditável dedicação à meditação, ao sacrifício e ao misticismo é reservada para os poucos, uma elite de

seres excepcionais: evidentemente não pode ser oferecida como paradigma de comportamento para a sociedade como um todo. Berdyaev observaria, contudo, que o ascetismo e o espírito de poupança nos mosteiros da Idade Média desempenharam um papel importante na criação do capitalismo. Os Templários, uma ordem de cavalaria com voto de castidade, surgida das Cruzadas, também se tornariam ricos banqueiros, fornecendo empréstimos aos reis de França até o momento em que um desses monarcas, Felipe o Belo, preferiu massacrá-los para não pagar o que devia e se apossar de sua riqueza.

Bertrand de Jouvenel observa, ironicamente, que só crianças ou supersticiosos debiloides tomariam um alto forno de uma siderúrgica como um monstro perverso, infernal, porque é quente, emite línguas de fogo, lança lava fervendo e é rubro e negro. Assim também, o capitalismo é como um alto-forno, um mero instrumento do homem. Não possui vida por si próprio. Ele será aquilo que dele fizerem os homens e nos parece claramente supersticioso e infantil atribuir-lhe, como fazem os intelectuais da esquerda botocuda, efeitos maléficos transcendentes.

Se você toma uma posição metafísica como a dos estoicos, dos cínicos da Antiguidade e dos Santos Padres da Igreja de que o abandono e desprezo pelos bens deste mundo incrementam a liberdade espiritual interior e nos aproximam do Reino que não é deste mundo - muito bem! Poderemos aceitar filosoficamente a ideia. Podemos admitir que o poder proporcionado pela indústria nos corrompe, nos coloca à mercê do príncipe deste Mundo e nos afasta da pura contemplação beatífica da Divindade. Numa perspectiva mística cristã - ou budista ou taoísta ou sufi... - tudo isso está certo e podemos aceitar a sua como posição transcendente: somos cristãos se veneramos esse ideal.

"Considerai os lírios do campo, como crescem e não trabalham e não fiam. E, no entanto, eu vos asseguro que nem Salomão em toda sua glória se vestiu como eles" (Mateus 6:28 e 29). Considerai ainda os corvos (em Lucas 12:24): "eles não semeiam nem colhem, não têm celeiro nem depósito, mas Deus os alimenta". Mas considerai também, caros irmãos, que, se os conselhos destas sentenças contra o trabalho e o entes ou ramento fossem levados ao pé da letra, os homens perece-riam à míngua, porque, também como acentua a Bíblia (Gen. 3:19), "com o suor de teu rosto comerás teu pão". Seria malinterpretar o que nos disse o Senhor se não o entendêssemos no sentido espiritual de suas palavras. Temos que viver, temos que nos alimentar, gerar uma família, devemos servir à

sociedade e à cultura, não somos corvos, nem lírios do campo: pertencemos à espécie *homo sapiens... Primum vivere, deinde philosophare,* diziam os romanos. Segundo Jouvenel, a perversidade especial de Rousseau foi haver secularizado com eloquência a tese romântica ociosa da pobreza, da simplicidade do Bom Selvagem e do retorno à Natureza - tese que, ecológica ou teologicamente correta, não se pode transformar em base da ciência política, nem da economia política.

Quero lembrar outra vez o curioso episódio dos Evangelhos: o da unção de Betânia, mencionado em Marcos 14:4, Mateus 26:11 e João 12:8. Nessa ocasião, Cristo declarou: "Sempre tereis os pobres convosco, mas a mim nem sempre tereis". Vale recordar o que aconteceu: alguns dos presentes em casa de Simão, em Betânia, perto de Jerusalém, reclamaram porque Maria, irmã de Lázaro, quebrou um frasco de caríssimo perfume de nardo e apaixonadamente o derramou aos pés do Senhor. Consideraram o ato um desperdício escandaloso. Judas Iscariotes, que nessa ocasião já se apresenta como um promotor antecipado da Teologia da Libertação, protestou, afirmando que se devia vender o perfume por 300 denários (o que quer dizer, 300 vezes o salário mínimo de um dia normal de trabalho de um operário da época) para distribuir a soma entre os pobres. Judas, em suma, já fazia "opção preferencial pelos pobres"... Nessa medida O traiu!

O Cristianismo foi definido por alguns como a religião dos pobres. O próprio Marx o classificou como o ópio dos povos porque contribuía para amortecer a revolta dos pobres contra os ricos, fazendo com que aceitassem sua inferioridade e sua alienação. O velho adágio "sempre tereis os pobres convosco" perdurou durante 1800 anos. Ora, o fato central que se registra, a partir da Revolução Industrial iniciada em fins do século XVIII, é que, *pela primeira vez na história da humanidade, a pobreza se apresenta como um fenômeno social tecnicamente superável.* E que, nessas circunstâncias, sua presença tardia entre nós, anacrônica, deve ser considerada como resultado, *por culpa nossa,* de condições arcaicas na distribuição da renda individual e coletiva. Inclusive na distribuição da renda entre as nações.

Em séculos passados, a penúria configurava um mal inseparável da condição humana no mesmo sentido das epidemias, das guerras ou dos cataclismas naturais. Ela não podia ser sentida como tal, aliás, pois *ninguém é*

pobre senão em comparação com a abastança daquele que mais possui. Numa economia fechada, limitada e estável, numa *economia de soma zero* era bem evidente que a riqueza de alguns só podia ser acumulada em detrimento da pobreza dos muitos, de modo que, na organização feudal sustentada pela Igreja, o luxo do episcopado e de uma pequena aristocracia guerreira, dominando a massa de burgueses e camponeses pobres ou remediados, era perfeitamente aceita. A Revolução Industrial, atingindo seu paroxismo na sociedade de consumo das décadas que se sucederam à 2ª Guerra Mundial e inaugurando sua segunda etapa com a automação e computadorizacão, fez-nos vislumbrar a possibilidade, antes considerada utópica, de liquidar definitivamente com a miséria do mesmo modo como foram suprimidas a escravidão, a varíola e a antropofagia. O próprio proletariado industrial tende a desaparecer: será substituído pelos robôs. Um dia seremos todos trabalhadores de colarinho branco. Vivi muitos anos na Suíça e na Noruega onde comprovei o desaparecimento da míngua num regime de capitalismo democrático ou social-democrático - um triunfo que foi alcançado por meios pacíficos e reformistas, quaisquer que sejam os percalços do tédio que, por ventura, inspirem essas avançadas sociedades europeias.

As tensões do século XX resultam, evidentemente, dos contrastes que ainda marcam a vida social na América do Norte e Europa Ocidental, como estão marcando o resto do mundo subdesenvolvido nesta segunda metade do século. Como alguém já observou, "a nova imaginação moral" não mais se satisfaz com o velho adágio. Se ela pode projetar sobre o século XXI e conceber um mundo com uma população demograficamente estável e havendo superado a miséria, nem por isso é lícito esperar que as desigualdades e diferenças venham a desaparecer. A fórmula futura seria então a seguinte: "sempre tereis convosco os menos ricos"... Sempre tereis convosco, além disso, os menos enérgicos e inteligentes, os insatisfeitos, os frustrados, os ressentidos, os preguiçosos, os perdulários, os debiloides, os boêmios, os doentes, os excepcionais, os marginais, os viciados, os ascetas e aqueles poucos, admiráveis, que optam verdadeiramente pela pobreza de espírito. Estes serão menos ricos porque assim deliberadamente desejam, porque assim se imaginam ou porque são incapazes de progredir. Terão sempre menos poder sobre os confortos e bens materiais do que os que, hierarquicamente da classe Alpha, se colocam no comando da economia. Nenhuma utopia igualitarista vencerá jamais essa situação.

Perguntaram um dia a Sir Dennis Robertson, *"o* que é que economizam os economistas?". Respondeu-lhes o pensador inglês, com uma única palavra: "O amor...". A ambiguidade e simplicidade contêm uma profundidade de significados sobre os quais nos procuraremos deter. Qual é, de fato, o principal propósito da economia? Enriquecer. E o que nos diz Jesus sobre a dificuldade de um rico entrar no Reino do Céu -tarefa que seria mais árdua do que a de um camelo atravessar o buraco de uma agulha - quando aos pobres prometeu o mesmo Reino imediatamente? Seria então o cristianismo, a religião do Amor, hostil à economia? Poderá jamais um economista ser cristão? O economista, na literatura de Dickens, afirma que "o Bom Samaritano é um mal economista". Não se poderia, consequentemente, ser uma coisa e outra ao mesmo tempo. Poderá, portanto, uma nação rica ser cristã? Digamos que, realmente, não existe porventura uma oposição de princípio entre o único regime economicamente viável, que é o capitalismo democrático, e a religião que nos deixou o Senhor, com sua promessa de um Reino que há de vir e que não é deste mundo? Não são, aqui, questões fáceis de responder. Vamos apenas, humilde e superficialmente, abordá-las.

2. Doutrina Social da Igreja

Baseado nas ideias dos Doutores da Igreja e em teólogos da Idade Média, como o franciscano São Bernardino de Siena, Amintore Fanfani assim define a doutrina católica: "A doutrina católica sobre a aquisição da riqueza pode resumir-se do modo seguinte: o homem tem neces-sidades, sensações de carência que tem de satisfazer e, se os bens temporais são idôneos para tal, é obrigatório e legítimo procurar adqui-ri-los, ainda que essa aquisição deva submeter-se a regras, realizar-se por meios legítimos e não exceder as necessidades. Estas duas regras limitam respectivamente a escolha e o uso dos meios que servem para adquirir a riqueza. Se não respeitarem tais limites, se se esquecerem das regras da justiça, da honestidade, da temperança, e se subverterem a ordem divina, que concedeu os bens para as necessidades de todos e não para a cupidez de alguns, arriscando-se, presos pelas preocupações dos bens a esquecer o Criador, ofende-se a Deus".

O problema dessa definição é que nunca se caracteriza, com precisão, quais são as estritas "necessidades" do homem. Convenhamos que alimentação e

abrigo contra as intempéries são necessidades. Certo. Mas um aparelho de TV é mais necessário do que um banheiro e uma fossa? E quais seriam as necessidades de higiene e saúde, quais seus limites? Sobre o escolho das "necessidades", o socialismo se tem sempre esboroado quando considera que cabe ao Estado, e só ao Estado, a definição e provimento de tais necessidades para os "necessitados".

Entretanto, Pio XI, um papa bastante aberto à modernidade e mais pragmático do que outros, escreveu palavras que pareciam favoráveis ao capitalismo liberal e uma derrogação dos princípios coletivistas arbitrários que, em geral, qualificam as declarações pontifícias sobre economia: "Não se proíba aos que se preocupam com a produção que aumentem a sua fortuna pelos meios justos e devidos; pelo contrário, a Igreja ensina ser justo que também se faça mais rico, de acordo com a sua condição, quem servir à comunidade e enriquecer, aumentando os bens dessa comunidade".

A chamada "doutrina social da Igreja" é criação original do bispo alemão von Ketteler, no século XIX, de Leão XIII e, mais recentemente, de João XXIII, Paulo VI e João Paulo II. A ênfase dessa doutrina, permanentemente ambígua e mais forte no que critica do que nas soluções propostas, se coloca na comunidade de exploração dos recursos naturais, na redistribuição da riqueza e na denúncia da "exploração" do "Sul" subdesenvolvido pelo "Norte" industrializado. Entretanto, em contraste com os preconceitos socializantes da Igreja moderna, os Santos Padres dos primeiros séculos cristãos apenas propunham uma ética individualista que impunha a moderação e o controle na persecução da riqueza, a admoestação de honestidade nos negócios e o conselho de generosidade na esmola e na assistência conforme ensinado nas parábolas dos Talentos e do Bom Samaritano. Santo Agostinho, por exemplo, comentava o trecho de Mateus (5:42) "dá ao que te pede", restringindo o mandamento no sentido que, em termos de propriedade e justiça, "não se deve dar tudo o que ele pede". Desde o princípio também os Santos Padres insistiram na obrigação e dignidade do trabalho, reconhecendo que a pobreza não é apenas o resultado de uma natureza defeituosa ou de um destino madrasto, mas também da falha pessoal culposa, o que quer dizer, da preguiça - pecado capital. Em parte alguma, nos velhos textos, se atribui a pobreza a fatores sociais externos ou forças econômicas sobre as quais não possuímos poder algum.

A partir de Leão XIII, entretanto, com seu respeito ao direito de propriedade, e até Paulo VI, que acolheu os funestos argumentos terceiro-mundistas de inspiração marxista-leninista, a doutrina social da Igreja se foi lentamente deteriorando. Na *Populorum Progressio* há claras insinuações sobre a responsabilidade moral e material dos países industrializados em relação aos subdesenvolvidos. É isso, como já notamos, que levou lord P. T. Bauer a alegar que "Paulo VI confere legitimidade espúria e validade intelectual especiosa à inveja e ao ressentimento". João Paulo II recuou do esquerdismo subjacente nas expectorações ex-cathedra de seu antecessor - provavelmente porque, sendo polonês, conhece o que é o "socialismo real"... Contudo, o próprio Papa Wojtyla, ocasionalmente, usa expressões que parecem atribuir uma "injustiça" inerente às desigualdades ou diferenças de desenvolvimento entre os países e continentes ricos e os pobres. Numa viagem a Madagascar em meados de 1989, o papa não resistiu à tentação demagógica que caracteriza os políticos contemporâneos. Ele denunciou o "imperialismo da pílula" - uma fórmula inadmissível de condenar o necessário controle da natalidade em países miseráveis em plena explosão demográfica.

A perspectiva em que hoje se coloca a Igreja não deve espantar quem está consciente do caráter essencialmente contraditório da religião cristã, em sua simultânea afirmação do mundo e em sua condenação do mesmo mundo, em nome de um Reino que não é deste mundo. Vivemos sob o signo da contradição, como os próprios evangelhos anunciam (*signum cui contradicetur).* O cristianismo, bem assinala Kierkegaard, é a cruz do pensamento humano. Está repleto de contradições intransponíveis. Cristo nos prometeu, não a paz mas a espada -a espada da controvérsia - e presumimos a espada como símbolo e signo das contradições. Tomemos um exemplo, retirado do Sermão sobre a Montanha. Sobre a montanha, aos pobres prometeu o Senhor o reino dos Céus. Prometeu-o também aos puros. Em muitos outros episódios de seu magistério, estimulou os homens e as mulheres a manterem a pobreza, a castidade e a pureza, e essa atitude ele próprio nos ofereceu como modelo a ser imitado. A pureza e a pobreza são aconselháveis para quem espera a qualquer momento a chegada do Reino. Mas se só aos puros cabe a recompensa dos Céus, então somos todos pecadores impuros, condenados ao inferno, por mantermos, para a preservação da vida, relações sexuais. E nesse caso, uma humanidade toda ela convertida ao

Cristianismo e dedicada ao culto da castidade simplesmente desapareceria. Por que então abençoar um casamento, como fez Jesus nas bodas de Caná? Por mais enfáticas que sejam as objurgações e conselhos do Senhor em defesa da pobreza e da pureza, não podem ser tomadas em sentido absoluto. Jesus teve discípulos ricos, com prestígio junto às autoridades, como José de Arimateia; discípulos casados e pais de família, como Pedro e outros apóstolos. Jesus absolveu e junto a seu grupo de fiéis adicionou uma cortesã: Maria Madalena. Como explicar essas contradições? Elas enchem dois mil anos de história da Igreja, com seus tumultos e suas polêmicas. Como explicar que o vigário de Cristo fale em pobreza e resida no mais suntuoso dos palácios do mundo, o Vaticano? E como entender que, ao correr dos séculos, tenha a Igreja condenado como hereges aqueles sectários fanáticos - os Montanistas do segundo século, os Gnósticos, os Bogomilas, os Catarrhos, os Albigenses, os Franciscanos Espirituais, os Anabatistas de diversos matizes, rebeldes insensatos e apocalípticos que, na expectativa imediata do Reino, exigiam a mais estrita obediência às leis da pureza, da castidade e da pobreza, com o comunismo como ideal supremo?

A *letra mata,* dizia São Paulo, o *espírito vivifica.* De fato, se sempre vamos interpretar literalmente os ensinamentos de Cristo, corremos sérios riscos em nossa saúde mental e nossa saudável sobrevivência. Aliás, Saul de Tarso, convém lembrá-lo, era um cidadão romano, era francamente um imperialista que reinvidicava privilégios em ocasiões decisivas *(cives romanus sum!* gritava ele), um industrial burguês ainda por cima, fabricante de tendas, negócio rendoso que lhe permitiu acumular suficiente poupança para fazer turismo evangélico por todo o litoral do Mediterrâneo, a fim de anunciar a Boa Nova da religião do Amor. Saul de Tarso confessava fazer aquilo que não queria e não fazer aquilo que queria... (Romanos 7:19)

Nessas condições, toda a temática da pobreza que impregna os Evangelhos e que se exacerbou com a secularização promovida pelo movimento socialista dos últimos 150 anos, adquiriu um novo conteúdo ideológico. E não é de admirar que, debruçada perante o mundo moderno, adote a Igreja uma atitude diante do problema social cheia de ambiguidades e contradições. Pois, se de um lado, continua ela a exaltar a pobreza como virtude evangélica e a proclamar sua opção pelos pobres, aconselha, de outro, a superar a indigência pelo *Populo-rum*

Progressio, afastando-se da postura meramente reacionária que, contra o "modernismo", tomara no século anterior. Consideremos seriamente a questão: *se só os pobres e seus defensores serão salvos,* como pretendem os mais fanáticos teólogos da Libertação, *o enriquecimento de todos pela evolução Industrial condenaria o mundo à perdição.*

Se os pobres são salvos pela sua pobreza e se tornam objeto privilegiado das atenções do clero dito "progressista", então não se deveria procurar o desenvolvimento: enriquecendo, automaticamente perderiam sua condição privilegiada, abandonariam suas perspectivas de salvação e se tornariam pecadores, destinados ao inferno. É um raciocínio absurdo. O absurdo entretanto não explica a conversão marxista dos teólogos ditos "libertadores" - na realidade empenhados, não em estudar os métodos que permitam o desenvolvimento geral, mas em manter uma massa de manobra de indigentes à sua disposição, tendo em vista os seus próprios ímpetos de domínio e a sua *pleonexia* de poder. Se homens como Assman e os padres Gustavo Gutiérrez e Leonardo Boff abominam o desenvolvimento é porque, ao fazerem opção pelos pobres, *não querem a superação da pobreza* pois isso perturbaria toda sua ideologia e práxis revolucionária de intuitos suspeitos.

Santo Tomás havia ensinado que as riquezas materiais são necessárias, embora de importância secundária, pois sem elas os homens não poderiam sustentar-se. Mas os motivos econômicos são suspeitos. São apetites poderosos e temos tendência a temê-los e, ao mesmo tempo, por eles nos deixarmos seduzir, embora não sejamos suficientemente maus para aplaudi-los. Foi por motivo de tais ideias tomísticas que Tawney considerou Karl Marx na linha do pensamento escolástico. Devemos, portanto, nos habituar ao raciocínio dialético que colore o pensamento moderno desde Hegel: toda afirmação acarreta sua própria antítese. Em toda afirmação moral e religiosa devemos levar em conta sua negação luciferiana. Isso se torna muito claro com uma análise mais cerrada dos conceitos de pobreza e riqueza no Antigo e Novo Testamentos.

* * *

3. Pobres e ricos nos Antigo e Novo Testamentos

Comecemos com o Antigo Testamento. A pobreza era um estado normal naquela época, não era um estado escandaloso como desejam os teólogos agitados. Numa sociedade agrária de urbanização reduzida, limitado interesse artístico e dispondo de parcos recursos naturais, não é de admirar estivessem todos reduzidos a um comum denominador de penúria e de austeridade. Em tais circunstâncias, pouco considerados eram os comerciantes e banqueiros. Há várias passagens escriturais que se pode citar como prova de que os pobres são, pelos Profetas, considerados vítimas de ricos opressores, os quais encontram seu castigo na condenação por Deus. Contudo, uma das personagens mais interessantes do Antigo Testamento e cujo destino consubstancia uma das mais profundas discussões filosóficas sobre a Justiça de Deus é Jó. E, logo no princípio do extraordinário livro que carrega seu nome exemplar, ouvimos que se tratava de um homem "sincero e reto, e temia a Deus e fugia do mal"; possuía "sete mil ovelhas, três mil camelos e 500 juntas de bois e 500 jumentas e um grande número de servos. E este homem era grande entre todos os do Oriente!". De fato, Jó era um indivíduo opulentíssimo. Era um milionário, cujos filhos se banqueteavam todos os dias. E depois de suas terríveis privações, é Jó pelo Senhor recompensado de todas as tribulações que lhe enviara, para testá-lo, recebendo em duplo tudo o que havia perdido. E morreu riquíssimo (Jó:42:10 e ss). Ao resolver submeter Jó a uma prova, Deus fez opção preferencial por um homem rico![15]

Não há por que nos admirarmos que se possa escolher este ou aquele trecho para provar a condenação bíblica dos ricos, do mesmo modo como seríamos capazes de citar outros trechos para demonstrar que, ao contrário, é a riqueza sempre considerada a justa recompensa da virtude. Fulminações contra abusos do poder e das riquezas para oprimir os deserdados são encontradas nos livros de Amós, Jeremias, Isaías, Ezequiel e Miquéias. O Senhor é protetor dos pobres e esse conceito caritativo será enfatizado no Novo Testamento, seguindo o

---

15 Sobre esse tema da pobreza e da riqueza em face da religião, vide meu *O Evangelho Segundo Marx.*

paradigma do Messias como pai dos pobres e rei dos fracos e dos humildes. Os humildes, pobres, doentes, falidos e aflitos são descritos como os *anavim,* herdeiros do Reino dos Céus. O escândalo da pobreza se revela nas expressões que designam o indigente, em hebraico *ras;* o fraco ou raquítico, *dal;* ou o mendigo, *ebyon.* Mas se a riqueza é considerada, como no final do livro de Jó, uma recompensa certa da virtuosa fidelidade a Deus (Salmos 1:3 e 112:1 a 3), é evidente que a indigência passa a ser desprezada como sinal de indolência, de desordem (Provérbios 11:16; 13:4 e 21:17) e de condenação divina, convertendo-se mesmo em ocasião de pecado. "Feliz o homem que teme a lahwê e se compraz com seus mandamentos... Na sua casa há abundância e riqueza"... "Feliz quem tem piedade e empresta e conduz seus negócios com justiça"... "Anda, preguiçoso, olha a formiga, observa o seu proceder e aprende" pois senão "te sobrevém a pobreza do vagabundo e a indigência do mendigo"... "O preguiçoso espera, mas nada para sua fome; a fome dos diligentes é saciada"... "Quem ama o prazer ficará indigente, quem ama vinho e boa carne jamais ficará rico". Vê-se por essas poucas citações como, em muitos outros casos, claramente é a pobreza considerada um puro castigo do preguiçoso luxuriento e pródigo perdulário. Não nos esqueçamos que Isaac, filho de Abraão e pai de Jacob Israel, semeou naquela terra, colheu o cêntuplo, foi abençoado por Jahvê "e enriqueceu-se cada vez mais, até tornar-se extremamente rico" (Gen. 26:12,13). A riqueza estava no destino de sua descendência, como sabemos, mas também a inveja dos outros povos (Gen 26:14).

As contradições na Bíblia tomam-se assim flagrantes quando confrontadas com as denúncias. Não se deve aceitar a pobreza e recair na servidão do Egito - correto! O conceito é revolucionário. Mas a ideia fundamental é a de que devemos sofrer, lutar e trabalhar para a conquista da Terra Prometida, futura e terrena, onde corre o leite e o mel, e triunfaremos na riqueza da abundância. O fiel luta pelo poder e a riqueza. Adão teve como mandamento o trabalho, desde o princípio: "Deus lhe deu o jardim de Éden para o cultivar e guardar"(Gen 2:15). Ben Sirac, no Eclesiástico (40:28) aconselha :"Filho, não vivas mendigando, é melhor morrer do que mendigar. O homem que olha para a mesa alheia, a sua vida não é para ser contada como uma vida. Ele suja a garganta com o alimento alheio, mas o homem instruído e educado guarda-se disso". A mendicância só é doce na boca do desavergonhado, conselho esse altamente precioso, juntando-se à condenação

da inveja e do ressentimento. O Koheleth, entretanto, no Eclesiastes (5:10), previne contra o excesso de ambição de ganho, o desejo de ter sempre mais, o que os gregos chamavam de *pleonexia.* Isso também é vaidade.

Ao chegarmos ao Novo Testamento deparamo-nos com ardentes acusações à riqueza (em Lucas 6:24; 12:13 a 21; 13:19 a 31; 18:18 a 26; e sobretudo na Epístola de São Tiago 2:5 a 9; 4:13 a 17; e 5:1 a 6). Mas, às alegações de índole marxista dos teólogos da libertação, poderíamos retrucar que a maior parte dessas denúncias se dirige, não ao rico como tal, mas ao avaro, ao egoísta, ao pouco generoso e ao prepotente orgulhoso do poder, que a fortuna lhe concede. Avaro seria todo aquele que preferisse as riquezas deste mundo às riquezas espirituais, como é o caso do jovem rico da famosa história contada por Mateus, Lucas e Marcos (10:17 a 27). Mas, mesmo nesse caso, achando difícil sua entrada no reino de Deus, acentua Jesus que não é impossível para a graça divina. Recordemos o famoso episódio, segundo Marcos: "Naquele tempo, quando Jesus saiu a caminhar, veio alguém correndo, ajoelhou-se diante dele e perguntou: "Bom Mestre, que devo fazer para ganhar a vida eterna?" Jesus disse: "Por que me chamas de bom? Só Deus é bom, e ninguém mais. Conheces os mandamentos: não matarás; não cometerás adultério; não roubarás; não levantarás falso testemunho; não enganarás; honrarás teu pai e tua mãe!". Ele respondeu: "Mestre, tudo isso tenho observado desde a minha juventude". Jesus olhou para ele, com amor, e disse: "Só uma coisa te falta: vai, vende tudo o que tens e dá aos pobres, e terás um tesouro no céu. Depois, vem e segue-me!". Mas, quando ele ouviu isso, ficou abatido e foi embora cheio de tristeza, porque era muito rico. Jesus então olhou em volta e disse aos discípulos: "Como é difícil entrar no Reino de Deus! É mais fácil passar um camelo pelo buraco de uma agulha do que um rico entrar no Reino de Deus!". Eles ficaram muito espantados ao ouvirem isso, e perguntaram uns aos outros: "Então, quem pode ser salvo?". Jesus olhou para eles e disse: "Para os homens isso é impossível, mas não para Deus. Para Deus tudo é possível".

A conclusão é um tanto ambígua. Não quero, entretanto, entrar em polêmica com os teólogos sobre essas passagens evangélicas. Limito-me a observar que tudo depende de circunstâncias e da graça do Senhor. Não há qualquer solução político-social. Uma correta interpretação exige a apreciação do contexto em que foram pronunciadas as palavras de Cristo. Assim, por exemplo,

no incidente com Marta e Maria, aludido acima, Maria teve a melhor parte, em virtude, exclusivamente, das condições especiais do momento. Se Maria não fizesse outra coisa senão lavar e perfumar os pés do mestre, e se lá não estivesse Marta, para se ocupar dos afazeres domésticos, nem Jesus nem seus discípulos teriam tido o que comer naquele dia... Os autores que se debruçaram sobre a lição moral contida nesse episódio, concordam com a observação de que a diligência de Marta foi invocada pelos operosos, ativos e ricos protestantes para denunciar a pura e ociosa contemplação mística, prezada pelos católicos.

A contraprova de meu argumento se encontra em tantos outros trechos dos Livros Sagrados, em que descobrimos indiscutível exaltação à riqueza, como um dom de Deus a seus eleitos e visível sinal de favorecimento divino. "O Senhor cuida da vida dos bons", proclama o salmo 36, e "a herança deles será eterna. Não serão confundidos no tempo do infortúnio e serão fartos nos dias de fome". Mais impressionantes são as descrições do luxo e opulência do sábio rei Salomão, no Terceiro Livro dos Reis (Samuel), especialmente o capítulo sétimo, em que são descritos seus palácios, prosseguindo no capítulo nono, em que se aclamam suas riquezas, grandeza e poder. "O Rei Salomão excedeu... todos os reis do mundo em riqueza e sabedoria". É muito claro nesses trechos que a riqueza é equiparada à sabedoria e que ambas configuram uma graça especial do Senhor. Em suma, o rico é rico porque é sábio, do mesmo modo como Salomão conquistou a riqueza em virtude da sua excepcional sabedoria. O mesmo ocorre com o rei Ezequias, a quem concedeu o Senhor "uma extraordinária abundância de bens". O Salmo 111 anuncia, também, a bem-aventurança do homem que teme ao Senhor, pois "haverá abundância e riqueza em sua casa e sua munificência durará para sempre".

É interessante notar que essa concepção de que as riquezas materiais sejam recompensa terrena certa da fidelidade à lei de Deus, e sinal natural de virtude, impregnou a ética judaica e não estaria, por pouco, na conhecida prosperidade financeira dos israelitas, praticamente em todas as sociedades onde coexistem com os *goym.* Uma interessante estatística entre as várias comunidades étnico-religiosas, na sociedade americana, demonstra que a judaica é a que dispõe de maior renda *per capita* e da melhor educação, seguida das japonesa, italiana, alemã e anglo-saxônica. Permanece, com a mais baixa renda média, a comunidade negra, e mais baixa ainda, a comunidade católica hispânica

(principalmente de porto-riquenhos, mexicanos e cubanos). Não tenho que insistir na conhecida tese de Max Weber, sem deixar de reparar que os protestantes, nesse particular de atividade econômica, revivem a tradição do Velho Testamento. O exemplo brasileiro notório de ética protestante com espírito capitalista é o do Senhor Amador Aguiar, criador do maior banco do país, o Bradesco. Protestante, também, é o seu conselho único como solução para a crise brasileira: trabalhar, trabalhar, trabalhar!

Também no Cristianismo, São Paulo promete aos bons que "Deus é poderoso para *fazer abundar em vós os bens"* (2 Cor 9:8) e, logo adiante, a recompensa reservada aos caridosos é tal que, *"enriquecidos em todas as coisas,* tenhais abundantemente com o que fazer toda sorte de liberalidades" (9:11). Não se trata aí de bens espirituais mas, obviamente, de bens materiais. Afinal, Jesus também angariou discípulos ricos. Enterrar o cadáver era, em Israel, dever do maior amigo, e não é assim, à toa, que, no momento em que todos os apóstolos haviam fugido, aterrorizados, tenha sido o opulento José de Arimateia quem recebeu o corpo de Jesus para o colocar no sepulcro (João 19:38; Mateus 27:57; Marcos 15:43; Lucas 23:51). A figura de José de Arimateia, o homem rico, nos conduz a lembrar também a do centurião Cornélio, mencionado por Mateus em 8:5 e ss. É esse rico representante militar do imperialismo estrangeiro que Jesus apresenta como paradigma do homem de maior fé: "Em verdade vos digo que, em Israel, não encontrei ninguém que tivesse tal fé"... E mais ainda: o centurião revela a virtude de caridade ao se preocupar com a saúde de seu servo, "sofrendo dores atrozes". Arimateia e o centurião Cornélio são figuras ilustrativas que contrariam a ideia esdrúxula de uma opção exclusiva pelos pobres, concebida pelos teólogos marxistas da seita de Helder, Boff e Arns.

Muitas das parábolas de Jesus exaltam o trabalho, a poupança, o engenho e o talento de produtividade. A do semeador, por exemplo (Marcos 4:3 a 8), "que produziu trinta, sessenta e cem por um". A do grão de mostarda (Marcos 4:30) e a do fermento (Mateus 13:33). Em Mateus (21:28 a 31), o que conta não são as palavras e as promessas, mas a ação, o trabalho, a realização concreta da obra anunciada. Na parábola dos trabalhadores da vinha (Mateus 20:1 a 16), o Senhor nos descreve uma situação em que o patrão tem todo o direito de remunerar seus empregados como bem entende: não se trata de salário mínimo ou de salário justo, mas todos recebem conforme a decisão do patrão, embora tenham

trabalhado diferentemente. Finalmente, na parábola do mordomo fiel e prudente (Mateus 24:45 e ss) e na dos talentos (25:14 e ss), Jesus aprova francamente e exalta o servo que sabe aproveitar os dons que Deus lhe deu e fazer-lhes frutificar. Muitas outras parábolas refletem posições que, às vezes, nos parecem paradoxais, se não levarmos em conta seu lado simbólico, espiritual e transcendente. Reforçando minha posição posso citar D. João Evangelista Enout, meu amigo e velho colega de colégio, que assim escreve, com a sabedoria dos beneditinos de cujo convento, no Rio, é prior: "A riqueza que aparece sobretudo como bênção de Deus só será justa quando não se esquece do pobre e serve como instrumento de Deus para o conforto do que é assolado pelo mal. Jesus não desprezou os que tinham posses. Advertiu-os sempre. A riqueza passará também pela prova de jamais poder ser preferida ao próprio Deus e à sua lei. Tanto o pobre como o rico se encontrarão com Deus, na medida em que prevalecer neles um sentido de humildade ao qual o pobre, talvez, seja mais achegado e no qual, afinal, se torne mais rico que o abastado". Conforme salienta ainda D. João Evangelista na revista "Liturgia e Vida", ao acentuar que a virtude não está na pobreza, mas no desapego à riqueza: "Acima de tudo, o desapego cristão é a maneira mais próxima de seguir o Cristo que "sendo rico, se fez pobre por vós, a fim de vos enriquecer pela sua pobreza" (2 Cor 8,9), despojamento este, máximo, que não impediu, contudo, que ele permanecesse rico. São Paulo é o grande intérprete desse despojamento pascal de Cristo, exemplar de toda a pobreza cristã, como expressão da caridade de Deus para com o homem e deste, para com seu semelhante, em Deus. É este o mesmo tema da *exinanitio* do Cristo, em Fil 2,7, onde Paulo mostra a verdadeira pobreza, humildade, desapego do Cristo que, sendo Deus, não se apegou a essa condição, mas se fez servo, *obediente* até a morte, em contraposição ao homem, primeiro Adão, que se fez *desobediente* até a morte".

A conclusão ética, que uma análise em conjunto da Bíblia pode sugerir, estaria resumida em Provérbios 30:8: "não me dês nem riqueza, nem pobreza". É a conclusão socrático-aristotélica do justo meio. Realmente, se tanto a pobreza indigna quanto o luxo exagerado conduzem ao pecado, residiria a virtude no que a escola socrática chamava o *Mesotes.* A *metriopatheia* consistiria na virtude suprema de moderação. Nesse espírito, acentuava Aristóteles que os maiores crimes são causados pelo excesso e não pela necessidade.

Essa ideia foi desenvolvida por Milton, cujo *Paraíso Perdido* foi considerado uma espécie de *Divina Comédia* do puritanismo anglo-saxão. Para Milton, a virtude é difícil tanto para o indigente, tentado à inveja, ao ressentimento e ao ímpeto de vingança, quanto para o opulento perdulário, tentado à luxuria, à ociosidade e ao vício. Riqueza e miséria excessivas corrompem. Disso deduziu Milton a tese extraordinária de que só a classe média (de preferência britânica) pode ser virtuosa...

* * *

A experiência existencial prova, é bem verdade, que nem toda fortuna é fruto do trabalho honesto, acumulado sob forma de capital. E que nem todo homem aparentemente feliz é justo. Muito facínora, ladrão e salafrário morre confortavelmente, dormindo em seu leito luxuoso, cercado de seus bens e de seus familiares, e mesmo do respeito da comunidade. Muito homem bom, honesto e justo falece à míngua, solitário, abandonado, humilhado, após sofrimentos terríveis. Misteriosa é a justiça de Deus, e angustiante o problema da Teodiceia com que se defronta a alma racional. Onde está a Justiça, às vezes nos perguntamos?

A revolta contra os ricos, o ressentimento pela própria pobreza, a condenação da prosperidade do próximo denunciam a cobiça e a inveja no coração revoltado. Sobre a inveja e o ressentimento podemos ler, com proveito, o volumoso tratado de Helmut Schoek *"Envy, a Theory of Social Behaviour".* A verdadeira atitude cristã, no meu entender, é aquela que não inveja o sucesso ou a riqueza do próximo, mas se vira, com compaixão, para quem fracassou, para o doente, o faminto, o vencido, o desempregado, o indigente e o subdesenvolvido. Quando S. Francisco proclama que é melhor dar do que receber, está repetindo as próprias palavras do Senhor, registradas nos Atos dos Apóstolos. Mas, é evidente que quem pode dar é aquele que algo possui. O santo é São Martinho que, montado num fogoso corcel, cortou o manto com a espada para dar ao pobre, despido e friorento, e não esse mesmo pobre. Não é santo quem, sendo abastado, reclama contra a pobreza, mas nada faz para superá-la. Nem é santo quem inveja a riqueza do próximo e propõe a violência para superar o que imagina ser uma "injustiça social".

4. Daniel Ludwig e a opção pelos pobres

Uma série de autores católicos, desde Santo Tomás de Aquino ao cardeal Gaetano (séc. XVI), a Leão XIII, Pio XI, a Paulo VI e a João Paulo li, têm afirmado e reconfirmado que o mal não é possuir riquezas, mas delas fazer o objetivo derradeiro da vida. Há muita ambiguidade e hipocrisia em princípios desse tipo, que, de outro modo, são corretos e elogiáveis. Quem é industrial, comerciante, empresário ou banqueiro, por profissão, faz da defesa e expansão de seu patrimônio, quantificável em dinheiro, o fim de sua vida, sem que isso necessariamente constitua um vício ou mal evidente. A tendência do criador é defender sua criação ou expandi-la. A ideia de Bourdaloue e de Massignon, dois grandes predicadores franceses do século XVII, que a missão do rico é ajudar os pobres, poderia ser reinterpretada à luz de um capitalismo moderno bem entendido. Os ricos, com efeito, por sua ação em proveito do desenvolvimento e do enriquecimento da nação, acabam permitindo a superação geral da pobreza. Tal foi a tese de Adam Smith em "A Riqueza das Nações": o desenvolvimento se faz com a ação dos ricos que, enriquecendo o todo, enriquecem as partes. Lembremos, da própria Bíblia, o Provérbio 6:6: "Anda, preguiçoso, olha a formiga, observa o seu proceder, e aprende... no verão (a formiga) acumula o grão e reúne provisões durante a colheita".

As elucubrações ideológicas de índole marxista, na esquerdigreja brasileira, se têm traduzido pela santificação de certas personalidades-símbolo. A mais notória é São Leonardo Mártir. Leonardo mobilizou contra Roma, acusada de reacionária e conservadora, uma verdadeira enxurrada de agitados clérigos: foi martirizado pela Inquisição da Cúria, mas reapareceu fagueiro, barbudinho e de camiseta fantasista e colorida, ao retornar da Itália. Santo Alceu Apóstolo proclamou os méritos folclóricos da pajelança botocuda e São Teotônio Evangelista Vilela anunciou a Boa Nova da Nova República. São Tancredo Redentor ofereceu sua vida por essa Nova República, finalmente implantada, e o resultado foi isso que se viu... Houve mesmo um São Trombadinha do Largo da Sé, beatificado graças aos bons ofícios do eminentíssimo e reverendíssimo Cardeal Arcebispo de São Paulo. Eu ofereço um outro tipo de santo para a hagiografia da modernidade - um santo sem sabor socialista e sem nenhum parentesco com a linhagem do Messias barbudo, São Carlos Marx. É um bem-

aventurado das sólidas virtudes criadoras capitalistas, segundo os ensinamentos contidos na parábola dos Talentos, de legítimo ascetismo econômico e de profunda dedicação ao próximo. Já no princípio de sua carreira foi estropeado num acidente em cargueiro de sua propriedade, quando salvou da morte um marinheiro em perigo. Sua opção pelos pobres obteve resultados concretos. É um triunfo magnífico de efeitos bem mais consideráveis do que pode conseguir a retórica da inveja e do ressentimento, ofensiva ao décimo mandamento. O meu santo chama-se Daniel Ludwig: um velho bilionário americano, um dos homens mais ricos do mundo e fundador do projeto Jari.

Opção pelos pobres - eu a concebo como o esforço consciente e material para arrancar da pobreza, educar, controlar a natalidade e lançar no processo de desenvolvimento as massas camponesas, como as da diocese de Picos, no Nordeste - miseráveis, ignorantes e prolíficas. Daniel Ludwig realizou essa obra. Derramou voluntariamente na Amazônia 800 milhões de dólares de sua fortuna pessoal, o mais gigantesco empreendimento individual, até hoje encetado, em desafio ao inferno verde daquela nossa província silvestre. A comunidade que vive hoje às margens do Jari, em Monte Dourado, São Raimundo, Munguba, Beiradão, Beiradinha, São Miguel e Bananal, conta hoje com 60.000 almas - gente que sem a iniciativa genial de Ludwig, permaneceria flagelada no Nordeste da seca e da respectiva indústria. No Jari há hoje uma fábrica de papel, uma exploração de caulim, um projeto de reflorestamento e outro projeto agro-industrial, além de pecuária e muitas outras benfeitorias, com hospitais, escolas e demais instrumentos de ascensão social e elevação do padrão de vida. O núcleo do extraordinário empreendimento, em relação ao qual Ludwig só recebeu a ingrata incompreensão do público e a tapada má-vontade da administração burocrática estatal, é a fábrica flutuante de papel, montada no Japão e de lá trazida por mar - hoje produzindo 220.000 toneladas de celulose branqueada de alta qualidade. O projeto genial como um todo constitui uma demonstração triunfante dos méritos da imaginação capitalista, com o poder de criatividade e de iniciativa tecnológica, ato gratuito e heroico que, em todos os pontos, desmentiria a concepção marxista ressentida e odienta da exploração do homem pelo homem.

Longe de enriquecer-se à custa do Brasil, Ludwig aqui investiu. Ele é um benemérito que devia ser admirado e exaltado pelo exemplo que oferece, um desbravador no sentido mais positivo do pioneirismo ianque. É também um asceta

que não desperdiça o ganho, mas reinveste. E, finalmente, um benfeitor, pois, como não possui herdeiros, reservou toda a fortuna, após a morte, para uma fundação filantrópica destinada a financiar a pesquisa para a cura do câncer. Essa fundação, incidentalmente, já despendeu alguns milhões de dólares no combate à moléstia em nossa própria terra. Ludwig é o exemplo do servo fiel da parábola dos Talentos (Mateus 25), que aplicou da melhor maneira aquilo com que a Providência o favoreceu. Presto-lhe, aqui, minhas respeitosas homenagens!

O que o projeto Jari demonstrou, além disso, às escancaras, contrariando os preconceitos antieconômicos, antissociais e antirreligiosos da teologia pseudolibertária vigente na esquerdigreja, é a compatibilidade essencial do capitalismo e da religião. Essa compatibilidade, discutida, por exemplo, na obra de Edmund Opitz *(Religion and Capitalism)* e nos livros do teólogo e ensaísta católico americano Michael Novak, representa a grande novidade que está sendo filosoficamente redescoberta pelo neoliberalismo conservador. A questão que, há cem anos, ou desde as primeiras encíclicas papais sobre a questão social, angustia a Igreja - a de saber se a economia de mercado e de livre iniciativa privada contraria ou não os imperativos da moral cristã - está sendo resolvida *a favor da* economia de mercado. Em outras palavras, a famosa "opção preferencial pelos pobres" é o capitalismo, e não o socialismo, que a está realizando. É disso que os meios intelectuais mais esclarecidos e de vanguarda, tanto na Europa Ocidental quanto nos Estados Unidos, já estão plenamente convencidos. A pobreza, a opressão, a estagnação e a desigualdade imperavam na Europa oriental, marginalizada e forçada a ajoelhar-se pelo messianismo imperialista russo. O bem-estar, o equilíbrio social e a liberdade democrática reinam nos países da Europa ocidental e naqueles do Terceiro Mundo, cuja economia, não obstante o governo ocasional de partidos social-democráticos, é fundamentalmente um sistema de livre empresa.

A livre concorrência, o desejo de lucro, a desigualdade de retribuição e a crueldade ocasional do destino profissional podem parecer anticristãs ou pecaminosas. O capitalismo implica, de fato, um impulso de luta e porfia comercial que, no estágio moderno industrial, corresponde ao de combate armado do período medieval. O cristianismo conviveu, entretanto, com a ética aristocrática daquela época, como deve hoje aceitar a luta econômica implícita na proposta capitalista. Na Idade Média, soldados e conquistadores, homens de espada e de

guerra, foram santificados. Exemplos: São Sebastião, São Luís de França, São Martinho e Santo Olavo da Noruega. O próprio Cristo proclamou o centurião romano Cornélio, o representante do poder imperial estrangeiro, como o homem de maior fé. O cristianismo inseriu-se na ética aristocrática do guerreiro medieval, sublimando-a na figura do cavaleiro *sans peur et sans reproches.* O ciclo do rei Artur e da procura do Graal simbolizam essa maravilhosa consagração. As cruzadas foram expedições guerreiras e configuram uma exaltação do cristianismo sob a liderança do Papa. Similarmente, a moderna economia de mercado e de iniciativa empresarial, no gênero da conquista da Amazônia pelo pioneirismo do Jari, não deve ser combatida pela religião, mas encampada, para que seja santificada e inspirada pelos imperativos morais de assistência ao pobre, de mão estendida ao ignorante e de ajuda ao subdesenvolvido. A simbiose da religião e da atividade empresarial privada não se aprofundou mais, no Ocidente, em consequência da má consciência artificialmente despertada na mente da burguesia pelas falsas generalizações do socialismo ideológico. Como secularizaçâo perversa de um aspecto particular do ascetismo cristão, o socialismo transformou a opção pela pobreza - uma opção anti-racional, antimoderna e antiliberal - numa escolha reacionária e opressiva. Como resultado, aos países católicos restaram apenas três alternativas: 1) manterem-se pobres e subdesenvolvidos, enquanto drogados pelo ópio popular da retórica de esquerda; 2) repelirem a Igreja no anticlericalismo e na apostasia, como aconteceu em França, por exemplo, e está acontecendo na Itália; ou 3) seguirem o caminho trilhado pelos protestantes, com a criação de uma ética de atividade econômica, fora do âmbito da Igreja.

O modelo moderno do homem de ação cristã, correspondente ao que, na Idade Média, era o cavalheiro das ordens religiosas, é um tipo como Daniel Ludwig. É ele realmente o rico que, no que chama Weber a *Innerweltlicheaskese,* na ascese intramundana, realiza a opção criadora em benefício do pobre subdesenvolvido. É ele que cria riqueza para o bem-comum e, ao mesmo tempo, a si mesmo se impõe a repulsa ascética ao gozo suntuário. Assim, os bens que produz se estendem, se propagam e estimulam o impulso gerador de progresso e crescimento. Tal realmente o paradigma do herói da empresa privada moderna, recristianizada.

5. Mrs. Thatcher e os ventos loucos da primavera[16]

Perante a assembleia geral da Igreja escocesa (Presbiteriana), apresentou a senhora Margaret Thatcher a mais clara expressão, até agora registrada, de suas profundas convicções religiosas. A peça é curta mas extraordinária. Foi lida em fins de maio de 1988, coincidindo com uma visita que fiz a Edinburgh, capital da Escócia. Causou generalizada polêmica que se estendeu com crescente acrimônia nas semanas seguintes, pois Mrs. Thatcher tocou em nervo exposto: é a Escócia majoritariamente trabalhista, não obstante ter sido pátria de Adam Smith e David Hume. A Primeira Ministra britânica iniciou sua fala memorável repetindo o princípio básico, hoje tão lamentavelmente esquecido, de que o cristianismo tem algo a ver com a redenção espiritual, e nada tem a ver com a reforma social, Essa simples constatação coloca, desde logo, a filosofia religiosa da líder conservadora - provavelmente o maior estadista vivo - em choque direto com a pseudo-teologia da libertação que, lá como aqui, contamina as igrejas. A reação negativa de muitos clérigos escoceses e ingleses igualmente se explica por essa infiltração secular, que transformou o socialismo numa pseudo-religião cristã, uma "religião civil" ou um *ersatz* de religião. O debate entre as duas posturas se desenvolveu a golpes de citações bíblicas, já que é sempre possível, como argumentamos, dadas as afirmações contraditórias dos Antigo e Novo Testamentos, justificar qualquer opinião com versículos das Escrituras. Shakespeare já prevenia que até o diabo é capaz de citá-las corretamente... *"The devil can cite Scripture for his purpose' (The Merchant of Venice* I b III).

De qualquer forma, Mrs. Thatcher formulou, de maneira clara e insofismável, os princípios éticos que fizeram a grandeza da concepção calvinista do cristianismo, inspirando a revolução liberal e industrial moderna. Esses mesmos princípios poderiam hoje servir para justificar o neoliberalismo e expurgar da filosofia político-econômica as teses espúrias que pretendem, farisaicamente, monopolizar para a esquerda os mais altos valores de moralidade e justiça. A raiva que acolheu o pronunciamento de Thatcher se esclarece à luz da circunstância de ela, deliberadamente. arrancar dos socialistas a pretensão de serem os únicos depositários da verdadeira moral social. A inglesa insistiu nos aspectos positivos,

16 Extraído de dois artigos publicados no Jornal da Tarde, 15.8.88 e 6.5.85.

intramundanos e otimistas da versão anglo-saxônica protestante do cristianismo a qual, em certo sentido, restabelece a tradição vétero-testamentária. Essa posição coincide, aliás, com a melhor teologia do catolicismo moderno quando, pela boca do Papa João Paulo II, insiste sobre a coparticipação do homem na obra criadora de Deus. Melhor do que Sua Santidade, contudo, enfatizou Thatcher a atitude correta em relação à ética do trabalho e aos princípios morais que devem orientar a vida econômica e social. Devemos trabalhar e usar nossos talentos para criar riquezas. "Se um homem não trabalha, pois que não coma", escrevia São Paulo aos Tessalonicenses. Na verdade, acrescentou Thatcher, "a abundância, mais que a pobreza, possui uma legitimidade que deriva da própria natureza da Criação", assertiva extremamente fértil num mundo que caminha para a abundância industrial, mas que contrasta, sobremodo, com a "opção preferencial pela pobreza" da proposta terceiro-mundista, na teologia do atraso, da estagnação, do ressentimento e da demagogia populista. Lembra, entretanto, Mrs. Thatcher que o décimo mandamento reconhece que a cobiça, o desejo de fazer dinheiro e acumular bens terrenos pode tornar-se uma atividade egoísta. O mandamento é cominatório e vale tanto para a inveja do pobre quanto para a concupiscência do rico: "não cobiçarás nem a casa, nem a mulher, nem seu servo, nem seu boi ou jumento, nem coisa alguma que pertença a teu próximo"... Sendo assim, não é a criação da riqueza que é um pecado. A dimensão espiritual consiste em decidir o que fazer com a própria fortuna. Thatcher repudia o conceito de ser o apreço ao dinheiro, como instrumento existencial, a *radix malorum* da Epístola a Timóteo, conceito extremado que corrompe até a medula a estrutura mental das teses reacionárias e antieconômicas do socialismo de todos os matizes.

A segunda parte do pronunciamento, e o que mais uma vez agride diretamente os preconceitos da esquerda, restabelecendo a velha tradição clássica naquilo em que deu origem ao liberalismo, é aquela em que a Sra. Thatcher acentua: "O que é certo é que *qualquer esquema de arranjo social e econômico que não seja fundamentado na aceitação da responsabilidade individual não produzirá senão efeitos maléficos.* Somos todos responsáveis por nossas ações. Não podemos por a culpa sobre a sociedade se desobedecemos à lei. Não podemos simplesmente delegar a outros o exercício da compaixão e da generosidade". Esse trecho da oração me pareceu singularmente relevante do ponto de vista da conjuntura brasileira. Nada efetivamente é mais comum entre

nós do que a delegação de responsabilidade ao governo ou a políticos incompetentes, corruptos e ignorantes. Figura também entre nós o álibi da responsabilidade social que perdoa todas as falhas e crimes individuais. Não cabe ao delegado Romeu Tuma impor a honestidade e o altruísmo. Uma parte considerável da população brasileira é inconscientemente socialista porque atribui ao Estado os deveres de compaixão e generosidade que são próprios do indivíduo. "Os políticos e os outros poderes seculares deveriam tentar, por suas medidas, estimular o bem que existe nas pessoas e combater o mal - assinalou Thatcher - mas não podem criar o primeiro, nem abolir o segundo". Tanto o combate ao mal quanto a realização do bem só podem ser o resultado da iniciativa de cada um. Nesse simples axioma, Thatcher resume não apenas a essência da ética social, que fundou a democracia moderna e sustenta o princípio de liberdade, mas assinala com admirável ênfase qual o argumento pelo qual nos opomos radicalmente a toda intervenção extemporânea e corruptora do Dinossauro burocrático no terreno da economia e da assim chamada Justiça social.

Na parte seguinte de sua oração, a estadista inglesa passa a justificar a intervenção suplementadora do Estado em apenas casos específicos, limitados, confirmados pela tradição e resultantes da complexidade infinitamente maior da sociedade moderna - como nos campos da saúde e da educação, socorro aos doentes e excepcionais. Em seguida, a Primeiro Ministro defendeu o ensino religioso e proclamou o cristianismo, juntamente com as grandes verdades espirituais e morais do judaísmo, como parte fundamental da herança nacional. Na peroração, e conforme a mais lídima tradição agostiniana, exaltou as duas pátrias, os dois reinos, as duas cidades às quais pertencemos - a terrena e a celeste - aquela que configura a pátria em que nascemos e aquela outra, transcendente, cujo Rei não pode ser visto e cujos exércitos não podem ser contados. Na sua expressão seca e fria, às vezes mesmo ríspida, o antigo chefe do governo britânico transmitiu-nos uma das mais admiráveis peças de filosofia política que conheço e com cujos princípios confesso plenamente concordar.

A trovoada imediata que se seguiu à ventania das palavras de Thatcher não tardou em desabar. Clérigos da Igreja anglicana, tão contaminados de "teologia da libertação" socialista quanto os da Igreja escocesa e da Igreja católica, acusaram-na de insensibilidade pela sorte dos pobres e desempregados, repetindo a enjoativa citação relativa ao rico que, como um camelo, não pode

passar pelo buraco de uma agulha. Gritaram que o thatcherismo significa a cruel indiferença pelos pobres, a exaltação da cupidez, a legitimidade do egoísmo e a violação dos mandamentos de amor. O ataque, covarde e raivoso, tinha a evidente intenção política de sustentar o chefe trabalhista, Mr. Kinnock, realimentando as esperanças periclitantes de um partido irremediavelmente dividido entre marxistas radicais e esquerdistas moderados, e agremiação historicamente responsável pela decadência da Grã-Bretanha. Ninguém teve a coragem de contestar Mrs. Thatcher naquilo que ela corretamente estabeleceu como pedra de toque de seu arrazoado: a responsabilidade primordial da Igreja não é de ordem política, social e econômica, mas é de ordem moral e religiosa. A Igreja não se deve intrometer naquilo que não lhe diz respeito. A criação de riquezas -riqueza material, riqueza cultural e riqueza espiritual - é a essência da modernidade. Seu limite constitui um problema ético, não um problema de política social. O socialismo estatizante e sua opção pela igualdade na escassez e na míngua constituem a receita perversa do atraso, da estagnação e da servidão. Como acentua Mrs. Thatcher, a dimensão espiritual reside, precisamente, no que fazer com a própria fortuna.

* * *

Numa reunião de seu partido, em 1985, a primeira-ministra Margaret Thatcher referiu-se a certos membros da Igreja anglicana que criticavam seu governo conservador: "Vocês poderão ter notado", declarou a Dama-de-Ferro a seus partidários, "que, recentemente, as vozes de alguns reverendos e reverendíssimos prelados se levantaram no país"... "Afinal de contas, que seria a primavera se também não se ouvisse o canto de um cuco ocasional?" A metáfora brincalhona não é facilmente traduzível. O cuco é um pássaro que canta na primavera. Em linguagem figurada inglesa, porém, quer também significar "simplório, toleirão, biruta, idiota". Atribuir aos eminentes hierarcas da igreja oficial da Inglaterra esses qualificativos não nos deve provocar espanto. Mrs. Thatcher apenas constata que, na primavera ou no verão, na Inglaterra, nos EUA ou no Brasil, nas igrejas protestantes ou na católica, o que cada vez mais frequentemente ouvimos é a voz tola, simplória, inconsequente ou mesmo idiota de prelados que, fugindo de seus misteres propriamente pastorais, se atrevem a opinar sobre assuntos políticos, não tendo competência, nem delegação, nem

mandato para o fazer. Na primavera de um mundo novo, os ventos de demência estão varrendo os altares e com dificuldade entendemos o que se está passando. Para alguém que, como eu, aceita a concepção antiga de um mistério da história, os acontecimentos analisados são reflexos de desígnios transcendentes cujo sentido nos escapa. Se é bem verdade que o Espírito sopra para onde quer, o furacão que se desencadeou encobre sua fonte luciferiana nas próprias expectorações clericais. A senhora Thatcher observa que a tendência pertinaz dos clérigos é denegrir os criadores de riquezas. O que não podem engolir é que os empresários, ao enriquecer-se, também abram perspectivas de prosperidade para os outros. Esses clérigos, na verdade, fazem opção preferencial pela pobreza... dos outros. Consequentemente, detestam aqueles que estimulam o desenvolvimento, pois se todos enriquecerem, como acontece nos países capitalistas, não existirá mais a massa de manobra para seus sermões ideológicos e sua pastoral demagógica.

Nos EUA, a Conferência Nacional dos Bispos declarou-se pelo pacifismo nuclear, pela Nicarágua e pelos terroristas. A opção pela paz é louvável e explicável. Afinal, quem de nós não preferiria a estabilidade e a paz de um regime democrático, que a todos proporciona felicidade e riqueza, a ser atomizado por um míssil intercontinental inimigo? O problema dos reverendíssimos prelados, porém, é que suas admiráveis declarações desarmamentistas podem influenciar os congressistas do Capitólio, em Washington, mas dificilmente os Comissários do Povo no Kremlin de Moscou. Stálin já perguntara com sarcasmo: "De quantas divisões dispõe o papa?". Quem não dispõe de divisões armadas, pensam os russos, não possui *status* para opinar sobre armamento nuclear russo, podendo entretanto fazê-lo, proficuamente para os interesses russos, no Ocidente. A justiça divina pode ser cega, mas a justiça clerical é ofuscantemente discriminatória... Bem-aventurados são os pacíficos, os meigos, os conciliadores, os que sofrem pela justiça! Muito bem. Mas, então, como explicar que o cardeal-arcebispo de Nova York, chefe da mais rica e talvez maior arquidiocese do mundo, se atreva a prestigiar irlandeses que apoiam e financiam uma das mais odiosas organizações terroristas do mundo, o IRA? Metralhar e bombardear policiais britânicos e, de passagem, vitimar alguns milhares de civis inocentes, como tem ocorrido nestes últimos 20 anos, não parece uma atividade condizente com o teor das bem-aventuranças cristãs.

No Brasil mesmo, a CNB do B acusa a CIA de financiar a propaganda das seitas protestantes que estão proliferando. Realmente, poderia intrigar-nos o fato de o Brasil se haver transformado no país de mais rápido crescimento de igrejas evangélicas - se não percebêssemos no fenômeno um corolário do abandono, pela Igreja Católica, de sua missão precípua de cura das almas. Se é bem certo que a alegação de assistência financeira do governo americano ao proselitismo evangélico não passa de uma balela com que suas eminências reverendíssimas dão uma demonstração flagrante do desprezo com que avaliam nossa inteligência e julgam nosso bom senso, mais certo ainda é que os 80 ou 150 milhões de marcos que D. Paulo Evaristo, D. Hélder Câmara e outros poucos privilegiados têm recebido, anualmente, de agências religiosas alemãs (a *Adveniat,* a *Misereor,* a *Caritas,* etc), só servem para financiar a violência nas penitenciárias, estimular os assaltos nas ruas, anarquizar as reivindicações sindicais e, de um modo geral, sustentar o apostolado marxista. O comércio do ópio popular rivaliza com o narcotráfico. Mas como acreditar que consiga a CIA financiar as igrejas protestantes no Brasil, quando o Congresso americano não chegou nem mesmo a conceder os parcos 14 milhões de dólares que o Presidente Reagan, na época, ansiosamente postulou para ajudar os Contra na Nicarágua?

A impressão que nos deixam as aberrações, acima registradas, é que o recurso ao ópio popular representa um ato de desespero perante a apostasia geral que marca nossa época. As igrejas reconhecem a sua irrelevância diante dos partidos ideológicos. A política oferece, para os espíritos frustrados, um alimento compensatório, do mesmo modo como a macumba, a umbanda, o espiritismo e o exotismo oriental. Parafraseando Marx (o Marx do Manifesto Comunista), o marxismo cristão nada mais é do que água benta com que o padre consagra os desgostos do intelectual burguês...

6. As agruras agrárias[17]

Abordemos agora o impacto das ideias socialistas sobre a questão agrária. Durante meses e anos, estive lendo sobre os conflitos e a violência resultantes da "reforma agrária", sem que me possa decidir a tomar uma posição

17 Artigo de 25.8.86.

na matéria. Não é fácil fazê-lo e, a seguir, direi por quê. Além de se haver distinguido, talvez como o maior escritor da nacionalidade, Machado de Assis se revelou, igualmente, o maior sociólogo e cientista político brasileiro quando proclamou: "a confusão era geral"... Como melhor definir a situação brasileira, tão rebelde à análise lógica, senão por esse axioma que se aplica integralmente ao problema das áreas agrárias do país? Um colega de Machado de Assis na Academia de Letras, medíocre poeta maranhense que ocupou alto cargo na República, acentuou a superioridade do absurdo sobre a realidade, - "o absurdo é a mais racional de todas as coisas" - parafraseando, nesse sentido, uma ideia de Antônio Olinto sobre a realidade da ficção. De qualquer forma, a fantasia e a confusão nesse magno problema social da nação começam pelos próprios estrangeiros que o apreciam, criando confusões, mesmo quando foram educados na lógica aristotélica de Santo Tomás de Aquino. Vejam o teólogo conservador americano Michael Novak que, em seu livro "O espírito do capitalismo democrático", avança a informação de que a propriedade rural, no Brasil, "está nas mãos de umas poucas famílias"... Novak está evidentemente confundindo o Brasil com El Salvador.

Seu asserto levou-me a estudar a questão agrária nos EEUU. Descobri, então, com certa surpresa, o seguinte: se é verdade que existiam no Brasil, em 1980, 5.159.000 propriedades rurais (Anuário do IBGE), e se é ainda verdade que, conforme declarações oficiais, foram distribuídos dois milhões de títulos de terra no governo João Figueiredo, então *a área agrícola do Brasil está muito mais distribuída do que na América do Norte.* O número de fazendas nos EEUU é de 2,4 milhões para uma população que é quase o dobro da nossa (*USA Dept. of Agriculture,* 1981). Outra curiosidade, o número de fazendas americanas decresceu de 6,5 milhões em 1930, com uma média de 151 acres (um acre = 40 ares), para 5,5 milhões (213 acres em média) em 1950, e 2,32 milhões com 437 acres em 1984. No Brasil, ao contrário, o número de fazendas aumentou de 650 mil em 1920, para 2 milhões em 1950 e os atuais sete milhões. Mas há mais: existem 4,6 milhões de pequenas propriedades em nosso país (segundo o Anuário do IBGE), e apenas 2.345 fazendas podem ser consideradas latifúndios. Com esses dados, para início de conversa, me parece que a história da reforma agrária no Brasil está sendo mal contada. Pois, se só existem doze milhões de pessoas em atividade agropecuária, pode-se deduzir que o número de famílias, que são

donas de sua terra, ou seja, o número de famílias capitalistas, não está longe do número de famílias dos sem-terra, isto é, de famílias do proletariado rural. Essa constatação contraria todo o arrazoado marxista, hoje imperante nos meios da esquerdigreja, já não tão festiva, mas antes glasnostálgica, a qual argumenta que uma massa imensa de camponeses miseráveis, ambicionando a terra, é oprimida por um número limitadíssimo de latifundiários egoístas e assassinos.

De qualquer forma, seriam necessários dados mais exatos para um estudo aprofundado da matéria. Tais dados existiriam porventura? As estatísticas em nosso país são, comprovadamente, inexatas. Nesse terreno é também geral a confusão. A confusão é geral, inclusive, porque, no Estado cartorial, os cartórios não funcionam, os documentos se perdem, os registros são amiúde falsificados, os marcos de terra são imprecisos, os posseiros se acumulam uns sobre os outros, não se pode confiar na justiça, os boatos circulam e ninguém deseja discutir em bases racionais, preferindo fazê-lo segundo o princípio da irracionalidade e do absurdo, o absurdo exaltado pelo poeta maranhense acima citado. Será de admirar, então, que a questão agrária descambe para o insulto, a mentira ideológica, a calúnia, a baderna, a agressão e, finalmente, a bala?

É fácil interpretar tendenciosamente os dados, em benefício de preconceitos ideológicos. Se dissermos, por exemplo, que apenas 3% da população americana detém toda a propriedade agrícola dos EEUU, poderíamos receber a impressão de uma extraordinária e injusta concentração, capaz de valorizar uma interpretação marxista da situação. Na realidade, a estrutura rural americana é uma das mais democráticas e eficientes do mundo; apenas seis ou sete milhões de *farmers* (os donos daquela área agrícola) produzem, aproximadamente, 160 a 170 bilhões de dólares por ano, o suficiente para alimentar toda a população, criando ainda excedentes a serem vendidos a países socialistas, como a URSS (que depende do trigo americano para alimentar-se), e a vários países do Terceiro Mundo; os fazendeiros americanos cultivam as suas próprias terras. A agricultura é mecanizada. Há poucos assalariados no campo, salvo em alguns estados como a Califórnia, o Texas e a Flórida, onde aparecem *chicanos* e *cubiches* hispânicos para certos cultivos específicos, como o de árvores frutíferas que exigem abundante mão-de-obra. Favorecida, a partir de 1835, e da presidência de Lincoln, com uma série de medidas de reforma agrária (as *Homestead Laws,* destinadas a assegurar a posse efetiva da terra a todo

chefe de família), constitui hoje a agricultura americana um triunfo do capitalismo democrático, de tal modo que o filósofo polonês Leszek Kolakowski declarou, em discurso na Universidade de Brasília em 1982, que não temia o triunfo da União Soviética, no mundo, simplesmente porque os russos necessitariam manter vivo o capitalismo agrícola americano pelo simples imperativo de não morrerem de fome... Os acontecimentos atuais confirmam essa previsão.

Ouçam esta pequena anedota que ouvi na Polônia: a uma criança, numa escola polonesa, pediram para trazer 10 zlotys para os órfãos do Afeganistão. Negou-se. Da segunda vez, o professor solicitou 10 zlotys para os famintos do Afeganistão. Negou-se. Da terceira vez, o Diretor da escola insistiu no pedido de 10 zlotys para os sindicatos comunistas do Afeganistão. O menino trouxe então 30 zlotys: "meu pai me disse que se há sindicatos comunistas no Afeganistão, então deve ali, realmente, haver órfãos e famintos"...

E ouçam este outro exemplo de humor polonês: "O operário entra no açougue, em Cracóvia, dirige-se ao funcionário estatal encarregado de vender as carnes e pede: - Meio quilo de contrafilé. A resposta, displicente: - Acabou. - Então, um pedaço de alcatra. - *Niemá:* Não tem... O comprador passa, então, a desfilar todos os tipos de carnes e variações possíveis que conhecia: filé, chã-de-dentro, galinha, lagarto, pato, coelho, linguiça, salsicha, salame... E como resposta sempre a mesma negativa: *Niemá, Niemá,* "não tem". Por fim, o operário retirou-se, desconsolado, mas não sem ouvir um comentário do burocrata da carne: - Mas que memória, camarada!"

Mas, ouçam agora o que nos diz um teólogo da esquerdigreja. Sua eminência reverendíssima o cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, menosprezando totalmente a lógica aristotélica, num de seus sermões na catedral de S. Paulo, afirmou ser "socialista" porque deseja que todos os camponeses brasileiros sejam donos de suas terras. Poderia registrar-se maior confusão semântica? Poderia descobrir-se melhor explicação para os mal entendidos que estão surgindo a propósito da reforma agrária? O desejo que todo camponês brasileiro seja dono de sua terra é desejo universal; é *desejo eminentemente capitalista;* é uma proposta que segue, precisamente, o modelo que determinou a redação das *Homestead Laws* americanas. O socialismo, segundo entendo por todos os critérios conhecidos de economia política, representa *um sistema que implica a socialização dos meios de produção,* ou seja, a estatização ou coletivização de

toda propriedade agrícola. Uma fazenda russa, um *Kolkhoz,* é uma propriedade "coletiva", sendo o Estado o dono da terra e os fazendeiros meros empregados desse Estado. Num regime socialista, os camponeses de Dom Paulo Evaristo não seriam donos de suas terras, mas empregados do INCRA. A agricultura seria controlada por um pequeno número de burocratas egoístas. Será isso mesmo o que desejaria Sua eminência? Por que o cardeal não aprende qual a diferença entre propriedade *privada* e propriedade *coletiva* da terra, fazendo a necessária distinção entre capitalismo e socialismo? A ignorância e a confusão não são, aliás, de se admirar, pois segundo o Instituto brasileiro de análise social e econômica, dona é a Igreja de um dos maiores latifúndios do país: 3.700 Km^2 de terras agrícolas, o equivalente ao antigo estado da Guanabara, suas terras se encontrando, inclusive, em áreas de grande densidade demográfica.

Em conclusão, se observarmos que seis milhões de fazendeiros capitalistas nos EUA produzem o suficiente para alimentar 250 milhões de americanos, criando ainda excedentes suficientes para exportar para a URSS, onde 40 milhões de camponeses coletivizados não dão conta do recado; se observarmos ainda que o Japão, limitadíssimo em sua área agrícola disponível, se alimenta a si próprio; que a CEE também produz hoje tremendos excedentes agrícolas, sendo esse fenômeno, precisamente, uma das maiores dores de cabeça da comunidade europeia, chegaremos então à conclusão de que aquilo de que precisa o Brasil, para sua reforma agrária, é de mais capitalismo. Em todo o mundo, e mais especificamente na África central, o que está determinando o aparecimento da fome é a socialização da agricultura. Deng Xiaoping já descobriu isso na China e está privatizando o campo com extraordinários resultados. A democratização da agricultura é que cria a produtividade da terra. Só essa é a solução.

O problema da definição exata do direito de propriedade se torna, no Brasil, difícil e quase insolúvel no que diz respeito à posse da terra. Até que ponto se estende o direito natural de alguém a certa extensão de território? Quando Robinson Crusoe desembarcou em sua ilha desabitada, tornou-se, porventura, automaticamente proprietário de toda a ilha, com exclusão do Sexta-Feira que chegou depois? Na base de um princípio de direito de descobrimento, Cristóvão Colombo poderia reivindicar a propriedade de todo o continente americano, ao qual foi o primeiro europeu a chegar? Há indícios de que ele acalentou essa

pretensão. Deve o direito de propriedade limitar-se àquela extensão mais restrita que, efetivamente, alguém ocupou e trabalhou? Sabemos que, praticamente, todos os conflitos de terra se originam em disputas entre a propriedade "formal", abrangida por um documento com limites fixados, às vezes visualmente, pelo olhômetro, e a propriedade concreta de um lote que foi desbravado, adubado, trabalhado, plantado e colhido. Nas disputas territoriais entre tribos ou nações, o problema igualmente se coloca com a maior agudeza. Quem tem o direito natural a uma ilha - aquele que a descobriu ou aquele que se estabeleceu efetivamente? Os problemas territoriais em ilhas costumam ser peculiarmente ingratos. Vejam o caso da Irlanda. No arquipélago britânico, os protestantes, liderados pelos ingleses, o povo majoritário, detêm o título hegemônico. Na Irlanda, uma das ilhas do arquipélago, os católicos são majoritários. Na parte setentrional da Irlanda, porém, conhecida como Ulster, os protestantes são majoritários e preferem conservar seus laços políticos com a Mãe-pátria e o parlamento de Londres. O conflito entre protestantes anglófilos do Ulster e os católicos irlandeses anglófobos tem ensanguentado a ilha há várias décadas, num tipo de contencioso religioso, que nos parece de natureza medieval. O mesmo conflito de interpretação de direitos de propriedade opõe ingleses e argentinos, no que diz respeito ao controle das ilhas Falkland (Malvinas): os ingleses descobriram o arquipélago, deram-lhe um nome, abandonaram-no. O arquipélago foi subsequentemente ocupado por franceses (marinheiros de St. Malô, na França, donde o nome de Malouines ou Malvinas) e por espanhóis, passando os reclamos de soberania para os argentinos no momento da independência. Posteriormente, em 1833, não obstante o argumento argentino de que o grupo de ilhas se encontra sobre a sua plataforma continental e pertence, portanto, à nação vizinha, os ingleses novamente ocuparam o arquipélago. Daí por diante, seus títulos às Falklands se baseiam no princípio, tão caro aos brasileiros, do *uti possidetis.*

Um território reivindicado por uma tribo indígena compreende uma extensão considerável (e exagerada, em termos de agricultura moderna), que se concretiza como reserva de caça e pesca. Enquanto um agricultor eficiente se pode satisfazer com dois ou três hectares para alimentar-se, alimentar sua família e vender o excedente, uma tribo de índios primitivos requer vários quilômetros quadrados para sobreviver. Grande parte dos conflitos agrários no interior do Brasil possui essa origem longínqua.

Rothbard argumenta que, para ser legítima, a propriedade da terra exige que seja utilizada, isto é, cultivada pelo menos uma vez. Um reclamo vago sobre uma extensão de terra não pode ser legítimo a priori, razão pela qual o proprietário, em nosso país, costuma imediatamente cercar sua terra ou lote com arame farpado, para proclamar a propriedade. Enquanto houver terra vaga nas imediações, a cerca constituiria um substituto de documento válido, condição suficiente de posse. Contudo, a questão se complica grandemente, quando se trata de propriedade de terra utilizada não para lavoura, mas para pastagem. Como se pode definir exatamente a utilização de uma pastagem? Rothbard, um liberal extremo, não aceita o reconhecimento da propriedade monopolística ou "feudal" da terra por conquistadores, em prejuízo de posseiros que continuamente trabalham o solo. A concepção das leis de *Homestead,* nos Estados Unidos, a partir da presidência de Abraham Lincoln, implica que a terra, por mais extensa que seja, pertence àquele que a trabalha, quer seja um indivíduo, uma família ou grupo de famílias em comum. Notai que Rothbard defende *a desapropriação da terra feudal em nome do capitalismo* e não, como fazem os teóricos da reforma agrária em nosso país, em nome do socialismo. O tipo de posse extensa de terra pelo sistema de *encomienda,* na América espanhola, ou dos Capitães Gerais, no Brasil colonial, é monopolístico e não merece o título de propriedade capitalista democrática, no sentido de Rothbard e dos libertários. Carlos Fuentes, que é um mexicano esquerdista (citado por Rothbard pg. 70), escreve (em *Whither Latin America?)* sobre o caráter feudal da estrutura latifundiária latino-americana. A concepção de feudalismo, que é a da posse violenta e arbitrária da terra por um senhor, que não a trabalha diretamente, pode aplicar-se em termos ao nordeste brasileiro e a outras áreas do sertão. Não é, porém, geral, como acentuamos. O problema agrário brasileiro é muito mais complexo. E só o capitalismo democrático poderá resolvê-lo, num Estado de direito que saiba policiar o sertão.

7. O voto da pobreza e a pobreza do voto[18]

A crise brasileira está inspirando o aparecimento de inúmeras obras que procuram, com um tom de ansiedade, penetrar na raiz de nossos problemas

18 Crítica publicada no "Jornal da Tarde", a 26.12.88.

políticos, sociais e econômicos. Surge, pouco a pouco, a consciência de que não se pode simplesmente atribuir o que se passa ao triunfo conjuntural deste ou daquele político, ou ao governo deste ou daquele partido, ou movimento, ou regime. Há anos que sofremos frustrações, oriundas ora do lado da chamada esquerda, ora do lado da direita. A renúncia de Jânio Quadros e o fracasso dos militares, a partir de 1974, desiludiram aqueles conservadores e pragmáticos que esperavam soluções de um regime autoritário de "lei e ordem". A incompetência anárquica, sem-vergonha e patética de um Goulart e de um Sarney decepcionou os românticos "progressistas", que confiavam em soluções utópicas, do tipo "reformas de base", ou em democratismos alucinados que distribuem o bolo em fatias muito maiores do que o próprio bolo (a diferença entre as fatias e o tamanho real do bolo é o que se chama, vulgarmente, "déficit público"...). Na nova República a perplexidade foi maior. Ela pareceu nos atacar de ambos os lados: executivo e legislativo se esmeraram numa concorrência kafkiana em torno do absurdo, do escandaloso e do cretino. Contudo, acredito que um certo consenso aos poucos se parece formar, nas elites instruídas, no sentido de que o papel salvífico do Estado patrimonialista esgotou suas possibilidades, jamais em nossa história, em tamanhas proporções, se registrou uma corrida tão desesperada ao empregos e cargos públicos. Dir-se-ia que a coletividade de nível cultural mais baixo e aqueles que a representam - os políticos - reconhecem, inconscientemente, que a soteriologia do previdencialismo estatal esbarrou num impasse intransponível: o da inflação. A atmosfera reinante foi a do *après moi le déluge...* É sintomático que, pela primeira vez, desponte no horizonte político teórico, mesmo entre aqueles que se declaram francamente social-estatizantes, socialistas, marxistas, trotskistas, petistas, etc. e que continuam a repetir os *slogans* insossos da *Vulgata* esquerdizante, o receituário do liberalismo, que é precisamente a ausência de regras a serem impostas pela burocracia estatal. Não me admira se um tipo como o presidente do PSDB, um dos principais responsáveis pelas covas desastrosas cavadas na elaboração constitucional, se arvore em representante do liberalismo e de uma sociedade aberta, contra os caciques e os feiticeiros que já se candidatam, por outros partidos, à Presidência da República, quatro anos antes...

Sobre alguns ensaios recentes a respeito do impasse nacional, já me referi em outras ocasiões: a "Sociologia da Corrupção", de Celso Barroso Leite,

José Artur Rios e outros; "A Nova Classe Ociosa", de Ives Gandra; "O Paraíso dos Vira-Bostas", de Emil Farhat; "A Teoria da Coisa Nossa", de Oliveiros S. Ferreira. Mergulhei, de um salto só, no ensaio de Maria Lúcia Victor Barbosa, cujo título é o desta seção. Essa professora de Londrina leu, ao que parece, alguns de meus artigos, embora não cite qualquer obra mais extensa de minha autoria, preferindo outros autores a respeito dos quais não alimento, aliás, grande entusiasmo. O livro vale a pena. O que me impressionou, em suas 180 páginas, foi talvez o subtítulo: a Ética da malandragem. A tese de Maria Lúcia Victor se resume, talvez, na extensão heurística que dá ao termo "malandragem". Na malandragem "o valor moral é atribuído à capacidade de jeitinho, de conseguir-se o máximo com um mínimo de esforço a partir do ideal do ócio abençoado". O malandro não é apenas o vagabundo, o gatuno, é também o esperto, vivo, matreiro, que obtém o que deseja sem trabalho honesto, no Brasil de hoje onde o malandro é rei.

Mineira, estabelecida em Londrina onde leciona na Universidade local, a sra. Maria Lúcia V. Barbosa é socióloga. Mas o que há de enormemente valioso em sua tese é ser sustentada por uma experiência prática, de pesquisa bem fundamentada e procedida rigorosamente *in loco.* O argumento é empírico, não é ideológico. Não alimenta ilusões. A cidade de Londrina, que exuberantemente se desenvolve no norte do Paraná, talvez constitua um dos mais admiráveis exemplos daquele choque monumental entre os dois Brasis, cujo confronto está no próprio cerne de nossa crise. A antítese entre o moderno e o arcaico é estudada no sétimo e último capítulo do ensaio, "Eles não são como queremos e como imaginamos". Londrina é filha do Brasil moderno, sob a forma da iniciativa e do capital estrangeiro, no caso a *Brazil Plantation Syndicate,* de origem inglesa, que se transformou na companhia de terras norte do Paraná, "a mais notável obra de colonização que o Brasil já viu", incluindo na notabilidade a reforma agrária. Londrina é, também, paranaense, mas seu espírito é primeiramente pioneiro, é bandeirante, é paulista, é capitalista, é aberto e liberal.

Em Londrina, porém, proliferam igualmente as favelas. São as concentrações de nortistas e nordestinos, esse acompanhamento indefectível da revolução industrial, que provoca a urbanização e a migração interna em massa, proveniente da área rural, que só sabe produzir crianças desnutridas, maltrapilhas e proliferantes. É dos filhos pobres da rica filha de Londres, que a professora Barbosa se ocupa com dedicação, cuidado e óbvia compaixão, numa série de

entrevistas diretas que efetuou, armada de bom senso, caderno e gravador. As conclusões que extraí confirmam aquilo de que também sempre estive convencido: não adianta esperar que melhore" o governo do povo, para o povo e pelo povo", enquanto esse povo, em sua maioria analfabeto, literal e funcionalmente, se orienta pela ética da malandragem, e enquanto do governo - entidade paternalista, transcendente e abstrata -espera ele a solução de todos os seus problemas existenciais, particularmente o da subsistência. Maria Lúcia escreve: "Na cultura da malandragem onde, entre outras características, quem não rouba ou leva vantagem é tido como pessoa pouco inteligente, de certa maneira existe um estado de natureza hobbesiano, coexistindo de forma esdrúxula com um Leviatã subdesenvolvido (o que chamo *Dinossauro!)* cuja 'capacidade' funciona apenas no sentido de manter as regalias dos 'donos do poder', mas que é frouxo e incapaz quando se trata de fazer cumprir as leis, e inepto para proporcionar à sociedade a organização e as condições necessárias ao seu desenvolvimento, incluindo a educação". Bravos, Maria Lúcia!

Um dos entrevistados de nossa autora, um nordestino cafuzo e analfabeto, José, de cabelos brancos, fala baixa e comedida, que ganha um salário mínimo e gerou uma cambada infinita de molequinhos, assim resume de modo ingênuo, incoerente mas significativo, as contradições da crise brasileira. Fala José: "Aquilo que tá na mão do político não tá na mão da gente. A gente p'ecisa do político e o político também p'ecisa da gente. O político não vive sem nóis e nóis não vive sem o político. Agora, o que a gente p'ecisa do político nóis não tem, e o que o político p'ecisa de nóis ele tem: o voto".

8. A crise brasileira segundo os Social-democratas

Tenho em mãos as páginas do *Jornal da Tarde,* contendo as propostas dos ilustres Senador Fernando Henrique Cardoso (3.2.90) e professor Hélio Jaguaribe (27.1.90), para sairmos da crise em que se debate o país. Os dois intelectuais são membros do PSDB, declaram-se de "esquerda" e oferecem soluções que, de acordo com os princípios de sua ideologia, comportam a pesada intervenção do Estado na economia e na sociedade. Jaguaribe, figura simpática de intelectual, principia gravemente a sua disquisição, afirmando que "o Brasil se defronta, presentemente, com a mais série crise de sua história moderna". Tenho

logo minhas dúvidas sobre essa análise apocalíptica. E chego mesmo a estranhá-la, pois sabemos que o professor acolheu, com entusiasmo, o que se chamou, euforicamente, de "nova República", fez parte da comissão de notáveis que redigiu uma proposta de texto para a nova e lamentável Constituição e foi "assessor político" de um presidente que se revelou, isso sim, um dos mais medíocres de nossa história moderna. Contudo, o país já atravessou crises bem graves em sua história: a da consolidação do Império, por exemplo, quando quase se desintegrou em várias republiquetas de cunho centro-americano; a do período da Regência (1831-1840), em que a sabedoria de Feijó e as armas de Caxias representaram um esforço heroico para evitar um desastre irreversível. Os primórdios da República registraram uma crise de igual severidade. Tivemos inflação (a primeira!) e, na Guanabara e no Rio Grande do Sul, sofremos a mais sangrenta guerra civil, logo acompanhada, em Canudos, do que Euclides da Cunha qualificou corretamente de "o maior crime da nacionalidade". A violência, os massacres, o genocídio desmentiram o mito da "bondade natural" do brasileiro. Entre 1930 e 1945 (Jaguaribe e eu fomos testemunhas do período), nova rebordosa comprometeu a segunda tentativa de implantação de uma democracia liberal em nossa terra: conhecemos a única verdadeira ditadura pessoal na história da República, a qual deu início, além disso, ao processo ominoso de crescimento do Estado burocrático, processo que atinge hoje às raias da teratologia. Cabe notar ainda que estivemos envolvidos em acontecimentos internacionais (a 2ª Guerra Mundial) de tal âmbito que se poderia haver encerrado, não fora a resistência das duas potências anglo-saxônicas, com a absorção do Brasil num dos dois impérios totalitários que disputavam o domínio do planeta.

Falar em crise, denunciar retoricamente a ingovernabilidade do país, indignar-se com a divisão social entre ricos e pobres, propor reformas vagas, não claramente definidas, alegando os imperativos de "justiça social", constituem lugares-comuns de arrazoados reformistas que acabam adquirindo um tom acaciano. Lamento assim julgar o trabalho cerebrino dos dois paredros tucanos com certo ceticismo. Acrescente-se o fato notório de o PSDB haver apoiado o candidato Lula, no segundo turno das eleições presidenciais de 1989, o que compromete seriamente a sinceridade das propostas apresentadas. Jaguaribe e Fernando Henrique são criptomarxistas. Não confessam haver mudado de opinião, ainda que os momentosos acontecimentos de 1989, com perestróika e tudo,

deviam tê-los feito meditar e rever seus princípios. Como conciliar sua postura autoritária com sugestões de "descentralização democrática política e econômica", "choque capitalista", correção do "parasitismo burocrático e ineficiência administrativa" e, nos termos taxativos do Senador F. H. Cardoso, a afirmação de que "governar é descentralizar"? Vejo uma incompatibilidade fundamental entre esses soberbos e admiráveis princípios liberais com o fato concreto de haver o PSDB prestado apoio, a 17 de dezembro de 1989, à frente popular marxista, centralizadora, estatizante, ditatorial, xiita e albanesa.

Se a sociedade brasileira necessita modernizar-se, como corretamente propõem os dois renomados tucanos, e se houve de fato, "na década dos oitenta, estancamento do crescimento econômico brasileiro", como conciliar essa constatação indiscutível com os aplausos oferecidos durante três anos ao governo estagnante, corrupto, clientelista e reacionário do presidente Sarney? Tanto quanto me recordo, Fernando Henrique pertenceu ao partido que administrou o descalabro econômico do país, até o momento tardio em que julgou mais oportuno deixar o barco que afundava. O mesmo se pode dizer de Jaguaribe.

Ambas as renomadas e prestigiosas personalidades da *intelligentsia* tupiniquim, classificando-se como de "esquerda", criticam a demagogia de muitos discursos, diariamente ouvidos por este povo da mesma exausto, mas nela gravemente incidem, quando procuram atribuir ao endividamento externo do país a culpa quase exclusiva pelo buraco diante do qual nos encontramos. Ora, qual a origem exata dessa dívida? Ela principiou originariamente a crescer, em meados da década de 70 e após o mais rápido e extraordinário período de desenvolvimento industrial de nossa história, quando os árabes aumentaram, arbitrariamente, a níveis extorsivos, o preço do petróleo. Valiam-se os xeiques do deserto do slogan da "nova ordem econômica mundial" que deduziam, logicamente, do argumento da "deteriorização das relações de troca" - mito notório constantemente invocado por diplomatas tanto da "direita" nacional-socialista quanto da "esquerda" social-nacionalista. A ojeriza ao capital estrangeiro que remetia lucros (um discurso obsessivo da demagogia patrioteira das décadas de 50 e 80) inspirou nacionalistas e socialistas a criarem a Petrobrás, que daqui excluiu o capital estrangeiro na exploração do precioso hidrocarboneto. A Petrobrás falhou em sua missão precípua, não podendo assim evitar, após a crise de 1974-81, a importação maciça de 80 a 90 bilhões de dólares do produto árabe.

A abundância de petrodólares no mercado mundial induziu os estatizantes a preferirem o método do endividamento externo, para acelerar o desenvolvimento, ao de acolher investimentos industriais alienígenas. Achavam os nacional-socialistas que era melhor pagar juros de um capital que iríamos controlar, do que autorizar a remessa de lucros do capitalista estrangeiro independente. Os petrodólares reciclados pelos bancos vieram, foram às vezes bem aplicados (Itaipú, Carajás, metrôs do Rio e de S. Paulo, petroquímica, etc), e foram outras vezes escandalosamente esbanjados pela burocracia estatal inepta e corrupta. Por que os dois respeitáveis intelectuais tucanos não confessam sua própria responsabilidade ideológica, no processo de engorda do dinossauro estatal que gerou o monstro da dívida? Lembro-me que, há uns dois ou três anos, fui convidado a participar de um painel na Escola Superior de Guerra, a respeito do tema "O Brasil e o Leste europeu". Enfrentava na mesa o simpático e culto professor carioca. O problema a ser discutido era o relacionamento do Brasil com o mundo comunista. Jaguaribe, porém, repetidamente desviou o debate do tema do painel para denunciar, apaixonadamente, os banqueiros estrangeiros credores, assim colhendo louros de simpatia e popularidade do público beato naquele alto educandário. Foi completamente obscurecida a seríssima problemáticaa ser debatida: a do enfrentamento, no mundo moderno, da democracia liberal do ocidente com o totalitarismo nacional-comunista, contra o qual o meu adversário não pronunciou uma palavra sequer.

Na página inteira do *Caderno de Sábado* do JT de 27 de janeiro de 1990, o emérito sociólogo e membro da executiva do PSDB envolve-se numa extensa semântica dos conceitos de "arcaico" e "moderno", e na apreciação dos termos ideológicos "esquerda" e "direita". Assinala Jaguaribe, com elogiável clareza e precisão cartesiana, que "a direita arcaica, sustentadora da legitimidade do privilégio de casta ou classe, deixou de existir no mundo ocidental"; e acentua ainda que "a esquerda arcaica, fundada numa concepção estatizante, burocratizante e centralizadora da economia e da sociedade, sofreu amplo e profundo descrédito com a perestroika e a glasnost do presidente Gorbachov e com a derrocada dos regimes comunistas da Europa de Leste"... "A esquerda arcaica, entretanto", acrescenta Jaguaribe, "persiste no Terceiro Mundo e tem importante presença no Brasil". *Otchim arachôl* aplaudo eu. A opinião coincide exatamente com a nossa e a considero perfeitamente condizente com tudo que

argumentamos, nós, liberais. Como explicar então que seu partido, o PSDB, a cuja executiva nacional pertence, tenha apoiado no segundo turno da eleição presidencial a frente popular que nunca escondeu seu pendor estatizante, burocratizante e centralizador da economia e da sociedade? Aliás, seu colega, o excelente senador Fernando Henrique, igualmente sociólogo, pensador brasilianista e cientista político internacionalmente respeitado, não deixa de enaltecer, em seu artigo no *Caderno de Sábado* de 3 de fevereiro, "a capacidade estratégica do poder público para ativar a economia"- o que até parece fala de militar...

Cabe-nos então a pergunta: porventura realmente acreditavam esses senhores que o líder da frente popular fosse capaz de provocar, no Brasil, "um choque capitalista"? E que transcendesse o esquerdismo arcaico, "fundado numa concepção estatizante, burocratizante e centralizadora da economia e da sociedade", em que o poder público possui a capacidade estratégica para pretender, quase sempre sem sucesso, "ativar a economia"? Se Fernando Henrique Cardoso e Hélio Jaguaribe de Matos estão convictos de que "a esquerda moderna está mais próxima da direita moderna do que da esquerda arcaica"; e se é verdade que "sob a capa da racionalidade marxista, os regimes comunistas geraram, de fato, sistemas de castas e regimes neofeudais, típicos da direita arcaica", como então justificar tenha o PSDB se associado - para tentar impedir a vitória eleitoral da "direita moderna", personificada no candidato Fernando Collor de Mello - ao que há de mais retrógrado, feudal e irracional no país - o PT, a CUT, o PCB, o PC do B, o MR-8 e a CNBB? Não entendo... Certamente excede nossa capacidade de compreensão racional a declaração do sábio e erudito professor Jaguaribe segundo a qual, "a despeito do profundo equívoco de seu programa e da característica posição da esquerda arcaica do PT", tenha o candidato Lula sido "um símbolo das legítimas aspirações sociais do povo brasileiro". Como é possível? A declaração, incoerente, contraria frontal mente todo seu argumento anterior a respeito da maior proximidade da "esquerda moderna" em relação à "direita moderna" do que em relação à "esquerda arcaica".

O que há de lamentável em todo o discurso dos líderes da social-democracia brasileira é que reconhecem, com maior candura, a "deslavada política de clientela", "o mais desinibido fisiologismo", "o grande equívoco" da "política de reserva de mercado", a "oligarquia dos dirigentes sindicais" e o "peso

morto de certos serviços públicos nos lombos do combalido erário" - mas logo em seguida passam a usar a semântica da Vulgata marxista com termos como "classe dominante" e "elites exploradoras", e criticam "o regressismo liberal" do "não gastar mais do que o arrecadado". Cabe notar, aliás, a esse respeito, que foi o presidente Tancredo Neves, acolhido por Fernando Henrique, há seis anos, com os mais entusiásticos aplausos, quem repetidamente insistia que, no seu governo, "seria proibido gastar" - o que quer dizer, seria proibido gastar mais do que o arrecadado. Não gastar mais do que o arrecadado é isso mesmo o que prevê o artigo 164 da Constituição, a qual igualmente recebeu o decidido e enérgico sustentáculo do partido tucano do qual é Fernando Henrique o pássaro intelectualmente mais notável. Como é possível que esses senhores, depois de haverem registrado as vantagens de uma "economia aberta e internacionalmente competitiva" - o que quer dizer, uma economia liberal de mercado - e de haverem tão lúcida e corretamente analisado os males "estruturais", que afetam a nacionalidade na presente conjuntura, teimem em recorrer a slogans batidos de um socialismo em vertiginosa decomposição e se recusem, obstinadamente, a aceitar a solução liberal para os problemas que nos afligem?

Jaguaribe de Matos conclui seu discurso, amplamente divulgado pela imprensa, propondo quatro princípios para salvar a Pátria em perigo. São eles: 1) reforma social; 2) reforma do sistema público; 3) modernização da sociedade e 4) retomada do desenvolvimento econômico. Tudo isso é muito bom e muito fino. Com tudo isso estamos todos plenamente de acordo. Todo mundo pode e deve aplaudir tão sábios e elevados princípios. Mas *"o po-menó é que é o pro-bema",* como diria o caipira. O guru tucano, ex-assessor político-ideológico do Ribamar Tudopelosocial Sarney, é hermeticamente silencioso em detalhar a maneira de atingir seus transcendentes objetivos. Nota-se apenas uma elevada dose daquilo que Friedrich Hayek qualifica de *construtivismo,* isto é, de supersticiosa crença no poder mágico e na "capacidade do poder público para ativar a economia" e reformar a sociedade. A solução mágico-verbal da macumba ideológica não se tem revelado satisfatória, embora esteja há décadas sendo tentada em nossa terra. Fernando Henrique e Jaguaribe são característicos *filódoxos,* "amigos de opiniões" como os chamaria Platão, para distinguir os sofistas dos verdadeiros filósofos, "amigos da sabedoria". No famoso diálogo de Platão, representa Protágoras o sofista ou intelectual, o ideólogo amante de opiniões, que sabe usar

de retórica impressionante e de frases esteticamente perfeitas, para transmitir o *pseudos,* a mentira, assim induzindo a juventude a erro. O que lhe falta é sinceridade, honestidade intelectual, coerência e respeito à realidade empírica. Afirmar que o Brasil precisa de "justiça social" e de "desenvolvimento econômico a taxas não inferiores a 5% ao ano" é muito fino, muito justo e elegante. "Mas com que roupa, com que roupa eu vou"? pergunto-me, como na antiga marcha carnavalesca. Se austeridade nos gastos públicos é demagogia, como pensa o senador paulista, então estamos mal, estamos mesmo muito mal. É triste que, na enorme elaboração retórica de conceitos abstratos, tais como "reforma social", "reforma do sistema público", "modernização da sociedade" e "retomada do desenvolvimento", não haja uma palavra sequer sobre os métodos práticos, concretos, reconhecidamente eficientes e empiricamente provados em todo o mundo, para alcançar os eminentes objetivos. Esses métodos, aplicados da Europa ocidental à Ásia oriental e, agora mesmo, na *perestroika* da Europa ex-comunista, devem necessariamente comportar 1) a redução do poder interventor do Estado, pela modificação da opressiva legislação reguladora e o cumprimento estrito do artigo 173 da Constituição - o que implica a privatização de uma penca de estatais e a demissão de algumas centenas de milhares de funcionários ociosos e excedentes, não apenas ao nível federal, mas, sobretudo, estadual e municipal; 2) a abertura da economia ao mercado internacional, (livre câmbio e livre movimentação de capitais), revogando ou "esquecendo" os dispositivos restritivos, nacionalistas e autárquicos da Carta Magna, e derrubando todo o vasto e monstruoso aparelho controlador que nos asfixia; e, consequentemente, 3), a anulação do déficit público por medidas rígidas de supressão de subsídios e redução, a qualquer jeito, da percentagem dos escandalosos orçamentos dedicados às verbas de pessoal. Em suma, "desengessar a economia", como aconselha Roberto Campos. Tudo isso tendo em vista, precisamente, eliminar a "oligarquia de serventuários" dirigistas que agem "em detrimento do interesse público". Só tais medidas de retorno a uma economia de mercado francamente *capitalista* poderão recolocar o Brasil no caminho que tem permitido à Europa ocidental, à América do Norte, à Ásia oriental e a alguns outros raros países, como o Chile, avançarem no desenvolvimento e "erradicarem a miséria" - como Jaguaribe e todos nós unanimemente desejamos.

Não quero terminar sem me referir aos reflexos das reformas propostas no

terreno da política externa. O "crescimento econômico de uma economia aberta e competitiva" - tendo como modelo, digamos, a Alemanha federal, o modelo oferecido pelo próprio Jaguaribe - não se coaduna com a ideologia de uma "esquerda arcaica", que "persiste no Terceiro Mundo" e seria representada pelo PT. Ora, o senador Fernando Henrique, que é o grande propugnador em nossa terra e internacionalmente o mais conhecido elaborador da teoria da dependência, deveria, hoje, posicionar-se sem subterfúgios, ele e seu partido, diante da seguinte opção fundamental: é o Brasil parte do Terceiro Mundo, sofrendo da malvada "dependência"; ou deve procurar superar essa miserável postura complexada e integrar-se ao Primeiro Mundo, como a oitava potência dirigente do Ocidente democrático? O ingresso no Primeiro Mundo - que o senador Roberto Campos e eu, modestamente, temos há anos defendido, e que parece se haver tornado (talvez...) um dos pontos na visão otimista do Presidente da República - implica o repúdio formal e certo à teoria da dependência. Mas como já dizia o grande filósofo espanhol Sancho Pança, *del dicho al hecho, hay gran trecho"...* Estariam assim, Fernando Henrique e Hélio Jaguaribe, dispostos a efetuarem esse salto existencial? Estariam inclinados a se independizarem da dependência? Estariam dispostos a repudiar a política que, desde 1959 ou 1974, é seguida pelo Itamaraty - o Itamaraty de Araújo Castro, de Silveira, de Saraiva Guerreiro e dos chamados "barbudinhos" que os assessoram, e ainda detêm as alavancas de comando da "Casa", mesmo quando imberbes? Duvido um pouco. Preciso de provas mais concretas. Sou cético e, como São Tomé, exijo confirmação sensível por parte dos venerandos mestres do PSDB, para me certificar, se estão ou não dispostos a queimar aquilo que até há pouco adoravam, e adorar aquilo que queimavam. Para começar, é necessário rejeitar a tese da igualdade jurídica absoluta entre as nações e a de incontrastável soberania nacional, postura que não é mais admissível no mundo moderno, a não ser como tática maquiavélica para a conquista de posições iniciais de barganha. A sugestão feita, outrora, por Jaguaribe de concessão à Assembleia Geral da ONU de poderes legislativos e executivos formais, na base do preceito "uma nação, um voto", é romântica e desarvoradamente utópica. Imaginem dar à República popular do Burundi e à Ripablik Blong Vanuatu, no Pacífico, cuja população caberia inteiramente no estádio do Pacaembu, o mesmo poder dirigente sobre o mundo, que é dado à China com seus 1,1 bilhões de habitantes, aos EUA, que detêm 30% do poder

econômico universal, e à URSS, França e Grã-Bretanha, que compartilham a *ultima ratio* do armamento atômico! A falta de sensibilidade de uma tese, desse tipo, às realidades concretas de poder no mundo se me afigura espantosa.

Em conclusão: estimaria que as propostas de reforma expostas pelos dois excelentes filódoxos do PSDB abandonassem, por um momento, o terreno abstrato do mero desiderato *(wishful thinking),* e enfrentassem a realidade positiva e material da "mais séria crise da história moderna" do Brasil. Que desçam das alturas nefelibáticas em que alambicadamente discorrem, e abandonem os slogans da macumba ideológica. Caiam na dura e cruel *anankê,* a necessidade. Sejam pragmáticos! Estes os votos sinceros deste seu crítico que, apesar de tudo, é amigo e admirador de suas inteligências.

9. Brasil - Sociedade heterogênea

Quando nos queixamos das mazelas de nosso país, desigualdades que atormentam o desenvolvimento ou exigem correções urgentes nos rumos do projeto progressista, raramente é levado em consideração que somos uma sociedade eminentemente heterogênea. Somos definidos por muitos observadores estrangeiros como "o país dos contrastes".

Há realmente pouca semelhança, digamos, entre o agreste cearense, semi-árido e habitado por uma "raça forte" de mestiços caboclos; o norte do Paraná, sul de Santa Catarina e norte do Rio Grande, com clima temperado, solo fértil e uma população com forte dose de imigração nórdica; a Bahia e seus resquícios de "cultura" africana; uma favela carioca extremamente mesclada; a floresta amazônica com suas tribos indígenas; ou São Paulo, cosmopolita. Heterogêneo é o Brasil por razões históricas, raciais, climáticas e geográficas - o que nos parece natural, numa área da extensão da nossa que resultou, como se sabe, das circunstâncias peculiares da colonização portugesa, enfrentando o indígena e introduzindo a escravidão africana. Mais tarde, a complexidade da nação foi exagerada pelas correntes imigratórias europeias e asiáticas. Poucos países revelam, por isso, uma tão grande diversidade em ambientes tão contrastantes. A diversidade racial e geográfica acentua as desigualdades econômicas e sociais, explicando-as sem justificá-las.

Outras nações existem, tão heterogêneas quanto a nossa: os EUA, a

URSS, a índia... Os Estados Unidos, entretanto, no período relevante de sua formação, dispunham de uma massa considerável e homogênea de pioneiros anglo-saxões, de forte personalidade, que determinaram e ainda hoje determinam os rumos de sua sociedade heterogênea: só de uns cem anos para cá começou a América a salientar o seu caráter multirracial, pela integração do negro e a absorção de grandes levas de imigrantes judeus, orientais e mestiços de *habla* hispânica. A China, mais extensa do que o Brasil, é muito mais homogênea, étnica e culturalmente - uma homogeneidade consolidada por quatro mil anos de civilização. O Canadá, ainda que perigosamente dividido pela peculiaridade linguística e cultural do Québec francês, é também homogêneo. Homogêneos são os países europeus, onde milhares de anos de história comum firmaram forte identidade racial e cultural. Na Ásia oriental, homogêneos também são o Japão e a Coreia - o que lhes favorece a integração social. Uma vez neles decidida uma política determinada, modernizante e desenvolvimentista, é fácil impô-la a toda a população. Não é o caso da Índia, por contraste: a extrema heterogeneidade do subcontinente indiano, afetado por sérias diversidades de raça, religião, língua e ambiente natural, e socialmente dividido pelo sistema feudal de castas, acarreta, consequentemente, diferenças de renda que o colocam entre os mais pobres e desiguais do mundo.

O professor Eduardo G. da Fonseca, em trabalho para a FIPE sobre liberalismo e reforma social no Brasil, refere-se às desigualdades econômicas em nosso país e destaca que "a privação absoluta em larga escala e o ciclo da pobreza e da incompetência são traços da realidade brasileira, cujas origens remontam à própria formação histórica de nossa sociedade". Ora, "entre todos os países listados pelo Banco Mundial no seu relatório anual sobre o desenvolvimento, não existe nenhum outro onde os 40% mais pobres da população recebam uma parcela tão diminuta da renda nacional". É evidente que essa concentração da renda em nosso país, salientada pelo professor Gianetti da Fonseca, se prende ao descompasso entre o atraso do nordeste, norte e noroeste, e o progresso de São Paulo e do sul do país. A heterogeneidade econômica está ligada às peripécias da colonização, à estrutura patrimonialista e mercantilista das áreas atrasadas que não foram tocadas pela imigração europeia e asiática, ao trauma da escravidão que afetou senhores e escravos nas áreas onde vigorou, até 100 anos atrás, e ao extraordinário impulso desenvolvimentista através da

Revolução Industrial que, no sul, também nos permitiu alcançar, nos últimos 50 anos, um dos mais elevados índices de crescimento da renda *per capita* no planeta. Eduardo G. da Fonseca oferece a Coreia como "o melhor exemplo de que o crescimento acelerado, mesmo num país em desenvolvimento, não requer, nem precisa gerar disparidades extremas entre ricos e pobres". A partir de 1960, a renda *per capita* coreana tem crescido a uma taxa média espantosa de 7% ao ano, uma das mais elevadas do mundo, e essa renda tem sido bem distribuída.

Ora, o que é preciso salientar é que a Coreia é também um dos países mais sólidos e integrados, com um patrimônio cultural de mais de dois mil anos e formado por uma população extremamente homogênea. Nesse sentido, é até bem mais homogênea do que o Japão ou a China. Quando, em países fortemente integrados e homogêneos como o Japão e a Coreia, as elites decidem avançar numa determinada direção, no caso, na direção do desenvolvimento segundo o modelo de democracia liberal e economia de mercado, aberta ao mundo ocidental, poucos obstáculos naturais se erguem para opor-se à realização desse consenso nacional. Não é esse o caso do Brasil: não somente fracas e pouco cultas são nossas elites, como inexiste um consenso nacional firme quanto aos rumos da nacionalidade. Somos ainda imaturos. Na estrutura tradicional patrimonialista, clientelista e paternalista, a pachorra da vida coletiva sob domínio burocrático ainda orienta a maior parte da população e essa estrutura, solidificada pelos sentimentos religiosos, não favorece nem o desenvolvimento, nem um regime democrático liberal que possa distribuir, mais equilibradamente, as rendas e bens econômicos.

Devemos lamentar, por conseguinte, que tendo sido o problema da heterogeneidade racial e social tão exaustivamente estudado, graças sobretudo aos trabalhos pioneiros de Euclides da Cunha e Gilberto Freyre, se continue a levar em pouca consideração essa problemática contrastante na análise dos desequilíbrios e "injustiças" econômicas. É evidente que indivíduos de origem europeia e cultura ocidental, no ambiente estimulante de São Paulo, enorme vantagem possuem para o progresso e o enriquecimento industrial, em comparação com quaisquer favelados cariocas ou caboclos nordestinos cujos antepassados, há três ou quatro gerações, eram selvagens canibais na Idade da Pedra ou escravos violentamente arrancados das savanas africanas. Os preconceitos marxistas que contaminaram nossas ciências sociais, rebeldes a

qualquer apreciação histórica objetiva e imunes à consideração dos condicionamentos culturais, são responsáveis pelo astigmatismo aberrante de tais avaliações ideológicas.

Encontro méritos em trabalhos como os do professor Gianetti da Fonseca, por terem a coragem de transcender as categorias economicistas primárias e de enfatizar a educação primária universal, que deve ser sustentada por programas concretos de controle da natalidade e imposição de uma ética da paternidade responsável A extensão da cultura ocidental e da educação à massa ignara e proliferante da população atrasada do sertão, ainda preso ao patrimonialismo semicolonial, representaria o modo exclusivo de superação da heterogeneidade, hoje existente.

10. Conclusão: liberalismo e opção pela riqueza

Sem uma limitação ao crescimento populacional e sem educação compulsória universal, nenhuma "fórmula econômica" poderá solucionar genuinamente o problema da pobreza em massa em nosso país. *Limitação da natalidade e educação de primeiro grau parecem-me, efetivamente, numa sociedade em desenvolvimento como a nossa, os dois únicos elementos de "intervenção social" que permitiriam, eventualmente, a superação da mazela.* Sabe-se que o Brasil registrou, nestes últimos 50 anos, uma das mais altas taxas de crescimento econômico, juntamente com índices de má distribuição da renda que, humilhantemente, nos coloca em 47° lugar no planeta, segundo dados da ONU. Tal discrepância, que as elites intelectuais ressentem como uma injustiça e uma vergonha, conduziu à convicção de que caberia ao Estado remediar a situação por medidas "reformistas" de natureza redistributiva. Mesmo no programa do presidente Collor de Mello, não obstante suas promessas liberais e desestatizantes, está implícita a ideia de iniciativas governamentais nesse terreno. Hélio Jaguaribe é um dos mais conhecidos cientistas políticos que defendem soluções do tipo que qualifico de "nacional-socialistas". Desse autor ouvimos apenas a insistência numa estratégia básica de desenvolvimento que envolveria, por exemplo, "salários reais crescentes, recuperação gradual do salário mínimo, prioridade aos bens sociais, etc". Tais medidas muito cheiram ao tipo de política "construtivista" denunciada por Hayek. O próprio conceito de um "processo de

crescimento *sustentado'* sugere a intervenção governamental na economia, em violação ao jogo livre de preços e salários. De acordo com os princípios liberais, deve-se limitar estritamente a intervenção do Estado àquilo que de fato lhe compete: saúde, educação de base e a mais larga distribuição distribuição possível de informações e recursos, tendo em vista a paternidade responsável e o controle da natalidade. Cabe promover a tese de que um fator histórico negativo, sobreposto às condições heterogêneas de nossa nacionalidade, de natureza racial, climática, psicológica e religiosa, tem sido responsável pelas alegadas injustiças na distribuição dos bens materiais e culturais proporcionados pelos desenvolvimento. Esse fator histórico é o *patrimonialismo e paternalismo* da estrutura *política* da nação. Como consignava João Camilo de Oliveira Torres, "o fato espantoso" é que, no Brasil, "o Estado precedeu fisicamente o povo", sendo essa circunstância assinalada por todos os estudiosos da colonização e, em particular, pelo nosso grupo da Sociedade Tocqueville. Se abandonarmos a economia brasileira às forças naturais do mercado, à "ordem espontânea" do sistema de preços e salários, e ao livre desa-brochar da iniciativa privada, nós, liberais, estamos convictos de que o próprio desenvolvimento se encarregaria de diluir as desigualdades de renda entre ricos e pobres. A preocupação essencial dos liberais é com a produção, determinada pelo consumo, e não, como os estatizantes, com a distribuição. Além disso, reconhecemos que o progresso industrial muito mais rápido em certas regiões do país (S. Paulo e o Sul), favorecidas por melhores condições culturais e ambientais, explicaria as desigualdades nos índices sociais que tanto escandalizam a chamada "Esquerda". As estruturas patrimonialistas obsoletas, herdadas da época colonial, no nordeste e outras áreas, foram agravadas pela intervenção extemporânea do Estado que criou uma gigantesca massa ociosa, privilegiada e inepta de políticos e burocratas (oito milhões ao nível federal, estadual e sobretudo municipal), os quais, sempre se manifestando em termos de retórica populista, agem de modo contraproducente na superação de tais "injustiças". Seria por isso aconselhável a leitura de obras, como as divulgadas pelo Instituto Liberal, aos intelectuais da linha preconceituosa *à la Rousseau* que, romanticamente, acreditam nas virtudes soteriológicas de "reformas" empreendidas pelo governo, qualquer que seja. A mensagem básica dos fisiocratas, de Hume, Locke e Adam Smith, e dos liberais ingleses e americanos, é bem resumida, como ele sustenta, na ideia de que

"balançar a árvore não produz os frutos que caem". A lógica da geração de riquezas (frutos) não pode ser eclipsada, ou negada, pela lógica da distribuição dos resultados (chacoalhões). Ao balançar a árvore excessivamente, corre-se o risco, inclusive, de derrubá-la, como aconteceu com o "tudo pelo social" do governo anterior. Como também escreve Adam Smith, "o homem de sistema (i.e., o planejador estatal) costuma considerar-se muito sábio em seu próprio juízo; e está com frequência tão enamorado da suposta beleza de seu próprio plano ideal de governo que não tolera qualquer desvio, por menor que seja, em qualquer de suas partes. Atua com o intuito de implantá-lo completamente e em todos os detalhes, sem prestar qualquer atenção, quer aos grandes interesses, quer aos fortes preconceitos que a ele se podem opor".

Acredito, finalmente, que se deve acentuar o papel do controle populacional na problemática abordada. Uma das questões mais sérias que afetam a nacionalidade tem sido enfrentada, com temor e suspeita, pela elite responsável. Foi gerado um tabu, alimentado pelos preconceitos de católicos, militares ultranacionalistas e esquerdistas, em aliança detestável. Nas últimas eleições presidenciais o tema não foi quase debatido, a não ser perfuntoriamente pelo senador Mário Covas. Uma solução genuína e permanente do desafio da pobreza em massa, argumentou John Stuart Mill, exige, antes de mais nada, a satisfação de duas condições básicas: "Sem elas, nenhum (sistema econômico) ou conjunto de leis e instituições conseguirá emancipar a massa da humanidade de sua condição atual de miséria e degradação. Uma dessas condições é a educação universal e a outra, uma limitação adequada do número de habitantes da comunidade". Agradecemos ao professor Giannetti da Fonseca e ao Instituto Liberal por difundirem tão sabiamente essa tese que deveria ser introduzida, a golpes de karatê, na cuca refratária de todos os pseudo-reformistas socializantes do país.

* * *

Vamos agora concluir nossa tese. Leon Bloy afirmava que, no coração do cristianismo está o pecador. Os Evangelhos confirmam a preocupação exacerbada de Jesus em relação aos pecadores, inquietação de que a parábola do Filho Pródigo é o mais admirável exemplo. O que deseja o Salvador é o perdão dos

pecadores. Sua mensagem consiste, precisamente, em insistir na conversão *(metanoia)* dos pecadores, criminosos, poderosos e corruptos. Em Marcos 2:17, Ele acentua: "eu não vim chamar justos, mas pecadores"... Ora, se é verdade que o capitalismo, como pensam os padres e cardeais da esquerdigreja popular brasileira, é um sistema pecaminoso (D. Paulo Evaristo Arns assim o proclamou!), então a opção preferencial do cristianismo deve ser em favor dos ricos capitalistas, *precisamente porque são pecadores.* Os pobres já estão no Reino dos Céus (Lucas 6:20). Eles já possuem as bem-aventuranças e, consequentemente, já foram salvos: "vosso já é o reino de Deus". Disso se pode deduzir que a preocupação da Igreja deve, doravante, dirigir-se para aqueles que cometem faltas *(paraptoma),* sobretudo a falta maior da sociedade moderna, a *pleonexia,* a cobiça exagerada de dinheiro e poder. Isso quer dizer que a atenção da Igreja se deve, preferencialmente, deter-se sobre os ricos. Eis o meu argumento: são os ricos que necessitam de conversão e salvação; e não os pobres, já bem-aventurados por natureza.

À primeira vista, minha tese pode parecer uma brincadeira. Ou, pelo menos, um paradoxo jocoso. Não é. É um argumento muito sério e procurei demonstrar por quê. De fato, a pobreza sendo já coberta pelas bem-aventuranças, deixa de constituir um problema moral e se torna, na sociedade moderna, um problema técnico, uma simples questão social e econômica a ser resolvida pela economia política de liberdade. Do mesmo modo, meu argumento é que quando faz Deus opção pelos doentes e sofredores, não quer isso dizer que devemos abandonar a medicina e não providenciar a saúde da população. Nem que qualifiquemos o anestésico de pecaminoso. Lembremo-nos outra vez do que disse Jesus: "sempre tereis os pobres convosco". Na realidade, repetimos que a pobreza é hoje eliminável, como praticamente já ocorreu no Japão e nos países capitalistas adiantados da Europa ocidental e nórdica. Nos EUA, só 10% da população são considerados pobres, mas sua renda atinge um nível que, em nosso país, indicaria abastança. Acresce que, bem mais da metade dos pobres se incluem em famílias desintegradas, como o demonstram as estatísticas, principalmente em famílias de mães solteiras e filhos abandonados pelo pai. O problema econômico se reduz, então, a uma questão de moral familiar e sexual. O mesmo fenômeno poderia ser demonstrado entre os pobres de nossas favelas, onde raramente encontramos famílias normal e legalmente constituídas. Nesse

sentido e só nesse sentido é que poderíamos falar no problema moral da pobreza, levantando suspeitas de pecados ou faltas como a preguiça, a prodigalidade, a embriaguez, a irresponsabilidade e sobretudo a concupiscência sexual destemperada. Como muito bem notou Malthus, um pastor evangélico, o pobre *e só o pobre é responsável pela procriação de filhos que não consegue manter e educar.* Mas, de novo aí, a solução do problema é de ordem técnica: a resposta é o que se chama controle da natalidade, ou seja, paternidade responsável, planejamento familiar...

Se é um fato central da história, em nosso século, que, pela primeira vez, a pobreza se apresenta como uma condição humana superável, então nossa atenção moral se deve concentrar na riqueza a qual pode ter efeito corruptor. Em suma, o problema do mundo moderno no Ocidente cristão é, em última análise, o problema da riqueza e da abundância. As condições reinantes nas ricas sociedades de consumo é que conduzem à apostasia. A abundância das nações industriais é que traz males notórios como as drogas, a promiscuidade sexual, as neuroses, o culto da violência, a alienação, o *taedium vitae* e outros sintomas de profunda crise moral. Quero citar um autor inatacável que, durante anos, dirigiu uma revista de esquerda e promoveu o marxismo eclesiástico, E. Mounier. Diz ele, definindo muito bem o problema de nossa época: "Quiçá, depois de haver experimentado a pobreza em espírito na pobreza material, esteja a humanidade chamada à difícil prova de praticá-la na abundância material"...

Eis a verdadeira razão por que, em nossa época, deve a opção preferencial da Igreja ser pelos ricos e não pelos pobres. A opção pelos pobres é técnica e política. A opção pelos ricos é moral e cristã. Isso porque os ricos é que são mais vulneráveis ao pecado e precisam dos cuidados especiais da Igreja. O que o mundo moderno necessita é de uma nova ética econômica aplicável às condições de poder, de luxo e abundância da sociedade pós-industrial avançada, para a qual caminhamos.

* * *

Essas desordens, entretanto, não me inspiram o riso, nem mesmo as lágrimas, mas antes me levam a filosofar e a melhor observar a natureza humana... Mas agora deixo cada um viver de conformidade com suas ideias.

Aqueles que desejem, que morram pelo seu próprio bem, contanto que seja eu autorizado a viver pela verdade.

BARUCH SPINOZA(Cartas, XXX)

V

REBUS SIC STANTIBUS (Economia e catolicismo)

Ocorre-nos novamente a pergunta: haveria, no Brasil, alguma incompatibilidade fundamental entre as necessidades psicológicas do desenvolvimento, de um lado, e as inibições morais provocadas pela fé católica, do outro? O tema é da mais ardente atualidade. A pergunta é pertinente pois, se fosse respondida de maneira positiva, levantaria um grande problema de oposição primária entre catolicismo e desenvolvimento, como entre a fé e a heresia, a Igreja e o Estado, o Bem e o Mal. Outra pergunta nos ocorre: pode a psicologia resolver a dúvida entre o condicionamento da moral religiosa e o determinismo das circunstâncias materiais, nas peripécias históricas de nosso desenvolvimento econômico?

Tais perguntas já têm sido feitas, e respostas diversas oferecidas. Viana Moog, por exemplo, afirma que "catolicismo e capitalismo se repelem, *hurlent de se trouver ensemble".* A mesma posição é tomada por Amintore Fanfani cuja obra discutiremos adiante.

Segundo outro ponto de vista, acredito que as facetas da mentalidade coletiva brasileira, no campo econômico, não são necessária ou exclusivamente determinadas por convicções religiosas. Se um católico, como capitalista, será sempre um capitalista canhestro, segundo pensa Viana Moog, não me parece contudo que, ao examinar a história do Brasil, estejamos em presença de um cisma da alma tão profundo que possa ter sido responsável pela decadência dos povos peninsulares e por nosso próprio atraso material. As exigências do cristianismo são, sem dúvida, absolutas. Mas sempre foi traço tolerante da Santa Mãe Igreja "facilitar" o cumprimento dos mandamentos, por vezes excessivamente árduos, da nossa religião.

* * *

1. Catolicismo e desenvolvimento

Ouçamos o que Max Weber tem a dizer sobre o tema. Max Weber, conforme notamos em seções anteriores, ocupou-se principalmente da ética protestante cuja influência sobre o espírito do capitalismo considerou preponderante. Incidentalmente, tocou no problema do católico devoto. Estaria este com portando-se continuamente, ou à beira de comportar-se, em seus negócios, de maneira a transgredir os ditames eclesiásticos. Sua conduta econômica poderia ser ignorada, no confessionário, somente pelo princípio *rebus sic stantibus.* Dependeria da indulgência do confessor. Ou só seria permissível na base de uma "moralidade frouxa e probabilística". Num certo sentido, portanto, a vida dos negócios seria considerada repreensível ou, na melhor das hipóteses, não positivamente favorável a Deus. Os problemas de consciência tenderiam a contribuir para criar conflitos interiores, perturbando a consideração objetiva das questões de interesse econômico e inibindo, consequentemente, a iniciativa capitalista.

Podemos admitir, para ilustrar o debate, que, possuído de certa obediência católica e empenhado numa aventura negocista nos limites da honestidade, seria o indivíduo inconscientemente atingido por sentimentos de culpa, à medida que Mamon o favorecesse à custa de concorrentes infelizes ou de proletários oprimidos. Tais sentimentos poderiam, por reação, manifestar-se sob a forma de uma conduta ainda mais audaciosa: um verdadeiro desafio à lei divina. A passagem de um comportamento relativamente honroso, severo e generoso, para a mais completa falta de escrúpulos e insensibilidade humana ocorreria, assim, segundo um padrão explicável psicologicamente, e o empreiteiro acabaria vendendo a sua própria alma ao diabo: *Corruptio optimi pessima.* Foi o que aconteceu com os grandes conquistadores espanhóis e nossos próprios bandeirantes: o desafio domjuanesco determinou, em tais casos, empreendimentos de absoluta temeridade e imoralidade, com resultados econômicos às vezes contraproducentes. Eis o drama a que assistimos durante quase toda nossa história econômica e até nossos dias, como no caso dos empreiteiros da borracha no Amazonas e dos "pelegos", "tubarões" e "marajás" da nossa vida contemporânea.

É também verdade que o homem que se enriqueceu rapidamente, por

seus próprios meios, em contraposição ao aristocrata ou "homem de bem" das chamadas "classes conservadoras", que herdou dos pais fortuna imobiliária, nunca foi bem visto em nosso país, exceto em períodos excepcionais de *boom* econômico. Não dispomos, como os Estados Unidos, de heróis da fortuna. Os nossos são quase sempre vilões ou então infelizes, como o Barão de Mauá. Não possuímos figuras como as de Horácio Alger. A indulgência que, geralmente, reservamos para os "heróis da inteligência", quaisquer que sejam os pecados que cometeram, não se estende aos grandes empreiteiros. Esses, com ou sem razão, são olhados com certa desconfiança, como *parvenus,* mascates, agiotas ou "picaretas" que procuram o lucro excessivo, "judaicamente", e devem por consequência ser vigiados com técnica apropriada de natureza sherlockiana. Mário Henrique Simonsen chama a atenção para o fato de que, em nossa língua, "lucro e logro parecem ter a mesma raiz etimológica". Nota que, se a imagem do empresário frequentemente se deforma na do especulador, por cuja honestidade ninguém poria a mão no fogo, exibimos, em compensação, incrível ternura para com os concordatários, devedores e agiotas falidos, achando perfeitamente justo que o Banco do Brasil lhes sustente a caixa - "no famoso processo de socialização dos prejuízos".

O distributivismo da economia sentimental brasileira - é ainda esse autor quem nos fala - parece teoricamente muito bonito e, do ponto de vista da moral cristã, muito justo. Contraria, porém, as exigências de uma economia lógica e pragmática, determinada pelas leis de seleção natural. "Um país com uma renda *per capita* da ordem dos 2.300 dólares anuais, deveria procurar criar riquezas e não distribuir miséria". Ora, Santo Tomás de Aquino havia ensinado que as riquezas materiais são necessárias, embora de importância secundária, pois sem elas os homens não poderiam sustentar-se. Mas os motivos econômicos são suspeitos. São apetites poderosos e temos tendência a temê-los e, ao mesmo tempo, por eles nos deixarmos seduzir, embora não sejamos suficientemente maus para aplaudi-los. Foi por motivo de tais ideias que Tawney considerou Karl Marx na linha do pensamento escolástico.

Sem me atrever a considerações que fogem à minha área de interesse e competência, acredito, contudo, que Tomás recuou do ponto alcançado por Agostinho. Racionalista e dogmático, o Doutor Angélico, cuja filosofia foi oficialmente adotada pela Igreja Católica, via no homem comum, agindo na terra,

isto é, na política e na economia, uma tendência irresistível a raciocinar unicamente de modo "venal", "desprezando o bem público". Agostinho percebeu, na linha de São Paulo e, a meu ver, com mais arguta psicologia, que o homem é complexo e contraditório, é *ao mesmo tempo,* cidadão das Duas Cidades. A polaridade do egoísmo e do altruísmo encontra-se, entranhada, na alma de cada um. Todos defendemos nossos interesses. Todos, também, em maior ou menor grau, procuramos hesitantemente ou pensamos servir o Bem Comum. É racionalmente impossível fixar uma linha divisória, clara e precisa, entre o âmbito de ação da "venalidade" egoísta e da dedicação ao Bem Comum. A distinção não é consciente, nem pode ser determinada cartesianamente. É essa aparente falta de compreensão da natureza humana, contraditória como é, o que torna indigesta a postura excessivamente intelectualizada e rabínica da Escolástica. Donde o nefelibatismo das objurgações estéreis em torno da "justiça social", do "salário justo", do "preço justo", das "necessidades" vitais e assim por diante. Donde também a tendência tradicional da Igreja de favorecer soluções autoritárias, planejadoras ou do tipo que Hayek chama de "construtivistas": na Idade Média, o apoio ao corporativismo; no princípio da Idade Moderna, a sustentação da intervenção estatal absolutista no mercantilismo; e, a partir do século XIX, as simpatias crescentes pelo socialismo, acoimado de "cristão".

A difícil opção em que nos encontramos entre socialismo e capitalismo, e a correspondente perplexidade da Igreja brasileira, também teriam a mesma origem na dúvida quanto à moralidade do dinheiro ganho pela usura capitalista. A contradição penetra insidiosamente nas mais avançadas declarações da Santa Sé. A Igreja não quer parecer "desatualizada", mas ao mesmo tempo não deseja repudiar a tradição evangélica. Revela, por um lado, o enfado franciscano contra o rico, condena o espírito de lucro e a ostentação do luxo. Mas, por outro lado, interessa-se pelo desenvolvimento econômico e aplaude o *populorum progressio.* Ao mesmo tempo em que parece condenar os ricos, deseja que todo o mundo se enriqueça. E, ao aceitar o mundo moderno, não pode deixar de reconhecer que o desenvolvimento material tende a corromper a família e a desagregar a moral cristã. Afinal de contas, se desenvolvimento significa tornar todo o mundo mais rico, que dizer de uma interpretação marxista do Evangelho segundo Mateus? Que pensar da entrada de um rico no reino dos Céus - a qual seria mais difícil do que a passagem de um camelo pelo buraco de uma agulha? E se a pobreza é

abençoada por Deus, não seria a caridade um paradoxo?

O fato é que tais contradições existem. Elas são inevitáveis e da essência da teologia desenvolvimentista. Como é que se pode almejar o progresso econômico, o crescimento do PIB, a riqueza das nações, a felicidade material neste mundo, sem ao mesmo tempo aceitar o espírito de lucro, desejar o acúmulo do dinheiro e incentivar a concorrência que, fatalmente, favorece a uns em detrimento de outros? O preconceito contra o lucro é antieconômico. Se o ideal é econômico, como é então que se pode condená-lo na base de imperativos morais evangélicos? Diante de tais ambiguidades na doutrina social da Igreja, o que se pode dizer, à guisa de esclarecimento, é que a missão da Igreja não é, nem nunca foi a de resolver todos os problemas e contradições *deste mundo,* mas a de converter os homens e chamar a atenção dos fiéis para aquilo que o transcende, *no mundo que há de vir.*

O problema brasileiro se complica, ainda, pelo fato que, se de um lado o hedonismo, a indolência, o personalismo da sociedade erótica, vivendo sob o impacto da visão paradisíaca da vida, desestimula o sacrifício dos privilégios implícito no plano socialista (cristão ou marxista), por outro, uma tal secreta desconfiança com a legitimidade da procura do lucro compromete o livre desabrochar da opção capitalista mais natural. O resultado é que, por força da inércia e sob a capa de um dirigismo estatal híbrido, vamos preferindo permanecer atados à tradição do patrimonialismo colonial. Nem uma coisa, nem outra. É em suma o que assinala Roberto Campos, com muita perspicácia, quando observa que queremos cavalgar simultaneamente dois cavalos em direção oposta: "Não temos vocação cultural para endossar o projeto socialista, com todos os perigos de frustração política e ferocidade tirânica que ele encerra. Envergonhamo-nos, ao mesmo tempo, de deixar que funcionem os valores essenciais - cruéis às vezes, porém eficazes - do projeto capitalista. Com isso perdemos o impulso místico do primeiro e a eficiência do segundo".

2. Fanfani e a Ética Católica

Amintore Fanfani, um economista que entrou para a política e se tornou, posteriormente, Presidente da República italiana, é autor de um livro *"Cattolicesmo e Protestantesimo nella formazione historica del Capitalismo',* publicado antes da

2ª Guerra Mundial, onde tece "considerações sobre o desenvolvimento secular de uma controvérsia". A controvérsia a que se refere é, evidentemente, a provocada por Weber.

Político ativo na Democracia Cristã, oferece Fanfani dados históricos preciosos sobre o tema do relacionamento entre religião e economia. Ele alega que o "espírito do capitalismo" já surge na Itália renascentista, mas argumenta que estudos sobre a matéria ocorrem a partir do século XVII nas obras de Sir William Temple e do economista William Petty. Cita ainda Donoso Cortês, na Espanha, e outros autores em França, Inglaterra, Itália e Alemanha até chegar a Sombart, Troeltsch e Weber, O trabalho cie Fanfani é precioso por sua pesquisa às raízes da controvérsia gerada por Weber. "Parece-nos indubitável", diz ele, "que o protestantismo... exerceu uma influência positiva no sentido de uma maior facilidade de consolidação do capitalismo. No entanto, esta ação teria sido desprezível se, por outras razões, tivesse faltado um incentivo para o espírito capitalista. É necessário afirmar, antes de mais nada, que os reformadores realizaram esta ação alentadora de um modo inconsciente". Sua conclusão final não chega a contradizer a tese de que o capitalismo é simplesmente um sistema econômico eficiente, possuidor de vida própria e desprovido de conteúdo moral. A ética do comportamento econômico se sobrepõe ao sistema em si e o afeta, mas não é imanente à estrutura da propriedade privada, em regime de concorrência e livre mercado. A religião pode influir, conforme pensa, sobre a vida em geral e sobre a atividade econômica em particular. Influi, quer como sistema de doutrina, quer como organização. A criação de uma ética de trabalho, poupança, honestidade e *fair play,* implícita no espírito do sistema e que atraiu a atenção de Weber, não gera, porém, em Fanfani, nenhuma ideia nova para o enriquecimento do tema. Não obstante longas páginas sobre o relacionamento entre catolicismo e capitalismo e sobre os primórdios históricos desse tipo de comportamento econômico na Itália, durante a idade Média e o Renascimento, e em outros países católicos (todos os países da Europa ocidental eram católicos antes da Reforma), nada avança o autor que possa contestar a presunção de que o catolicismo, ao contrário da ética calvinista e puritana estudada por Weber, não representou, realmente, um ambiente favorável ao desenvolvimento econômico em moldes modernos. A minha convicção de que a religião católica absteve-se de determinar o aparecimento de uma ética adaptada às condições da revolução industrial é

antes reforçada pela leitura de Fanfani, cujas conclusões me parecem um tanto ambíguas e confusas. Talvez uma das fontes iniciais da confusão resulta de uma falta de definição exata do que seja o capitalismo. Maior clareza e precisão seriam adquiridas, no debate, se uma distinção fosse feita entre Mercantilismo e Capitalismo, reservando-se o segundo termo para o sistema que provocou, acompanhou, coincidiu ou estimulou a Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra ao final do século XVIII. Fanfani refere-se, na verdade, a capitalismo em Florença no século XIV; a práticas "capitalistas" que aparecem em Veneza no século XI; e também a cidades flamengas, francesas e da Liga hanseática alemã. É evidente que repúblicas comerciantes como Veneza e Gênova, ou Antuérpia, Hamburgo, Lü-beck, Danzig ou Bergen obedeciam a regras de mercado e concorrência, de respeito à propriedade privada e procura do lucro que poderíamos classificar como capitalistas. Contudo, acredito que, mais apropriadamente, se deve utilizar o termo "mercantilismo" para esse tipo de sistema. A expressão se me afigura mais indicada para cobrir um sistema pré-capitalista, tal como vigorou em toda a Europa ocidental e, marcadamente, em Portugal, e no qual o elemento político se encontra intimamente associado à intervenção estatal na atividade econômica. As grandes cidades livres, acima mencionadas, defendiam os interesses *políticos* de seus concidadãos e esses comerciavam sempre com o apoio das autoridades de suas respectivas cidades, sendo essas autoridades, elas próprias, representativas das oligarquias mercantis dominantes.

No período do Absolutismo monárquico na Inglaterra (sécs. XVI e XVII), na França e na Alemanha (sécs. XVII E XVIII), o sistema econômico imperante era o mercantilismo. Portugal foi talvez a primeira potência europeia a possuir um rei absoluto e francamente mercantilista, isso já no século XV. Dom Manuel, o Venturoso, além de soberano absoluto em seus domínios de aquém e de além-mar, era também um negociante em secos e molhados, empenhado no enriquecimento de seu patrimônio dinástico. Na Espanha, similarmente triunfou o absolutismo com os Reis Católicos, Carlos I (o imperador Carlos V) e Felipe II. Este transformou a colonização da América em empreendimento econômico, do mesmo modo como seus primos portugueses da Casa de Aviz. Henrique VIII Tudor e a grande Elisabeth da Inglaterra expandiram o Mercantilismo com o uso de piratas corsários, que executavam expedições predatórias contra seus inimigos espanhóis. Luís XIV foi o grande Rei Sol do mercantilismo francês, conduzido por

seu Ministro Colbert, um gênio da burocracia e da estatização do comércio e da indústria. Frederico II, o grande Hohenzollern, colonizou seu país com imigrantes huguenotes franceses, encontrou 2.000 operários em 1765, quando subiu ao trono, e deixou 16.500, vinte anos depois, ao transformar a Prússia em grande potência europeia. Na Rússia, no reinado de Catarina a Grande, multiplicaram-se as empresas de 948 para 2048 (citado por Fanfani, opus cit). A verdade é que o mercantilismo contamina, até hoje, a mentalidade de muitas sociedades, não só entre as do chamado "terceiro-mundo" em desenvolvimento, mas também de nações ricas e desenvolvidas. Podemos também falar de mercantilismo nas sociedades antigas, escravagistas, como as da Grécia e de Roma. A luta entre Roma e Cartago, por exemplo, configura um choque entre dois imensos concorrentes comerciais. Seria ousado, em tais casos, fazer referência a um "capitalismo antigo", como faz o italiano G. Salvioli (Bari, 1929).

Depois de procurar determinar o âmbito do problema e essência do capitalismo - definindo-o por suas principais características - ambiciona Fanfani descobrir o espírito ou força-motriz que levou ao triunfo do sistema na época moderna. É aí que entra em jogo o contraste entre a forma católica e a forma protestante de influenciar o desenvolvimento econômico. Fanfani não parece perceber que um fator fundamental entra em jogo: a liberdade de iniciativa. Ou seja, também a liberdade *tout-court.* Nos países calvinistas, o protestantismo conduz, pouco a pouco, a um regime democrático em que a atividade econômica pode desabrochar com a interferência progressivamente reduzida do Estado, ao passo que, nos países católicos, como consequência indireta da Contra-Reforma, o Estado de índole patrimonialista burocrática intervém crescentemente na atividade econômica, sob inspiração de princípios éticos dos quais era a Igreja, anteriormente, responsável pela divulgação.

Uma das maneiras mais simples de avaliar a diferença entre a economia moderna de mercado ou economia capitalista, e a economia pré-capitalista, corporativista, mercantilista, patrimonialista ou coletivista, é a atitude perante a concorrência. A lei da concorrência, afirma Fanfani, obriga toda a gente a não ter muita consideração pelos outros quando está em causa sua própria existência, como sujeito econômico, e também, até certo ponto, como pessoa. Sob a pressão das leis de concorrência, de necessidade de luta pela vida num mundo de escassez, de indiscutível e premente exigência de alcançar o resultado mínimo, os

homens modernos buscam o progresso contínuo das máquinas, caminhando, de aperfeiçoamento em aperfeiçoamento, sem se preocupar sequer se a máquina recém-adotada se torna imprestável. O fantasma dos empresários, continua Fanfani, é o desgaste técnico que aumenta o risco e agiganta o desejo de maior perfeição. Fanfani, contudo, exprime sentimentos relacionados com sua participação na ideologia ambígua da democracia-cristã que não se coadunam com as realidades concretas da vida econômica, qualquer que seja o sistema adotado de produção, neste imperfeito mundo sublunar. A ideia que a idade pré-capitalista era "espiritual", solidária, harmoniosa, idílica, é profundamente equivocada. A espiritualidade da Idade Média se concentrava nos pequenos recintos dos mosteiros e universidades, e assim mesmo... Na *"Imitação de Cristo",* um livro que em certa época rivalizou com a Bíblia pelo número de leitores e se tornou um dos mais influentes na história do cristianismo, Thomas à Kempis reflete preocupações angustiadas que denunciam desarmonia, rivalidades, invejas, ressentimentos, ódios e outros sentimentos perversos, entre os santos monges dos próprios conventos onde se procurava uma vida exemplar. A *Libido dominandi* talvez não se exerça adequadamente na concorrência econômica, mas se expande livremente na violência da competição política. A brutalidade, naquela época, era certamente mais comum do que é hoje, qualquer que tenha sido o alto nível de espiritualidade então alcançado por algumas almas de elite. É inútil exaltar as "condições idílicas" do passado, como o faz Marx: trata-se de típica reação de mentalidades utópicas.

É possível que, no pré-capitalismo mercantilista, não houvesse uma procura racional e fria do lucro monetário, mas certamente ocorria uma ganância às vezes predatória e escandalosa: poder-se-ia dar como exemplo o crime da 4ª Cruzada que, inicialmente destinada, como suas antecessoras, a "libertar" a Terra Santa da ocupação pelos turcos, acabou sendo desviada, por motivos comerciais e por influência dos Venezianos, para a conquista e saque de Constatinopla. A brutalidade dos costumes da época não deve ser subestimada: essa miopia sempre foi uma das fraquezas do "gotismo", no movimento romântico do século XIX. Em que pese a presença de um misticismo ultramundano admirável, não se pode perder de vista seu caráter compensatório pelo barbarismo geralmente reinante. Fanfani acredita que, na idade pré-capitalista, era censurado como avarento quem gozasse de riqueza individual, egoisticamente acumulada. Mas

será? Os reis, duques, condes italianos ou oligarcas de Veneza, os papas ou imperadores do Sacro Império, os membros da "classe dominante" da época que ostentavam um luxo extravagante em meio à miséria geral da população, teriam mesmo sido censurados como avarentos? Fanfani parece pertencer, *avant la lettre,* à curiosa seita, associada à Igreja Católica, em suspeito alinhamento com a tese da "equivalência moral" entre o capitalismo e o comunismo. Mas, porventura, existiria mesmo um "terceiro caminho", por via do qual se concilia o individualismo capitalista e o coletivismo socialista? Trilhando esse caminho, gozaríamos, aparentemente, das inefáveis benesses dos dois melhores mundos possíveis: o estímulo do lucro numa economia de mercado (mas sem "concorrência selvagem") para promover o desenvolvimento; e o distributivismo estatal, próprio do sistema socialista, para ajudar os pobres e desamparados em nome da famosa "justiça social". Nessa ordem de ideias, chega nosso autor à conclusão que, se o comunismo constitui a objetivação máxima da "racionalização materialista", pode-se, no entanto, "apreciar quão superficiais são as afirmações daqueles que consideram o comunismo materialista como o sistema oposto do capitalismo: na realidade não é este senão a última conclusão do mesmo princípio".

Nessa oportunidade, cita Fanfani extensamente, com surpresa nossa, uma obra de Tristão de Athayde (Alceu Amoroso Lima), *"Frag-ments de Sociologie Chrétienne".* Amoroso Lima afirma aí que "o comunismo é o capitalismo integral. O comunismo não nega os fundamentos do capitalismo, apenas repele a burguesia... e repele seus métodos. O comunismo nada mais é do que a continuação lógica do capitalismo". Essas ideias esdrúxulas e de índole fascista eram muito populares na década de 30, quando Santo Alceu escrevia. Constituíam um lugar-comum dos partidos, ditos de "direita" ou de inclinação católica conservadora como, no Brasil, o integralismo - movimento aliás pelo qual o próprio Amoroso Lima alimentava certas simpatias. A tese continua a funcionar, discretamente, nas encíclicas papais mais recentes. Numa visita feita ao Brasil recentemente (meados de 1990), o cardeal Ratzinger, o braço-direito do papa para questões doutrinatárias e notório conservador em matéria de dogmática, ainda equacionou o liberalismo e o socialismo como "materialistas". O que esses católicos reacionários perdem de vista é que, no totalitarismo nazista, soviético ou maoísta, o "materialismo" se torna parte integrante da religião do Estado, ao passo que o capitalismo, ao contrário, implica um regime liberal onde todas as correntes, materialistas ou

espiritualistas, puramente economicistas ou religiosas, egoístas ou altruístas, empenhadas no lucro ou na caridade, tendentes ao individualismo ou favoráveis a um modo de vida comunitário ou coletivista - livremente coexistem e concorrem pelo apoio de parcelas expressivas da opinião pública. Um empresário capitalista pode ou não ser "materialista". Pode, inclusive, ser católico fervoroso e empenhar-se em praticar recomendações das encíclicas papais. O Banco do Vaticano, por outro lado, pode comportar-se como qualquer banco privado, procurando o lucro e o investimento produtivo e... ocasionalmente, envolvendo-se até em negócios escusos sob a administração de um bispo. Não deixa por isso de receber a bênção papal. O capitalismo não é materialista: é apenas um instrumento material, pragmático, para a ação na área econômica, cujo teor de espiritualidade não entra em linha de conta. A economia é a arte e a ciência de administrar *coisas.* Como se pode administrar coisas senão a *matéria* dessas coisas? A necessidade de comer, de proteger-se contra as intempéries, de prover a própria segurança e alcançar um certo conforto, na existência cotidiana, são exigências da própria vida. Fanfani não deixa de reconhecer essa circunstância da *humana conditio.* Escreve ele: "Contra estes e contra Weber, podemos objectar que o instinto de lucro é inato no homem, que os homens sempre procuram despender o menor esforço dentro dos limites do seu conhecimento, e que os homens suportam freios ou impulsos alheios a esse instinto. O germe do espírito capitalista é este instinto e esta tendência, pelo que *in nuce* o espírito capitalista existiu e existirá sempre". As exigências materiais procedem do instinto, sem dúvida, e nem o místico mais sublimado delas pode prescindir. O asceta que descura de suas necessidades mínimas acaba celeremente falecendo à míngua. Não se deve, portanto, confundir os requisitos instintivos do homem como animal, fundamento original da atividade econômica, com materialismo.

Fanfani aborda a questão da superioridade econômica dos países protestantes sobre os países católicos, escrevendo: "As explicações tradicionais da chamada inferioridade das nações católicas em comparação com as protestantes, pondo de parte o fator religioso, recorreram sobretudo à política e à geografia. As explicações mais recentes têm recorrido umas vezes a fatores raciais e demográficos; outras, a fatores monetários e, outras ainda, a fatores tecnológicos. De observação em observação, lançou-se luz nova sobre o problema, conseguindo-se, mais do que explicá-lo, mostrar a sua complexidade, o

que diminuiu a possibilidade de explicações unívocas. Fazemos esta recapitulação principalmente para chegarmos a esta conclusão e afiançar, deste modo, a tese de que o protestantismo tem relação com o desenvolvimento do capitalismo, mas que, nem a sua divulgação nos países nórdicos da Europa ocidental, explica o progresso deles, nem a subsistência do catolicismo nos países meridionais explica o seu atrasado desenvolvimento econômico".

Fanfani passa, em seguida, a repetir a velha e batida explicação de que a abundância de carvão e ferro contribuiu, em primeiro lugar, para o desenvolvimento capitalista na Inglaterra. Segundo esse argumento, os países possuidores desses minerais foram a tal ponto favorecidos que entraram na Revolução Industrial e prosperaram. O que não se explica é por que outros países, como por exemplo a Polônia católica, conservou-se pobre e atrasada apesar de possuí-los em abundância. E a China, também, em contraste com o Japão que deles não dispõe. Ou os motivos pelos quais o Brasil não se atreveu a explorar as suas imensas jazidas de minério de ferro, as mais ricas do mundo, até meados deste século (valendo, neste particular, lembrar as lamentáveis resistências nacionalistas que impediram a exploração do minério, sob inspiração, entre outros, do Presidente Artur Bernardes). O que Fanfani, como outros analistas de sua índole tenazmente se recusam a reconhecer, é a incidência de fatores psicossociais ou culturais, inclusive de natureza religiosa, que determinam o destino diverso das nações. Foram esses fatores, afinal de contas, que inspiraram a opção oportuna pela política liberal, estimulante da "Riqueza das Nações", ou pela política estatizante, restritiva, que as manteve no atraso.

Confrontando, em suma, catolicismo e protestantismo em termos de vocação para o desenvolvimento econômico, são bastante claras as conclusões de Fanfani: "Nas suas linhas gerais", acentua ele, "a ética católica encontra-se situada no polo oposto à ética capitalista". Na extensa pesquisa que desenvolve ele demonstra, porém, a dubiedade e hesitação nas posturas da Igreja e na atuação dos católicos, inclusive dos papas. Estes frequentemente condenam o capitalismo, mas agem como se fossem perfeitos empresários, empenhados em aumentar seus domínios, seu patrimônio e suas reservas monetárias. Pois não foi a venda de Indulgências, no início do século XVI, com o propósito de enriquecer os cofres do Vaticano para as grandes obras arquitetônicas dos Sumo Pontífices e suas aventuras conquistadoras na Itália, o pretexto imediato da Revolução

religiosa iniciada por Lutero? E o que dizer da exploração predatória das colônias da América pelas coroas de Espanha e Portugal? O catolicismo certamente não soube coibir a cobiça extravagante de lucro, de bens e de conquistas desses monarcas "católicos", "cristianíssimos" e "fidelíssimos", fiéis suportes da Santa Sé e defensores autoproclamados da verdadeira fé. Bastaria ler a história edificante e trágica das caravelas e galeões ibéricos, que voltavam recheados de mercadorias, de ouro e de prata, e tão sobrecarregados que se tornavam presa fácil dos mares tenebrosos e de corsários ingleses, holandeses e franceses. Haveria manifestação mais grosseira do que veio a ser chamado de "capitalismo selvagem"? Na verdade, a manifestação era de uma *pleonexia* destemperada, de um desejo monstruoso de "ter sempre mais", que se identifica ao mercantilismo descomedido da era do Absolutismo monárquico patrimonialista.

Estas considerações talvez possam justificar, em certa medida, as seguintes palavras de Fanfani: "Com a Contra-Reforma, o catolicismo procurou reconquistar o controle dos ideais econômicos, mas não o conseguiu, nem nos países convertidos à Reforma, nem nos que permaneceram fiéis a Roma. Por conseguinte, se se pode atribuir ao protestantismo certo mérito na gênese das novas ideologias implantadas nos países avançados em matéria econômica, o demérito das ideologias arraigadas, nos países economicamente decadentes, não pertence ao catolicismo, mas ao pensamento humanístico-renascentista". Mas afinal reconhece: "Além disso, a concepção católica não pode chegar a admitir o individualismo, que o capitalismo exige, e ainda menos imaginar que se organize a sociedade sobre uma base individualista. Desta atitude decorre a condenação decidida do liberalismo pelos Pontífices dos últimos anos, que promovem a limitação dos seus efeitos no plano econômico e social mediante o apoio concedido, direta ou indiretamente, à chamada legislação social, e pretendem a sua superação através da organização corporativa da sociedade".

A alegação final de Fanfani de que a ordem católica é uma ordem sobrenatural e a ordem capitalista uma ordem racional confunde alhos com bugalhos. Uma ordem que se refere a fatos da vida material vigora num plano totalmente diverso daquele em que imperam os sentimentos religiosos. Afinal, toda a argumentação de Weber, com a qual Fanfani acabou concordando, também insistia na compatibilidade entre os dois planos, o da vida sobrenatural, em termos da fé religiosa, e o da vida material segundo uma ordem racional. De qualquer

forma, é Fanfani contraditório quando, ao analisar a obra de Weber, assim o critica: "Na minha opinião, Max Weber engana-se, embora não tanto como os que declaram solenemente que, em geral o protestantismo, comparado como o catolicismo, talvez dê um impulso maior ao espírito de iniciativa individual, porque atribui ao mesmo indivíduo toda a responsabilidade direta e imediata diante de Deus, não admitindo intervenção alguma, nem dos santos, nem das orações alheias". A contradição fanfaniana coloca-se, precisamente, na alegação de que, estando "a ética católica no polo oposto da ética capitalista", procura exaustivamente provar que já existia capitalismo na Itália e em outras partes da Europa, em época renascentista e medieval em que vigorava a ética patrocinada, se necessário com o recurso a métodos coercitivos e inquisitoriais, pela Igreja católica.

Das considerações que foram feitas nas seções anteriores, poderíamos alcançar os seguintes seis pontos conclusivos:

1) A vocação para o desenvolvimento econômico se manifestou na Europa, de modo nítido, antes mesmo da Reforma protestante. A extensão do uso da imprensa e do hábito de leitura revela essa vocação, concomitantemente, numa área que vai do norte da Itália, pela Suíça, Renânia, norte da França, Flandres e Países Baixos, até a Inglaterra. Essa região da Europa ocidental é, verdadeiramente, o berço das condições que permitiriam o desenvolvimento, e até hoje constituem a faixa efetivamente mais desenvolvida da Europa (para muitos europeus, a África começa ao sul dos Pirineus...).

2) A Reforma protestante, particularmente em sua versão calvinista, constitui, como pensa Weber, um estímulo considerável ao espírito do capitalismo. Fertilizou, portanto, o terreno para a Revolução Industrial capitalista. O calvinismo não é, porém, responsável *exclusivo* pela elaboração de uma ética favorável à gênese daquele espírito capitalista Judeus e japoneses, agora também cada vez mais coreanos, chineses de espírito confucionista e tailandeses, budistas, manifestam a mesma vocação. A tese weberiana não pode, nem quer ser restritiva. Por outro lado, o "espírito" capitalista é contagiante e, por contato, velhos povos católicos como os belgas, os franceses e os italianos do norte estão apresentando uma idêntica vocação desenvolvimentista e industrial.

3) Associado, sobretudo, ao fenômeno do absolutismo monárquico que se registrou na Europa dos séculos XVI até a Revolução Francesa e Napoleão,

representa o mercantilismo uma transição da economia medieval para o capitalismo. O mercantilismo continua em vigor nos países de tradição patrimonialista, autoritária e paternalista. O Brasil, entre esses países, é o que mais fortemente manifesta a marca dessa transição.

4) O capitalismo está intimamente relacionado com a Revolução Industrial. Contudo, esta se processou, inicialmente, na Inglaterra como resultado de certos avanços tecnológicos e coincidências de ordem geográfica que independem, grosso modo, do espírito do capitalismo. O Racionalismo, a revolução científica, Copérnico, Galileu, Newton, Descartes, Bacon também preparam o terreno mental para o momentoso fenômeno. O pragmatismo e empiricismo britânicos contribuem para seu sucesso no plano metodológico, do mesmo modo como esses métodos sucessivamente auxiliarão os povos que se empenham no seu próprio desenvolvimento.

5) Não se pode, de modo algum, deixar de relacionar o desenvolvimento capitalista e o início singular da Revolução Industrial com o liberalismo individualista que, aos poucos, se consolida na Grã-Bretanha no século XVIII, após as Revoluções Inglesas do século anterior. Adam Smith estabelece a relação filosófica entre a economia da Revolução Industrial capitalista e o liberalismo. A democracia liberal constitui, em termos políticos, como assinalamos em seção anterior, a contrapartida do que representa o capitalismo em termos econômicos. As três colunas da civilização moderna são arquitetadas pela democracia, no plano político; o capitalismo, no plano econômico; e a ética do justo comportamento numa sociedade livre, ética essa elaborada a partir da Reforma protestante sobre um sólido fundamento judeo-cristão.

6) Tudo o que foi dito acima nos leva à melancólica constatação de que os acontecimentos que marcaram o início da Idade moderna, na Europa ocidental, coincidiram com a decadência dos dois reinos ibéricos. Espanha e Portugal não apenas davam sinais de exaustão após a epopeia dos Grandes Descobrimentos, mas uma dupla e perversa influência obstava a aceitação do liberalismo político e econômico: a Contra-Reforma católica e o Absolutismo monárquico, patrimonialista e mercantilista. Em outras palavras, a atmosfera psicossocial dominante na península ibérica e, por conseguinte, também na América Latina, não favorecia o desabrochar do desenvolvimento nas condições da modernidade.

3. Ética da tolerância - Probabilismo

Entretanto, mesmo após atentar para as ambiguidades da postura católica perante o fenômeno econômico, verifica-se que não existem, no Brasil, tradições religiosas tão rígidas e poderosas, herdadas da Idade Média, que tenham porventura sido suscetíveis de impedir, estimular ou afetar de qualquer forma o desenvolvimento *tout court.* Vários outros imperativos morais, ainda mais sérios do que a proibição da usura, fazem parte essencial do conjunto dos ensinamentos da Igreja e, no entanto, pouca influência exerceram sobre o comportamento brasileiro. Basta oferecer o exemplo da castidade e da monogamia. Haverá porventura algo que tenha sido tão displicentemente obedecido pelo homem brasileiro do que a norma canônica contra a fornicação e o adultério? Por que haveria a proibição da usura de merecer, outrora, maior respeito do que aquela outra que garante a indissolubilidade do casamento, como fundamento da ordem social cristã? Orgulhamo-nos de haver resolvido de maneira humana o grave problema da convivência racial, embora saibamos perfeitamente que a tal "solução brasileira" resultou, no meio do mais desenfreado relaxamento moral, da poligamia patriarcal do fazendeiro rico. Se hoje em dia alguns padres, ditos "progressistas", carregam o sobrolho quando se fala em usura capitalista, enquanto sorriem com angélica condescendência perante os folguedos dionisíacos de roqueiros e biquínis fio-dental, isto em nada modifica a essência do argumento.

Com seu apelo à caridade de Deus, mais do que à Sua justiça, a moralidade católica no Brasil sempre se caracterizou pela flexibilidade, pela generosa e cordial indulgência, pela compreensão das fraquezas humanas. Mesmo quando possa ter parecido, em certos casos específicos, atrabiliária e tirânica, como ocorreu no período da Inquisição, foi a autoridade clerical sempre menos efetiva e radical em seu exercício, ao se manifestar de pessoa a pessoa, externamente. O Padre Basílio é que é o mais representativo quando, no romance "Gabriela, cravo e canela", de Jorge Amado, reduz seus conhecimentos teológicos ao mandamento do Senhor "Crescei e multiplicai-vos".

Na história do Brasil colonial é evidente que a proibição da usura, assim como as outras interdições mais sérias, tais como a de amancebamento com índias e negras, ou de escravidão e maltrato de indígenas e africanos, foram aplicadas com bastante elasticidade. Não havia muita compunção, mesmo no

segredo dos confessionários ou nas conversas com os vigários. A igreja certamente não invalidava os seus ensinamentos e as suas exigências absolutas mas, no ambiente erótico e libertino da colônia, a transigência sempre foi a regra. Não havia outro jeito. Ainda hoje devemos supor que a absolvição é facilmente dada para pecados contra a castidade. Com mais forte razão, jamais virão à baila transgressões remotas, como as que dizem respeito às atividades econômicas capitalistas. Alguns sacerdotes mais agitados, com remorso da antiga tolerância ou preocupados com justiça social, desistirão então de evangelizar o capitalista, preferindo ir para a porta das usinas fomentar greves ou dar abrigo a terroristas. Mas serão a exceção.

Donde se conclui que, diante do fenômeno do desenvolvimento capitalista, não podemos insistir apenas na ambiguidade da postura católica, mas ressaltar a distinção límpida e fundamental entre dois tipos de moralidade, a protestante e a católica, sendo o resultado nítido num caso e dúbio no outro. No protestantismo, a obediência à lei e à autoridade das Escrituras, induzida pela fé livremente aceita, transforma-se num imperativo categórico *dentro da psique* do crente. É uma moralidade por definição rígida, intransigente, farisaica e lógica, mas concede ao homem piedoso uma "boa consciência" extraordinária nos negócios. E os negócios são geralmente honestos. No catolicismo, pelo contrário, a virtude cardeal de respeito e sujeição à autoridade eclesiástica, que é uma *autoridade exterior,* concreta e pessoal, permite uma grande elasticidade no mandamento, tornando mais fácil, na prática, um ajustamento a circunstâncias objetivas sempre cambiantes. Essa adaptação é favorecida pelo recurso à confissão e à penitência. Para não falar nas Indulgências tradicionais da Igreja de Roma, Indulgências aliás cujo tráfico escandaloso, na época da Renascença, foi um dos pretextos para a Reforma. Essencialmente, a ética católica em matéria econômica é casuística. Frei Bartolomeu de Medina foi quem elaborou, no século XVI, o Probabilismo ético, logo adotado pelos jesuítas. Pascal e os jansenitas fortemente criticaram, em França, a *"dévotion aisée"* da moral probabilística. Os efeitos dos dois tipos diferentes de moralidade são assim sensíveis, tanto na vida social, quanto na política econômica: o Eros católico, tentando impor a obediência exteriormente, emocionalmente, pela lei formal, depois de induzi-la pelo sentimento gerado no seio da família, mas com resultados políticos sempre duvidosos. E o Logos protestante, pelo constrangimento do imperativo racional categórico, introvertido

na alma do homem de fé.

Esta observação tem ainda outra importância: ela explica, não apenas o sucesso do capitalismo, mas também o funcionamento suave da democracia nos países de origem calvinista. Graças à moralidade estrita do cidadão, foi alcançada uma conciliação ideal entre a liberdade e a ordem, garantida pela sua responsabilidade e espontâneo respeito à lei. Inversamente, observação acima explicaria, também, o conflito perene entre ordem e liberdade nos países latinos, com os tristes resultados que conhecemos: o ciclo eterno da anarquia para o regime autoritário e do regime autoritário para a anarquia[19].

Caberia finalmente salientar, nesta série de cogitações e ao projetarmos a conclusão sobre os acontecimentos contemporâneos, que estamos assistindo hoje a um duplo movimento de interpenetração entre as duas imoralidades: nota-se nos países calvinistas, especialmente nos Estados Unidos, uma decadência sensível da ética protestante que está sendo progressivamente constelada pelo Espírito do Mediterrâneo; ao passo que, por força mesmo do *aggiornamento* e do ecumenismo desencadeados pelo Concílio Vaticano II, se acusa na Igreja católica um influxo secularista de natureza protestante, com reflexos sobre sua atitude perante o fenômeno econômico.

No período colonial, a moralidade dos colonos, realmente muito "frouxa e probabilística", é tal que a influência inibidora das bulas papalinas e o obstáculo das injunções apostólicas não explicariam em que medida a fortuna fantástica em especiarias, pau Brasil, açúcar, ouro, prata e outras mercês das Índias, Brasil e Potosi, foi tão rapidamente esbanjada por Espanha e Portugal, indo contribuir, não para o progresso, mas para a decadência das duas grandes potências peninsulares. Como também possuiriam outras motivações a incompetência monumental dos governantes (que "parecia quase inspirada", como acentua Tawney) e a exaustão das energias dos conquistadores na procura fantasmagórica do Eldorado.

Ocorre-nos, é verdade, a lembrança de um conflito moral gigantesco que provocou turbulências políticas sérias nos primeiros séculos de nossa existência colonial. Refiro-me ao choque entre bandeirantes e jesuítas. O exemplo serve para

---

19 Podemos notar, incidentalmente, que o único país da Ásia oriental e sul-oriental que não conseguiu encontrar uma estabilidade política-institucional, nem efetuar o *take-off,* para o desenvolvimento, é as Filipinas: as Filipinas são católicas e foram colonizadas pelos espanhóis.

esclarecer o problema. O antagonismo era de natureza moral, com efeitos materiais. O jesuíta não representa o Renascimento, mas a Contra-Reforma e, nesse sentido, já faz parte da Idade da Razão. Sua regra é o Método de conversão eficiente. Como entre os puritanos com quem tanto se parece, é a inteligência e não o sentimento que desempenha o papel preponderante na sua conduta, ao passo que a disciplina e obediência permitem uma excelente organização de equipe. Utiliza assim o pensamento empírico e racional em benefício de seus propósitos religiosos *Ad Majorem Dei Gloriam.* Ora, opõe-se o jesuíta ao que era, na época, o único empreendimento "capitalista", a escravização de índios. Procurando protegê-los, para depois catequizá-los, acaba organizando as tabas em moldes econômicos comunistas, politizando o selvícola nas grandes Reduções do Paraguai. O bandeirante, pelo contrário, filho do Renascimento, escraviza o índio. Invade, rouba, tortura, mata, após abstrair seus escrúpulos morais, se é que jamais os teve. Em sua personificação extrema, como na de um Raposo Tavares ou na de um Bartolomeu Bueno, era o bandeirante um *Anhanguera,* "demônio" ou "alma do outro mundo", uma figura literalmente satânica. O choque das duas posições conflitantes teve vastas repercussões na vida interna e externa da colônia, que culminaram com a guerra e destruição dos aldeamentos do Guaíra.

Mas a rigidez moral e a disciplina intelectual do jesuíta continuam a gerar uma tensão violenta que se prolonga até sua expulsão do país, em meados do século XVIII. Vai o jesuíta então adquirir, no conteúdo simbólico de sua batina negra, como tipo de pensamento racional insensível ao erotismo, como defensor da dignidade humana contra a cobiça e a luxúria, como catequista e santo de extraordinária fortaleza de ânimo no ambiente caótico e devasso da colônia e, futuramente, como o grande educador da aristocracia brasileira e um dos inspiradores do caráter autoritário da República, aquele colorido psicológico adverso com que reaparecerá na perspectiva de nossas fracas compunções morais, assim como nas suspeitas revoltas de nosso anticlericalismo. Poucos servirão, tão bem quanto ele, para cabide de nossa Sombra...

O que vale notar nesse confronto do bandeirante com o jesuíta, o único exemplo em nossa história de intervenção eclesiástica nas peripécias do desenvolvimento socioeconômico do país, é o recalque da moral católica tradicional que gera um complexo diametralmente oposto ao que caracteriza a

psique do puritano da Nova Inglaterra. Lá, cria-se uma "boa consciência" farisaica, lógica, realista e racista. A religião favorece o esforço para o desenvolvimento e a Revolução Industrial, embora enfraqueça a Grande Família e atrofie a cultura do sentimento e da delicadeza. Aqui, com o triunfo do paganismo renascentista, reprimido é o ensinamento religioso e expulso aquele que melhor o encarna.

O insucesso dos jesuítas é significativo e dramático. A solução econômico-ética que propunham, a saber, o comunismo, era inteiramente impraticável. Ao invés de procurarem orientar os colonizadores para uma atividade econômica mais racional e consoante com os princípios da moral cristã, empenharam-se num empreendimento marginal utópico que os conduziu ao fracasso. Sobre o fenômeno econômico se projeta então, na colônia, uma conotação de irracionalidade e negritude moral que, através de todos os 250 anos de escravidão e até mais tarde, vão constelar no nosso inconsciente coletivo as facetas negativas do subdesenvolvimento.

Desse exame superficial podemos concluir que foi o mito pagão do Renascimento, o mito do Eldorado, mais do que a visão gótica da Cruzada ou a purificação racional da Contra-Reforma, o que determinou a nossa vida econômica em seus primórdios. Quando diz Viana Moog que, "em parte alguma, por mais favorável que sejam as circunstâncias, não é fácil ser bom católico. No Brasil colonial era quase impossível", a constatação, certamente correta, enfraquece o argumento anterior do mesmo autor que tende a enfatizar o determinante religioso no comportamento econômico do brasileiro. É esse, precisamente, o paradoxo que conduz ao ponto central de nossa tese. Quando levamos em consideração os aspectos psicológicos ambivalentes do problema, constatamos que a vida econômica brasileira não evoluiu ao nível da *consciência* religiosa e moral, mas no subterrâneo do *Inconsciente* mefistofélico e mágico.

A história da nossa economia permite algumas conclusões certas sobre a irrelevância do fator religioso. Ou melhor, sobre a inexistência de qualquer ética econômica. O que demonstra a história é o fracasso da Igreja nesse setor, pois o catolicismo não pode explicar a série de ciclos de grandeza e declínio, nem explica as crises, o caráter predatório da exploração, os fantasmas que destroem as culturas, a crueldade da escravização dos caboclos da gleba. A explicação religiosa seria negativa: *a moral prima pela sua ausência.* Não surge um *ethos* econômico. O catolicismo no Brasil, encaminhando-se para a solução utópica do

comunismo indígena, não encontra condições para impor aos colonizadores a severidade necessária ao desenvolvimento de uma atividade econômica produtiva, aureolada pelas virtudes cardeais de justiça, prudência, honestidade e temperança. Conseguiu isso, talvez, na sociedade patriarcal dos grandes latifúndios, dentro do círculo estreito da Grande Família da zona canavieira, com seus filhos, parentes, clientes, escravos e amigos. A ordem emocional da sociedade erótica foi ali capaz de gerar, dentro desses estreitos limites, uma cultura do sentimento e uma moral da sensibilidade, às vezes admiravelmente generosa e austera. Mas não teve efeitos capitalistas em escala nacional: permaneceu patrimonialista e paternalista.

Em conclusão: se colocarmos de parte um fenômeno, cujo impacto sobre o desenvolvimento nacional ainda é muito recente e problemático para que se possa medir todas as suas implicações, refiro-me à
posição atual da Igreja católica, de crítica um tanto confusa a determinados aspectos escandalosos do capitalismo moderno, na base da encíclica *Populorum Progressio* e outras, é difícil considerar como importante, e muito menos decisiva, a parte da religião em nossa história econômica. Talvez um dia tenhamos algo semelhante à *Opus Dei* espanhola. Mas, por enquanto, só se pode lamentar essa ausência. De onde se deduz não ser possível tirar inferências apressadas quanto ao papel desempenhado pelo catolicismo, no sentido de incompatibilizar decisivamente o brasileiro para a vida econômica.

Repetimos: nos limites mais vastos, impessoais e abstratos da economia em seu todo, em escala nacional, não é o catolicismo, é a magia que inspira nossas personalidades líderes da Fortuna e da Empresa patrimonialista. Não se pode assim falar em inibições religiosas. As inibições se manifestam, não na esfera do rito, da fé e da moral, mas na esfera da organização político-ideológica onde domina a magia. Os fatores inibidores trabalham através do regime inepto da administração colonial. Configuram uma tara até hoje não eliminada. Sintomas históricos são a apatia, a inércia, o privilégio, as tendências monopolizadoras e centralizadoras, a falta de responsabilidade e a ausência de autoridade, a desconfiança permanente para com a iniciativa privada (forma reativa da contaminação mágica), que conduz à legislação opressiva e restritiva, carregando, em contrapartida, o manto sombrio da corrupção: o roubo, o contrabando, a burla, a fraude, a manha, o monopólio, a tolerância do nepotismo, a vigarice e outras

formas negativas de ética econômica. Temos então a exaltação do ilógico e do absurdo. A ética da malandragem, como acentua Maria Lúcia Victor Barbosa. No mundo do atoleiro primordial, vingam os fatos econômicos como expressão coletiva em seu aspecto mais negro.

Sob o impacto dos três Mitos da Terra continua nossa vida material a ser afetada pela ociosidade dos grandes fazendeiros e ricaços, que desejam locupletar-se, no Paraíso Tropical, sem esforço, com as riquezas produzidas por escravos e colonos, oferecendo-se como paradigma de comportamento para a massa do funcionalismo público ocioso. Como é também afetada pelo terror do Inferno Verde que arruína as culturas, oprime os caipiras e desbarata, com um "não vale a pena", todos os esforços de recuperação do Jeca Tatu. E, finalmente, pelo sonho mirífico do Eldorado na esquina, que desperta as energias para outros avanços temerários, não amadurecidos, nem solidamente perseguidos. Ócio com ou sem dignidade; inércia ou pessimismo da iniciativa; e utopia lúdica do empreendimento lotérico, eis os três tipos mais comuns de comportamento econômico, correspondendo respectivamente aos três Mitos do Brasil[20].

4. *O Evangelho segundo Marx revisitado*

O tema da liberdade, do progresso e da justiça, diante da moral e da teologia, é objeto do livro de Michael Novak, *The Spirit of Democratic Capitalism,* já traduzido. A leitura dessa obra, como a de outros mal chamados "neoconservadores" americanos, cumpre a valiosa tarefa de desmascarar os preconceitos e mentiras ideológicas, hoje vulgarizados no seio da intelectuária e da nossa esquerdigreja glasnostálgica. É no terreno empírico, da prova concreta oferecida pelos exemplos dos países mais livres e adiantados do mundo, e não no teórico das promessas utópicas, que o capitalismo democrático deve ser julgado. Isso é o que acentua Novak, um escritor católico e professor de filosofia, religião e política no *American Enterprise Institute* de Washington.

Reconhece o autor que o capitalismo democrático sempre encontrou oposição no seio do catolicismo. Essa tradição anticapitalista vem de longa data. É sustentada nas palavras de Cristo ao jovem rico, que não O quis seguir porque

---

20 Vide meu *Em Berço Esplêndido,* 1972.

fortemente preso a todos os seus bens terrenos. Procede de uma velha postura medieval contra toda espécie de atividade econômica, numa extensão mal-intencionada - como acentuamos - do aviso de São Paulo a Timóteo (I. 6:10): "porque a raiz de todos os males é o amor ao dinheiro"... Dos preconceitos antieconômicos e antidesenvolvimentistas resultou, na época moderna, um desconhecimento quase completo, pela Santa Sé, das consequências da Revolução Industrial e da evolução da economia política. Tornou-se um modismo naturalmente farisaico e tolo, como observamos no início deste livro, concentrar a crítica sobre os aspectos negativos do desenvolvimento industrial capitalista, sem se deter nas imensas vantagens que trouxe e das quais todo o mundo, sem exceção, se procura valer.

Tenho lido, por exemplo, em várias folhas do país, declarações do cardeal Aloísio Lorscheider pregando "uma nova ordem econômica internacional". Tenho também observado outras declarações de dom Ivo Lorscheiter, antigo presidente da CNBB, responsabilizando as multinacionais, os banqueiros estrangeiros e o FMI pela situação financeira assaz penosa em que nos encontramos. Mais recentemente, li um comunicado da CNBB, condenando o pagamento da dívida externa brasileira. Diz o primeiro dos dois primos purpurados que "o sistema econômico vigente chegou a um impasse e a única saída é uma nova ordem onde a economia esteja a serviço do homem e não o homem a serviço da economia". Afirma ainda o arcebispo de Fortaleza que "a gente se transformou em uma colônia do FMI e esses banqueiros decidem sobre a nossa sorte". Os dois altos hierarcas, o primeiro dos quais chegou a ser tido como "papável", prosseguem com outras leviandades e destemperos, manifestando profundo desconhecimento das realidades socioeconômicas e políticas do mundo atual.

Quando eu tinha 17 e 18 anos, fui integralista e li com entusiasmo o "Brasil, colônia de banqueiros" de Gustavo Barroso - livro que voltou amiúde a ser citado. Naquela época também eu acreditava, como D. Hélder, D. Paulo Evaristo, D. Ivo, D. Pedro Casaldáliga e outros, que havia "uma concentração de riqueza nas mãos de poucos à custa de muitos que vão pagando". E pensava, melancolicamente, que a pobreza do Brasil era resultado da "ganância de outros povos", particularmente dos anglo-saxões (ou talvez dos judeus, que na época de Gustavo Barroso, eram tidos como donos das finanças internacionais). Felizmente, com a idade, me vieram melhores conhecimentos de economia e maior sabedoria.

É lamentável que bispos desenvolvam agora, em sua idade provecta, argumentos acacianos tão primários. Que um purpurado, um príncipe da Igreja, um candidato à sucessão de Pedro, faça declarações de um nacional-socialismo tão estreito e medíocre, é algo que me deixa realmente sufocado e estarrecido. É possível que esses prelados, quando garotos nas regiões de colonização onde nasceram e onde forte era a pregação nazista (até ser suprimida pelo Estado Novo getuliano), tivessem ouvido a expressão "nova ordem" de seus pais e avós alemães. O remorso pelas simpatias adolescentes de extrema direita pode tê-los conduzido a simpatias recentes pela extrema esquerda. Foi isso, como se sabe, o que também ocorreu com dom Hélder. A tentação totalitária do nacional-socialismo permaneceu sem modificação, ao virar a biruta de 180°.

Há algum tempo um outro arcebispo - ou talvez seja o mesmo Dom Aloísio - proclamou a falência da Revolução Industrial. O propósito da presente seção é procurar compreender as motivações e rebater tão estranhas declarações aberrantes do bom-senso, da prova empírica da história e da experiência da atualidade mundial. De fato, verifica-se que as pessoas que condenam a Revolução industrial, alcançada graças ao capitalismo democrático, são as mesmas que usam papel higiênico, telefones, eletricidade, automóvel, aviões, antibióticos, vacinas, cirurgia, óculos, relógio de pulso, água encanada e tratada, e uma série interminável de outras benfeitorias, as quais foram inventadas, produzidas e aperfeiçoadas precisamente pelos países da Europa ocidental e da América do Norte, que são indigitados como pecaminosos. Escrevendo há cerca de 300 anos, John Locke (em *An Essay concerning Human Understanding)* já afirmava que os triunfos da ciência e da tecnologia, que são praticamente o monopólio daqueles países capitalistas, trouxeram mais benefícios para a humanidade do que os monumentos de exemplar caridade daqueles que, por exemplo, fundaram hospitais ou abrigos de desamparados. Locke tinha toda razão: "aquele que, pela primeira vez, inventou a imprensa, descobriu a bússola, tornou públicas as virtudes e uso da quinina, mais realizou para a promoção e aumento dos objetivos de conveniência *(commodities)* e mais salvou do túmulo do que aqueles que construíram colégios, usinas e hospitais". Isso me faz lembrar a história do Mahatma Gandhi, contada por seu mais fiel discípulo, o pandit Jawaharlal Nehru, primeiro Ministro da Índia. Gandhi andava seminu, embrulhado numa espécie de lençol que ele mesmo tecia em casa, em sinal de protesto contra

a indústria britânica de tecidos. Rebelava-se contra tudo que significava a civilização industrial dos dominadores ingleses da Índia e a tecnologia ocidental. Bebia sua própria urina, por medida de higiene (!), e, embora casado, pregava a castidade que passou a praticar a partir dos 45 anos. Durante o inverno, como detestasse os aquecedores elétricos, dormia junto a moçoilas nuas, encarregadas de aquecê-lo e testar seu ascetismo. Mas, quando um dia sentiu fortes dores de barriga, não hesitou em viajar a Londres para ser operado, pelos métodos mais modernos da medicina europeia.

Consideremos, hoje em dia, as consequências da descoberta das vacinas e antibióticos, que eliminaram praticamente as moléstias infecciosas responsáveis por dizimar, outrora, epidemicamente, porções consideráveis da humanidade. Consideremos a explosão demográfica, o aumento da expectativa de vida (que passou de 24 anos na França, em 1795, e no Brasil, no século passado, para 65 aqui, na atualidade, e 78 anos nos países mais adiantados como Japão e Escandinávia), a chamada "revolução verde" que tem permitido alimentar as massas afro-asiáticas sujeitas anteriormente ao cruel corretivo da fome endêmica, e os progressos dos meios de transporte, que permitem levar dos grandes produtores de cereais do Novo Mundo, para as áreas pobres do planeta, aquilo que assegura sua sobrevivência. Consideremos tudo isso e veremos que são consequências diretas da Revolução Industrial promovida pelas nações capitalistas. Ninguém melhor do que o próprio Karl Marx avaliou os efeitos gigantescos da iludida revolução. No *Manifesto Comunista* de 1848 ele declarou: "A burguesia, durante seu domínio de menos de cem anos, criou forças produtivas mais maciças e colossais do que todas as gerações precedentes em conjunto. A sujeição das forças da natureza ao homem, a maquinaria, a aplicação da química à indústria e agricultura, a navegação a vapor, as estradas de ferro, o telégrafo, a abertura de continentes inteiros para o cultivo, a canalização dos rios, populações inteiras surgidas do solo - que outro século anterior teve apenas o pressentimento que tais forças produtivas dormiam no colo do trabalho social?".

Marx não era ingênuo. Ele reconhecia a obra imensa realizada, a qual empalidece, quando posta em confronto com a realidade presente, cem anos depois de sua morte. Em que pesem a angústia, o ceticismo, a consciência de impasses ecológicos aparentemente intransponíveis e os perigos imensos de autodestruição que pesam sobre a humanidade, constitui uma ilusão tola, uma

infantilidade ou um preconceito e má-fé, querer negar o valor do conjunto de transformações fundamentais no destino do homem, como consequência da indigitada revolução industrial capitalista. Será hipócrita todo aquele que, não sendo um guru dos Himalaias, vivendo nu na floresta, de frutas nativas e dádivas dos fiéis, acuse de pecaminosa a sociedade que lhe proporciona, em troca de seu dinheiro e muitas vezes gratuitamente, as imensas benfeitorias anteriormente mencionadas.

Tomemos o caso do Brasil. Quando nasci, há 74 anos, juntamente com a revolução russa, nosso país contava cerca de 30 milhões de habitantes. Era economicamente dependente da exportação de um único produto, o café, e da importação de quase todos os manufaturados. Possuía uns 80% de analfabetos. A expectativa de vida era tão baixa, o índice de mortalidade tão alto que, não obstante a imensa fertilidade da mulher brasileira, a população crescia a um ritmo inferior à metade do alcançado na década de 1950-1960. Lembro-me ainda da miséria das classes humildes, particularmente na área rural. O povo andava de pés descalços, morava invariavelmente em barracos de pau-a-pique, transportava-se em bondes conhecidos como *taiobas* que também levavam carga. Não existia nenhum tipo de previdência social, salvo aquela que, por caridade, era proporcionada a seus agregados pela própria grande família patriarcal. O número de pessoas com educação superior contava-se aos milhares, quando hoje se conta aos milhões. Os contrastes de nível de vida eram colossais: em casa de meus pais, por exemplo, cheguei a conhecer 14 empregados domésticos! A posse de automóvel era considerada um luxo de milionário e os poucos que existiam eram dirigidos por *chauffeurs.* Uma pequena elite era a única que podia desfrutar do turismo europeu. Quando se criticam os desequilíbrios sociais em nosso país é preciso salientar o imenso caminho percorrido desde 1930. É possível calcular em 200 o multiplicador da produtividade brasileira de 1917 para cá. Nessas condições, o caráter "pecaminoso" atribuído ao sistema socioeconômico brasileiro, muito ao contrário dos preconceitos da moda, deve ser posto à conta do patrimonialismo pré-capitalista, herdado de uma estrutura colonial patriarcal e ainda não superado nas áreas atrasadas do norte, leste e nordeste. A correção desse "pecado" só poderá ser alcançada, consequentemente, pela *intensificação do processo de desenvolvimento capitalista,* nos moldes dos países que, justamente, foram os únicos até hoje a vencerem a pobreza - os países de democracia capitalista da

Europa ocidental e América do Norte.

Nas denúncias invariavelmente inspiradas numa conjunção espúria do reacionarismo católico de homens como De Maistre, De Bonald, Lamennais, Maurras e companhia, e de utopianismo marxista, perde-se de vista que a atenção deve ser dirigida preferencialmente ao consumo. É a extensão universal dos confortos, com objetos de consumo baratos oferecidos a toda a população e proporcionados pelo empresariado capitalista, graças à mecanização e racionalização (e agora computadorização e robotização) da produção industrial, que constitui a extraordinária conquista da revolução capitalista. A alternativa são as grandes filas diante de armazéns vazios, o espetáculo mais comum das grandes cidades "socialistas". A democratização dos bens de consumo, é isso o que proporcionou o sistema. Temos o fato que, mesmo num país subdesenvolvido como o nosso, a maioria das famílias já se permite dispor de TV e geladeiras, e dez milhões já se locomovem de automóvel.

Mas retornemos à obra acima citada, "O Espírito do Capitalismo Democrático", de Michael Novak. Certamente, assinala esse autor, o capitalismo democrático não pretende, como o socialismo marxista, reproduzir na terra o reino de Deus. Ele aceita a pecha de pecaminoso, pois pecaminosas são todas as instituições humanas, todas elas contaminadas por força da presença universal das consequências da Queda. A crítica do sistema é assim possível e mesmo necessária. Certamente a economia de mercado falhou em muitos setores, que cabe corrigir com ideias novas e contribuições originais de muitas fontes, inclusive provenientes do socialismo democrático que, há décadas, já foram introduzidas (como a previdência social, a educação primária, a saúde gratuita e universal, e certas medidas de planejamento macroeconômico). Mas, dentro dessa "arena de liberdade" que Novak acentua ser a da vida neste mundo defeituoso, "o capitalismo democrático foi concebido para permitir aos homens, todos eles pecadores, a seguir os padrões da liberdade. Ele cria uma sociedade não coercitiva como arena de liberdade, em que os indivíduos e os povos são convidados a realizar... as vocações para as quais creem terem sido chamados".

O que caracteriza a nossa civilização cristã é a consciência do pecado, da imperfeição, da necessidade de corrigir as injustiças. Se Tomás de Aquino (na *Summa contra Gentiles)* escreveu que "seria contra a perfeição do universo se coisas corruptíveis não existissem, e se o poder não pudesse falhar... e seria

contrário ao sentido da Providência e à perfeição das coisas se não ocorressem acontecimento aleatórios"... Contra essa consciência da imperfeição, surge a promessa utópica do reino de Deus na terra dos marxistas - e a prova empírica já existe para calcular o preço de sua realização: sessenta milhões de mortos, desde 1917, na guerra civil, na coletivização forçada, nas guerras externas, no terrorismo estaliniano e no Gulag. Qual assim, afinal de contas, a melhor alternativa?

Vale-nos debruçar sobre o problema que provocou, nos países católicos e especialmente no nosso, uma ausência de verdadeira *ética econômica* e o correspondente atraso material. A economia, na época da Contra-Reforma, passou a ser considerada uma preocupação perversa de judeus, hereges anglo-saxões, materialistas vulgares, sendo de qualquer forma o *business* uma atividade indigna de um *gentleman* aristocrata, que todos nós nos consideramos ser. Vianna Moog também teceu comentários interessantes em torno da matéria em seu "Bandeirantes e Pioneiros", ao destacar as opções contraditórias de Marta e Maria. Gilberto Freyre criticou nosso "complexo do *gentleman*". A Igreja sempre preferiu, à riqueza adquirida pelo comércio e a indústria, aquela que é familiar, imobiliária e herdada. O patriarca abastado passou a ser o sustentáculo da ordem na Igreja e no Estado. Não hesito, contra as objeções frequentes de pensadores católicos, em atribuir às formas reacionárias e obscurantistas da contra-reforma, que associou o poder espiritual ao poder temporal, a responsabilidade primária pelo atraso econômico e social em que, a partir do século XVIII, mergulharam os povos latinos meridionais, assim como pela grotesca tentação socialista de que hoje sofrem suas elites pensantes. O problema do relacionamento da teologia com a economia, precisamente por haver sido descurado, desembocou nas aberrações do marxismo eclesiástico e nas tolices frequentemente expectoradas por teólogos e bispos brasileiros que condenam, num pé de igualdade, o capitalismo e o comunismo, enquanto mantêm, nas sombras de um silêncio transcendente e supulcral (ou nas dobras de suas batinas guardadas no armário), a alternativa que propõem para o dilema. Infelizmente, pouco se conhece em nossa terra de uma vasta literatura que, a partir da obra monumental de Max Weber, tem enfrentado o desafio da abordagem de problemas econômicos de um ponto de vista cristão. Novak menciona trabalhos de Heinrich Pesch, na Alemanha, e John Ryan, nos Estados Unidos, ambos da primeira metade do século. O que ele nota, porém, é a limitada audácia dessas pesquisas , quando comparadas com a abundância da

literatura que, desde o século passado, se lançou à condenação acrítica do capitalismo, sofreu a corrupção dos sofismas de Marx e cedeu às propostas do famoso diálogo cristão-marxista. Jacques Leclercq, no artigo "Cristianismo e Dinheiro", da *Enciclopédia do Catolicismo,* chega a afirmar que "os Papas não têm necessidade de estudar a economia moderna"! Essa ignorância, que procurou ser corrigida no *aggiornamento* do Vaticano II, nada produziu de mais esclarecedor do que a mediocridade da *Populorum Progressio,* de Paulo VI, e da *Laborem Exercens,* de João Paulo II. Nelas muito se fala em trabalho, em contraste com o antigo elogio da ociosidade contemplativa, mas pouco nos méritos da iniciativa privada numa economia de livre mercado.

A condenação do capitalismo segue paralela à tradicional repulsa ao liberalismo e ao individualismo. O ataque contra o liberalismo no *Syllabus dos Erros* de Pio IX, de 1964, traduz-se hoje em denúncias ao capitalismo dito selvagem - como se tal forma de produção, imune à intervenção do Estado, ainda existisse em qualquer parte do mundo. As denúncias variam, desde a *Quadragesimo Anno* em que o "coletivis-mo" é colocado junto com o individualismo e em que Pio XI denuncia o capital em termos que se assemelham aos de Marx (é o rico responsável pela miséria do pobre), até a *Octogesima Adveniens,* cuja moderação não impede que se defina o liberalismo filosófico como uma "afirmação errônea de autonomia do indivíduo em sua atividade, sua motivação e o exercício de sua atividade". Nota Michael Novak que o interessante é haver a luta contra a Revolução Industrial capitalista se desdobrado, a partir de uma repugnância clerical à democracia, consequente ao impacto da Revolução Francesa. Com efeito, ao contrário do que é vulgarmente avançado pelos medíocres pensadores "esquerdistas" de nossa terra, as primeiras reações à Revolução Industrial partiram, não da "esquerda", mas da "direita" conservadora, principalmente francesa. Os ataques ao individualismo já se encontram em De Maistre, em 1820. Muitos anos mais tarde serão repetidas por pensadores católicos brasileiros, entre eles Jackson de Figueiredo e Amoroso Lima. O liberalismo é identificado ao culto do dinheiro. É considerado um "protestantismo político". Grande parte da semântica abusiva contra a "civilização anglo-saxônica" será reencontrada nos escritos dos fascistas da década dos trinta (inclusive entre nós) e nos hegelianos de direita, como Spengler, muito admirado entre nós na década dos trinta.

A transição para o socialismo é curiosa: uma personalidade, como a de Lammenais, passa logicamente do ultraconservadorismo romântico para o socialismo e a apostasia do final de sua vida. Nesse sentido, a Igreja também parece transitar, de uma simpatia feudal por um Estado monárquico paternalista, de economia mercantilista, tal como perdurou nos países ibéricos, na Itália e no Império austríaco, para propostas socializantes de pendor totalitário, tal como parece tender em sua ala dita "progressista" de nossos dias (eu prefiro, entretanto, considerar a esquerdigreja como reacionária...). O que essa Igreja detesta, em seu atavismo tridentino, é mesmo a liberdade individual dentro da ordem da autonomia moral do homem responsável. Ela desconfia da capacidade de livre pensamento, ela teme a livre iniciativa - como uma *Mater et Magistra* relutante a conceder a seus filhos, adolescentes, o direito de saírem de casa à noite, com a chave no bolso, voltando à hora em que bem entenderem.

É verdade, observa Novak, que todos os papas têm proclamado, em termos não ambíguos, o papel indispensável da propriedade privada, e têm criticado os excessos do Estado leviatânico. Como então conciliar essa postura com o ataque à propriedade privada dos meios de produção? Incoerência flagrante! Mas não estaria eu me excedendo no julgamento, se atribuísse a ambiguidade das declarações da Santa Sé, nestes últimos 150 anos, à ausência até hoje da formulação precisa de uma verdadeira *ética econômica,* capaz de atender às novas exigências do desenvolvimento. É evidente que o negativismo, quanto à economia, segue paralelamente a uma desconfiança indisfarçável em relação aos progressos da ciência e do poder material do homem.

O resultado desse grande silêncio secular, que João Paulo II ainda não conseguiu romper, é que a Igreja, aliás todas as igrejas, estão sendo dilaceradas pela opção socialista totalitária de setores cada vez mais consideráveis de suas hostes. Incidentalmente, foi esse mesmo deliberado silêncio responsável pelo comportamento tão controvertido da Igreja entre 1930 e 1945, sob o pontificado de Pio XII, no que diz respeito ao movimento fascista europeu, com sua economia de pendor corporativista, mercantilista e anticapitalista.

Nesse sentido, toda a lengalenga fastidiosa quanto a uma "terceira-via", a um "meio caminho", a uma "nova ordem internacional", a um "Terceiro Mundo" portador do novo evangelho dos pobres, me parece ridícula e ociosa, pelo simples motivo de que não existem novos modelos disponíveis, não aparecem os

paradigmas a serem imitados, não surge orientação concreta para um novo sistema. Ou por outra, existem, mas me pergunto se alguém se interessaria em imitá-los: no Irã temos os aiatolás e sua democracia autárquica; na Albânia, que é de longe o país mais independente, porém mais miserável da Europa, e que acaba, aliás, de iniciar seu processo de abertura; e na própria Iugoslávia, cujo sistema de autogestão ou de comuna industrial foi encampado com entusiasmo pelo Padre Pierre Bigo, tão prestigiado em nossas plagas ("A Igreja e o Terceiro Mundo"). O que se sabe nesse país, é que não resolveu o problema político da ditadura do partido, não está impedindo a desintegração do país; não deixou de estimular o que Milovan Djilas classificou como "Nova Classe" de burocratas (são eles que controlam a administração das indústrias supostamente autogestionadas e que fixam seus próprios salários e mordomias), nem evitou a grave crise em que se debate o país.

Como grande parte desses proponentes de uma Terceira Via são membros de ordens mendicantes, eles deveriam saber que o voto de pobreza, como o de castidade, só pode ser cumprido, com sucesso, por um número limitado de homens excepcionais, com sincera vocação e grande fé. Não servem para a massa. A própria decadência e dissolução dessas ordens e sua tendência geral à apostasia são provas de que não comportam soluções extensivas a toda a sociedade. A consequência desse estado de coisas é que a maior parte dos ensinamentos católicos de nossa época, em matéria social, é abstrata, irrealista, utópica ou insossa. Novak observa, corretamente, que "os papas e os intelectuais podem fazer comentários astutos e valiosos, de tempos em tempos, mas a plataforma em que se colocam não parece mais associada a uma verdadeira experiência".

É significativo que os movimentos mais ativos que surgiram no seio do catolicismo, após o Vaticano II, tenham quase que invariavelmente descambado para o terrorismo (foi o caso da AP por exemplo), para a retórica marxista, frequentemente antidemocrática, e para uma espécie de apocaliptismo "ecológico". A opção totalitária constitui como que um misterioso impulso inconsciente, no sentido de criar as condições de um retorno às catacumbas, como se fosse essa a única maneira de purificar e renovar a fé. Em alguns casos, o slogan de Paulo VI, "o desenvolvimento é o novo nome da paz", conduz a um pacifismo mal-entendido que leva os países pobres a se armarem até os dentes, a

procurarem um não-alinhamento, que só favoreceu o imperialismo russo, ou então, como no caso do Brasil, à criação de uma indústria bélica para vender armas a países ainda mais pobres do que o nosso.

Como teólogo, aponta Novak para essas graves falhas da postura católica na atualidade, e se pergunta se não há sérias lacunas intelectuais nos ensinamentos da Santa Sé, em matéria de economia política. Não caberia formular uma nova "teologia da economia"? Ele não pretende oferecer a sua própria receita. Limita-se a uma crítica extremamente interessante do que, a respeito, escreveram dois grandes teólogos, Reinold Niebuhr, que se desiludiu do dogma marxista, sem talvez jamais haver rompido com o socialismo; e Jürgen Moltmann, o alemão principalmente responsável pela malsinada educação teológica dos franciscanos, dominicanos e jesuítas "libertadores" de nosso país. Não é talvez, por acaso, que um número tão considerável de membros de nossa esquerdigreja (Boff, Ams, Assmann, Lorscheiter, Lorscheider) possua nomes alemães. O dedo do ateu protestante Moltmann está detrás dessa corrente. Lembremos que a grande influência sofrida por Moltmann é a de Ernst Bloch, o neomarxista judeu alemão-oriental e autor do "Princípio Esperança"- *Das Prinzip Hoffnung.* O vigor filosófico de Bloch consistiu em converter a Esperança, como virtude teologal de São Paulo, de expectativa "daquilo que não se vê" em uma "esperança concreta" do paraíso neste mundo. Talvez haja nisso um atavismo germânico. Uma esperança de que participaram Thomas Müntzer e João de Leyden, os sanguinários reformadores revolucionários do século XVI, e bem assim Hegel, Feuerbach, Marx, Spenglere, por que não dizê-lo, Hitler e Rosenberg...

Os capítulos XVII e XVIII do livro de Novak dedicam-se à crítica da teologia da libertação na América Latina. É com grata satisfação que noto a maior parte de seus pontos de vista corresponder àqueles mesmos que defendo:

1) o de que os clérigos e teólogos latino-americanos nada têm de originalidade latino-americana, uma vez que apenas repetem o que disseram os socialistas cristãos da França, da Bélgica (Louvain) e da Alemanha (às vezes por intermédio dos tradutores da Universidade de Salamanca, na Espanha);

2) o de que esses teólogos quase sempre tresleram o que Moltmann e Cia. escreveram;

3) o de que a teoria da "dependência" constitui um insulto desenxabido à nossa inteligência; e, do mesmo modo, a tese leninista (que não é, estritamente,

uma tese marxista, mas uma tese russa posterior a 1917), responsável pela crença estulta de que o subdesenvolvimento da América Latina é culpa dos anglo-saxões;

4) o de que os clérigos e universitários norte-americanos são parcialmente responsáveis pelos argumentos estapafúrdios dos teólogos da libertação, ao concordarem com eles, movidos por mal-inspirados complexos ou sentimentos de culpa, ou por aquilo que Malcolm Muggeridge tão bem definiu como o "liberalismo suicida" *(death-wish liberalism);*

5) o de que nenhum dado estritamente objetivo e econométrico confirma os arrazoados terceiro-mundistas da esquerdigreja;

6) e, finalmente, o de que esses clérigos marxistas fazem recordar a tese da Legenda do Grande Inquisidor de Dostoievsky, o eclesiástico totalitário que, movido por um sentimento deturpado de piedade, promete pão para o pobre, mas dentro de um cárcere.

Retornemos pois às propostas de "uma nova ordem" econômica, destinada a substituir a que impera no mundo ocidental democrático. O termo "nova ordem internacional" data da década dos 30. Sua origem, porém, é leninista. Foi Lenin que "nacionalizou" o socialismo e, pela primeira vez, lançou a tese de que as nações pobres, subdesenvolvidas, o são por culpa das nações ricas ou, mais precisamente, por culpa dos monopólios e banqueiros internacionais. Lenin criou, como se sabe, a "teoria do imperialismo" que foi adotada originariamente pela extrema direita. Naquela época, várias nações, que se consideravam escoadas, reclamavam, cada uma a seu modo, uma "nova ordem internacional". No Extremo Oriente era o Japão que queria "pôr os quatro cantos do mundo sob um mesmo teto". Na Europa Ocidental eram a Alemanha e a Itália, que se autodenominavam nações *have not* e exigiam, pela força, "espaço vital", *Lebensraum.* E, na Europa Oriental a URSS que, após 1945, sacralizou para a esquerda os reclamos do nacional-socialismo, fornecendo os slogans, a agitprop e a *dezinformatsiya* da Nova Ordem Internacional. De qualquer forma, é lamentável que cardeais e arcebispos venham, com esse tom homilético indigesto, que nos habituamos a ouvir nos sermões dos paredros da Igreja popular brasileira, excitar a inveja, o ressentimento e as mais baixas paixões xenófobas das multidões, num nacionalismo patrioteiro barato que associa o rico e o estrangeiro, e procura um bode expiatório para as consequências dos desmandos da burocracia estatizante

tupiniquim.

* * *

Ao concluir este trabalho, saio reforçado em minha convicção de que a Igreja católica foi, por infelicidade, incapaz de oferecer, no Brasil, durante o período colonial e posteriormente no Império e na República, uma verdadeira *ética econômica* suscetível de estimular um desenvolvimento dentro de padrões democráticos. E continua prestando um desserviço ao país, ao levantar a tese da "opção pelos pobres" dentro de uma retórica marxista. O que caberia, isso sim, e que a Igreja encabeçasse a educação do povo brasileiro para o desenvolvimento, dentro de princípios morais de justiça, trabalho, generosidade, honestidade empresarial, responsabilidade, temperança, espírito comunitário, ascetismo de poupança e parcimônia - virtudes todas elas profundamente cristãs e que, como bem o notou Weber, coincidem em tudo com o espírito do liberalismo e do capitalismo democrático.

Recordando os argumentos que desenvolviam obras anteriores de crítica ao Estado nacional soberano, burocrático e patrimonialista ("A Ideologia do Século XX" e "O Dinossauro"), posso resumir nos seguintes sete pontos as conclusões, árdua e tentativamente, alcançadas:

1) É certo que, em nosso país, existe uma das mais sérias e vergonhosas disparidades de fortuna observadas no mundo. A pobreza, ignorância e insalubridade de uma grande proporção da população brasileira constitui um fato incontestável. Mas como acentuava Adam Smith, o pai do Liberalismo, "nenhuma sociedade certamente pode florescer e se tornar feliz, se uma grande proporção de membros dessa sociedade for pobre e miserável".

2) Essa disparidade de condições resulta da heterogeneidade étnica, geográfica e cultural do país. É inútil tentar corrigi-la através de métodos de magia negra burocrática. Faz parte de nossas circunstâncias históricas existenciais. O desenvolvimento agravou simplesmente a situação, estimulando o enriquecimento de uma metade do país, enquanto a outra permanecia estagnada. É a tese dos Dois Brasis. A tese da Belíndia. Entretanto, mesmo num país homogêneo como a Inglaterra, no início da Revolução Industrial, o mesmo fenômeno ocorreu: os autores ingleses do século passado se referiram às Duas Nações, como

acentuamos no segundo capítulo desta obra.

3) Acredito que só existem três maneiras positivas, e a longo prazo justificáveis, de intervenção estatal para a modificação de um tão lastimável estado de coisas: a) o investimento maciço na educação de primeiro grau; b) um esforço na área de saúde e, c) o controle da natalidade, pela difusão da informação nas camadas carentes da população e uma legislação punitiva sobre os pais irresponsáveis. A explosão demográfica foi o único resultado, indireto e imprevisível, da extensão dos conhecimentos técnicos e científicos, na área da saúde.

4) O Estado deve limitar sua intervenção nas áreas de produção. A experiência socialista na Europa oriental, na URSS e em muitos países do chamado Terceiro Mundo, e mesmo com o programa de "Guerra contra a pobreza" do Presidente Johnson, nos Estados Unidos, prova que o Estado não possui meios de superar a escassez, nem tampouco de distribuir a riqueza. Esses objetivos só podem ser alcançados por uma economia livre, de mercado, e abertura ao mundo ecumênico que é capitalista. O patrimonialismo paternalista brasileiro criou um monstro burocrático, um verdadeiro dinossauro que é mister abater. A solução é liberal!

5) A Igreja católica brasileira efetivamente exerceu o papel de um "ópio do povo", contribuindo para a estrutura patrimonialista da nação, estimulando o paternalismo autoritário e contaminando as elites brasileiras, com uma mistura *sui generis de* probabilismo moralmente tolerante e falta de vergonha.

6) A própria teologia cristã sempre foi ambígua quanto ao problema da pobreza, da liberdade e do progresso. Essa ambiguidade tem crescido com a crise atual da Igreja, contaminada de marxismo em nosso país. Dela só o protestantismo conseguiu extrair, outrora, as nações que hoje se encontram na vanguarda da riqueza, do poder e da cultura.

7) Finalmente, creio que, sem uma ética econômica e de responsabilidade política, as chamadas "questões sociais" tenderão a agravar-se. A criação de uma tal ética social se impõe. Como alcançá-la, eis a questão que deixo em aberto. Em suma, para superar a pobreza, como é óbvio e até tautológico, devemos fazer uma opção preferencial pela riqueza.

5. Conclusões Finais

A coisa econômica é conquistada pela aventura da intuição criadora, conservada e multiplicada pelo cálculo frio e metódico do puritanismo pragmático. O gerente macambúzio, de austera moralidade, que força a poupança e a justa distribuição da riqueza, planejando tecnicamente o empreendimento industrial - é outro bicho raro de nossa coletividade nacional e constitui por isso o grande requisito do desenvolvimento. Apelemos para esse tipo. Do bojo da massa econômica deverá ele surgir para dialogar com o bandeirante aventureiro, contabilizar a riqueza, poupá-la e racionalizar sua distribuição. Será ele quem poderá criar a tensão do verdadeiro desenvolvimento, cujo fim social e humano transcende a simples acumulação de bens materiais.

Toda ética nasce de uma tensão de opostos, às vezes cruenta, entre o ideal possível e o real objetivo. O intuitivo opõe-se ao pragmático. A coisa dinâmica arbitrária, ao sólido estático. O de que precisa o nosso desenvolvimento não é de ideologias, projeções de culpa, bodes expiatórios, despachos mágicos, malabarismos fantásticos e fantasias utópicas. Não é de "fórmulas da cadeia de felicidade adaptadas à macroeconomia", como pondera Mario Henrique Simonsen. É de um *ethos* que implique uma marcha batida, uma expedição sob a Bandeira.

Esse *ethos* requer aquelas virtudes de responsabilidade na liberdade que a observação empírica da história e do mundo atual patenteia existirem, invariavelmente, em todos os casos em que se registrou progresso econômico duradouro e justiça social autêntica - as virtudes ditas de "economia", trabalho, poupança, prudência, previdência, generosidade, moderação no supérfluo, honestidade pública e privada. São virtudes cardeais que definem uma racionalidade de comportamento coletivo e uma capacidade de organizar e dirigir esse comportamento. Virtudes também aureoladas por esses três grandes ideais do século XX: de Paz, de Liberdade e de Justiça.

Donde a conclusão a que chegamos, segundo a qual a nossa principal e mais urgente tarefa coletiva, no presente momento, não é tanto o desenvolvimento, quanto a *educação para o desenvolvimento.* Devemos elaborar um *ethos* econômico para o enriquecimento da nação. Carecemos de um código de comportamento racional prático que transcenda a magia e o mito, e que nos oriente em meio ao vendaval desfeito, levantado pela Revolução Industrial. Expurgado de contaminação pelos preconceitos ideológicos fantasmagóricos que

nos cercam de todos os lados, é esse *ethos* liberal, essencialmente pragmático, que deve determinar, na medida do possível, os limites do que é permitido em matéria de iniciativa privada, do ponto de vista do interesse coletivo, bem como os estritos limites da intervenção fiscalizadora do Estado, em termos de liberdade individual. Solução ética para a qual, acima de tudo, deve contribuir o conceito da Liberdade e Dignidade fundamental do homem responsável.

BIBLIOGRAFIA

Agostinho, St., *De Civita Dei (A Cidade de Deus).*

Amoroso Lima, Alceu, *Fragments de Sociologie Chréstienne*

Arendt, Hannah, On Revolution.

Bauer, Lord Peter E.

Beard, Charles A., *The Rise of American Civilization*

Besançon, Alain, Anatomie D'ur Spectre.

Burgess, Anthony, *The Waiting Seed.*

Campos, Roberto, *Ensaios de História, Economia e Sociologia* **(APEC, 1967).**

Disraeli, Benjamin, Sybil.

Drescher, *Dilemmas of Democracy. Tocqueville & Modernization.* **Pittsburg, 1968.**

Ellul, Jacques, *The Betrayal of the West.* **NY 1978**

Engels, Friedrich, *Conditions of the Working Class in England*

Fanfani, Amintore, *Catolocismo e Protestantismo nella Formazione dei Capitalismo.* **Milano, 1934.**

Gandra Martins, Ives, *A Nova Classe Ociosa.*

Hartwell, R. H., *History & Ideology.* **Londres, 1971**

Hayek, F. von, *Individualism & the Economic Order.* **Londres, 1940.**

Hayek, F. Edit, *Capitalismo & the Historians.*

Hayek, Friedrich, *The Road to Serfdom,* **1944.**

Hegel, W. G. F., *Phanomenologie des Geistes.*

Heyne, Paul, *Em Disgesto Econômico Associação Comercial.* **São Paulo, Maio, 1988.**

Hilferding, R, *Finanzkapital,* **1910. Himmelfarb, Gertrud,** *The Idea of Poverth.*

_, *Social History and the Moral Imagination.*

Hobbes, Thomas, *Leviathan.*

Hobson, J. A., *Im*perialism, **1902.**

Hugo, Victor, *Les Miserábles.*

James, Willian, *The Varieties of Religious Experience.*

Jung, C. G., *Psichological Types,* **1921.**

_**, The** *Archetypes and the Collective Unconscious.* **Londres, 1959.**

Keynes, Lord, *Teoria Geral.*

Kolakowski, Leszek, *Main Currents of Marxism.* **Oxford U.P., 1981.**

Lenin, Wladimir Kitch Ulianov, *O Imperalismo,* **1917.**

Levy, Bernard-Henri, *La Nouvelle République.*

Lins do Rego, José, *Bangüê.*

Malthus, Thomas, *Ensaio sobre a População.*

Mandeville, Bernard de, *The Fable of the Bess.*

Marcus, Steven, *Marx & Engels.* **New York, 1974.**

Marx, Karl, *Manifesto Comunista de 1848 das Kapital.*

Mises, Ludwig von, *A Mentalidade Anti-Capitalista* **(Trad. J. Olímpio, Instituto Liberal, Rio de Janeiro, 1988).**

_, *Socialism* **(Yale Univ. Press, 1951).**

Montesquieu, *LEsprit des Lois.*

Myers, Gustavus, *History of the Great American Fortunes,* **1909.**

Novak, Michael, *The Spirit of Democratic Capitalism.*

Nozick, Robert, *Anarchy, State & Utopia.* **New York, 1974.**

Opitz, Edmund, *Religion & Capitalism.* **New York, 1970.**

Oppenheimer, Franz, *The State.* **New York, 1975.**

Polanyi, Karl, *The Great Transformation.* **Boston, 1944/1957.**

Popper, Karl, *The Open Society and its Enemies.*

Reisman, George, *The Politicai Economy of Freedom.* **Munique, Viena, 1980.**

Reynolds, *Mysteries of London.*

Rios, José Artur, *Carta Mensal CNC.* **Junho 1983.**

Robertson, H. M., *The Rise of Economic Individualism,* **1933.**

Rodrigues, José Honório, *Aspirações Nacionais.* **São Paulo, 1963.**

Russell, Bertrand, *The Impact of Science on Society.* **New York, 1951.**

Salvioli, G., *O Capitalismo Antigo.* **Bari, 1929.**

Schoek, Helmut, *Envy, a Theory of Social Behaviour.* **Londres, 1970.**

Schumpeter, Joseph A., *The Sociology of Imperalism.* **New York, 1955.**

Shakespeare, William, *The Merchant of Venice.*

Simonsen, Mario Henrique. *Brasil, 2001,* **APEC 1969.**

Smith, Adam, *Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations.*

_, *The Theory of Moral Sentiments.*

Sombart, Werner, *The Jews and Modem Capitalism.* **Glencoe, 1951.**

Sue, Engene, *Les Mysteres de Paris.*

Swift, Jonathan, *Modest Proposal,* **1729.**

Tawney, R. H., *Religion and the Rise of Capitalism.* **Londres, 1921.**

_, *The Acquisitive Society.* **Londres**

Thompsom, Edward, *Past and Present,* **1971.**

Tillich, Paul, *The Protestant Era.* **Chicago, 1948.**

Tocqueville, Alexis de, L'*Anciente Régime et Ia Révolution Française,* **1856.**

_*, De Ia Démocratie en Amérique.*

_*, Memoire sur Ia Pauvreté en Angleterre.*

Towsend, Peter, *Poverty in the UK,* **1979.**

Trevor-Roper, Hugh, *Religion - The Reformation of Social Change.* **Londres, 1967.**

Trilling, Lionel, *Art, Politics & Will.* **Basic Books, New York, 1977.**

Tristan, Flora, *Promenades dans Londres.*

Veblen, Thorstein, *The Theory ofthe Leisure Class,* **1934.**

Weber, Max, *The Protestant Ethics and the Spirit of Capitalism.* **Trad. Londres, 1930.**

_*Sociology of Religion.* **Londres, 1965.**

IMPRESSÃO GRÁFICA E EDITORA REGIONAL LTDA
SIG - Q. 08 - LOTE 2.135
BRASÍLIA- DF.